

**José Carlos da Silva**

# **Reestruturação no Setor Bancário:**

**Trabalho e Resistência no Processo de Privatização do Besc**

Florianópolis (SC), novembro de 2006

**José Carlos da Silva**

# **Reestruturação no Setor Bancário:**

## **Trabalho e Resistência no Processo de Privatização do Besc**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia política.

Orientadores: Dr. Ary Minella e Dra. Nise Jinkings

Florianópolis (SC), 27 de novembro de 2006



*Para Jeanice, pelo seu amor.*

## **Agradecimentos**

Aos meus colegas da turma da doutorado (2002) por ter convivido momentos alegres e importantes na minha formação acadêmica.

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, personificado na figura de seus professores e funcionários. Aos diretores do SEEB-Fpolis-Região pelo cordial apoio recebido para realização de coletas de dados, entrevistas e documentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. A Probesc e a Fusesc pelo apoio também recebido. A Assembléia Legislativa do Estado, na figura de seus funcionários. Aos bancários e bancárias que gentilmente cederam um tempo de suas vidas para relatar suas experiências de vida e trabalho. Aos ex-governadores e deputados, também meus agradecimentos pelas entrevistas.

Gostaria de agradecer em especial aos professores Ary Minella e Nise Jinkings pela orientação e dedicação ao longo da realização desse trabalho. Sou grato aos professores, Ricardo Antunes, Silva Araújo, Fernando Ponte e Jaime Coelho pelas críticas e sugestões; e também aos colegas do Nesfi, Valdir, Alceu, Fábio, Cláudia, Ivandro, Cleito, Eliane, Gabriel. Meus agradecimentos também para Jussara pela revisão do trabalho.

Aos amigos e amigas pelo apoio recebido.

Impossível não lembrar de meus pais pelo apoio em meus estudos e pelo carinho e amor que sempre recebi deles.

## **Resumo**

O trabalho analisa o processo de privatização dos bancos estaduais no Brasil a partir da metade dos anos 90. A pesquisa deu ênfase ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que sofreu intervenção do Banco Central e acabou sendo “federalizado”. Para impedir que o Banco fosse vendido, segmentos organizados da sociedade e trabalhadores lutaram para impedir sua venda. Foi no cenário de reestruturação capitalista, liberalização financeira e política neoliberal que aconteceram profundas implicações no cotidiano laboral. A tese advoga pela “centralidade da categoria trabalho”, pois o trabalho é ontológico e é a partir dele que o ser social se sociabiliza, se humaniza e se emancipa, além do mais, o capital também não conseguiria se libertar da força de trabalho para manter seu círculo de acumulação e reprodução.

**Palavras-chave:** Reestruturação, trabalho, resistência.

## **Abstract**

The work analyzes the process of privatization of the state banks in Brazil from the half of years 90. The research gave emphasis to the Bank of the State of Santa Catarina (BESC), that it suffered intervention from the Central banking and finished being “federalizado”. To hinder that the Bank was vendid, organized segments of the society and workers they had fought to hinder its venda. It was in the scene of capitalist reorganization, financial liberalization and neoliberal politics that had happened deep implications in daily the labor one. The thesis advocates for the “centralidade of the category work”, therefore the work is ontológico and is from it that the social being if sociabiliza, if humaniza and if emancipate, in addition, the capital also would not obtain to become free itself of the work force to keep its circulates of accumulation and reproduction.

**Word-key:** Reorganization, work, resistance.

## Índice

Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Siglas.....	10
Lista de Quadros.....	12
Lista de Gráficos.....	13
Lista de Fotos.....	14
Introdução: O tema e as hipóteses de trabalho.....	16
Leituras da sociedade do trabalho.....	23
Capítulo 1- O Setor Bancário-Financeiro e sua Reestruturação .....	34
A mundialização do capital financeiro.....	35
O Plano Nacional de Desestatização (PND) no setor bancário.....	41
O setor bancário se concentra e se liberaliza.....	64
Os donos do mercado.....	73
Capítulo 2 – Os Bancos Estaduais e Privatizações: O Caso do Besc.....	82
A crise dos bancos estaduais e a intervenção do Banco Central no Besc.....	84
O governo do Estado quer privatizar o Besc.....	99
A reestruturação na agenda do governo Paulo Afonso Vieira.....	101
O Besc e seu papel no desenvolvimento do Estado.....	106
Capítulo 3 – Trabalho, Reestruturação Capitalista e suas Implicações no Besc.....	120
A reestruturação tecnológica e o trabalho Bancário.....	122
A reestruturação do trabalho e o Besc.....	128
A Probesc e os mecanismos de cooptação ao trabalho.....	139
O cotidiano laboral: as implicações do processo de reestruturação/privatização do Besc.....	154
A saúde dos bancários ameaçada: alcoolismo, suicídio, violência e assédio moral.....	153



Capítulo 4 - O Processo de “Federalização” do Banco do Estado de Santa Catarina.....	175
A “federalização”: O Besc no governo de Esperidião Amin (1999-2002).....	176
A Comissão Parlamentar Externa (CPE) do Besc.....	195
A federalização é votada na Assembléia Legislativa do Estado (ALESC).....	199
A federalização chega ao Senado.....	210
A estratégia privatista: o adiamento dos balanços do Besc.....	219
Crimes financeiros: A Comissão Parlamentar Interna (CPI) do Besc.....	226
 Capítulo 5 – A Resistência: Luta Contra a Privatização do BESC e o Ressurgimento das Greves Nacionais dos Bancários.....	 240
Os bancários tentam impedir a transferência do controle acionário do Banco.....	242
Os bancários ganham aliados.....	244
O Movimento pró-PDI/Besc: Os bancários entram em conflito com o Sindicato.....	250
A batalha jurídica adia a venda do Banco.....	256
A resistência para salvar o Besc: Os bancários no governo LHS.....	262
O refluxo do sindicalismo na década de 90 .....	272
A greve dos bancários de 2004.....	280
A greve de 2005.....	293
 Conclusão.....	 304
Referências.....	311
Anexos:	
1- Bancos e nº de agências em Santa Catarina em 2003.	
2- As propostas do governo Paulo Afonso Vieira e do DEB para o Besc em 1997.	
3- Pontos do relatório final da CPI que envolvem o governo Amin.	
4- História do desempenho financeiro do Besc (1962-2002).	
Apêndices:	
1- As irregularidades detectadas pelo BC no governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998).	
2- Fatos que determinaram a federalização do Besc.	
3- Cronologia do processo de privatização do Besc (1987-2002).	

## LISTA DE SIGLAS

AEMPL - Associação Empresarial Metropolitana de Florianópolis  
ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BC - Banco Central  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BANESPA - Banco do Estado de São Paulo  
BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo  
BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul  
BEC - Banco do Estado do Ceará  
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina  
BNB - Banco do Nordeste  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRB - Banco de Brasília  
BSCH - Banco Santander Central Hispano  
CAGED/MTB - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CDL - Clube de Diretores Logistas  
CNB - Confederação Nacional dos Bancários  
CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em empresas de Crédito.  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DC - Diário Catarinense  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos  
DNB - Departamento Nacional dos Bancários  
DEB - Departamento Estadual dos Bancários  
EM - Exposição de Motivos  
FEEB - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
FEBRABAN - Federação Brasileira de Associações de Bancos  
FMI - Fundo Monetário Nacional  
FACISC - Federação das Associações Comerciais e Industriais  
FECOMERCIO - Federação do Comércio do Estado  
FETEC – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito  
FUSESC - Fundação Codesc de Seguridade Social  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FSP - Folha de São Paulo  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IED - Investimentos Externos Diretos  
LER - Lesão por Esforço Repetitivo  
MP - Medida Provisória

MT - Ministério do Trabalho  
MOB - Movimento Oposição Bancária  
MUCAP - Movimento Unificado Contra a Privatização  
OLT - Organização por Local de Trabalho  
PICE - Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior  
PCS - Plano de Cargos e Salários  
PND - Plano Nacional de Desestatização  
PROBEX - Programa Besc para Excelência Empresarial  
PROREF - Programa de Recuperação Econômico Financeiro  
NT - Nota Técnica  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSOL - Partido Socialista Libertário  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PP - Partido Progressista  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PLR - Participação nos Lucros e Resultados  
PROBESC - Associação dos Profissionais do Besc  
PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e a ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional  
PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária  
RAET - Regime de Administração Especial Temporária  
SEEB-FPOLIS - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis  
TRT - Tribunal Regional do Trabalho  
TRF - Tribunal Regional Federal  
TST - Tribunal Superior do Trabalho

## Lista de Tabelas

Tabela 1	
Valor dos títulos federais emitidos no âmbito do Proes.....	48
Tabelas 2	
Remuneração de pessoal, valor da produção dos bancos públicos e privados.....	50
Tabela 3	
Custo fiscal do ajuste do Sistema Financeiro.....	58
Tabela 4	
Participação dos bancos no patrimônio do País.....	68
Tabela 5	
Instituições financeiras no país em 2004.....	69
Tabela 6	
Os donos do mercado.....	76
Tabela 7	
Rentabilidade dos bancos nas América.....	78
Tabela 8	
Recursos financeiros do Besc.....	112
Tabela 9	
Cobertura das despesas de pessoal e de crédito duvidosa por receitas.....	114
Tabela 10	
Operações de empréstimos ao setor privado no Besc/1998.....	116
Tabela 11	
Rede de atendimento dos bancos no Brasil.....	125
Tabela 12	
Número de caixas eletrônicos no Brasil em relação aos outros países.....	127
Tabela 13	
Redução de trabalhadores no Besc (1987-2005).....	136
Tabela 14	
Roubo a bancos em Santa Catarina.....	166
Tabela 15	
Trabalhadores do Besc afastados por auxílio doença.....	171
Tabela 16	
Evolução dos recursos captados no Besc.....	197
Tabela 17	
Auditoria do BC no Besc.....	206
Tabela 18	
Os indicadores de produtividade do SFBesc.....	221
Tabela 19	
Fontes de recursos para capitalização do Besc.....	232
Tabela 20	
O Besc e as dez empresa com maior prejuízo em 2000.....	264
Tabela 21	
Operações de crédito no Besc.....	267

Tabela 22	
Recursos captados e administrados pelo Besc.....	268
Tabela 23	
Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve (1992-1997).....	276
Tabela 24	
Reajuste salarial dos bancos.....	285
Tabela 25	
Despesa com funcionários do Banco do Brasil.....	297
Tabela 26	
Volume de crédito e depósito por empregado ao Banco do Brasil.....	298

### **Lista de Quadros**

Quadro 1	
Participação dos bancos estaduais no sistema financeiro (1988).....	45
Quadro 2	
Instituições financeiras estaduais – algumas características - 1996.....	45
Quadro 3	
Instituições financeiras estaduais –Algumas características 2001.....	46
Quadro 4	
Ranking dos bancos privados nacionais e estrangeiros no país.....	53
Quadro 5	
Venda de bancos com recursos do Proes.....	56
Quadro 6	
Privatização de bancos estaduais: datas e valores.....	60
Quadro 7	
Resumo do Proes/2003.....	60
Quadro 8	
As aquisições dos maiores bancos desde 1995.....	66
Quadro 9	
Os serviços oferecidos pelos pelo Besc.....	113
Quadro 10	
As propostas da Probesc encaminhadas ao governo do Estado para privatização do Besc.....	151
Quadro 11	
Os deputados estaduais que votaram a emenda constitucional que federalizou o Besc.....	209
Quadro 12	
Os valores da capitalização do Besc e os prejuízos no balanço de 98.....	218
Quadro 13	
As propostas para federalizar o besc.....	230
Quadro 14	
Evolução das propostas de salários e benefícios no Besc.....	296

## Lista de Gráficos

Gráfico 1	
Lucro do Bradesco e do Itaú em 2005.....	79
Gráfico 2	
Dívida pública interna e externa de Santa Catarina.....	92
Gráfico 3	
Lucro líquido do Besc.....	109
Gráfico 4	
Empréstimos em atraso e em liquidação no Besc (Jan.1994-Fev.1997.....	115
Gráfico 5	
Crédito Rural no Besc.....	117
Gráfico 6	
Crédito Habitacional no Besc.....	118
Gráfico 7	
Patrimônio Líquido do Conglomerado.....	180
Gráfico 8	
Evolução do volume de captação em 1999.....	223
Gráfico 9	
Número de trabalhadores no setor bancário (1995-2003).....	281
Gráfico 10	
Os reajustes salariais dos bancários e os índices de inflação (1994-2003).....	282
Gráfico 11	
O Lucro dos bancos.....	282

## Lista de Fotos

Foto nº 1	
Mobilização do Sindicato dos Bancários e outras entidades em defesa do Besc.....	97
Foto nº 2	
Vigília em defesa do Besc na ALESC.....	200
Foto nº 3	
Votação da emenda para a federalização do Besc.....	203
Foto nº 4	
Trabalhadores protestam contra a emenda da federalização do Besc na ALESC.....	204
Foto nº 5	
Passeata dos trabalhadores do Besc pelas ruas de Florianópolis em direção à ALESC....	207
Foto nº 6	
Passeata dos bancários com um boneco simbolizando o governador Amin.....	226
Foto nº 7	
Manifestação dos bancários pela aprovação do plebiscito na ALESC em 9/5/2001.....	243
Foto nº 8	
Manifestação dos trabalhadores em ato simbólico queimando os balanços do Besc.....	247
Foto nº 9	
Manifestação do Mucap pelas ruas de Florianópolis com a figura de um palhaço.....	247
Foto nº 10	
Paralisação de 2 horas da agência da Praça XV de Novembro.....	248
Foto nº 11	
Encontro estadual em defesa do Besc, em 6/5/2000.....	249
Foto nº 12	
Protesto dos besquianos pela ACTs em frente ao prédio do Seeb-Fpolis, em 18/9/2002.	252
Foto nº 13	
Manifestação dos bancários, servidores estaduais e estudantes, em 22/9/2004.....	292
Foto nº 14	
Bancários em assembléia para decidir se entrariam em greve, em 21/9/2005.....	299
Foto nº 15	
Manifestação em frente à agência do Besc, em 15/9/2005.....	301
Foto nº 16	
Greve dos besquianos em 2005.....	302
Foto nº 17	
Greve dos bancários da Caixa em Florianópolis, em 7/10/2005.....	302

# Introdução:

## O tema e as hipóteses de trabalho

*“...e sem o seu trabalho o  
homem não tem honra e sem a sua  
honra, se morre, se mata.”*  
**(Gonzaguinha)**

A partir dos anos 90, o setor bancário no Brasil passou a conviver com um intenso processo de reestruturação. Os planos de estabilização da economia, a política neoliberal de abertura do mercado financeiro e a privatização dos bancos públicos nos Estados desencadearam uma profunda transformação neste setor, com fortes implicações para os trabalhadores e seus sindicatos. Muitos bancos não conseguiram adaptar-se ao novo cenário da economia no “pós-Real”. A relativa estabilidade nos índices inflacionários agravou a saúde financeira de muitas instituições. Alguns bancos privados acabaram sendo vendidos ou incorporados por grandes bancos privados nacionais ou estrangeiros.

O sistema bancário começa a assistir a um desmonte da presença dos bancos públicos na atividade bancária do país. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), por meio do Plano Nacional de Desestatização (PND), inicia a política de “ajuste”. O PND se tornaria, então, o maior programa de privatização da história. Com o Plano, restaram poucos bancos sob o controle dos governos estaduais. O sucesso dessa política foi possível graças à implementação do Programa de Estímulo à Estruturação e ao Fortalecimento do Sistema Nacional (Proer), de novembro de 1995, do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), de agosto de 1996. Assim, uma grande soma de recursos foi destinada para poder consolidar a política de fusões e incorporações promovida pelo governo.



Os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros entraram na disputa para ver quem ficaria com a maior fatia do mercado com a venda dos bancos estaduais. O Bradesco, maior banco privado nacional, comprou cinco instituições financeiras, o Credireal de Minas Gerais, o Banco da Bahia (BANEB), o Banco do Amazonas (BEA), o Banco do Maranhão (BEM) e o Banco do Estado do Ceará (BEC). Mas o Itaú, o segundo maior banco privado nacional, também comprou importantes instituições financeiras, como: o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o Banco de Minas Gerais, (BEMGE), o Banco do Paraná (BANESTADO) e o Banco do Estado de Goiás (BEG). Os grandes grupos financeiros estrangeiros, como o Espanhol Santander, por exemplo, também entraram nessa disputa ao arrematar, em novembro de 2000, o maior e o mais importante banco estadual do país, o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Esse movimento de reestruturação do sistema bancário nacional foi tornando o setor menos público.

Verificar-se-á neste trabalho, que o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), criado no governo de Celso Ramos (1961-1965) para alavancar crédito para o pequeno e médio produtor, conseguiu, até o presente momento, resistir à política privatista. Os bancários, os segmentos organizados da sociedade e lideranças políticas de diferentes partidos conseguiram impedir a sua venda. Apesar disso, implicações profundas ocorreram no Banco e com reflexos negativos no trabalho e na vida organizativa dos trabalhadores.

Os primeiros debates em torno da privatização do Besc haviam ocorrido em 1987. Nesse ano o Banco sofreu intervenção do Banco Central (BC). Desde então, confrontaram-se diferentes forças políticas no Estado. De um lado, tínhamos o governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com sua bancada de apoio no parlamento e alguns segmentos do empresariado catarinense favoráveis à privatização do Banco, de outro, o movimento sindical, com partidos de oposição ao governo e setores organizados da sociedade contrários à idéia privatista.

Contudo, foi no governo Esperidião Amin (1999-2002), do Partido Progressista (PP), que o Banco chegou mais próximo de ser realmente transferido ao capital privado. O Banco chegou a ser “federalizado”, ou seja, ficou sob o controle do Banco Central para ser vendido. Porém, no caminho da privatização, as autoridades financeiras encontraram um forte movimento de resistência do sindicalismo bancário. Abordaremos a luta desses

trabalhadores para mobilizar setores organizados da sociedade, como partidos políticos, prefeitos das cidades do Estado, segmentos organizados do empresariado e a população em geral para lutar contra a política privatista. A resistência teve seu início no parlamento, quando o governo consegue transferir o controle acionário do Banco para a União. Mas a derrota no Poder Legislativo não desanimou os bancários, que continuaram lutando no Poder Judiciário movendo ações para anular a venda da instituição.

As autoridades financeiras, principalmente nos últimos dois governos de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (1995-1998) e Esperidião Amin (1999-2002), adotaram políticas de reestruturação do trabalho no Banco. Essa reestruturação podia ser percebida nos congressos organizados pela Probesc (Associação dos Profissionais do Besc). Veremos, no terceiro capítulo, que nesses encontros era possível, por exemplo, encontrarmos a busca pela qualificação profissional ou o “empreendedorismo” caso o trabalhador resolvesse deixar o Banco. O empreendedorismo, particularmente, ganhou destaque quando a entidade decide apoiar, em 1999, a federalização como alternativa para “salvá-lo”.

Nessa reestruturação estava também o problema que afetou profundamente os bancários, ou seja, as demissões. Esse processo vinha ocorrendo desde 1995, quando foi implementado o PDI (Programa de Demissão Incentivada). Em pouco menos de dez anos, o número de postos de trabalho foi reduzido pela metade. Em 1999, esse Programa se tornaria o principal instrumento da política privatista do governo federal.

A reestruturação no setor bancário, ao longo das duas últimas décadas, trouxe grandes conseqüências para os trabalhadores. Os bancos foram automatizando seus serviços e buscando novas formas de organização da força de trabalho nos ambientes laborais. À medida que os bancos introduziam novas tecnologias de base microeletrônica, com serviços de auto-atendimento, banco por telefone, Internet, cartão magnético, em substituição ao papel-moeda, e outros serviços e “produtos”, os postos de trabalho iam rapidamente desaparecendo no país. Se, por um lado, iam desaparecendo empregos, por outro, iam surgindo trabalhadores precarizados e subcontratados. Um novo perfil de bancários foi se formando e redesenhando um novo quadro no emprego no setor.

Outra transformação que ocorre no setor bancário foi a redução de agências bancárias em várias regiões e municípios do país, que passam a se concentrar apenas em

regiões e cidades de maior desenvolvimento econômico. Com isso, muitos municípios brasileiros hoje não dispõem de bancos. Com a política de redução da presença do setor público na atividade bancária, a exclusão bancária foi tornando-se evidente, já que os bancos públicos estavam presentes nos municípios de menor movimentação financeira. Segundo dados do Banco Central, as cidades sem bancos saltaram de 22,7%, em 1994, para 30,1% em 2001. Isso significa dizer que 1.702 cidades não têm agências.<sup>1</sup>

Em face dessa política, o objetivo maior do presente estudo é analisar as implicações da reestruturação bancária sobre os trabalhadores do Besc (com ênfase no processo de privatização), bem como entender a resistência dos organismos de representação da classe e dos segmentos organizados da sociedade em geral à política privatista. Analisar-se-á, também, o forte vínculo que existe entre os bancários e o Banco. Este vínculo, no entanto, é violentamente rompido em decorrência das fortes pressões para que eles aderissem aos programas de demissão. Tal rompimento trouxe conseqüências negativas para os que ainda encontravam no cotidiano laboral o seu principal meio de vida e sociabilidade.

As tentativas de privatizar o Banco foram acompanhadas de intensificação do trabalho, restrições salariais, imposição de metas de produtividade, medo e ansiedade em relação ao futuro da instituição e dos empregos. Nesse cenário surgem os problemas ligados à saúde, como alcoolismo, doenças reumatológicas e depressão. Verificar-se-á que ocorre um grande aumento no número de afastamentos do trabalho sobretudo no período do processo de privatização, o que acredita-se estar diretamente relacionado à política privatista.

É nesse cenário de mudanças que o sindicalismo, nos anos 90, enfrentou grande obstáculo para impedir os ataques da reestruturação capitalista neoliberal. Essa década foi interpretada por alguns autores como (ALVES, 1996; 2000; 2002; BOITO, 1996; 1999; ANTUNES, 1995,1999; JUNCKES, 2004; JINKINGS, 2002), de grande refluxo do movimento sindical brasileiro. As ações sindicais em confronto com o capital foram substituídas por ações mais “propositivas” e de socorro aos empregos, que se reduziam em ritmos até então nunca vistos na sua história. Os números de greves e trabalhadores que

---

<sup>1</sup> Dieese, Subseção CNB. In: Revista dos Bancários, 2003.

cruzaram os braços diminuíram e levaram autores a pensar que o movimento sindical dificilmente conseguiria se recompor.

No sindicalismo bancário, o refluxo não foi diferente. O medo dos trabalhadores perderem seus empregos, a contratação de terceirizados, as incertezas quanto ao futuro dos bancos públicos e às novas formas de assalariamento, agora dependendo em parte do desempenho individual, contribuíram para inibir a resistência sindical. Se os anos 80 foram o período mais expressivo da história recente dos bancários, com o fortalecimento de suas entidades de classe, organização em local de trabalho e surgimento de lideranças mais comprometidas com suas bases, os anos 90, no entanto, foram um período de forte refluxo da luta sindical.

Apesar disso, o movimento sindical bancário, como veremos, consegue rapidamente se recompor e colocar novamente nas ruas, em 2004, uma das mais longas greves de sua história. A greve, que se prolongou por 30 dias, revelou novas tendências políticas do sindicalismo no país, assim como a capacidade de reorganização e resistência dos trabalhadores bancários contra sua situação de trabalho e emprego. No ano seguinte, em 2005, as paralisações votaram com a mesma intensidade e colocaram mais uma vez o movimento bancário na cena política.

Em Santa Catarina, as paralisações foram também bastante expressivas, principalmente no maior banco do Estado, o Besc. A greve surpreendeu pela participação dos “novos besquianos”, que haviam acabado de entrar na empresa através de concurso público. A categoria não conseguia mais suportar a política de arrocho salarial, que se acumulava desde agosto de 1999, quando o Banco passou para o controle da União.

Outra questão que este trabalho se propõe a discutir é a chamada “centralidade da categoria trabalho” (OFFE, 1995). Muitos pensadores sociais acreditam que o trabalho não ocupa mais a mesma “centralidade” como ocorria no período da sociedade industrial do século XIX, já que perdeu seu “status” e foi sendo substituído por outras esferas da vida social, como a ciência (HABERMAS, 1994), ou os movimentos sociais. Os defensores do fim do trabalho acreditam que o tempo que a atividade laborativa ocupa na produção de mercadorias e na vida das pessoas está se reduzindo com as inovações tecnológicas e, assim, sobrando mais “tempo livre” para os indivíduos (DE MASI, 1999,2000). Segundo

esses autores, caminhamos para uma nova sociedade, ou seja, “a sociedade de informação”, em que a teoria do “valor do trabalho” de Marx seria obrigada a ceder lugar ao “conhecimento” (KUMAR, 1997). A sociedade emergente, dizem, agora é menos mercantil e menos regida pela lógica do capital. O proletariado deu lugar ao “novo sujeito social” que busca novas demandas fundadas, agora, na cidadania.

Ao mesmo tempo em que estes autores proclamam o fim da sociedade do trabalho, devido ao aparecimento de novos sujeitos sociais, a “crise” do sindicalismo, o “desemprego estrutural”, a ampliação do “tempo livre”, e o alto desenvolvimento de inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho, outros, porém, como: MARX, 1987; LUKÁCS, 1979; ANTUNES, 1999; ALBUQUERQUE, 1995, ALVES, 2000, acreditam, ao contrário, que não podemos falar que a sociedade do trabalho se esgotou, visto que o trabalho ainda continua sendo a atividade vital e ponto de partida genérico para a socialização, humanização e emancipação do ser social (LUKÁCS, 1979; ANTUNES,1995,1999).

O debate da categoria trabalho será incorporado nas análises do caso do setor bancário, mais especificamente do caso do Besc. Assim, partimos da hipótese da “centralidade” do trabalho como elemento constitutivo na reprodução do sistema bancário e financeiro. A grande massa de trabalhadores demitidos, terceirizados e subcontratados pela chamada reestruturação produtiva criou a ilusão de que o trabalho caminha para a sua extinção. Os investimentos em tecnologias de automação e as novas formas de organização laboral não aboliram o trabalho nos bancos, visto que o setor ainda necessita dos trabalhadores assalariados para a manutenção das suas taxas de lucro. Em outras palavras, a reestruturação bancária reorganizou a força de trabalho, demitindo e, simultaneamente, recontratando trabalhadores. Esta metamorfose do trabalho bancário é a expressão inequívoca de que o capital não tem como se libertar do trabalho vivo. Ou seja, mesmo ampliando o trabalho morto, ele (o capital) ainda necessita do trabalho material (manual) ou do trabalho imaterial (intelectual) para manter o seu ciclo reprodutivo.

A hipótese da tese surge da idéia do trabalho como atividade vital para o ser humano, uma vez que é por ele que este ser se sociabiliza e se humaniza (MARX, 1987,2002). Para os bancários do Besc, mesmo para aqueles que foram compelidos a aderirem ao PDI, o trabalho é componente vital, isto é, o ato laboral preenche de sentido

suas vidas. Sua importância pode ser constatada pela resistência que vem sendo travada com as autoridades financeiras, que desejam transferir o Banco ao capital privado e as greves que emergiram em defesa de melhores condições de trabalho.

Tratar-se-á, no capítulo quatro, a participação do governo do Estado, na gestão de Esperidião Amin (1999-2002), no processo que resultou na “federalização” do Banco. Verifica-se que, logo no início de seu governo, as autoridades financeiras anunciavam que a instituição tinha “problemas” financeiros. A mídia publicava números negativos sobre a saúde financeira e as ameaças do Banco Central, dizendo que a instituição corria o risco de ser liquidada ou privatizada caso não fossem feitos os “ajustes” necessários para o seu funcionamento. Esses acontecimentos foram degrenhando a imagem da instituição e abalando sua credibilidade no primeiro ano do governo.

Em face dessas problemáticas, o objetivo central do presente estudo é analisar as implicações da atual política de reestruturação bancária para os bancários do Besc, com ênfase no processo de privatização. Outro objetivo é entender a resistência dos trabalhadores e dos segmentos organizados da sociedade contrários à política privatista.

Este trabalho ganha relevância não apenas pelo fato do Banco ser uma entidade de grande expressão na economia do Estado, mas pela capacidade dos principais protagonistas dessa história, os bancários, de reunirem em torno de si diferentes organizações da sociedade contrárias à política neoliberal. Nesse processo de resistência, eles colocaram em questionamento a política privatista e liberalizante, além das formas como os bancos estaduais do país foram transferidos ao capital privado nacional e estrangeiro. Quando o movimento sindical, por exemplo, consegue, em 2002, como analisar-se-á no capítulo quatro, adiar os leilões ou não homologar o PDI, como as autoridades financeiras desejavam, abriam-se caminhos para que o sindicalismo brasileiro pudesse se reorganizar e enfrentar a ofensiva do grande capital financeiro privado nacional e internacional.

Os primeiros dados documentais levantados para a realização deste trabalho foram obtidos através de pesquisa em órgãos como: Banco Central do Brasil; Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); Sindicatos de Bancários, principalmente o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região e Sindicato dos Bancários de São Paulo; Confederação Nacional dos Bancários (CNB), Departamento Estadual dos Bancários (DEB); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Codesc de Seguridade Social (FUSESC) e Associação de Profissionais do Besc (PROBESC).

Foram consultados jornais e revistas de circulação nacional e estadual, como também publicações específicas dos trabalhadores bancários. Foram ainda pesquisados documentos institucionais relativos ao Banco em estudo, como relatórios, balanços semestrais e anuais; documentos conclusivos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Besc (CPI), da Comissão Parlamentar Externa (CPE), ambas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC); Anais do Senado Federal; Anais da Assembléia Legislativa do Estado e, por fim, pesquisa em livros, artigos acadêmicos e textos em geral sobre o tema da tese.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um total de 28 entrevistas abertas. Entre os entrevistados estavam: os governadores Paulo Afonso Vieira e Esperidião Amin, lideranças políticas da Assembléia Legislativa do Estado, diretores do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, presidentes da Associação dos Profissionais do Besc (PROBESC) e da Fundação Codesc de Seguridade Social (FUSESC), diretores e ex-diretores do Besc e trabalhadores (as) do Banco. As entrevistas tinham como objetivo entender o processo que levou à perda do controle acionário do Estado para a União; as ações que motivaram os segmentos organizados de serem contra a privatização; a percepção da categoria sobre as condições de trabalho durante e depois do processo de federalização. Essas entrevistas foram elaboradas e sistematizadas a partir dos objetivos e hipóteses que nortearam o estudo. As informações obtidas ajudaram a constituir os capítulos que trataram de analisar a concepção da categoria sobre o trabalho; o processo de privatização; as condições de trabalho; a resistência dos segmentos organizados para impedir que o Banco fosse vendido; e o ressurgimento dos movimentos grevistas que emergiram por todo o país.

### **Leituras da sociedade do trabalho**

Transformações recentes e profundas estão ocorrendo no processo produtivo e deixando incertezas no futuro do mundo do trabalho. Os países de capitalismo avançado

que intensificaram seus investimentos em novas tecnologias garantiram maior produção e riqueza. A produção de mercadorias nas últimas quatro décadas vem aumentando significativamente. Oliveira ressaltou que países da Europa estão produzindo três a quatro vezes mais do que há 35 anos e com menos horas de trabalho e trabalhadores. Citando exemplos na Alemanha, diz que a quantidade de horas necessárias para produzir diminuiu 30% desde 1955, porém com grande crescimento da produtividade (OLIVEIRA, 1996:175).

De fato, a sociedade capitalista moderna está em grande transformação. Muitos autores perceberam mudanças na esfera social, cultural, política, econômica e tecnológica, num ritmo até então nunca visto. A “revolução tecnológica”, a automação, a robótica, reduziu, dizem, a força de trabalho na indústria e transformou a ciência e a tecnologia como forças produtivas privilegiadas. Alguns advogam que o trabalhador assalariado não é mais necessário e que o ambiente laboral está dando lugar a um novo perfil de trabalhador.<sup>2</sup>

As mudanças na sociedade contemporânea foram analisadas por nomes importantes da sociologia do trabalho, como Offe, Gorz, Habermas, que acenderam o debate e colocaram em questão se o trabalho era ainda categoria sociológica e fato social “central” na análise social, bem como a classe trabalhadora como classe privilegiada ou de interesses antagônicos aos da classe dominante. Para esses autores, os trabalhadores foram perdendo seu poder e seu papel na produção material e no projeto de emancipação social.

O trabalho, para Offe, assumiu duas dimensões: uma dimensão objetiva, na qual o “setor de serviços” se expande e o trabalho na indústria passa a exigir cada vez menos força de trabalho devido ao processo de modernização tecnológica e gerencial; e uma dimensão subjetiva do trabalho, em que ele, fazendo referência a Dahrendorf e Max Weber, diz que o trabalho não é mais a esfera principal da vida, já que ocorreu um “declínio da ética do trabalho”. Essa descentralização da esfera do trabalho pode ser verificada, segundo ele, pela redução do seu tempo na vida das pessoas.

---

<sup>2</sup> Schaff, em seu livro “A sociedade de informática. As conseqüências sociais da Segunda Revolução Industrial”, diz que novas atividades de trabalho surgiram, especialmente o trabalho que exige mais “criatividade”, “conhecimento”; estes atributos serão os exigidos nesta sociedade informatizada (SCHAFF, 1993: 43).



A proporção do tempo de trabalho na vida de uma pessoa diminui consideravelmente; as horas livres também aumentaram e provavelmente vão aumentar mais ainda, o que significa que experiências paralelas, as orientações e outras necessidades além daquelas baseadas no trabalho estão se tornando proeminentes. (OFFE,1995:185-186).

Por conseguinte, Offe acredita que a sociedade contemporânea está vivendo uma “crise da sociedade do trabalho”. Há o que ele chama de “deslocamento objetivamente de seu status”, como também uma perda do “seu papel subjetivo de força estimulante centrada na atividade dos trabalhadores”, carecendo assim de “uma racionalidade comum” e de “características compartilhadas”, o que leva a concluir que “a consciência social não deve mais ser reconstruída como consciência de classe”. Logo, as ciências sociais devem buscar “novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade” (OFFE,1995:194-197).

Mas afinal a qual trabalho Offe está se referindo ao afirmar que “o trabalho não é mais categoria central, tanto objetiva, quanto subjetiva?”

Acreditamos que Offe dá ao trabalho um tratamento genérico. Não sabemos exatamente de que trabalho ele está falando, se é “trabalho concreto”, “trabalho abstrato” ou “trabalho produtivo”. Ao considerar que a sociedade não está mais centrada na produção de mercadorias, mas na “sociedade de serviços”, o sociólogo alemão parece não acreditar que o capital ainda necessite do trabalho para poder continuar se reproduzindo. Para o capital, não importa se o trabalhador está trabalhando no setor industrial ou no setor de serviços, o que importa é que ele produza mais-valia, ou seja, torne o capital valorizado. Marx já afirmava que muitos tipos de trabalho na sociedade capitalista são trabalhos produtivos. Todo trabalhador que é produtivo para o capitalista produz mais valia. No entanto, é verdade que nem todo trabalhador é produtivo, como é o caso dos trabalhadores autônomos, já que o fruto de seu trabalho não é diretamente explorado pelo capital ou contribui para a acumulação do capital. Marx considerava produtivo no capitalismo o trabalhador que produz mais-valia e torna o capital rentável para o capitalista. Diz:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz

mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 1987: 584).

Marx considera, por exemplo, o trabalho de um professor, que vende sua força de trabalho a uma instituição privada, como trabalho produtivo, uma vez que o capitalista consegue tornar este trabalhador um instrumento rentável para o capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material, diz: “um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola” (MARX, 1987:584). Para ele, o trabalho produtivo não é apenas “uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz o trabalhador o instrumento direto de criar mais valia”.<sup>3</sup>

Quando Offe percebe que a força de trabalho está cada vez menos presente no setor industrial e cada vez mais presente no “setor de serviços”, não considera que esta mesma força de trabalho realize trabalho produtivo e, portanto, indispensável para que o capital possa se reproduzir. Destaca:

O trabalho em serviços gera produtos não materiais, que não podem ser armazenados ou transportados. O trabalho em serviços não é, ou é menos, suscetível à racionalização técnica e organizacional se comparado com o trabalho que produz bens. A produtividade do trabalho em serviços não pode ser medida e, por isso, seus padrões de produtividade não podem ser controlados. O trabalho em serviços não é ‘produtivo’. (tanto no sentido da economia política clássica quanto do marxismo), e assim por diante (OFFE, 1995:135).

A crítica do autor alemão e de outros autores em defesa da perda da “centralidade” da categoria trabalho e da classe trabalhadora como “sujeito histórico” privilegiado, bem como da crise das entidades sindicais e do marxismo clássico, como arcabouço teórico analítico para explicar a realidade do mundo do trabalho na sociedade moderna, é contestada por outros autores que consideram a categoria trabalho ainda um elemento importante para o entendimento da dinâmica social. Ricardo Antunes, por exemplo, vem oferecendo importantes contribuições para o debate da problemática do “trabalho” desenvolvendo uma crítica contundente aos autores que advogam o fim da sociedade do trabalho.

---

<sup>3</sup> Ibidem.

Antunes, diferente dos autores que advogam a perda da centralidade do trabalho por acreditarem que caminhamos para uma “nova sociedade”, com trabalhadores cada vez mais intelectualizados, qualificados e com redução do sujeito produtor de mercadorias, vai dizer que, apesar disso, ainda podemos falar que o trabalho é “central”, visto que o “trabalho abstrato” cumpre ainda “papel estruturante” na criação de valores de troca. Seu argumento se dá pela distinção entre trabalho abstrato e concreto, isto é, o que cria valores de troca (mercadoria) e o que produz valores de uso. Para ele, a sociedade capitalista é uma sociedade produtora de mercadoria (seja por meio do trabalho manual ou intelectual) que não conseguiu ainda eliminar o trabalho vivo na produção de valores de troca (ANTUNES, 1995; 1999).

Portanto, de acordo com Antunes, a sociedade contemporânea segue movida pela lógica do capital, ou seja, produzir mercadorias e extrair mais valia. Ele reconhece que as transformações recentes no trabalho vêm ocasionando a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, o que não quer dizer que o trabalhador “não desempenhe mais papel fundamental na criação de valores de troca, na criação de mercadorias” (ANTUNES,1999:77). O capital continua regulando as relações de produção. Se fosse possível a eliminação do trabalho abstrato, diz, então apontaria para o fim da sociedade produtora de mercadoria, e, assim, do capital, o que ainda não está acontecendo. O mesmo autor ainda afirma que existe uma interação entre o trabalho vivo e o trabalho morto. O capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de produção de mercadoria, ele necessita cada vez mais de trabalho parcial, terceirizado, fragmentado ou mesmo intelectualizado e cada vez menos, admite, de trabalho estável.<sup>4</sup>

Na formulação marxiana, o trabalho é a expressão da atividade vital, libertadora e útil ao ser humano. O trabalho é indispensável ao ser social, já que é um componente de sociabilidade e de reprodução dos seres. É mediante o ato laborativo, enfatiza Marx, que este indivíduo realiza e garante a sua existência humana. “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil à existência do homem, - qualquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX:1987:50).

---

<sup>4</sup> Ibidem.

O trabalho é ainda a esfera emancipadora e principal fator de sociabilidade do indivíduo, uma vez que o ser humano se constitui pelo trabalho. É pelo ato de produção e reprodução material que ele se torna social e diferente de outras espécies não humanas. Ele idealiza, em sua consciência, sua razão de existir. O ato laborativo é um ato consciente e não uma necessidade biológica. O trabalho é categoria fundante do ser social que estabelece mediação “metabólica” entre ser humano e natureza permitindo satisfazer suas necessidades vitais e de reprodução da vida. É por meio do trabalho que a vida social se origina (LUKÁCS, 1979; ANUNES, 1999).

Para Marx, o trabalho é uma “atividade vital” e “vida produtiva”, pois surge para o ser social como meio para satisfazer suas necessidades físicas de sobrevivência. A vida produtiva, diz, é vida “genérica”. É vida gerando vida. Marx tomou o cuidado de distinguir o trabalho animal do trabalho humano. Enquanto o primeiro produz por instinto de sobrevivência, o segundo produz por sua vontade própria e consciência. “A atividade vital lúdica diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por este motivo é que ele é um ser genérico” (MARX, 2002:116). E esclarece mais: “O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto” (MARX, 1987:50). Assim, o ser humano elabora em sua consciência o objeto a ser realizado, antes de sua execução. O trabalho, para ele, não pode ser concebido apenas na sua forma simples, dispêndio de força humana, ou na sua forma abstrata, produção de mercadoria, mas no ato laborativo com o seu pôr teleológico que pode ser demonstrado em todas as suas fases.

Assim sendo, o ato laborativo mostra-se como forma originária, ponto de partida para a humanização do ser social e indispensável à existência humana. Ou seja, é pelo trabalho que se funde o “intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (LUKÁCS, 1979:25).

Para Lukács, o trabalho tem caráter intermediário que possibilita a passagem do ser meramente biológico para o ser social. Diz: “É, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a passagem, no

homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social”. E completa em seguida: “Isto ressalta a capacidade teleológica do ser social. É no trabalho, entendido como protoforma, com forma originária da atividade humana”.<sup>5</sup>

O Grupo Krisis, de Nuremberg (Alemanha), lançou um “Manifesto contra o trabalho”. No artigo encontramos a crítica à sociedade do trabalho abstrato, ou seja, trabalho que produz mercadoria. Em bom estilo literário e ao mesmo tempo provocativo, o Grupo Krisis anuncia o fim do trabalho, graças à revolução tecnológica e científica. O Manifesto proclama que a sociedade necessita cada vez menos de força de trabalho. O trabalho, diz, é uma realidade sem volta, uma realidade irreversível. “A venda da mercadoria força de trabalho será, no século XXI, tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX” (GRUPO KRISIS, 1999:1). O “Manifesto” proclama que não se trata de uma simples crise passageira, mas de uma fase que chegou ao seu limite absoluto. A produção de riqueza necessita cada vez menos do uso da força de trabalho humana.<sup>6</sup>

De acordo com o “Manifesto contra o trabalho”, o trabalho na “Terceira Revolução Industrial” jogou os trabalhadores a um sentimento de “dessolidarização”. As entidades de representação da classe trabalhadora ficaram fragilizadas e um sentimento de solidariedade de classe foi aos poucos sendo substituído por um sentimento de individualização. Esta individualização é o retrato da crise que vive a sociedade do trabalho.

“Inicia-se uma dessolidarização genelarizada. Os assalariados deserdaram dos sindicatos, as executivas deserdam das confederações empresariais. Cada um por si e deus-sistema capitalista contra todos: a individualização sempre suplicada é nada mais do que um sintoma de crise da sociedade do trabalho” (GRUPO KRISIS: 21).

Os autores que advogam a negação da sociedade do trabalho e sua crise sem precedentes baseiam sua análise na forma de pensar e agir da classe trabalhadora assalariada. Atualmente os trabalhadores não se vêem como atores de transformação da sociedade. Gorz é também um destes autores que vai dizer que a emancipação da classe assalariada não estaria mais na esfera do trabalho, mas na esfera privada. Este indivíduo na sociedade

---

<sup>5</sup> Ibidem: 26.

<sup>6</sup> Ibidem.

capitalista “tende a buscar compensações fora do trabalho” para garantir suas necessidades de consumo. “Suportando a sociedade mais do que produzindo conscientemente, incapaz de coincidir com sua realidade social, o indivíduo tende a voltar-se para sua esfera privada considerando como a única esfera de sua soberania” (GORZ, 1968:135). Gorz, em seu livro, “Adeus ao proletariado...”, considera o trabalho uma atividade que aparece na sociedade capitalista industrial, ou seja, a mesma sociedade em que fez surgir a figura do comprador da força de trabalho - o capitalista, e o vendedor desta força de trabalho – o proletariado. Nesta sociedade, diz, o trabalho é exercido com o objetivo de se obter um salário, em que aquele que recebe deverá cumprir as tarefas fixadas e os horários estabelecidos pelo capital. O trabalhador não tem autonomia do que é produzido, cabendo a ele apenas obedecer àquele que paga o seu sustento. O trabalho, assim, não é sinônimo de emancipação para o assalariado ou mesmo para aquele que lhe pagou. O trabalho, afirma, “é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesmo” (Gorz, 1982:10).

A emancipação deste trabalhador assalariado não surgirá por meio do trabalho, mas pela sua abolição, destaca Gorz. Abolir o trabalho não significa negar a atividade laborativa ou satisfazer coisas úteis à coletividade, mas ao contrário, “a abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar nosso direito (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida”.<sup>7</sup> Em outras palavras, Gorz propõe liberar o tempo dos indivíduos para que realizem atividades autônomas, prazerosas, criativas e úteis ao ser humano. Atividades não simplesmente em troca de dinheiro, mas para satisfação humana. A abolição do trabalho como fator emancipatório do ser social não pode ser entendida como desejável pelo conjunto dos trabalhadores assalariados, principalmente, diz Gorz, deste novo assalariado mais “intelectualizado” e “qualificado”. A abolição interessa tão somente ao trabalhador que vê no ato laborativo sua realização pessoal e sua fonte de vida e liberdade.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ibidem: 11.

<sup>8</sup> Gorz denomina este novo trabalhador como “não classe” de “não-trabalhadores”. Este “sujeito social” poderia conduzir o processo de abolição do trabalho e construção de uma sociedade de tempo livre. “Considerar a ‘não classe’ dos ‘não-trabalhadores’ como sujeito social potencial da abolição do trabalho não decorre de uma opção ideológica ou ética: a opção não está entre abolir o trabalho ou fazer renascer ofícios completos em que cada um possa se realizar. A escolha é entre abolição libertadora e socialmente controlada do trabalho ou sua abolição opressiva e anti-social”

A sociedade do trabalho presente no capitalismo industrial, que transformou a força de trabalho humana em mercadoria, agora está em extinção, anuncia Gorz em seu livro “*Misérias del presente, riqueza de lo posible*”. O ser social, diz, que vende sua única fonte de riqueza, sua força de trabalho, agora não encontra mais quem quer comprá-la. Esta sociedade em que muitos esperavam encontrar sua emancipação, para ele, está morrendo. “El trabajo no conserva más que una especie de lugar central fantasma, en el sentido en que al amputado le duele el miembro fantasma que no tiene más” (GORZ, 1998:67). Este trabalho a que o autor se refere não é o trabalho do agricultor, ou do artesão, ou do intelectual, ou do artista. “El trabajo que desaparece es el trabajo abstrato, el trabajo en sí, mensurable, cuantificable, separable de la persona que lo ‘ofrece’, susceptible de ser comparado y vendido en el ‘mercado de trabajo’”.<sup>9</sup>

Gorz também defende que é um mito a idéia de que o trabalho seja a fonte de construção de laços sociais, de integração e coesão social entre os seres sociais que trabalham. “Inclusive en el apogeo de la sociedad salarial ese trabajo, contrariamente a lo que hace creer su idealización retrospectiva, jamás fue una fuente de ‘cohesión social’ ni de integración. El ‘lazo social’ que establecía entre los individuos era abstrato y débil”.<sup>10</sup>

Antunes não acredita na tese de que as ações de classe perderam sua potencialidade frente ao capital. Reconhece, porém, a resistência frente à lógica do capital para a construção da autonomia do ser social que trabalha, divide espaço com outras modalidades de lutas sociais (ecológica, racial, sexo etc.). Contudo, é ainda na esfera do trabalho, diz, que a luta adquire sua maior “radicalidade”, apesar de hoje esta luta ter se tornado mais complexa e mais difícil do que no passado, admite. (ANTUNES, 1992, 1995, 1999).

É na esfera do trabalho, e a partir das entidades de representação da classe trabalhadora, que este ser social torna a “vida cheia de sentido”. Para Antunes, é preciso, portanto, abolir o trabalho explorado e construir uma sociedade marcada pela auto-realização humana, que crie coisas socialmente úteis e vitais (ANTUNES, 1999).

---

(GORZ, 1982:17). Gorz, ao falar desse ator social, como sujeito transformador, não pretende substituir a classe operária revolucionária de Marx. Enquanto a classe operária, para Marx e seus seguidores, tinha caráter teológico, a de Gorz, por outro lado, não tem este papel histórico ou privilegiado na sociedade contemporânea.

<sup>9</sup> Ibidem:65.

<sup>10</sup> Ibidem.

O movimento do capital, em escala mundial, vive sua mais profunda contradição ao negar o trabalho e, ao mesmo tempo, ter que afirmá-lo. “O capital cria, destrói e recree, de modo contínuo, os mundos do trabalho” (ALVES, 1999:39). Na sociedade moderna, em que o setor de serviços se desenvolve, a microeletrônica ganha grande expansão, o trabalho vivo sofre profundas mutações, levando autores como, Gorz, Offe, Habermas, De Masi e outros a acreditarem que o trabalho, como expressão de valor e análise sociológica, chega ao seu limite. Conforme Giovanni Alves, o trabalho apenas sofreu mutações, pois novos ‘mundos do trabalho’ foram surgindo, com uma multiplicidade de formas de assalariamento e diversificação de força de trabalho humana no complexo produtivo. Enfatiza:

Ao invés de dizermos que a categoria trabalho não possui mais centralidade ontológica no ser social, ou perdeu a sua significação central na ‘alta modernidade’, com o avanço da esfera de serviço e da automação, a perspectiva dialética permite-nos que, além deste ‘mau infinito’ (Hegel), que pressupõe que o capital tende a ultrapassar, continuamente, os limites postos como barreiras. E (...) O capital em processo tende a ultrapassar apenas idealmente (ideel) o seu pólo antagônico, o trabalho produtivo, criador de valor, mas não se segue de forma alguma que ele o vence realmente (real), tendo em vista que sua produção se move em contradições. (ALVES, 1999, 39-40).

Os teóricos do fim do valor-trabalho e do trabalho como elemento constitutivo do pensamento social contemporâneo podem até abandoná-lo em suas análises sociais, mas encontraram problemas em considerá-lo inoperante, uma vez que o capital não poderia se reproduzir eliminando o trabalho vivo. Ora, ele (o capital) não necessita das diferentes formas de assalariamento no mundo do trabalho para poder continuar com seu ciclo reprodutivo? Afinal, não é desta forma que o capital se reproduz? Marx já esclarecia essas interrogações quando afirmava que o trabalho assalariado é trabalho vivo, ou seja, gerador de capital, e capital é também trabalho acumulado (MARX, 1987). Em outras palavras, capital e trabalho assalariado são forças antagônicas, e não conseguem existir sem o seu oposto. Não seria, então, uma mera abstração pensar uma sociedade sem trabalho, já que é a partir dele que o capital se reproduz e os trabalhadores garantem sua sobrevivência?

Estando convicto de que o trabalho ainda ocupa papel estruturante na sociedade capitalista, pois o capital não poderia continuar se reproduzindo como força autônoma, iniciamos o primeiro capítulo analisando as transformações que vêm ocorrendo no setor



bancário-financeiro no país. Verificar-se-á que as fronteiras para o capital se expandir caíram e aumentaram a velocidade do seu fluxo pelo planeta. As políticas de liberalização e desregulamentação permitiram que o capital financeiro circulasse com maior velocidade e tornasse também o setor mais concentrado e menos público e, conseqüentemente, com implicações para o mundo do trabalho.

# Capítulo 1

## O SETOR BANCÁRIO-FINANCEIRO E SUA REESTRUTURAÇÃO

Nos anos 90, o Brasil seguiu os mesmos passos da reestruturação no setor bancário-financeiro dos países de capitalismo central. Para acompanhar essa nova dinâmica do capital financeiro mundial, o país tratou de implementar políticas de liberalização, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações. Tais medidas visavam enfrentar os problemas econômicos, o endividamento externo e interno e a herança deixada pelos fracassos dos planos de estabilização macro-econômica, que agravaram a crise e os problemas sociais do país.

Para enfrentar a crise e o endividamento, o governo, por determinação dos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), passa a vender empresas “deficitárias”. Em 1994, já no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), tratou de vender empresas estratégicas na esperança de reduzir o déficit público. Os objetivos, porém, não foram atingidos, já que houve um crescimento significativo das dívidas, bem como o agravamento dos problemas sociais.

O setor bancário, especificamente, também fez parte dessa política de privatização das empresas nacionais. Os bancos públicos estaduais e até mesmo os bancos oficiais estavam na lista para serem transferidos ao capital financeiro nacional ou internacional. Veremos que um novo quadro se desenhou no sistema financeiro, tornando-o menos público e mais internacionalizado. Tais políticas atenderam aos interesses financeiros

privados nacionais e internacionais, que souberam aproveitar a política privatista engendrada pelo governo FHC. A privatização dos bancos acirrou a disputa concorrencial entre os grandes grupos financeiros, mas não chegou a ameaçar a liderança dos bancos privados nacionais, visto que esses foram os principais beneficiados.

Esse novo modelo de organização para o setor bancário, concentrando capital e tornando-o mais privado, também trouxe como consequência a exclusão de grande parte da população dos serviços bancários, uma vez que ocorre uma migração de bancos para os grandes centros econômicos, em especial para a região Sudeste onde se concentram os maiores volumes de operações financeiras.<sup>11</sup>

A política privatista para o setor bancário veio logo após a implantação do chamado Plano Real, que permitiu uma relativa estabilidade monetária. Os bancos foram obrigados a se adaptarem ao novo cenário de economia de baixa inflação e a se reestruturarem para garantir sua permanência no mercado. As instituições não podiam mais contar com os lucros inflacionários, que acompanharam por longos períodos a economia do país, como estratégia de lucratividade, passaram a buscar novos produtos e negócios. Esse movimento de reorganização das atividades financeiras foi acompanhado pela maior racionalização do trabalho, ou seja, investimentos em tecnologia, flexibilização da jornada de trabalho, terceirização e demissões de um grande número de trabalhadores.

### **A mundialização do capital financeiro**

O capitalismo passou a viver uma nova fase de desenvolvimento a partir dos anos 70. Logo após o chamado “anos dourados”, época do apogeu do fordismo e do keynesianismo, uma profunda crise econômica e social surge depois de um longo período de forte acumulação de capitais. Uma das evidências desta crise estrutural do capitalismo foi o aumento considerável das taxas de desemprego, que atingiu os países centrais, principalmente os Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido. A causa desse

---

<sup>11</sup> Dar-se-á como exemplo o Banco do Estado do Paraná (Banestado), vendido para o Itaú. Ao comprar o Banco, o Itaú fechou 76% das agências, entre dezembro de 2000 e setembro de 2002. Inicialmente dizia que iria fechar 20%, mas isso não ocorreu na prática, pois deixou muitas cidades sem serviços bancários onde o Banco era pioneiro. Os motivos alegados pelo comprador foram o “baixo retorno”(Dieese, Subseção CNB. In: Revista dos Bancários, 2003). Para uma análise do processo de migração dos bancos para regiões mais desenvolvidas ver Junckes, 2004.

problema nos referidos países foi, segundo Duménil e Lévy, a queda nas taxas de acumulação de capital e de crescimento da produção. (DUMENIL E LEVRY, 2003:18-19).

Um processo de desregulamentação financeira começa a ocorrer nos países centrais, atingindo, posteriormente, os países periféricos, proporcionando uma liberalização dos fluxos internacionais de capitais. Esse momento de mundialização financeira seguiu em três fases, conforme Chesnais. A primeira fase ocorreu nas décadas de 60 e 70, chamada pelo autor de “internacionalização financeira direta”. Esse período caracteriza-se pela interrupção do padrão ouro-dólar e do sistema de taxas de câmbio fixa e se desenvolve o mercado de *eurodólares*.<sup>12</sup> A segunda fase abrangeu o período do final dos anos 70 até a metade dos anos 80. Essa etapa é a da desregulamentação e liberalização financeira. Os governos americano e britânico inauguraram o atual sistema financeiro liberalizado. As características da segunda fase são a liberalização para a entrada e saída livre de capitais e a “securitização” da dívida pública. Nessa fase, ocorreu também o aparecimento no mercado financeiro de instituições não-bancárias e o crescimento de fundos de pensão e fundos mútuos.<sup>13</sup> A terceira fase compreende o período de 1986-1995, que é a fase da incorporação dos mercados dos países periféricos. Tal período é caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados de ações e a incorporação destes países dentro da circulação internacional do capital financeiro (CHESNAIS, 1999).

Para Chesnais, estamos agora diante de um novo regime mundial de acumulação de capitais. Ele denomina esta nova etapa do funcionamento do capitalismo de “regime de acumulação predominantemente financeira” que caracterizará o que ele denominou de “mundialização do capital”.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Os eurodólares são: “Moeda norte-americana mantida em bancos fora dos EUA, principalmente na Europa, e comumente usada na liquidação de transações internacionais” (DOWNES e GOODMAN, 1993:204)

<sup>13</sup> Sobre os fundos de pensão, ver CHESNAIS, 2005.

<sup>14</sup> Chesnais esclarece que o regime de acumulação financeira mundializada é, em essência, fortemente seletivo. “Ele não é mundializado no sentido em que englobaria o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser consubstancial sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas das finanças, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais” (CHESNAIS, 2003:52).

A mundialização financeira gerou uma maior interdependência entre os países capitalistas. Nos anos 90, observou-se mais a importância dos Investimentos Externos Diretos (IED) do que das trocas. De acordo com Alves, o IED foi determinante para a disseminação de um padrão mundial de inovação produtiva capaz de estabelecer uma estrutura de produção e articulação do capital em escala mundial. “A disseminação do IED tende a ser acompanhada pela globalização das instituições bancárias e financeiras, cujo efeito é facilitar as fusões e aquisições transnacionais. O capital bancário e financeiro transnacional acompanha e impulsiona as operações do capital industrial transnacional” (ALVES, 1999:61).

Os IDE não foram um processo que atingiu de forma homogênea os países em desenvolvimento. Camara e Salama mostram que as economias desses países que receberam empréstimos bancários, investimentos em carteira e investimentos diretos, na última década, ocorreram de forma bastante diferenciada. O fluxo de capitais que se deslocavam para os continentes (América Latina, Ásia, África) era atraído, principalmente, pelas altas taxas de juros ou por setores específicos da economia. Isso provocou efeitos negativos para os que adotaram taxas de juros muito altas. A liberalização e a desregulamentação paralisaram a economia real, mergulharam os países na recessão, no endividamento externo e no déficit comercial. (CAMARA e SALAMA, 2005).

No período de 1985 a 1995, Chesnais observou uma alta concentração do capital-dinheiro, sobretudo do capital financeiro, ou seja, o capital que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Esta concentração do capital-dinheiro foi acompanhada de um processo, tanto em escala nacional como em escala internacional, de centralização e de concentração financeira e industrial do capital. Além disso, passa a ocorrer uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, desencadeando fusões e aquisições interfronteiras. Chesnais verificou ainda um crescente domínio do capital financeiro como força relativamente autônoma diante do capital industrial (CHESNAIS, 1996).

Na mundialização do capital, o capital financeiro foi o que predominou. A partir dos anos 80, as instituições financeiras e as corporações transnacionais cresceram e concentraram grande soma de capital-dinheiro. Estes capitais atualmente se concentram em fundos de pensão e aposentadorias, fundos mútuos de investimentos, grupos de seguros, e

em grandes bancos multinacionais.<sup>15</sup> Muitos autores acreditam que o processo de “financeirização”,<sup>16</sup> que ocorre em escala mundial, é decorrente da crise de superprodução capitalista e da baixa taxa de lucratividade do setor produtivo a partir da metade dos anos 60. Além deste fator estrutural do processo econômico, podemos apontar também o processo político, que permitiu o avanço do capital financeiro, ou seja, a política de juros altos que agravou o endividamento dos países periféricos em meados dos anos 70.<sup>17</sup>

Assim, a dívida externa dos países periféricos permitiu que as instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, ditassem as políticas monetárias, a liberalização e a desregulamentação financeira para que atendessem aos interesses dos países credores. Na concepção de Tavares e Fiori, essas políticas tiveram fortes implicações na reorganização dos mercados financeiros, o que, segundo eles, “produziram um aumento da rivalidade bancária em nível internacional” (TAVARES e FIORI, 1993:59). Iniciou-se, assim, uma reorganização do capital e do seu sistema político e ideológico de dominação, em que o neoliberalismo foi o ponto mais marcante, impulsionando decisivamente a mundialização do capital e do novo regime de acumulação financeira.

Para TAVARES, a valorização do capital-dinheiro está fortemente relacionada com a “hegemonia americana”, que dita a política fiscal e monetária e transforma os países periféricos em negócios financeiros. A hegemonia americana se deu tanto no plano geoeconômico (“diplomacia do dinheiro”) como no plano geopolítico (“diplomacia das armas”), especialmente a partir do começo da década de 80. A liberdade dos movimentos de capital beneficiou principalmente os Estados Unidos, já que este é o maior receptor de capitais do mundo (TAVARES e MELIN, 1997).

---

<sup>15</sup> Para se ter uma idéia do volume desses recursos, os fundos de pensão tinham no Brasil, em 1999, segundo o Dieese, um patrimônio de 80 bilhões de reais, os fundos de investimentos administram mais de 150 bilhões de reais, e as seguradoras, aproximadamente, 35 bilhões de reais. Tais recursos são administrados pelos bancos. (DIEESE, Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendências. 1999).

<sup>16</sup> Ver SALAMA, 1998; COUTINHO e BELLUZO, 1998.

<sup>17</sup> O crescimento da Dívida Externa nos países da América Latina foi bastante acentuado entre os anos de 1977 e 1987. No Brasil, por exemplo, a Dívida Externa passou de 13% para 29% do PIB. Na Argentina, pulou de 10% para 62%. No México, a Dívida era de 10% e passou para 52% de seu PIB. O Chile, entretanto, foi o país que acumulou maior endividamento. A dívida do país passou de 28% para 89% do PIB (VAZ, 1999:79).

Como já ressaltado, a crise do capital ocorreu após um longo período de acumulação de capitais, que aconteceu no apogeu do fordismo. A partir do início dos anos 70, o ciclo de crescimento começa a dar sinais de esgotamento. Dessa forma, uma nova ofensiva do capital na produção se inicia para atingir um outro patamar de acumulação em escala mundial. Esta mobilidade do capital vem atingindo e debilitando os sindicatos, o trabalhador assalariado e a sua subjetividade, isto é, sua maneira de pensar e agir, como veremos mais adiante nesse trabalho.

Na “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1999), ou na passagem para uma nova modalidade de acumulação capitalista – “acumulação flexível” (HARVEY, 1993), é que o capital precariza o trabalho. Desse modo, milhões de trabalhadores não podem participar do processo de produção de sua vida material no ambiente laboral, já que foram excluídos da sociabilidade proporcionada pelo ato laborativo. É assim que o capital se reestrutura e revoluciona os meios de produção para garantir sua valorização e, ao mesmo tempo, fragilizar a classe trabalhadora, que vive à mercê do mercado para garantir seu trabalho e sua sobrevivência. O mundo do trabalho, como tratar-se-á mais adiante, vive seu momento mais crítico, pois esta nova ofensiva do capital na produção, além de debilitar o movimento sindical, fragmenta a classe assalariada.

A relativa autonomia do sistema bancário e financeiro, a velocidade de entrada e saída do capital especulativo de um país para o outro demonstram a vulnerabilidade do capitalismo em face da era da mundialização do capital. O caso mexicano é um exemplo dessa instabilidade em que vivem os países dependentes de capital estrangeiro. Antes da crise cambial mexicana, o país vivia uma relativa estabilidade econômica. As taxas de juros no mercado mexicano eram mais atraentes que as do mercado americano, o que fez o México ter uma boa reserva em dólar.<sup>18</sup> Contudo, o efeito da política monetária mexicana (com o aval do FMI) começou a dar sinais de desgaste. A abertura de títulos públicos aos investimentos estrangeiros desencadeou os efeitos negativos na economia mexicana, em

---

<sup>18</sup> Em 1994, antes da desvalorização do peso, havia 51 bilhões de dólares de dinheiro estrangeiro aplicado na bolsa de valores mexicana e outros 52 bilhões em títulos do governo (EXAME, 29/03/1995).

1995.<sup>19</sup> Com o aumento das taxas de juros do mercado americano, começa a ocorrer uma fuga de capitais e, assim, o Banco Central mexicano não consegue conter a crise cambial, sendo obrigado a desvalorizar rapidamente sua moeda.

Para Chesnais, essa crise que se abateu nos países periféricos foi decorrente da liberalização, da desregulamentação comercial e das políticas de privatização. O “capital portador de juros” ou “capital financeiro”, na sua ânsia de “fazer dinheiro”, coloca esses países em condições de dependência, fragilidade e crise econômica.

As crises que tiveram como palco os ‘países emergentes’ apresentaram, de forma particularmente forte, o selo da ‘insaciabilidade’ da finança. Com dificuldades para aplicar, tanto os investidores institucionais quanto os grandes bancos para lá se precipitaram. Eles contribuíram para um crescimento em parte efetivo, mas também amplamente artificial ou assentado em bases muito frágeis. Assim que as coisas deterioraram, eles fugiram (CHESNAIS, 2005:64).

A “mundialização” dos mercados financeiros não é um movimento que atinge de maneira igual a todos os países. Esta mundialização seleciona e ao mesmo tempo exclui países e camadas sociais. Assim, nem todos podem participar da mesma forma desse movimento global de capitais. O caso da América Latina (ou da África) é exemplo de inserção subordinada nesse movimento aos interesses das nações hegemônicas. Países como Brasil, México e Argentina viram suas economias declinarem, a dívida externa aumentar e seus problemas sociais se agravarem. A política econômica de tais países proporcionou um livre fluxo de capital e deixou essas economias muito vulneráveis e dependentes do capital especulativo.

Analisar-se-á a seguir, no caso do Brasil, do apego à política neoliberal para inserir o país na “nova” ordem mundial. A partir dos anos 90, os governos, em especial o governo Fernando Henrique Cardoso, intensificaram a política de desnacionalização das empresas

---

<sup>19</sup> Para Amaral Filho e Mello (2003), o Brasil, Argentina e México foram países latino-americanos que aumentaram suas taxas de juros para controlar as altas taxas de inflação. Estas políticas tiveram, segundo esses autores, os seguintes efeitos: “(i) crescimento financeiro das dívidas públicas combinadas com o enfraquecimento dos Estados; (ii) diminuição dos investimentos e, por conseqüência, o aumento da taxa de desemprego; e, por último; (iii) a transferência de renda dos indivíduos ou daqueles desprovidos de poupança para aqueles indivíduos que detêm renda e poupança”(AMARAL FILHO e MELLO,2003:4).Esse aumento das taxas de juros teve profundas implicações na crise dos bancos estaduais no Brasil. Trataremos desse problema no próximo capítulo.



brasileiras com a alegação de reduzir o déficit público, modernizar a indústria e tornar competitivo o setor financeiro. Consta-se que, no período desse governo, os problemas de endividamento público aumentaram e a competitividade esperada acabou não ocorrendo e o setor bancário estadual passou para as mãos do setor privado nacional e estrangeiro.

### **O Plano Nacional de Desestatização (PND) no setor bancário**

O programa de privatização das empresas nacionais faz parte da agenda política do país há mais de duas décadas. O interesse do governo em entregar as empresas estatais ao capital privado passou por distintas fases. A primeira fase ocorreu ao longo dos anos 80. Nesse período, os governos militares e do Presidente José Sarney (1985-1989) não tinham ainda a intenção de promover um programa de privatização em grande escala, mas apenas de desfazer-se de empresas deficitárias, diminuindo, com isso, a presença do Estado no setor produtivo e podendo, dessa forma, renegociar com o FMI e o Banco Mundial o pagamento da dívida externa.

É somente no governo Collor (1990-1992) que a política privatista torna-se parte integrante das reformas estruturais do Estado. Inicia-se assim a segunda fase da política privatista, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), aprovado pelo Congresso Nacional, através da Medida Provisória 115 e logo em seguida transformada na Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Dessa maneira, entre 1991 e 1993, o PND concentrou esforços na venda de empresas estatais consideradas estratégicas.<sup>20</sup>

A terceira fase do PND começa no governo Itamar Franco (1992-1994). Na referida fase foram introduzidas mudanças na legislação, tais como a ampliação do uso de crédito do Tesouro Nacional como moeda para a compra de empresas e a liberalização para a participação de investimento estrangeiro com capital de até 100%. Com essas medidas, o

---

<sup>20</sup> Nesse período, as moedas da privatização, títulos da dívida pública, foram bastante utilizadas. Assim, no período do governo Collor, 15 empresas foram privatizadas no valor de US\$ 3,5 bilhões de dólares, sendo apenas US\$ 16 milhões em moeda corrente. (BC. Programa Brasil em Ação. A nova fase da privatização, 1997). Em 1991 foram vendidas a Usiminas por US\$1,92 bilhões, a Celma por US\$ 91,1 milhões, a Mafersa por US\$ 48,8 milhões e a Cosinor por US\$ 15,0 milhões, totalizando US\$ 2,10 bilhões de dólares. Em 1992, mais 14 empresas foram privatizadas, representando US\$ 2,48 bilhões. Em 1993, mais 6 empresas, foram vendidas no valor total de US\$ 3,03 bilhões de dólares ( Folha de São Paulo (FSP), 10/9/1995).

governo queria reduzir o endividamento do setor público e conter a inflação que crescia após o fracasso do “Plano Collor”.<sup>21</sup>

Entretanto, é no governo Fernando Henrique Cardoso que o PND ganha força. O governo altera e revoga a Lei nº 8.031 e sanciona a Lei nº 9.491, de setembro de 1997. As autoridades econômicas queriam reduzir a presença do Estado na economia. Tal fato é percebido com a MP nº 841, que ampliava a política de desestatização e transferia para o Planalto a coordenação do Programa e também criava o Conselho Nacional de Desestatização (CND), ligado ao Ministério do Planejamento. Esta nova configuração institucional objetivava dar maior agilidade à política privatista do governo.<sup>22</sup>

O PND tinha como objetivo principal reduzir o endividamento externo e interno,<sup>23</sup> o governo, todavia, informava que o plano visava à transferência à iniciativa privada das atividades exploradas pelo setor público; à redução da dívida pública líquida; ao fortalecimento do mercado de capitais; à reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infra-estrutura e do parque industrial para a maior “competitividade”; à reestruturação econômica do setor privado, sobretudo para a modernização da infra-estrutura e do parque industrial do país; à diminuição das pressões sobre as taxas de juros e, finalmente, para que permitisse que o setor público concentrasse esforços nas “atividades prioritárias”.<sup>24</sup>

Essas metas do governo, no entanto, tiveram um preço bastante alto para o país. A economia enfrentou uma violenta recessão, principalmente em 1998, quando o crescimento foi inexistente devido às altas taxas de juros, vulnerabilidade de capitais externos, arrocho do crédito e o aumento do déficit público.

---

<sup>21</sup> Cerca de US\$ 2 bilhões de dólares foram obtidos com o Programa. O governo Itamar conseguiu vender 18 empresas, arrecadando US\$ 5,113 bilhões, superando assim o período do governo Collor, que tinha desestatizado 15 empresas e arrecadado US\$ 3,49 bilhões de dólares. (BNDES, 1993, In: BC. Programa Brasil em Ação. A nova fase da privatização, 1997).

<sup>22</sup> Foram privatizadas 11 empresas nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1994 foram nove empresas, significando um acumulado de US\$ 619,6 milhões. No ano seguinte foram vendidas, até agosto de 1995, duas empresas, que representou US\$ 639,5 milhões. De outubro de 1991 até setembro de 1995, o valor total acumulado da venda das estatais foi de US\$ 9,24 bilhões de dólares (FSP, 10/9/1995).

<sup>23</sup> Em dezembro de 1994, a dívida externa do Brasil era de 149 bilhões de dólares e pulou para 229 bilhões em dezembro de 1998. Em 1994, a dívida mobiliária interna do governo federal era de 62 bilhões de dólares, e passou para 324 bilhões em fins de 1998 (LESBAUPIN, 1999:70).

<sup>24</sup> PND, Lei nº 9.491, de 9/9/1997.

Dessa forma, em nome do Plano Real, o governo FHC pressionou os governos estaduais a reduzirem suas despesas. O resultado foi a deterioração dos serviços públicos, como saúde, educação, segurança.<sup>25</sup> A redução do déficit público, como queria o governo, não aconteceu, tanto por parte da União como por parte dos Estados. Em 1996, segundo Singer, o déficit total (União, estados e municípios) era de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e pulou para 7,0% em 1998 (SINGER,1999:38). Para ele, a eliminação ou redução do déficit não garantiria a estabilização econômica, como imaginava o governo. Tudo não passou, diz, de motivações ideológicas, em que sustentam a liberdade de mercado. “É vital para eles sustentar que qualquer inflação se origina no setor público por políticas monetaristas restritivas” (SINGER.1999: 30).

Este processo de desnacionalização das empresas nacionais, a partir do governo FHC, deixou como herança um endividamento nas contas dos governos dos Estados. Conforme Gonçalves, a política de aquisições e fusões que vinha ocorrendo enfraqueceu as empresas nacionais, em especial a partir de 1995. As políticas comercial, cambial, fiscal e monetária do governo foram determinantes para agravar a já difícil situação das empresas no país. A privatização foi também, segundo ele, outro agravante. Diz:

A privatização, com base em IED, deixa como herança a transferência do processo de decisões para o exterior, que fragiliza ainda mais a capacidade do Estado de formulação e execução de políticas, assim como gera um fluxo perpétuo de remessa de recursos para o exterior, que agrava ainda mais a vulnerabilidade externa do país (GONÇALVES, 1999:197).

Esses números negativos do endividamento revelam que a política privatista não contribuiu para reduzir o problema, como pretendia o governo. O que verificou-se foi a ida das autoridades econômicas aos organismos financeiros internacionais para salvar o programa de estabilização macroeconômica.

O setor bancário também estava incluído no PND do governo FHC. A Lei 9.491 determinava que poderiam ser objeto de desestatização “empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do

---

<sup>25</sup> Para uma análise da deterioração das políticas sociais no governo FHC, ver Neto,1999.

Poder Executivo”.<sup>26</sup> Desse modo, o governo federal inicia sua política de “ajuste dos bancos estatais”. Este setor começa a presenciar o maior programa de privatização da sua história. É a partir do final de 1994, que as autoridades financeiras passam a intervir em várias instituições pelo país.<sup>27</sup> O Banespa, Banerj, Beron, Bemat e Produban foram os bancos estaduais que sofreram as primeiras intervenções do Banco Central do governo FHC.<sup>28</sup> O governo FHC reforçou o que já vinha ocorrendo na prática desde 1987, ou seja, a intervenção dos bancos para posterior privatização, pois, quando um banco estadual sofre intervenção pelo Banco Central, como aconteceu com vários bancos estaduais, como verificar-se-á no capítulo seguinte, o governo federal e os governos estaduais podem “federalizar” e privatizar, conforme já determinava o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.<sup>29</sup>

Em agosto de 1996 surge o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), criado através de Medida Provisória. O Programa tinha o intuito de reestruturar as finanças dos governos estaduais, resolver os problemas de liquidez e deterioração patrimonial dos bancos estaduais e prepará-los para a privatização.

Os bancos públicos encontraram dificuldades diante da política de estabilidade monetária no “pós-Real”. Dados do Banco Central revelam que as receitas inflacionárias

---

<sup>26</sup> PND, Lei nº 9.491, de 9/9/1997. Esta Lei, entretanto, no seu Artigo 3º, não se aplicava ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União.

<sup>27</sup> Até dezembro de 2001 foram decretados regimes especiais em 224 instituições financeiras, sendo 56 em bancos, 72 corretoras ou distribuidoras, duas financeiras e 57 administradoras de consórcio. (Banco Central. Panorama atual do Sistema Financeiro Nacional e necessidade de sua reordenação no ambiente de estabilização monetária, 2002).

<sup>28</sup> A intervenção do BC no Banespa ocorreu no final de dezembro de 1994, véspera da posse do novo governo do Estado, num momento em que a dívida do setor público paulista com a instituição atingia R\$ 9 bilhões. Já o Banerj, ao final do primeiro ano de intervenção, o Banco apresentava um passivo a descoberto de R\$ 1,86 bilhões, registrando prejuízo da ordem de R\$ 754 milhões (DIEESE. Bancos Públicos Estaduais: notas sobre a crise e propostas de reestruturação, 1997:12).

<sup>29</sup> O exemplo concreto foi a privatização do Banco Meridional, que pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul. O Meridional passou a ser controlado pela União e vendido posteriormente para o grupo financeiro Bozano/Simonsen, em 4 de dezembro de 1997.

equivaliam a 4,2% do PIB, em 1993, e os bancos públicos apropriavam-se de 63% desse montante.<sup>30</sup>

Em 1988, a situação financeira dos bancos estaduais e caixas econômicas estaduais era bastante diferente. Dados divulgados pelo Banco Central destacam a importância deste segmento na economia do país. Eles respondiam por 10% dos ativos e dos depósitos do sistema bancário, 17% das operações de crédito e 6% do patrimônio líquido, de acordo com Quadro 1.

### Quadro 1

#### Participação dos bancos estaduais no sistema financeiro- 1988

Em Cz\$

	<b>Bancos estaduais</b>	<b>Áreas bancárias(b)*</b>	<b>(a)(b)</b>
Operações de crédito	10.913.518.466.873	62.767.812.634.97	17,4
Total geral do ativo	17.285.488.357.843	173.553.884.826.040	10,0
Depósitos	5.826.086.966.392	57.595.298.702.275	10,1
Patrimônio líquido	893.454.914.823	14.819.095.576.968	6,0

Fonte: Bacen In: Saviano Junior, 2004

\*Inclui bancos múltiplos, comerciais e caixas econômicas estaduais.

Em menos de oito anos, os ativos dos bancos estaduais tiveram um aumento de 17% do total do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Porém, enquanto em 1996 o número de funcionários desses bancos era de 134 mil trabalhadores, em 3.899 agências, em 2001 reduziu para 40.367 trabalhadores, em 1.507 agências, ou seja, 93.758 trabalhadores perderam seus empregos no setor bancário estadual, conforme quadros 2 e 3.

<sup>30</sup> BC. Relatório de Atividade da Diretoria de Fiscalização, 2002:36.

## Quadro 2

### Instituições financeiras estaduais – Algumas características – 1996

Valores em R\$

Estado	Bancos	Siglas	Inst. Fin. Ligadas	Patrim. líquido	Nº ag	Nº func.
AC	Banco do Estado do Acre S.A	Banacre	-	6.525.880,11	15	578
AL	Banco do Est. de Alagoas S.A	Produban	-	-40.086.736.,03	24	1.128
AM	Banco do Est. do Amazonas S.A	BEA	-	90.741.333,02	37	1.323
AP	Banco do Est. do Amapá S.A	Banap	-	6.851.798,98	2	110
BA	Banco do Est. da Bahia S.A	Baneb	Baneb Financeira Baneb Créd. Imobiliário Baneb CGVN Dibahia Baneb DTVN Baneb Leasig	121.729.076,61	169	4.193
	Banco de Des. Do Est. da Bahia S.A	Desenbanco		58.358.120,90	n d.	nd.
CE	Banco do Est. do Ceará S.A	BEC	BEC DTVM	72.697.921,39	86	2.593
DF	Banco de Brasília S.A	BRB	BRB DTVM	202.365.112,32	46	3.865
ES	Banco Banestes S.A	Banestes	Banestes Créd. Imobiliário	113.880.171,93	105	3.865
	Banco de Des. do Esp. Santo S.A	Bandes		39.649.984,13	1	350
GO	Banco do Est. de Goiás S.A	BEG	GEB DTVM	71.137.615,70	176	3.767
	Banco de Des. De Goiás S.A	BD Goiás		-49.148.969,05	nd.	nd.
MA	Banco do Est. do Maranhão S.A	BEM	BEM DTVM	- 15.419.689,94	89	1.665
MT	Banco do Est. do Mato grosso S.A	Barnat		- 12.854.326,65	30	1.164
MG	Banco do  Estado de Minas Gerais S.A	Bemge	Financeira Bemge	168.671.727,27	591	9.679
	Banco de Des. De Minas Gerais S.A	BDMG		139.111.972,15	1	508
PA	Banco do Est. do Pará S.A	Banpará	-	18.194.250,25	37	1.306
PB	Banco do Est. da Paraíba S.A	Paraiban	-	63.081.231,22	7	474
PE	Banco do Est. de Pernambuco S.A	Bandep	Bandep DTVM	-206.802.919,38	52	2.297
PI	Banco do Est. do Piauí S.A	BEP	-	37.720.870,91	6	278
PR	Banco do Est. do Paraná S.A	Banestado	Banestado CVN Banco del Paraná Banestado Leasig	453.988.979,20	392	12.886
RJ	Banco Banerj S.A	Banerj	-	181.436.566,73	193	7.420
RO	Banco do Est. de Rondonia S.A	Beron	-	- 97.245.345,19	29	992
	Rondônia Crédito Imobiliário S.A	Rondon Poup	-	9.769.368,54	nd.	nd.
RR	Banco do Estado de Roraima S.A	Banroraima	-	6.117.725,88	10	196
RS	Banco do Est. do Rio G. do Sul S.A	Banrisul	Banrisul S/A –A.Mercanti Barisul S/A –CCVN	420.956.196,56	317	8.988
	Caixa Econômica Est. do Rio G. do Sul	CEE	-	209.380.464,67	92	3.918
SC	Banco do Est. de Santa Catarina S.A	Besc	Besc DTVM – Bescval Besc Financeira Besc S.A – A. Mercantil Besc Cred. Imobiliário – Bescredi	268.110.283,74	255	8.483
	B. de Des.Est. de Santa Catarina S.A	Badesc*		87.210.628,58	nd.	nd
SE	Banco do Est. de Sergipe	Banase	-	14.499.472,05	47	1.007
SP	Banco do Estado de São Paulo S.A	Banespa	Banespa CCVM Banque Banespa Internacional	2.441.1089.200,33	611	34.872
	Nossa Caixa Nosso Banco	Nossa Caixa		759.967.965,06	482	13.403
<b>Total</b>				5.666.345.194,14	3.899	134.125
Total do SFN				69.452.641.632,00	17.258	597.648
Percentual				8,16%	22,59%	22,44%
Percentual de Ativos				17,59%		

Fonte: Banco Central, In: Saviano Jr, 2004.

\* Destes 24 bancos estaduais, 7 foram transformados em agências de fomento. No caso de Santa Catarina, o Badesc, ligado ao Conglomerado Besc, foi transformado em agência de fomento.

## Quadro 3

## Instituições financeiras estaduais - algumas características – 2001

Estado	Inst. financeiras	Sigla	Inst. Financ. ligadas**	Patrim. Líquido	Nº ag.	Nº de Func.***
AM	Ag. de Fomento do Est. do Amazonas S.A	AFEAM	-	62.601.119,81	1	n.d
AP	Ag. De Fomento do Est. do Amapá S.A	AFAP	-	5.621.183,19	1	n.d.
BA	Ag. de Fomento do est. da Bahia S.A	Desenbahia	-	218.656.505,10	1	n.d
CE	Banco do Est. do Ceará S.A	BEC	BEC DTVM	192.070.580,24	71	1.603
DF	BRB – Banco de Brasília S.A	BRB	BRB DTVM BRB Financeira	214.974.181,05	53	3.603
ES	Banco Banestes S.A	Banestes	Banestes Créd. Imob.	152.445.775,07	94	3.520
	Banco de Des. do Esp. Santo S.A	Bandes		50.972.822,60	1	233
GO	Ag. De Fomento de Goiás S.A			73.543.775,78	2	n.d.
MA	Banco do Estado do Maranhão***	BEM	BEM DTVM	48.097.242,22	76	532
MG	Banco de des. de Minas Gerais S/A	BDMG		1.67.932.162,03	1	428
PA	Banco do Est. do Piauí S.A	BEP	-	26.527.221,39	7	n.d
PR	Ag. de Fomento do Paraná			121.862.221,39		
RN	Ag. de Fomento do Rio G do Norte S.A			4.944.190,29	1	n.d
RR	Ag. de Fomento do Est. de Roraima S.A	FERR	-	4.873.102,43	1	n.d
RS	Banco do Est. do Rio G.	Banrisul	-	586.402.584,21	354	8.040
	Caixa Est. S.A Ag de Fomento			188.778.384,84		
SC	Banco do Est. de Santo Catarina S.A	Besc	Besc DTV –Bescval Besc Financeira- Bescredi Besc S.A A-Mercantil Besc Cred. Imobiliário- Bescrri		256	4.882
	Badesc – Ag. Catarinense de Fomento S.A	Badesc		295.474.312,07	1	n.d
SE	Banco do Est. de Sergipe S.A	Banese	-	62.775.855,87	50	951
SP	Nossa Caixa Nosso banco S.A	Nossa Caixa		1.225.690.196,03	498	13.627
<b>Total</b>				4.254.377.793,92	1.507	40.367
Total do SFN				133.639.005.923,00	17.179	497.718
Percentual				3,18%	8,72%	8,11%
Percentual de Ativos				3,80%		

Fonte: Banco Central, In: Saviano Jr, 2004.

\*Não estão listadas as empresas não financeiras pertencentes aos conglomerados.

\*\*Inclui apenas as instituições bancárias.

\*\*\* Foi vendido para o Bradesco em 10 de fevereiro de 2004.

As autoridades financeiras disponibilizaram linhas de crédito para os Estados que desejassem ingressar no Proes. O Programa possibilitava que os recursos captados pudessem ser pagos em 30 anos, com juros de 6% ao ano. O dinheiro desembolsado no Programa, segundo o técnico do Banco Central, Salviano Jr., atingiria R\$ 61 bilhões, equivalente a 5,7% do PIB (Tabela 1). Esses recursos deveriam ser reembolsados pelos Estados à União de acordo com os contratos de financiamento firmados. O valor deste crédito podia cobrir as necessidades totais caso os governos dos Estados decidissem pela privatização do banco, caso contrário, sofreriam o processo de extinção e liquidação

extrajudicial, ou então o banco se transformaria em instituição não financeira ou agência de fomento.

Na tentativa de capitalizar os bancos e amenizar a dívida dos Estados, o Banco Central passou então a emitir títulos para as instituições financeiras, por meio da Resolução 2.081, de 26 de junho de 1994. Esses títulos ficariam conhecidos por Letras do Tesouro Série Especial, em que a União receberia as Letras dos Tesouros Estaduais (LTes). Tais medidas do governo federal não estavam na preocupação com o endividamento dos Estados ou da inliquidez dos bancos, mas no sucesso do plano de estabilização macroeconômica. O governo tinha medo que o acumulado do déficit fiscal e a insolvência dos bancos nos Estados pudessem contaminar todo o Sistema Financeiro Nacional.



**Tabela 1**  
**Valor dos títulos federais emitidos no âmbito do Proes**

Em milhões de R\$

<b>Estado</b>	<b>Data</b>	<b>Valor Emitido</b>	<b>Total por Estado</b>
Acre	29/3/1999	131,07	13,07
Alagoas	16/10/2002	457,00	
	16/10/2002	45,00	502,00
Amapá	29/12/1998	24,85	
	24/2/1999	4,00	28,85
Amazonas	2/8/1999	312,55	
	25/8/1999	51,10	
	6/9/2000	53,27	416,92
Bahia	1º/6/1998	164,53	
	25/6/1998	1.433,06	
	3/10/2001	13,41	1.711,00
Ceará	27/5/1999	984,72	984,72
Espírito Santo	25/11/1998	260,38	260,36
Goiás	27/5/1999	476,21	
	20/8/2000	60,00	
	4/10/2000	55,14	601,35
Maranhão	15/12/1998	29,82	
	13/1/1999	302,14	331,95
Mato Grosso	22/1/1999	193,11	193,11
Minas Gerais	15/6/1998	336,38	
	16/6/1998	616,12	
	24/6/1998	2.280,36	
	2/7/1998	329,45	
	6/8/1998	172,06	
	19/8/1998	902,54	
	22/1/1999	127,41	127,41
Paraná	5/3/1999	2.687,36	
	6/6/1999	136,75	
	1º/12/1999	736,01	
	15/12/1999	1.638,51	5.197,63
Pernambuco	15/8/1998	328,66	
	27/8/1998	915,74	1.244,40
Piauí	24/2/2000	69,08	
	6/9/2000	76,80	145,88
Rio Grande do Norte	18/3/1999	100,94	
	22/12/1999	4,00	104,94
Rio Grande do Sul	10/12/1998	2.379,88	
	5/7/2000	176,27	2.556,15
Rio de Janeiro*	15/7/1998	3.879,68	3.879,68
Rondônia	20/5/1998	549,2	549,20
Roraima	18/2/1999	39,98	39,98
Santa Catarina	29/3/1999	197,76	
	5/5/1999	68,48	
	7/8/2000	779,97	
	30/8/2000	0,02	
	1º/3/2002	89,62	
	26/3/2002	28,20	
	6/9/2002	62,80	
	26/9/2002	349,99	1.56,84
São Paulo*	23/12/1997	33.578,50	
	24/12/1997	2.548,00	36,126,50
Sergipe	18/1/1999	40,98	40,98
Total		61.448,11	61,448,11

Fonte: Banco Central In: Salviano Jr., 2004 Obs:

\* - Títulos emitidos para refinanciamento de dívidas estaduais, mas que serviram, com os do Proes, para saneamento de bancos.

O programa de ajuste e fortalecimento do setor bancário não se resumia apenas aos bancos públicos estaduais. Os bancos públicos federais também estavam dentro da política de “ajuste” do governo.<sup>31</sup> Dessa forma, o governo criou, em 22 de junho de 2001, o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Proef). Este Programa foi resultado da política de fiscalização engendrada pelo Banco Central nos bancos federais, particularmente no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. As autoridades financeiras queriam saber a real situação patrimonial destas instituições e adequá-las às normas que determinam os limites mínimos de capital e patrimônio líquido para o seu funcionamento.<sup>32</sup>

Os rumores em torno da possível privatização dos bancos federais criaram um clima de ansiedade entre os bancários. A ansiedade se justificava depois que o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) anunciava preparar um programa de reestruturação visando possíveis fusões e/ou transformações de bancos em agências de fomento e até demissões. O temor dos trabalhadores aumentou após a declaração do secretário do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a respeito do futuro das instituições. “O Comif decidiu realizar reuniões mensais regulares, com o objetivo de acompanhar o processo de reestruturação nas várias instituições financeiras públicas federais e promover estudos destinados a racionalizar e tornar mais compatíveis as atividades do BB, Caixa, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil”.<sup>33</sup>

O mundo bancário foi assistindo a um acelerado processo de fusões e aquisições. As instituições financeiras, para sobreviverem neste novo cenário, cada vez mais internacionalizado, necessitavam se expandir. Enquanto o crescimento da economia ocorria ainda de forma lenta, o setor bancário-financeiro, por sua vez, se globalizava. As fronteiras foram caindo e o capital circulando de um lado para o outro do planeta pela busca incessante por melhores lucros em velocidade jamais vista antes em sua história. É neste cenário

---

<sup>31</sup> A intenção foi manifestada na Nota Técnica (NT) número 20, do Ministério da Fazenda, em agosto de 1995. Esta Nota já apontava o Banco Meridional do Brasil como instituição a ser “reestruturada”. O Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social estavam na lista das autoridades financeiras, apesar de não declararem publicamente as intenções de privatizar tais instituições. ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). A Nova Fase da Privatização, 1997). O então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, negou que estes bancos seriam privatizados, o objetivo dos “ajustes”, diz, era torná-los mais competitivos (FSP, 23/06/2001).

<sup>32</sup> Em 23 de junho de 2001, o governo, assim, destinou recursos de R\$ 12,5 bilhões para o fortalecimento dos bancos federais.

<sup>33</sup> FENAE, AGORA, 21/3/1999.

que o país precisou resolver seus problemas econômicos internos. O processo inflacionário que perseguiu o país por muitos anos teve que ser enfrentado pelas autoridades econômicas do governo. Foi assim, somente na metade dos anos 90, após várias tentativas fracassadas, que o governo conseguiu reduzir os altos índices de inflação, através do plano de estabilização macroeconômico, o Plano Real, em julho 1994.

Com o plano macroeconômico, um novo quadro de relativa estabilização econômica foi revelando a fragilidade de muitas instituições financeiras e suas dificuldades para se adaptar ao novo ambiente da economia, bem como a sua incapacidade de gerir corretamente as finanças.<sup>34</sup> A perda que existia com os ganhos inflacionários (“float”) havia terminado e revelou a difícil adaptação dos bancos, particularmente os bancos federais e estaduais, que, segundo as autoridades financeiras, apresentavam uma “estrutura pesada” com elevado número de agências e custos elevados para a captação de recursos de investimentos.<sup>35</sup> O elevado número de empregos também era apontado como razão dos problemas desses bancos. De acordo com dados da Andima e do IBGE, a relação percentual entre a remuneração de pessoal e o valor da produção para os bancos públicos era superior a 64%, sendo que, em 1993, chegou a 144,9%, enquanto nos bancos privados esse percentual girava em torno de 30%. ( Tabela 2)

---

<sup>34</sup> Segundo uma matéria de um jornal de circulação nacional, os governos dos Estados emprestavam dinheiro sem a garantia de retorno. As investigações das autoridades financeiras mostravam empréstimos que beneficiavam políticos, empresários ou empresas que não tinham condições de honrar suas dívidas. O BC chegou a abrir, somente no ano 2000, 25 processos administrativos e encaminhou 13 denúncias ao Ministério Público. Conforme o BC, a inadimplência piorava nas trocas de governo. Os governadores e deputados eleitos retribuía o apoio financeiro recebido pelos empresários na campanha eleitoral por meio de empréstimos que acabavam não sendo pagos. O banco do Estado de Alagoas, o Produban, foi um exemplo desses problemas. Os principais devedores do Banco eram empresários, que também eram os maiores doadores nas campanhas eleitorais. O Banco de Alagoas acabou sofrendo duas intervenções do BC e fechou em 1997 (FSP, 6/2/2000).

<sup>35</sup> De acordo com José Roberto Mendonça de Barros, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, e Manueto F. de Almeida Jr., coordenador-geral da política monetária da Secretaria Econômica: “A perda do float já era um indicador para o sistema financeiro de que este teria de passar por profundas mudanças para se adequar à nova realidade de estabilização de preços. O número elevado de agências bancárias, que antes se viabilizava por essas transferências inflacionárias, não era mais economicamente viável, levando a que vários bancos comessem seu processo de ajuste pelo fechamento de agências. No entanto, esse ajuste, de fato, não se concretizou, o que pode ser atestado pela pequena redução no número de dependências bancárias que passou de 17.939, em dezembro de 1994, para 17.865, em dezembro de 1995, segundo dados do BC” (BARROS e ALMEIDA JR., 1997:4).

**Tabela 2****Remuneração de pessoal/valor da produção dos bancos públicos e privados (1990-1995)**

<b>Ano</b>	<b>Públicos (%)</b>	<b>Privados (%)</b>
1990	64,4	32,4
1991	71,0	34,1
1992	115,7	31,5
1993	144,9	26,6
1994	96,4	23,5
1995	71,6	33,8

Fonte: ANDIMA/IBGE: Sistema Financeiro – uma análise a partir das contas nacionais 1990-1995.

A crise já atingia o setor bancário público e também batia à porta de importantes bancos do país como o Banco Econômico e o Banco Nacional, em 1995. O Banco Econômico foi o primeiro a enfrentar a intervenção após o Plano Real, ocupando nesse período, o oitavo lugar no ranking por patrimônio líquido e o décimo lugar no rol por depósito. Já o Banco Nacional era o sexto maior em patrimônio líquido e o quinto em depósitos, mas também sofreu intervenção do BC, nesse mesmo ano.<sup>36</sup> A fragilidade financeira dos referidos bancos foi, na verdade, anterior ao Plano. O problema foi se agravando com a perda de receitas oriundas do processo inflacionário. A onda de inadimplência, o arrocho do crédito pelo governo e o fato das instituições terem emprestado dinheiro sem a garantia de retorno agravaram ainda mais a crise destes bancos.

O Banco Nacional, especificamente, já mostrava problemas de saúde financeira e que pioraram com a redução da inflação e a onda de inadimplência provocada pela redução do crédito. O governo queria evitar a qualquer custo o risco de uma crise generalizada no sistema bancário. Os técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda acreditavam

<sup>36</sup> BC. Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização-1995-2002.

que a perda de confiabilidade poderia arrastar todo o sistema financeiro para uma quebra geral e com conseqüências incalculáveis para a economia do país.<sup>37</sup>

Outro grande banco que mostrou sua fragilidade no “pós-Real” foi o Bamerindus, chegando a ocupar, em 1994, a terceira posição, com US\$ 12 bilhões de dólares. O Banco foi incorporado pelo grupo financeiro inglês HSBC, em março de 1997. Segundo dados do Deutsche Morgan Grenfell, a entrada dessa organização aumentou a participação dos bancos estrangeiros no país de 9,4% para 12,5%.<sup>38</sup> Conforme Quadro 4, a compra do Bamerindus colocou o HSBC na 5ª posição dos bancos privados no país.

**Quadro 4**

**Ranking dos bancos privados nacionais e estrangeiros no país - 1994 - 1997**

<b>Posição</b>	<b>A posição dos bancos em 1994</b>	<b>Ativos/Bilhões de dólares</b>	<b>A posição dos bancos em 1997</b>	<b>Ativos/Bilhões de dólares</b>
1º	Bradesco	19,3	Bradesco	37,00
2º	Itaú	14,4	Itaú	35,00
3º	Bamerindus	12,0	Unibanco	23,9
4º	Nacional	11,2	Real	16,7
5º	Unibanco	9,6	HSBCBamerindus	13,7
6º	Real	7,6	BCN	13,3
7º	Safra	6,5	Safra	10,3
8º	BCN	6,0	CCF	9,9
9º	Lloyds	5,4	Citibank	7,9
10º	Econômico	5,1	Boston	7,8

Fonte: BC, In: Carta Capital, 9/7/1997.

<sup>37</sup> Gustavo Loyola, então presidente do Banco Central, tentava tranquilizar os investidores. Em entrevista a uma revista de circulação nacional, esclarecia: “O sistema financeiro não passa por uma crise generalizada. Enfrenta apenas uma fase de ajuste, inevitável para quem saiu de uma economia com 50% de inflação ao mês para menos de 20% ao ano. O que há é uma grande solidariedade entre as instituições” (VEJA, 22/11/1995). Gustavo Loyola chamava de “solidariedade” a política de fusão que vinha acontecendo no mercado financeiro do país.

<sup>38</sup> Carta Capital, 9/7/1997.

Com os bancos estaduais, a situação de crise financeira não foi muito diferente. Para Lopreato, contudo, o problema de tais bancos é anterior ao Plano Real, uma vez que essas instituições, já nos anos 80, tornaram-se a principal fonte de financiamento, investimento e serviços das dívidas dos Estados. “Os bancos estaduais ocuparam posição privilegiada no gerenciamento dos recursos financeiros em circulação no setor público, além de serviços como instrumento de alavancagem financeira aos Estados e de garantirem empréstimos favorecidos a setores prioritários da política oficial” (LOPREATO, 2002:130). A crise do país e das finanças estaduais levou junto, de acordo com esse autor, muitos bancos a uma situação de insolvência.

O problema administrativo e as operações financeiras duvidosas ou até irregulares efetuadas por seus gerenciadores foram outro problema apontado por Lopreato. A utilização dos bancos estaduais como instrumento de auxílio e o crescente entrelaçamento de suas operações como socorro aos governos provocaram a deterioração dessas instituições. Para que os bancos atendessem as operações, eles foram obrigados a captar mais recursos de curto prazo a preços mais elevados, o que os obrigava a recorrer freqüentemente ao Banco Central. Os problemas operacionais foram aumentando e agravando a já difícil situação patrimonial dessas instituições.<sup>39</sup>

O Plano Cruzado, de 1986, também trouxe dificuldades para os bancos nesse período, já que não podiam mais contar com os “spreads” bancários. Outro problema foi o aumento da inadimplência do setor privado, principalmente das micro, pequenas e médias empresas, bem como o endividamento das contas públicas nos Estados. Era preciso tomar medidas de ajuste para se adaptar ao novo cenário da economia, mas isso acabou não acontecendo. Os bancos privados, ao contrário, trataram de reduzir gastos operacionais, automatizaram os serviços, demitiram trabalhadores, terceirizaram, expandiram operações de crédito e aumentaram as cobranças de tarifas bancárias para poder adaptar-se ao novo cenário econômico.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> A profundidade da crise obrigou os governadores recém-eleitos, em 1987, como veremos no próximo capítulo, a pedirem ao governo federal a intervenção do Banco Central para que o sistema bancário estatal não entrasse em colapso. O pedido de intervenção, segundo as autoridades financeiras, era para evitar o risco de liquidação e garantir aos novos governadores as condições de governabilidade.

Alguns bancos conseguiram se adaptar e obter índices de lucratividade nos primeiros anos do Plano de estabilização da economia o Besc, por exemplo, foi um deles que teve, segundo dados do Banco, rentabilidade do patrimônio líquido de 15,12% em 1994, 13,18% em 1995 e 11,57% em 1996.<sup>41</sup>

Para se ter uma idéia deste crescimento em relação aos outros bancos, o lucro médio de 50 instituições financeiras de grande e médio porte foi de 14,8% do patrimônio líquido em 1994, 13,2% em 1995 e 12,9% em 1996.<sup>42</sup> Como se pode observar, o capital e o patrimônio líquido do Besc tiveram forte elevação. Entre 1994 e 1996, cresceram 74%, ou seja, de R\$ 79,5 milhões para R\$ 158,1 milhões, formando um patrimônio líquido total de R\$ 248,8 milhões, com crescimento de 93,17%<sup>43</sup>

Todavia, as transformações que vinham ocorrendo no sistema bancário-financeiro estavam apenas no seu início. As autoridades financeiras anunciavam medidas para sanear os bancos em dificuldades e estimular a sua fusão e privatização no país. Estava-se desenhando um novo quadro para o sistema financeiro nacional no qual os grandes bancos iriam comprar os pequenos, e os bancos de porte médio tenderiam a se fundir.<sup>44</sup>

O Banco Central acreditava que o novo plano de estabilização da economia e a redução das taxas de inflação poderiam enfraquecer a rede bancária do país. Dessa forma, um conjunto de medidas foi tomado pelo governo para dar mais poderes às autoridades financeiras. Assim, foram editadas várias Medidas Provisórias (MPs) que garantiriam o aparato legal de que necessitava o BC para conduzir o sistema bancário a um modelo considerado mais seguro.

No conjunto de MPs estava a de número 1.179 e a Resolução nº. 2.208, ambas de 3 de novembro de 1995, que implementaram o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer, o qual ordenava a fusão entre

---

<sup>41</sup> BESC, Relatório Anual, 1996.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Em 1995 existia no Brasil cerca de 250 bancos, e a expectativa do governo e das autoridades financeiras era de que esse número se reduzisse para 100 instituições bancárias, ou seja, uma redução equivalente a 150%. Banco Central, 2003.

bancos, além das aquisições, reorganizações societárias e reestruturação de instituições deficitárias. O Proer foi responsável por diversas operações. A transferência do Banco Nacional ao Unibanco foi a primeira, custando R\$ 5,898 bilhões ao Banco Central. O Excel, que assumiu o controle do Econômico, consumiu R\$ 4,636 bilhões, sendo que R\$ 1,686 bilhões deste total foi utilizado para que a CEF assumisse os financiamentos (habitacionais) do banco baiano (Quadro 5).<sup>45</sup>

### Quadro 5

#### Venda de Bancos com Recursos do Proer - 1998

<b>Regime</b>	<b>Operação</b>
<b>Bancos em intervenção</b>	<b>Venda de parcela dos Ativos e Passivos para:</b>
Banco Econômico Banco Nacional Banco Mercantil de PE Banco Banorte Banco Bamerindus	Banco Excel e Caixa Econômica* Banco Unibanco Banco Rural Banco Bandeirantes e Caixa Econômica* Hong kong Shangai Bank (HSBC) Caixa Econômica
<b>Bancos que não estava em intervenção</b>	<b>Transferência de Controle Acionário para:</b>
Banco United Banco Martinelli	Banco Antônio Queiroz Banco Pontual

Fonte: Banco Central, 1998. Elaboração: SPE/Coordenação de Política Monetária

\*Apenas a Carteira imobiliária

Para o então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, o Proer, ao ampliar os poderes do Banco Central, fortaleceria o sistema financeiro e protegeria seus depositantes. Segundo o Ministro, essa reestruturação era necessária para concretizar o processo de reforma do Estado, isto é, passar para o capital privado setores da economia controlados pelo governo. “Atender com maior presteza às mudanças que a prioridade concedida pelo presidente à reforma do Estado e a complexidade que os novos setores a serem privatizados imporão sobre o programa”.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Além destas fusões e incorporações, foi financiada ainda a compra do Banco Antônio de Queiroz pelo United e do Mercantil de Pernambuco pelo Banco Rural (Banco Central. Proer, 1998).

<sup>46</sup> GM, 23/01/1995.



O governo FHC e as autoridades financeiras estavam bem afinadas com o que pensava o vice-presidente do Federal Reserve Board (Fed - o Banco Central Americano), Marvin Goodfriend. Marvin também defendia a criação de instrumentos de socorro financeiro como forma de garantir a estabilidade do sistema financeiro.<sup>47</sup> O vice-presidente do Fed declarou que seria “muito importante montar um sistema preventivo de crises antes que os problemas acontecessem”.<sup>48</sup> A mesma sintonia ocorria com o diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Horst Köhler, quando declarou na reunião anual da entidade, em setembro de 2000, que a privatização do setor bancário nos países da América Latina era o caminho mais “eficiente”. Diz: “Penso que a privatização deveria ser a direção principal. E isso é bom, porque é mais eficiente, há mais acesso ao capital e tem mais consciência sobre como lidar com recursos escassos. Não há ideologia que só o setor privado é a resposta. Isso tem que ser decidido pelos países, pelas autoridades dos países”.<sup>49</sup>

O custo para a operacionalização do Proer, conforme cálculos estimados do Banco Central, em março de 1997, estava situado entre 0,9% e 1,4% do PIB. Estes números altos são, segundo o Banco Central, inferiores se fossem comparados a oito países que viveram a mesma política fiscal de ajuste do sistema financeiro. Ver Tabela 3

---

<sup>47</sup> BC. Programa estimula a reestruturação de bancos, 1995.

<sup>48</sup> Marvin estava se referindo ao fato do contribuinte americano pagar 25 bilhões de dólares para socorrer o sistema de poupança e empréstimos do país. O governo americano acreditava, entretanto, que o problema seria resolvido com o aporte de 100 bilhões de dólares ( BC, Programa Estimula a reestruturação de bancos, 1995).

<sup>49</sup> Valor Econômico, 29/7/2000. O diretor do FMI ainda ressaltava que a reestruturação no setor bancário deveria ser realizada de maneira “cuidadosa”, já que poderia existir banco estadual contribuindo de forma positiva na economia de alguns países. Horst Köhler estava se referindo aos bancos que atuam para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas ( Valor Econômico, 29/7/2000).

**Tabela 3****Custo fiscal do ajuste do Sistema Financeiro**

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Custo fiscal/PIB (%)</b>
1982	Argentina	13,0
1985	Chile	19,6
1985	Colômbia	6,0
1994	Venezuela	13,0
1991-93	Finlândia	8,2
1998-92	Noruega	4,5
1991-93	Suécia	4,5
1991	EUA	5,1
1995-97	Brasil (1)	0,9

Fonte: Rojas –Suarez, Liliana e Weisbrod, Steven R. "Banking Crises in Latin America: Experience and Issues" IDB (1995);

(1) Estimativa feita pelo BCB/Dipec com metodologia semelhante à utilizada para os demais países.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bancos Estaduais (ASBACE), Ozias Monteiro Rodrigues, o programa de reestruturação dos bancos estaduais enfrentou obstáculos para conseguir recursos de financiamento. Para ele, as dificuldades encontradas foram as seguintes:

Estranho tratamento que o governo federal tem dispensado a seus débitos com os bancos, criando subterfúgios para proteger o seu pagamento ou não saldá-los pelos valores pactuados, como é o caso, por exemplo, do FCVS; a não definição de critérios para a composição da contrapartida de 50%, o que tem deixado ao sabor de técnicos do governo a aceitação ou não dos ativos que compõem. Por força disso,

indispensável ingrediente de discricionariedade tem sido introduzido no processo de negociação; a ausência de regulamentação das chamadas ‘agências de fomento’.<sup>50</sup>

Quando o Proes foi lançado, existiam trinta e cinco instituições financeiras controladas pelos Estados, sendo que vinte e três eram bancos comerciais ou múltiplos.<sup>51</sup> À medida que o Programa era adotado pelos Estados, ia ocorrendo uma forte redução da presença dos bancos públicos no sistema bancário do país. O Quadro 6 revela que, entre 1997 e 2002, onze bancos estaduais foram adquiridos pelos grandes bancos privados nacionais e estrangeiros. Já o Quadro 7 mostra que, em poucos anos de implementação do Proes, nove bancos já haviam sido privatizados, sendo que cinco estão sob o controle da União (“federalizados”) e dez foram extintos ou liquidados extrajudicialmente.<sup>52</sup> Os dados apontam ainda que o Programa saneou cinco instituições bancárias e transformou dezesseis bancos em agências de fomento.

---

<sup>50</sup> GM, 7/8/1997. Segundo ainda o presidente da Asbase, a tese de transformar os bancos estaduais em agências de fomento era também “tecnicamente insustentável”. Diz: “Nenhuma das grandes organizações bancárias do país manifestou o menor interesse em atuar como instituição de fomento. Fosse ele viável, seguramente todo o grande banco nacional, com a agilidade que lhe é peculiar, já teria optado por incluí-la nas estruturas dos conglomerados que controlam” (Ibidem).

<sup>51</sup> Não estavam incluídos os Estados do Mato Grosso do Sul e de Tocantins, que não possuíam bancos sob seu controle, e os Estados da Paraíba e Distrito Federal, que não manifestaram interesse pelo Programa.

<sup>52</sup> A liquidação extrajudicial é uma das medidas mais graves do Banco Central. O objetivo é promover a extinção da empresa quando ocorrer índice de insolvência ou quando cometidas infrações as normas que regulam a atividade da instituição.

**Quadro 6**  
**Privatizações de bancos estaduais: datas e valores (1997-2005)**

Milhões			
Instituições	Data do leilão	Comprador	Valor
Banco Meridional	4/12/1997	Banco Bozano Simonsen	265,60
Banerj	26/6/1997	Itaú	311,10
Credireal	7/8/1997	Bradesco	134,20
Bemge	14/9/1998	Itaú	603,06
Bandepe	17/11/1998	ABN AMno	182,90
Baneb	22/6/1999	Bradesco	267,80
Banestado	17/10/2000	Itaú	1.799,26
Banespa	20/11/2000	Santander	7.160,92
Paraiban	8/11/2001	Real ABN Amro	79,14
BEG	4/12/2001	Itaú	680,84
BEA	24/1/2002	Bradesco	192,54
BEM	10/2/2004	Bradesco	78,00
BEC	20/12/2005	Bradesco	700,00
Total			11.489,76

Fonte: Banco Central,2005

**Quadro 7**

**Resumo do Proes/2003**

Opção	Qtd.	Instituições financeiras/Estado
Extinção/liquidação ordinária	14	Em liquidação ordinária: Banacre (AC) Banap (AP), Bandern (RN), BDRN (RN), Bemmat (MT), Beron (RO), Caixego (GO), Minascaixa (MG) e Produban (AL), Rondonpop(RO), Badesc (SC),BD Goiás, Desembanco Extinto: Baner (RR)
Privatização (conduzida pelos Estados)	8	Bandepe (PE), Baneb (BA), Banerj (RJ), Banestado (PR), Bemge (MG), Credireal (MG) e Paraíba (PB) (1) (2)
Federalização/Privatização (conduzida pela União)	7	Banespa (SP), BEA (AM), BEC (CE), BEG (GO), BEM (MA), BEP (PI), BESC (SC)
Saneamento	5	Banese (SE), Banestes (ES), Banpará (PA), Banrisul (RS), NCNB (SP) (1)
Agência de fomento Criadas	11	Agência de Fomento do Pará, Amazonas, Paraná, Rondonia, Roraima, Rio Grande do Norte, Badesc-Agência Catarinense de Fomento, Caixa Estadual S.A Agência de desenvolvimento (RS), Desembaía, Goiás Fomento.
Agência de fomento a criar	6	Agência de Fomento do Acre, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí
Não optantes pelo Proes	6	Bandes (ES), BRB (DF) e Paraiban (PB) (3),BRB, DTVM,BRB Financeira

Fonte: Banco Central/Dedip (1)Fora do âmbito do Proes; (2) Gestor do processo: BNDES; (3)

Privatização por iniciativa do controlador (Estado da Paraíba).

O Proer e o Proes foram instrumento de socorro financeiro criado pelo governo FHC para concretizar sua política de fusão e incorporação de instituições financeiras e a redução da presença do setor público estatal na atividade bancária no país.<sup>53</sup> O proer, especificamente, foi criticado pelos sindicatos bancários e estudiosos do setor.<sup>54</sup> O plano era acusado de destinar recurso irregularmente para grandes banqueiros do país. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, salienta que o programa era “antipático” porque estava “associado a banqueiros” e passava a impressão de proteger a classe média”.<sup>55</sup> O presidente do BC justificava o Programa por ser responsável pelo bloqueio de bens de administradores e colaboradores de bancos liquidados, além de preservar a poupança dos clientes e empregos. As críticas intensificaram-se com as dívidas que o BC recebeu quando socorreu o Banco Econômico, o Nacional e o Bamerindus e outros bancos que utilizavam os recursos do governo.<sup>56</sup>

Os Programas do governo estimularam a chegada de mais bancos estrangeiros. Os bancos agora eram atraídos com a possibilidade de fazer bons negócios no Brasil. Minella,

---

<sup>53</sup> A política de socorro e redução da presença dos bancos estaduais no país representou um gasto que atingiu R\$ 90 bilhões. A dívida é bem superior ao programa de socorro aos bancos privados, que consumiu, segundo o BC, R\$ 20,3 bilhões. Segundo o BC, os maiores bancos privados com dívidas cobertas pelo governo foram Banco Nacional, com R\$ 5,9 bilhões, o Econômico, com R\$ 5,2 bilhões. O Besc ocupou a 8ª colocação com R\$ 2,2 bilhões. O Banespa tinha R\$ 45,5 bilhões e Nossa Caixa Nosso Banco de São Paulo a dívida era de R\$ 11,0 Bilhões (BC, In: Folha de São Paulo, 6/2/2000).

<sup>54</sup> Ver Vidotto,2002; Minella,1997.

<sup>55</sup> Exame, 23/4/1997.

<sup>56</sup> As dívidas envolvendo estes bancos foram superiores a R\$ 10 bilhões.O escândalo do endividamento envolvendo esses bancos foi publicado pela Revista Isto É. A reportagem mostra documentos das irregularidades cometidas pelas autoridades financeiras. Os idealizadores do Proer, entre eles Gustavo Loyola, diretores do BC e ministros do governo estavam sendo processados pelo Ministério Público Federal de crime de improbidade administrativa. Um Procurador da República encontrou ilegalidade na intervenção do Banco Central no Bamerindus e pede punição dos envolvidos na transação.Outro Procurador Regional da República também queria a punição do então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, do Ministro José Serra e do presidente do BC, Gustavo Loyola.A investigação no Banco Nacional, por exemplo, tentava investigar a política de favorecimento do governo e o descaso com o Banco do Brasil. O Ministério Público estava investigando os empréstimos na ordem de R\$ 4,7 bilhões concedidos pelo BB ao Nacional. Estes empréstimos afetaram o desempenho do Banco. A grande questão que não ficou respondida é se o rombo do BB foi causado pelos empréstimos ao Banco Nacional e se estes empréstimos concedidos eram legais ou não (Isto é, 29/7/1998).

ao tratar da internacionalização do sistema financeiro brasileiro, ressaltava que essas políticas governamentais foram bastante generosas para atrair estes bancos. Entre elas está: “(a) política de privatização das empresas estatais; (b) manutenção de altas taxas de juros que atrai capital especulativo internacional; (c) abertura de bolsas brasileiras para aplicações internacionais; (d) adoção de uma série de medidas que facilitem a participação dos bancos estrangeiros no país”(MINELLA,1997:187).<sup>57</sup>

A Constituição de 1988 limitava a entrada de bancos estrangeiros no país, mas, ao mesmo tempo, começava a abrir o mercado para os grandes grupos financeiros estrangeiros. Muitos deles, que já estavam por aqui, eram impedidos de se expandir. Entretanto, os constituintes conseguiram garantir que o governo permitisse a entrada de novos bancos até que o tema fosse devidamente regulamentado por lei complementar. Segundo o Banco Central, 30 bancos estrangeiros foram autorizados a atuar ou aumentar a sua presença no país em várias áreas do mercado financeiro.<sup>58</sup> O sistema bancário-financeiro nacional foi, dessa maneira, se tornando mais internacionalizado.

O discurso de Gustavo Franco, no dia 20 de agosto de 1999, quando dirigiu por seis anos o Banco Central, deixava clara a política de redução da presença dos Bancos Estaduais (BEs) no governo FHC. Franco atacou mencionando os prejuízos que esses bancos provocaram, dos riscos ao sistema bancário e do desequilíbrio fiscal criado por eles. Ele citou números dos prejuízos causados ao longo de sua existência enfatizando que o total poderia ultrapassar aos R\$ 100 bilhões.

---

<sup>57</sup> Minella dá dois exemplos de internacionalização do setor bancário no país. “O Union Bancaire Privée, da Suíça adquiriu do Excel Banco, para viabilizar a compra de parcela do Banco Econômico; e o caso mais recente e significativo foi a transferência do controle do Banco Bamerindus para um grande grupo financeiro internacional (Hong Kong and Shanghai Bank)” (Ibidem:188).

<sup>58</sup> Os bancos estrangeiros já participavam como acionistas minoritários em instituições financeiras no Brasil. O HSBC, por exemplo, já atuava discretamente no país no Banco Bamerindus. A sua entrada de fato no mercado financeiro ocorreu, como vimos, com a compra de R\$ 10 bilhões de ativos e passivos do Bamerindus. O HSBC efetuou uma capitalização no Banco de cerca de US\$ 1 bilhão de dólares. O Santander também já atuava no país, através de uma filial em São Paulo com patrimônio líquido de R\$ 58 milhões, em 1996. Outros dois bancos estrangeiros são o Korea Exchange Bank (KEB), maior banco comercial da República da Coreia e no mercado asiático, e o banco francês, Société Générale, que também já estava presente com a participação de 50% no Banco Sogeral S.A (BARROS e ALMEIDA JR,1997:19).

Subsídios e outras transferências efetuadas antes de 1992 podem ter atingido R\$ 40 bilhões, em dinheiro de hoje. Afora isso, o sistema consumiu todo o seu capital entre 1993 e o Real, e agora, no âmbito do Proes e em esquemas específicos (como o de São Paulo), refinanciamentos foram concedidos em valores que já chegaram a R\$ 47 bilhões e podem alcançar R\$ 60 bilhões.<sup>59</sup>

O presidente do Banco Central também critica os bancos públicos por utilizarem os recursos financeiros para atividades de fomento. Para Gustavo Franco, essa prática era “fraudulenta”, já que se apropriavam, diz, de recursos que não eram seus. “O problema é a instituição que usa recursos de terceiros para atividades de fomento. É caridade com bolso alheio. É apropriação indébita. É crime”.<sup>60</sup>

Com o Proes, Franco acreditava estar encerrando o entendimento de banco estadual como instituição com função social. “O Proes teve como consequência enterrar para sempre o conceito que o banco estadual é diferente dos demais, e que tem ‘missões sociais’ a executar, especialmente com recursos que não são seus”.<sup>61</sup>

Conclui-se que o governo e as autoridades financeiras não queriam mais a presença de bancos estaduais, não pelo fato de que eles deixaram de ter função social ou por estarem envolvidos em irregularidades ou serem transformados em instrumento de uso político, mas pelo compromisso do governo brasileiro com metas fiscais e monetárias assinadas com os organismos financeiros internacionais em troca de empréstimos para enfrentar a crise gerada pelo Plano Real que agravou os problemas sociais e o endividamento do país.<sup>62</sup>

Assim, o setor bancário estadual foi apresentando uma forte redução e revelando ativos cada vez mais concentrados. Esse processo de reestruturação no setor resultou na

---

<sup>59</sup> BANCO CENTRAL. Seis anos de trabalhos: um Balanço, 1999.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> Segundo Fiori, o governo Fernando Henrique Cardoso assinou, em 1999, um empréstimo com o FMI e o Banco de Compensações Internacionais (BIS) de 40 milhões de dólares (FIORI, 2001:11). Sobre o agravamento dos problemas sociais, ver Lesbaupin, 1999.

conservação de ativos nas mãos de apenas 20 das maiores instituições, que passaram a deter 89% destes ativos totais, como será tratado a seguir.

### **O setor bancário se concentra e se liberaliza**

A política de reestruturação e privatização do governo FHC para o setor bancário estimulou o processo de concentração financeira. Na concorrência para ver quem ia ficar com a maior fatia do mercado, as duas principais instituições financeiras privadas do país, Bradesco e Itaú, acabaram ganhando a disputa. O Bradesco conseguiu, por exemplo, adquirir nove bancos. Somente em 2002, adquiriu o Finasa, o Banco do Estado do Amazonas (BEA) e o Banco Cidade, desembolsando cerca de R\$ 2 bilhões. Em janeiro de 2003, acabou também adquirindo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil (BBV Brasil) por R\$ 2,47 bilhões. O Bradesco, no início de 2004, disputou também com o Itaú para levar o Banco do Estado do Maranhão (BEM), e acabou levando a melhor, conseguindo arrematá-lo por R\$ 78 milhões. No ano seguinte, 20 de dezembro de 2005, conseguiu ainda arrematar o Banco do Estado do Ceará (BEC) por R\$ 700 milhões.

O Itaú também mostrou sua força ao adquirir oito instituições financeiras entre 1995 e 2002, conforme Quadro 8. Em 17 de outubro de 2000, comprou o Banco do Estado do Paraná (Banestado). O negócio foi considerado uma excelente aquisição, uma vez que estava localizado em uma região estratégica do Mercosul e representaria para o Banco uma fatia importante do Sul do país, além de estar em jogo a disputa pelo segundo lugar no ranking com o Unibanco, seu principal rival. O Banestado foi vendido por R\$ 1,652 bilhão com ágio de 302,81% sobre o preço mínimo. O Banco Central considerou o ágio acima do esperado, apesar do saneamento do Banco ter custado aos cofres do governo do Paraná R\$ 5,1 bilhões. Com a compra, o Itaú ganhou cinco anos das contas do governo e levou 20% das ações da Copel no valor de R\$ 500 milhões em títulos precatórios.<sup>63</sup> A privatização do Banestado também foi uma conquista decisiva para as pretensões do Banco Central, já que abria caminhos para a venda do maior banco estadual do país, o Banespa.

---

<sup>63</sup> Dieese. Subseção CNB-CUT, Curitiba, 2003.



Em dezembro de 2001, o Itaú assumiu também o controle do Banco do Estado de Goiás (BEG) por R\$ 680,85 milhões. Um ano depois, comprou o Banco Fiat por 897 milhões. Em novembro de 2002, levou o BBA – Creditanstalt por R\$ 3,3 bilhões e se consolidou na área de atacado.<sup>64</sup>

A aquisição dos bancos estaduais foi um grande negócio para os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros, visto que o comprador recebia benefícios tributários milionários do governo, que reduziam o valor acertado na compra. O Bradesco e o Itaú, por exemplo, ganharam tais benefícios na compra desses bancos. O caso do Baneb da Bahia, comprado pelo Bradesco por R\$ 260 milhões, teve seu preço reduzido em R\$ 20 milhões, graças ao benefício tributário, de acordo com balanço do Banco Central.<sup>65</sup> Três meses após a compra, o Bradesco foi beneficiado com uma receita de R\$ 239 milhões referentes à revisão de provisão<sup>66</sup> para pagamento de imposto de renda e de contribuição social. Em outras palavras, os créditos tributários reduziam o valor abaixo do patrimônio líquido, dinheiro investido pelo governo, que foi de R\$ 145,384 milhões.<sup>67</sup> Assim, o Bradesco pagou sete vezes menos o valor inicial.

O mesmo ocorreu com a compra do Bemge pelo Itaú, em setembro de 1998. O Banco mineiro foi comprado por um ágio de 85% sobre o preço mínimo. A quantia paga foi logo recuperada em dezembro, já que o Banco registrou, segundo o Banco Central, uma receita no valor de R\$ 243 milhões. Ou seja, o valor real da compra foi de R\$ 339 milhões, uma quantia pouco superior ao patrimônio líquido do Bemge, que era de R\$ 298 milhões, conforme o balancete de 1998.<sup>68</sup> Essa rentabilidade foi possível graças à reestruturação, isto é, fechamento de agências em localidades com pouca movimentação financeira e demissão de trabalhadores.

---

<sup>64</sup> Banco Central. As Aquisições dos Bancos desde 1995.

<sup>65</sup> FSP, 10/2/2000.

<sup>66</sup> As provisões são recursos que o Banco Central determina que sejam apartados no balanço para fazer frente ao não-recebimento de valores concedidos aos clientes.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

O bom negócio da compra do banco mineiro pelo Itaú veio também através dos créditos tributários, que são gerados por prejuízos acumulados em anos anteriores ou pelas chamadas “provisões para devedores duvidosos”. O fato dos bancos estaduais acumularem prejuízos antes da privatização somou um valor significativo de crédito que poderia ser abatido. Assim, o Banco conseguiu em poucos meses melhorar sua lucratividade.

A privatização permitiu a recuperação dos créditos concedidos que antes eram considerados perdidos, pois os bancos estaduais tinham remotas possibilidades de recuperá-los devido a sua “fragilidade financeira” e à falta de recursos próprios para capitalizá-los. A capitalização pelas instituições privadas garantiu a reversão das provisões. Ou seja, a reversão garantiu ganhos extraordinários aos compradores.

## Quadro 8

### As aquisições dos maiores bancos desde 1995

#### Bradesco

BCN \_\_\_\_\_ outubro de 1997\*  
 Pontual \_\_\_\_\_ novembro de 1998  
 Baneb \_\_\_\_\_ junho de 1998  
 Boavista \_\_\_\_\_ julho de 2000  
 Finasa \_\_\_\_\_ janeiro de 2002  
 BEA \_\_\_\_\_ janeiro de 2002  
 Banco cidade \_\_\_\_\_ fevereiro de 2002  
 BBV Banco \_\_\_\_\_ janeiro de 2003\*\*  
 BEM \_\_\_\_\_ fevereiro 2004  
 BEC \_\_\_\_\_ dezembro de 2005

#### Unibanco

Nacional \_\_\_\_\_ novembro de 1995  
 Dibens \_\_\_\_\_ março de 1998  
 Credibanco \_\_\_\_\_ fevereiro de 2000  
 Bandeirantes \_\_\_\_\_ julho de 2000

#### Itau

Francês \_\_\_\_\_ julho de 1995  
 Banerj \_\_\_\_\_ julho de 1997  
 Bemge \_\_\_\_\_ setembro de 1998  
 Banestado \_\_\_\_\_ outubro de 2000  
 BEG \_\_\_\_\_ dezembro de 2001  
 Sudameris \_\_\_\_\_ dezembro de 2001  
 Banco BBA \_\_\_\_\_ novembro de 2002\*\*\*  
 Fiat \_\_\_\_\_ dezembro de 2002

#### Santander

Banespa \_\_\_\_\_ novembro de 2000  
 Geral do Comércio \_\_\_\_\_ março de 1997  
 Noroeste \_\_\_\_\_ agosto de 1997  
 Bozano Simonsen/  
 Meridional \_\_\_\_\_ janeiro de 2000

#### ABN Amaro

Real \_\_\_\_\_ julho de 1998  
 Bandepe \_\_\_\_\_ novembro de 1998  
 Paraiban \_\_\_\_\_ novembro de 2001

\*Adquiriu o Itamarati em julho de 1996, o Credireal em agosto de 1997 e o Pontual em novembro de 1998. \*\*Tinha adquirido o Excel Econômico em maio de 1998.\*\*\*.Adquiriu o Banorte em maio de 1996.

Fonte: Banco Central, 2005.

Em 1997, o presidente do Itaú e da Febraban, Roberto Setúbal, esclarecia essa nova realidade que vinha ocorrendo no setor bancário no país. “O sistema financeiro brasileiro está vivendo uma fase nova de reestruturação na qual há diversas oportunidades de aquisição. É um movimento único e temos que aproveitá-lo”.<sup>69</sup> O presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, também sabia do momento de transformação pelo qual o setor passava, bem como a concorrência que ocorreria, principalmente com a chegada dos bancos estrangeiros. “Não há ninguém acomodado, todos estão se mexendo. A concorrência está muito mais acirrada. E com a abertura internacional, teremos bancos com tecnologia e mais suporte de patrimônio atuando no país. Tudo isso vai influenciar no curso da atividade bancária nos próximos anos”.<sup>70</sup>

Esses bancos estrangeiros, na verdade, já estavam no país, mas atuavam mais no atacado e foram passando lentamente a atuar também no varejo, ou seja, disputando com os bancos nacionais os clientes. A conquista do mercado por essas instituições vem ocorrendo de forma rápida e silenciosa. Gigantes financeiros vão ocupando espaços adquirindo bancos nacionais ou participando do controle de empresas. De acordo com o Banco Central, em dezembro de 1998, 63 instituições de capital externo tiveram autorização para adquirir controle ou ter participação em empresas financeiras. Em 1993, o patrimônio líquido total da área bancária nas mãos destes bancos era de 7,28%, no final de 1998 passou para 15,50%, conforme Tabela 4

---

<sup>69</sup> Carta Capital, 9/7/1997.

<sup>70</sup> Ibidem.

**Tabela 4**  
**Participação dos Bancos no Patrimônio no País (1993-1998)**

<b>Instituição</b>		<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Bancos Nacionais	% no patrimônio líquido na área bancária	86,88	83,46	75,73	81,53	72,50	73,01
Bancos com controle estrangeiro		7,28	9,57	13,08	10,29	14,29	15,50
Bancos com participação estrangeira		5,33	6,26	9,75	6,92	11,66	9,69

Fonte: Conf-Deorf/Copec In: Folha de São Paulo, 2/7/1999.

Em 2004, os bancos múltiplos nacionais com controle estrangeiro contavam com 44 sedes e 2.399 agências espalhadas pelo país, já os bancos múltiplos com participação estrangeira dispunham de 15 sedes e 813 agências (Tabela 5). Um exemplo dessa conquista do mercado financeiro nacional pelos bancos estrangeiros nesse período foi a chegada do Bank of America, que o Conselho Monetário Nacional (CMN) deu o direito de aumentar em até 100% sua participação no mercado. Um diretor do Banco no país revelava os objetivos da instituição: “A estratégia do Banco é de crescer no mundo, firmar-se como instituição internacional. O Brasil é o maior mercado da América Latina e vai precisar de muito capital para seu desenvolvimento. Há potencial de negócios no país”.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> FSP, 2/7/1999.

**Tabela 5**  
**Instituições Bancárias no País em 2004**

<b>Tipo</b>	<b>Sede</b>	<b>Agência</b>
<b>Banco Comercial</b>	<b>27</b>	<b>3.918</b>
Público Federal	2	2.979
Público Estadual	1	256
Privado Nacional	3	3
Privado Nacional com controle estrangeiro	3	614
Estrangeiro – Filial no País	15	55
Privado com participação estrangeira	1	1
Cooperativa	2	10
<b>Banco Múltiplo</b>	<b>173</b>	<b>10.736</b>
Público Federal	2	758
Público estadual	15	2.013
Privado Nacional	97	4.753
Nacional com controle estrangeiro	44	2.399
Nacional com participação estrangeira	15	
<b>Caixa de Desenvolvimento</b>	<b>1</b>	<b>1.693</b>
Federal	1	1.693
Estadual	0	0
<b>Banco de Desenvolvimento</b>	<b>6</b>	<b>9</b>
Federal	1	2
Estadual	5	7
<b>Banco de Investimento</b>	<b>20</b>	<b>48</b>
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>16.404</b>

Fonte: Banco Central do Brasil – Departamento de Cadastro e informações, 2004.

O banqueiro e presidente da Febraban, na época (1997), Roberto Setúbal, entendia essa disputa no mercado como positivo para o país, porém defendia o predomínio dos bancos nacionais e limites para a participação de organizações estrangeiras no sistema

financeiro. Ele argumentava que a concorrência tornaria o setor mais “sólido” e capaz de conduzir melhor a política monetária, a redução dos juros, o problema do endividamento externo e a melhoria dos serviços ao cliente.

Vejo positivamente a entrada desses bancos estrangeiros. Em primeiro lugar, acho que o sistema financeiro tornou-se mais sólido, o que é muito importante porque reduz percepção de risco que os investimentos estrangeiros têm no Brasil. Isso contribui para reduzir os juros que o Brasil paga no endividamento internacional e, sem dúvida, atrai mais capitais para o país. O segundo aspecto positivo é que aumenta a competição e o benefício é sempre o cliente, na medida em que haverá redução de custos e preços e produtos mais sofisticados. (...) Eu entendo que um país como o Brasil deve ter um sistema financeiro preponderantemente nacional. Mas é preciso existir espaço para bancos estrangeiros de modo que haja mais competição, maior solidez e uma interação mais ampla com o mundo. Um mercado com até 30% de presença estrangeira (e ainda não temos esse nível hoje) me parece que pode ter uma situação de competição bastante boa e ao mesmo tempo uma presença nacional ainda predominante.<sup>72</sup>

A preocupação do presidente da Febraban de colocar limites na participação dos grupos financeiros estrangeiros no mercado brasileiro é compartilhada também por Lázaro Brandão. O presidente do Bradesco justifica a necessidade de limites ao fato dos bancos brasileiros serem “pequenos” no cenário internacional <sup>73</sup> e a carga tributária ser elevada com o compulsório, os juros e as operações financeiras.<sup>74</sup> Diz:

---

<sup>72</sup> FSP, 7/2/1999:35-36.

<sup>73</sup> Segundo a American Banker, apenas o BB e o Bradesco estavam entre os 200 maiores. O BB ocupava a 89ª posição e o Bradesco na 176ª colocação. O HSBC, por outro lado, ocupava a 11ª, com 5 mil agências em 78 países e ativos de US\$ 402,4 bilhões de dólares em 1996. Para se ter uma idéia do poder financeiro do HSBC, nesse mesmo ano, os ativos de todos os bancos brasileiros chegou a US\$ 463,3 bilhões (FSP,2/7/1999: 30).

<sup>74</sup> De acordo com a Federal Reserve Bank of Kansas City, o Brasil é o país que mais “sacrifica” o sistema financeiro quanto ao volume de recursos recolhido pelo BC, por exemplo, sobre depósito à vista. O compulsório sobre depósito à vista é de 10% nos Estados Unidos, 2% na Alemanha, 1% na França, 1,2% no Japão, 0,35% na Inglaterra e zero no Canadá e Nova Zelândia. Segundo a Deutsche Morgan Grenfell, na Argentina é 18% e no México é zero. No Brasil, o imposto de renda sobre os bancos é de 43%, bem maior que alguns países da América Latina como Colômbia e Venezuela, que é de 35%. (FSP,2/7/1999: 31).

O compulsório é extremamente elevado, 75% dos impostos aqui são canalizados para o governo, sem nenhuma rentabilidade. Essas condições colocam o sistema brasileiro naturalmente na defensiva, exigindo que seja muito ágil na sua ação para poder reequilibrar-se. Os juros ainda são altos em razão da política monetária e há também a cunha fiscal. O imposto sobre operações financeiras de 15% hoje num empréstimo de pessoa física é uma loucura, um estrago, no sentido de custo para o tomador e tira muita gente do mercado.<sup>75</sup>

Para o vice-presidente do BCN, Osvaldo de Assis Filho, a razão determinante da concorrência financeira global foi o fato dos bancos estrangeiros, que atuavam em escala mundial, disporem de inovações tecnológicas e acesso a recursos financeiros mais atraentes que o Brasil.

No mercado local, as condições de concorrência são as mesmas. Mas acontece que a competição se faz de modo global e aí a situação muda de forma dramática. Bancos com maior economia de escala, acesso à tecnologia e a mercados mundiais com recursos mais baratos que o Brasil têm condições de contrabalançar perdas entre diversos locais de atuação, o que reduz riscos e os torna mais eficientes.<sup>76</sup>

A liberalização da participação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro foi defendida pelo presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, que acreditava que a entrada destes bancos ocorreria uma maior “eficiência” e aumentaria o volume de recursos para dinamizar a economia, “porque quanto maior o número deles na economia brasileira, maior a eficiência do sistema e, em consequência, maior a disponibilização de recursos para o financiamento do crescimento da economia”.<sup>77</sup>

Nesse mercado livre de compra e venda das instituições financeiras no país, o maior banco estadual vendido foi o Banco do Estado de São Paulo, o Banespa. O peso do Banespa poderia colocar o Bradesco ou o Itaú na liderança, ou o Unibanco na disputa pelo primeiro lugar no “ranking” do mercado financeiro.

---

<sup>75</sup> Ibidem: 30.

<sup>76</sup> Ibidem: 31.

<sup>77</sup> FSP, 2/7/1999. O presidente do Bank Boston, Henrique Meirelles, tornou-se mais tarde, em 2003, presidente do Banco Central no governo Lula.



Os problemas financeiros do Banespa, alegados pelo governo paulista, eram grandes e o interesse dos bancos privados nacionais e estrangeiros em participar da disputa para ver quem levaria o banco paulista apareceu de forma muito tímida. A competição que o governo federal esperava ocorrer não aconteceu. O Bradesco, por exemplo, não se mostrou muito interessado na compra, tanto que ofereceu apenas R\$ 1,86 bilhão, ou seja, 0,5% superior ao preço mínimo. Já o Unibanco parecia mais interessado e ofereceu R\$ 2,1 bilhões. Os bancos estrangeiros, HSBC e o Santander, eram os principais candidatos em potencial para a compra, porém, não demonstravam publicamente esse interesse. Como no mundo dos negócios o silêncio vale muito, o banco espanhol Santander agiu melhor e acabou realizando a maior transação de sua história ao comprar o Banespa no dia 20 de novembro de 2000 por R\$ 7 bilhões.<sup>78</sup>

### **Os donos do mercado**

O sistema bancário é, provavelmente, o setor que mais transformações sofreu após a política de estabilização da economia. Os principais bancos do país conseguiram sobreviver com inflação baixa e lucrar em tempos de economia estável. Entre 1994 e 2002, esse crescimento foi acompanhado também pela concentração dos negócios financeiros nas mãos de poucos bancos. Nesse período, os ativos cresceram 214%, passando de 391 bilhões para R\$ 1,23 trilhões. Os depósitos aumentaram 180,8%, de R\$ 162,4 bilhões para R\$ 461,1 bilhões. Os créditos cresceram metade disso, 90,2%, subindo de R\$ 152,9 bilhões para R\$ 290,8 bilhões. Estes números são decorrentes, em parte, da presença dos bancos estrangeiros no país. Estas instituições bateram recorde no volume de seus ativos. O HSBC,

---

<sup>78</sup> O presidente do BC, Armínio Fraga, estava presente no leilão e classificou o Banespa como “a jóia da coroa”. EXAME, 29/11/2000. Fraga não estava brincando, ele sabia que o Banespa estava localizado no mais importante centro financeiro do país, contando com 578 agências, 752 postos de atendimento e um total de ativos de R\$ 28,23 bilhões. (Banco Central. Bancos privatizados, 2003). Já um diretor do Sindicato dos bancários de São Paulo declarou com indignação a venda do Banco. Diz: “FHC, Pedro Malan e Armínio Fraga combinaram toda essa estratégia. Não houve leilão, apenas a entrega do Banespa a um banco estrangeiro que, em vez de investir no Brasil, em breve fará remessas anuais de lucro superior a R\$ 1 bilhão para a Espanha” (Folha Bancária, 21/11/2000). Para Vidotto, o processo de privatização do Banespa foi uma sinopse da política do governo FHC. “A federalização deixou o Banco como nadando em liquidez. À época do leilão, ele possuía três grandes fontes de valor, simplificarmente: i) os títulos em carteira; ii) a estrutura operacional, rede, etc., e a clientela; iii) e os ativos considerados intangíveis (VIDOTTO, 2003:237).

que comprou o Bamerindus, aumentou a sua clientela de 600.000 para 1,5 milhões em apenas nove meses. O Citibank é hoje o quarto maior administrador de fundos de investimentos do país, com um total de 7,8 bilhões de reais. Está atrás apenas do Banco do Brasil, Bradesco e do Itaú.<sup>79</sup> Os especialistas em mercado financeiro acreditam que este processo de concentração da rede bancária tenderá ainda mais a se concentrar. Luiz Carlos Trabuco Cappi, diretor vice-presidente do Bradesco, acredita que nos próximos anos “teremos três grandes bancos privados, dois estatais e, provavelmente, dois estrangeiros atuando em escala nacional. Os demais serão instituições com nicho específico, de investimentos ou especializados em negócios”.<sup>80</sup> Cappi ainda prevê que sobreviverá apenas a instituição financeira que conseguir reduzir seus custos operacionais e aumentar sua eficiência competitiva. “Quando as margens superavam 20%, por causa da taxa de juros e da inflação, era mais simples. Com a queda das margens para níveis inferiores a 10% nos próximos anos, acredito que apenas as instituições com índice de eficiência em torno de 50% consigam sobreviver”.<sup>81</sup>

Este fenômeno da concentração bancária é um movimento que vem ocorrendo na América Latina. No México, por exemplo, as dez maiores instituições concentram 94% dos ativos, que cresceram 37% entre 1995 e 2001, passando de US\$ 120 bilhões para US\$ 165 bilhões de dólares. Na Argentina, no mesmo período, o aumento foi de 38%, com os ativos passando de US\$ 88,2 bilhões para US\$ 122 bilhões de dólares. Ou seja, 70% do mercado financeiro está nas mãos dos dez maiores bancos.<sup>82</sup> É importante observar, entretanto, que, no caso destes dois países, México e Argentina, existe uma diferença com relação ao domínio do capital estrangeiro. Enquanto no “ranking” mexicano e argentino os bancos de capital estrangeiro predominam no mercado, no caso brasileiro, por outro lado, é liderado

---

<sup>79</sup> GM, Balanço Anual, 2003.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem. O índice de eficiência é melhor quando é menor, uma que resulta da divisão das despesas do quadro de pessoal e administrativa pela receita de intermediação financeira e de serviços. Cálculos da consultoria Austin revelam índices de eficiência melhores nos últimos anos: de 85%, em 1997, para 79,45% em 1998 e 70,71% em 1999. Nos três maiores bancos de capital nacional, o índice caiu para a faixa de 60%. (GM, Balanço Anual, 2001).

<sup>82</sup> GM, Balanço Anual, 2002.

pelos bancos nacionais.<sup>83</sup> Segundo dados do Balanço Anual da Gazeta Mercantil de 2002, em dezembro de 1994, o Banco do Brasil, Banespa e o Bradesco dominavam 31% dos ativos. Porém, mesmo após a forte onda de privatizações, fusões e incorporações das instituições financeiras, os bancos nacionais como o Banco do Brasil, BNDES, CEF, Bradesco e o Itaú mantiveram posição de liderança no mercado financeiro no país<sup>84</sup>, conforme Tabela 6.

---

<sup>83</sup> Os bancos estrangeiros deram um salto nos últimos anos no país. Entre 1993 e 2000, passou de 8,4% para 23,9% dos ativos totais; de 4,8% para 18,3% dos depósitos; e de 6,6% para 20,3% dos créditos. (GM, Balanço Anual, 2001). Segundo dados do BC, até abril de 2006, os bancos ABN AMRO, o Santander e o HSBC ocuparam, respectivamente, o 5º, 7º e 8º lugares no ranking de instituições financeiras estrangeiras no país por depósito total( [www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br)).

<sup>84</sup> Segundo o Balanço Anual de 2002 da Gazeta Mercantil, entre dezembro de 1994 e dezembro de 2001, os ativos totais do sistema bancário cresceram 169%, de R\$ 391 bilhões para R\$ 1,055 trilhões, segundo dados do Banco Central. Os depósitos totais aumentaram um pouco menos, ou seja, 131,5%, de R\$ 162,4 bilhões para R\$ 376 bilhões; e os créditos, menos ainda, 87,9%, de R\$ 152,9 bilhões para R\$ 267,3 bilhões. No mesmo espaço de tempo, os dez maiores bancos elevaram sua participação de 52% para 67% dos ativos totais (73,35% se forem incluídos os estatais) e de 52,9% para 70,1% dos depósitos (78,7% com os estatais). GM, Balanço Anual, 2002. Em 2003, os bancos estrangeiros, ABN AMRO, Santander, HSBC e Citibank estavam entre os maiores bancos por ativos. Por lucro, o Santander, o Citibank o ABN AMRO e o Bankbonton ocupavam, respectivamente, o 1º, 6º, 8º e 9º no ranking no país ( GM, Balanço Anual, 2003).

**Tabela 6**  
**Os donos do mercado em 2002**

Participação dos 20 maiores bancos \* (Em R\$ milhões)

	<b>Ativos</b>	<b>Part.(%)</b>	<b>Crédito</b>	<b>Part.(%)</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Part. (%)</b>
Banco do Brasil	168.591	15,38	45.345	14,21	78.627	20,37
BNDES	118.432	10,81	35.041	10,98	11.162	2,89
CEF	108.428	9,89	20.208	6,33	71.440	18,51
Bradesco	107.268	9,79	41.743	13,08	46.200	11,97
Itaú	78.498	7,16	23.052	7,22	27.237	7,06
Santander	57.040	5,20	11.750	3,68	15.525	4,02
Unibanco	55.646	5,08	20.325	6,37	19.723	5,11
ABN AMRO	33.402	3,05	12.357	3,87	9.370	2,43
Safra	32.200	2,94	7.782	2,44	7.600	1,97
Citibank	26.944	2,46	8.017	2,51	1.246	0,32
BankBoston	26.203	2,39	8.305	2,60	1.751	0,45
Nossa Caixa	22.930	2,09	3.319	1,04	16.169	4,19
HSBC	22.308	2,04	6.229	1,95	10.260	2,66
BBA-Creditanstalt	16.844	1,54	6.212	1,95	4.484	1,16
Sudameris	16.367	1,49	5.921	1,86	5.222	1,35
Bilbao Viscaya	13.155	1,20	4.452	1,40	5.950	1,54
Votorantim	12.481	1,14	1.695	0,53	5.484	1,42
BNB	10.220	0,93	6.195	1,94	3.201	0,83
Banrisul	9.479	0,86	3.337	1,05	5.575	1,44
Deutsche Bank	9.268	0,85	977	0,31	1.429	0,37
<b>Total</b>	<b>1.053.845</b>		<b>303.906</b>		<b>374.794</b>	

Fonte: Banco Central. In:Gazeta Mercantil Balanço Anual, 2002.

\* Os números são de março/2002 e consideram apenas as operações bancárias excluindo negócios com seguros e previdência.

A presença dos bancos estrangeiros no mercado latino americano foi se tornando cada vez mais forte. O HSBC, por exemplo, comprou 10% do capital do Banco del Sur del Peru, sétimo maior banco de varejo do país; outro feito importante foi a aquisição de 19,9% de participação do grupo financeiro Serfin, controlador da Banca Serfin, terceiro maior do México. Mais um grande lance foi a compra do Banco Roberts, um dos dez maiores da Argentina, onde já tinha 30% de participação.<sup>85</sup>

<sup>85</sup> Ibidem.

Outro banco estrangeiro que mostra sua força na América Latina com a liberalização do mercado é o grupo financeiro espanhol Santander. Em 1997, ele já era o maior banco internacional na América Latina. Na Argentina, tornou-se o primeiro no ranking ao adquirir o Rio de la Plata. No Chile, ficou em segundo ao fundir-se com o Banco Osorno. Na Venezuela, também ocupou a segunda posição em dezembro de 1996, depois da compra do Banco da Venezuela. No México, em dezembro de 1996, ocupou a quarta colocação ao assumir o controle do grupo financeiro Inver-México. No Uruguai e no Peru, é o quinto maior banco. Na Colômbia, ao adquirir o Bancóquia, em abril de 1997, ficou no sexto lugar. No Brasil, a participação do Santander nesse período era ainda pequena.<sup>86</sup>

O HSBC e o Santander, evidentemente, não eram os únicos bancos estrangeiros interessados em expandir seus negócios no mercado da América Latina e Brasil. O Bilbao Viscaya, outro gigante espanhol, e o Citibank também entraram nessa corrida. O Bilbao Viscaya mostrou sua força no território latino americano ao adquirir o Probusa do México e o Banco Francés e o Crédito Argentino, respectivamente o oitavo e décimo no ranking por ativos. Já o Citibank, que estava há mais tempo na América Latina e no Brasil, não ficou pra trás e aproveitou, da mesma forma, a onda liberalizante que tomou conta do mercado no continente.<sup>87</sup>

A privatização no governo FHC despertava a atenção de outros gigantes do mercado financeiro mundial. O maior banco americano, o Chase Manhattan, após se fundir com o Chemical Bank, estava da mesma maneira interessado na política do governo brasileiro. A fusão deixou o Banco numa posição de destaque entre os bancos estrangeiros nos Estados Unidos, atrás apenas do seu principal concorrente, o Citibank. Ao contrário do seu opositor, que atuava no varejo, o Chase Manhattan buscava operar principalmente em financiamento e lançamento de títulos de grandes corporações. Patrick Morin, representante do Banco para

---

<sup>86</sup> O salto dado pelo banco espanhol no Brasil ocorreu, como já ressaltamos anteriormente, através da compra do Banespa em novembro de 2000.

<sup>87</sup> Segundo dados do FMI, em relatório da World Economic Report, a participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro na América Latina saltou de 17,9%, em 1994, para 25,5% em 1999. No Brasil, pulou de 8,4 % para 23% em 2000; no México era de 1% e foi para 24% ; na Argentina era de 17,9% e passou para 49%; Na Venezuela, a participação de bancos estrangeiros era bastante reduzida, apenas 0,3%, e pulou para 42% em 2000. (FMI, In: Carvalho, et alli, 2002).

operar na América Latina, declarava que: “Não desprezamos o varejo brasileiro. Seguimos nossa tendência natural”.<sup>88</sup>

Alguns bancos brasileiros foram também ocupando posições de destaque no mercado financeiro Latino-americano. Os quatro maiores bancos do país, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco, ficaram, de acordo com dados da Economática, entre os dez primeiros em rentabilidade no continente. O Banco do Brasil, o Bradesco e o Itaú se destacaram no ranking, perdendo apenas para o North Fork Bancorp, um banco americano de varejo. Eles chegaram a superar o Citigroup, um dos maiores bancos do planeta, com US\$ 1,472 trilhões em ativos (Tabela 7).

**Tabela 7**

**Rentabilidade dos bancos nas Américas em 2006**

<b>Banco</b>	<b>País</b>	<b>Ativo total Em US\$ bilhões</b>	<b>Lucro líquido em 12 meses Em US\$ milhões</b>	<b>Rentabilidade em 12 meses. Em %</b>
North Fork Bancorp	EUA	57,9	960	39,0
Itaú	Brasil	64,6	2.243	37,6
Bradesco	Brasil	89,2	2.356	36,2
Banco do Brasil	Brasil	108,1	1.775	29,4
Chile	Chile	19,4	325	26,8
Bsantander	Chile	24,4	446	24,3
Indymac Bancorp	EUA	19,6	284	23,3
Unibanco	Brasil	39,2	785	22,7
US Bancorp	EUA	206,9	4.402	22,5
Citigroup	EUA	1.472,8	22.978	22,2
First Horizon Nat.	EUA	37,0	431	21,8
Santander Serfin GF	México	35,2	635	21,0
AmSouth bancorp	EUA	51,1	720	20,9
Associated Banc	EUA	20,7	303	20,9
Golden West Fin.	EUA	121,3	1.429	20,7

Fonte: Economática, In: FSP, 23/2/2006.

A posição dos bancos brasileiros no mercado financeiro das Américas ganhou mais destaque com a compra do BankBoston pelo Itaú, em 2 de maio de 2006, por R\$ 4,5 bilhões de reais. O negócio representou uma das maiores transações no sistema financeiro

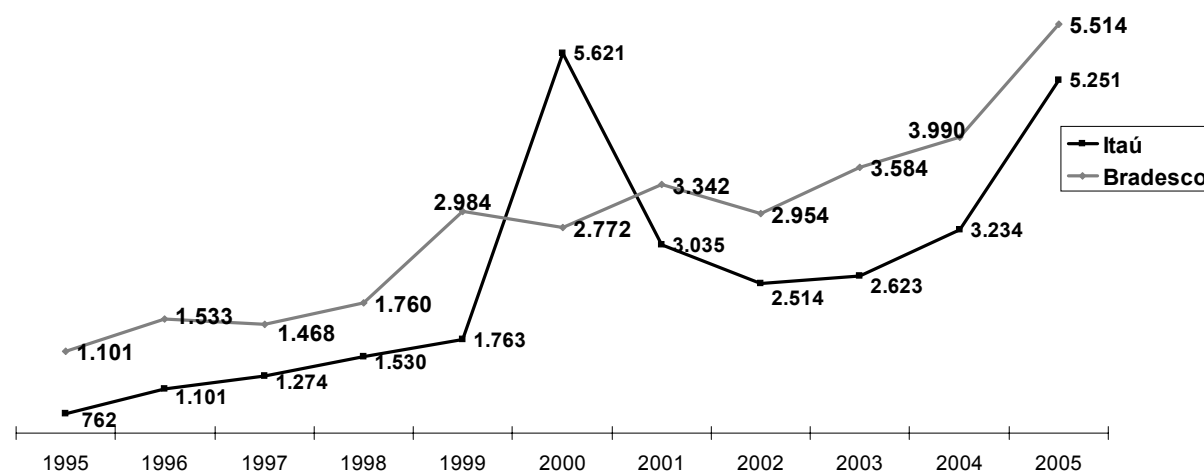
<sup>88</sup> GM, Balanço Anual, 2003: 32. Essa “tendência natural” a que se referia seria a de manter-se no topo das instituições financeiras que realizam megalançamentos para arrecadar dinheiro para grandes empresas privadas e públicas.

do país em direção ao mercado internacional. A transação colocou o Banco mais próximo do Bradesco no mercado nacional e a liderança dentre os bancos com maior atuação no mercado exterior.<sup>89</sup>

A boa performance dos dois grandes grupos financeiros nacionais seguiu igualmente sua tendência de crescimento no mercado brasileiro nos últimos 10 anos. O crescimento somente foi interrompido no ano 2000, quando o Itaú, depois do lucro recorde de bilhões, apresentou forte declínio. Contudo, em 2005, esses dois bancos registraram os maiores lucros de toda sua história. O Bradesco, por exemplo, teve um crescimento de 80%, e o Itaú seguiu de perto seu principal concorrente com um lucro de 39%, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1**

**Lucro líquido do Bradesco e do Itaú (em bilhões)**



Fonte: Economática In: FSP 23/02/06

Segundo dados da Economática, as carteiras de crédito deram um salto significativo. Entre 2002 e 2004, os bancos conseguiram gerar cerca de R\$ 120 bilhões no terceiro

<sup>89</sup> O Itaú está presente na Argentina, Espanha, Luxemburgo, Portugal, Uruguai e Chile, com a compra do BankBoston. O BankBoston chileno é o 12º banco local, com ativos de 6 bilhões de reais ( Exame,10/5/2006).

trimestre de 2005, chegando ao impressionante valor de R\$ 143 bilhões.<sup>90</sup> Mas esse crescimento não foi apenas em decorrência do crescimento das carteiras de crédito, mas também em função dos ganhos de administração de fundos e outras tarifas. Entre 2004 e 2005, essa receita pulou de R\$ 12,52 bilhões para R\$ 14,47 bilhões.<sup>91</sup>

O Unibanco, terceiro maior banco privado do país, é um exemplo desse crescimento expressivo em seu lucro no período. O lucro líquido chegou a R\$ 1,329 bilhões, ou seja, um aumento de 46,4% em relação ao ano anterior. O crescimento foi decorrente da carteira de crédito e da política de redução de custos, conforme revelou o vice-presidente, Geraldo Travaglia. “Entre os eventos que contribuíram para o resultado, destaco a performance das carteiras de crédito no varejo nos últimos 12 meses, que teve rigorosos crescimentos”.<sup>92</sup>

A política liberalizante e privatista dos anos 90 para o setor bancário brasileiro não chegou a ameaçar a liderança dos grandes bancos oficiais e privados. Todavia, os bancos estrangeiros conseguiram maior espaço em importantes centros financeiros e garantiram lugar entre os maiores do setor. Os bancos privados também não chegaram a estabelecer uma acirrada concorrência com as instituições estrangeiras como as autoridades financeiras esperavam. Na verdade, a disputa ficou muito mais entre os maiores bancos nacionais do que com os bancos estrangeiros. Tal fato se evidencia com a compra da maior parte dos bancos estaduais pelos dois maiores bancos nacionais privados do país.

É verdade que os bancos estrangeiros fizeram importantes aquisições, principalmente depois da compra do Bamerindus e do Banespa pelo HSBC e o Santander, respectivamente. Evidentemente que estes bancos podem estabelecer uma maior disputa para o setor, o que poderia até ameaçar a liderança dos bancos oficiais e grandes bancos

---

<sup>90</sup> FSP, 11/11/2005.

<sup>91</sup> Os analistas do mercado financeiro atribuem essa alta rentabilidade dos bancos à elevada taxa de juros praticada no país e aos “spreads” elevados e uma ampla base de clientes, que permite uma captação barata de recursos. (FSP, 23/2/2006). O Bradesco, o Itaú, o BB, o Unibanco e o Santander ficaram, segundo a Economática, entre as nove instituições financeiras que mais lucraram no país em 2005. O lucro desses bancos pulou de R\$ 3,21 bilhões, em 2002, para 18,40 bilhões em 2005 (FSP, 22/5/2006).

<sup>92</sup> FSP, 22/5/2006. Dados revelados pela Economática mostram que esse bom desempenho dos bancos privados foi acompanhado pela forte redução das despesas com força de trabalho. Em 2001, o percentual de receita de serviços destinados a pagamento de despesas de trabalhadores era de 103,7% e em 2005 reduziu para 65,5% (Economática, In: FSP, 11/11/2005).



nacionais privados do país, já que o mercado ainda continua liberalizado e promete muitas disputas entre eles.

A política privatista, a abertura comercial e a desregulamentação financeira e liberalizante implementada pelo governo brasileiro (bem como em muitos países da América Latina) a partir dos anos 90 foram benéficas aos bancos privados nacionais e grupos financeiros estrangeiros, visto que ambos acumularam ganhos expressivos. Essas políticas, no entanto, inviabilizaram a capacidade de investimentos para o setor produtivo, uma vez que veio acompanhada de altas taxas de juros.<sup>93</sup>

À medida que o capital financeiro predominava em relação à esfera produtiva, a burguesia financeira também se fortalecia e se reorganizava. Foi assim que o capital financeiro tornou-se mais concentrado, e os governos, especialmente dos países periféricos, mais subordinados e mais dependentes.

É diante desse quadro de reestruturação bancária que surgem conseqüências para o mundo do trabalho. Diante disso, pretende-se entender o que ocorreu especificamente no setor bancário público estadual. Para tal propósito concentramos esforços no caso do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), como analisar-se-á a seguir.

---

<sup>93</sup> Sobre a incapacidade de investimentos no setor produtivo, ver Fiori, 2001 e LESBAUPIN, 1999.

## Capítulo 2

# BANCOS ESTADUAIS E PRIVATIZAÇÃO: O CASO DO BESC

O sistema bancário controlado pelos governos nos Estados surgiu como instrumento de desenvolvimento regional e com o intuito de servir de meio para gerar recursos em projetos sócio-econômicos. Sua expansão ocorreu principalmente na década de 50, período marcado pelo projeto político desenvolvimentista. O fato determinante de sua expansão foi a situação inflacionária do pós-guerra, em que o crédito e a poupança eram extremamente limitados. Dessa forma, os bancos estaduais surgem com papel importante na canalização de projetos regionais.

Ao contrário dos bancos privados, que visam exclusivamente ao lucro, os bancos estaduais surgiram com objetivos múltiplos. Ao mesmo tempo em que buscavam resultados econômicos para o seu equilíbrio financeiro, eles procuraram também atender as demandas sociais. Essa dualidade foi extremamente difícil, já que tinham que conciliar ganho econômico e fins sociais. No entanto, a utilização de muitos bancos como instrumentos de políticas de governo acabou se misturando com ingerência administrativa impedindo o seu sucesso, principalmente nos anos 90, quando os ganhos inflacionários desapareceram depois do plano de estabilização da economia - Plano Real.

Os problemas administrativos e a baixa capitalização nos bancos estaduais foram os principais ingredientes utilizados no discurso governamental para impulsionar a política privatista do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A decisão de eliminar a presença desses bancos era atender às exigências dos organismos financeiros internacionais. A subordinação e a dependência do Brasil eram evidentes, tanto que começa

a ocorrer o processo de liberalização comercial, financeira, ajuste fiscal e a política macroeconômica a partir de 1994.

Da mesma forma como surgiram muitos bancos estaduais no país, para alavancar recurso em projetos políticos de desenvolvimento social e econômico, o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) também é criado com esse mesmo objetivo no governo Celso Ramos (1961-1965).<sup>1</sup> O Banco cresceu rapidamente e marcou presença em quase todos os municípios. Sua importância foi facilmente percebida em virtude dos investimentos em políticas de crédito rural, crédito habitacional e financiamentos aos pequenos e médios agricultores e empresários. No entanto, mesmo cumprindo essas funções, o Banco sofreu as primeiras ameaças de privatização no final dos anos 80, quando ocorre a intervenção do Banco Central.

A intenção de privatizar o Banco voltaria à tona na metade dos anos 90, quando o governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998) lançou um “pacote” de privatizações de empresas do Estado. Para o Besc, especificamente, as autoridades econômicas defendiam uma “gestão compartilhada”, em que o capital privado entraria com recursos para “revitalizá-lo”. Os bancários não concordaram com esse modelo e se mobilizaram para impedir o projeto. Essas intenções do governo eram determinações dos organismos financeiros internacionais, que “recomendavam” a redução e eliminação da presença de bancos estaduais no país, como analisar-se-á a seguir.

### **A crise dos bancos estaduais e a intervenção do Banco Central no Besc**

---

<sup>1</sup> O governador Celso Ramos, em seu discurso de inauguração do Banco, retrata os objetivos e o projeto de desenvolvimento para o qual a instituição foi criada. “Em linhas gerais, este banco será uma organização não comercial, cuja administração deverá caber aos grupos organizados da indústria, do comércio, da agricultura, do trabalho e do governo.(...) Todo cidadão portador de uma profissão e que a deseje executar por conta própria deverá merecer do banco o amparo financeiro que lhe permita instalar a sua oficina, o seu gabinete ou adquirir o seu caminhão, o seu automóvel ou o seu barco de pesca. (...) o Banco haverá também de financiar a habitação popular e a aquisição do lote rural.” (Rememória do Governo Celso Ramos. Santa Catarina(1961-1966). Centenário do Nascimento de Celso Ramos, 1997).

Uma crise estrutural atingiu fortemente o capitalismo a partir dos anos 70, um problema verificado sobretudo pela queda da taxa de lucros, disparada da taxa de juros, crise do petróleo, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, prolongada recessão das economias dos países centrais e relativa autonomia do capital financeiro frente aos capitais produtivos. Esse cenário de “capitalismo desorganizado”<sup>94</sup> leva o capital a se reorganizar e adotar o “modelo neoliberal”. O neoliberalismo aparece, então, como resposta ao modelo de “desenvolvimentista” centrado na intervenção do Estado.<sup>95</sup> A tese liberal do livre mercado e a redução da participação do Estado na economia (Estado mínimo) ganham hegemonia nos países centrais e chegam aos países periféricos nos anos 80. O ideário liberal tem seu ponto mais marcante com a mundialização do mercado financeiro, em que os governos nacionais adotam políticas liberalizantes, abertura comercial e flexibilização de direitos sociais.

No Brasil, o Estado teve papel central no processo de acumulação de capital por um longo período da história brasileira. Foi ele que investiu fortemente em infra-estrutura, energia, telecomunicação, siderurgia, estradas e reforma no setor bancário nacional para viabilizar projetos de desenvolvimento.<sup>96</sup> Essa ação governamental durou até o final dos anos 80, pois é interrompida com políticas macroeconômicas e “reformas estruturais” impostas por organismos financeiros internacionais. As reformas estavam centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na redução da participação do Estado na economia, na flexibilização de direitos trabalhistas.<sup>97</sup> Tais políticas tinham como objetivo superar a crise econômica e reduzir o déficit fiscal. Contudo, as medidas não ajudaram a resolver os problemas econômicos e acabaram aprofundando ainda mais os problemas sociais. A crise atingiu também o setor bancário público, que foi pressionado pelas autoridades financeiras a se reestruturar, ou seja, reduzir ou eliminar sua presença no país.

Para Coelho, a crise dos bancos estaduais é anterior à crise dos anos 80. Para ele, esse problema ocorreu a partir de 1964, em virtude da “crise orgânica” das elites dirigentes,

---

<sup>94</sup> Expressão utilizada por Offe para explicar as transformações do capitalismo recente. Ver Offe, 1995.

<sup>95</sup> Para uma análise desse modelo desenvolvimentista, ver Fiori 2001.

<sup>96</sup> Para uma análise da reforma bancária no Brasil, ver Minella, 1988.

<sup>97</sup> Para uma análise da flexibilização dos direitos trabalhistas na era do neoliberalismo, ver Riegel, 1998.

quando começa a ruir o modelo nacional-desenvolvimentista. “Diminuição do excedente econômico e aumento da luta entre as elites políticas são alguns fatores condicionantes para a crise do sistema de Bancos Comerciais Estaduais” (COELHO, 1997:57).<sup>98</sup>

Os bancos estaduais, segundo Coelho, passaram a ser, após o declínio do poder político militar e o processo de abertura no final dos anos 70, instrumentos de sustentação de governos eleitos oriundos do antigo regime ditatorial. “Um dos mecanismos encontrados foi a utilização dos Bancos Comerciais Estaduais (BCEs) como avalistas de financiamentos, principalmente em obras de saneamento, construídas pelos Estados junto a organismos federais. Pode-se dizer que esse é o primeiro grande momento no qual interferências, marcadamente políticas, passam a afetar o sistema de BCEs” (COELHO,1997:58). A apropriação desses bancos, como instrumento de uso político partidário ou de interesses privados, foi uma tendência que marcou as administrações dessas instituições no país. As conseqüências dessas ingerências nos Estados começaram a criar dificuldades para muitos bancos, e que obrigaram as autoridades financeiras a adotarem programas para capitalizá-los.<sup>99</sup>

Conforme Lopreato, a crise desses bancos era profunda e não se tratava apenas de problema de falta de liquidez momentâneo, que facilmente poderia ser contornado com novas políticas de estabilização. Segundo esse autor, essa crise foi fruto da perda de rentabilidade e deterioração patrimonial que se arrastava por muitos anos, bem como a perda da capacidade de financiamento dos governos nos Estados (LOPREATO, 2002).

Foi em 1987 que ocorre o agravamento da crise nos bancos estaduais no país. O Banco Central passa a adotar sua política intervencionista através do Regime de

---

<sup>98</sup> A chamada “era desenvolvimentista” chegaria ao seu fim, segundo Fiori, no começo da década de 1990, com a perda da legitimidade de uma fração das elites econômicas dirigentes e a ascensão de uma nova elite econômica (FIORI,2001:189).

<sup>99</sup> De acordo com Coelho, os primeiros bancos estaduais que apresentaram problemas de ordem financeira foram os bancos dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas e Pará. Os principais problemas encontrados eram: a) crescimento das despesas administrativas; b) aumento do crédito com taxas menores às praticados no mercado; c) aumento do volume de empréstimos sem critério de garantia de retorno; d) aumento do número de agências em regiões sem retorno econômico; e) limitações geográficas para atuar. Na busca da solução desses problemas, o Banco Central criou o Programa de Apoio Creditício (PAC), em 1983, que atingiu Estados como, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Pará e Goiás. No ano seguinte, o governo amplia o programa de saneamento dos bancos através do Programa de Recuperação Econômica-Financeira (Proref) ( COELHO, 1997: 58).

Administração Especial (Raet).<sup>100</sup> Os governadores, recém-eleitos nesse período, encontraram uma situação de quase insolvência nos bancos. O Banco do Estado da Bahia (Baneb), por exemplo, fechou o primeiro e o segundo semestre de 1987 com déficit. A equipe técnica que preparou a posse do governador eleito, Waldir Pires, classificou a situação do Banco como “pré-falimentar” e garantiu que os prejuízos acumulados pela instituição, desde 1983, eram bem superiores aos balanços publicados. Segundo a equipe econômica do novo governo, o Baneb vinha fechando seus balanços no “vermelho”, devido ao clientelismo político de ter sido usado como instrumento de política partidária nas eleições de 1982. Além disso, como ficou comprovado em uma CPI da Assembléia Legislativa da Bahia, o Banco oferecia taxas especiais às autoridades em todas as suas linhas de crédito. O empreguismo também foi apontado como causa do “rombo” financeiro. Antes do Plano Cruzado, o número de funcionários era considerado muito alto, porém nenhuma providência foi tomada para solucionar o problema.

O Banco do Estado do Pará (Banpará) apresentava também, na época, prejuízos superiores a seu capital social. O Banco, em 1984, ingressou no Programa de Saneamento do Banco Central, com uma dívida que ultrapassava a casa dos bilhões. O então governador Alacid Nunes, que encerrou seu mandato em 1983, aplicava, de acordo com o Banco Central, recursos do Estado em operações financeiras no Banco do Brasil, enquanto o Banco do Estado vivia o prejuízo junto ao Banco e pagando juros altos. Em 1987, já no governo de Jäder Barbalho, o dinheiro do Estado ia para o Banpará, mas, em contrapartida, realizava “operações fraudulentas” que favoreciam empresários e financiadores de sua campanha.

Outro banco que apresentava dificuldades financeiras era o Banco do Estado do Paraná (Banestado). Em 27 de junho de 1984, tinha ingressado também no Programa de Saneamento do governo federal e conseguido, em novembro de 1986, encerrar o contrato

---

<sup>100</sup> Raet é regido pelo Decreto-Lei nº 2.321, de 25/2/1987. Com este instrumento de intervenção o BC passa a ter o poder de intervir, mas sem interromper as atividades normais da empresa. Seu principal efeito é a perda do mandato dos dirigentes da instituição e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo BC, com plenos poderes de gestão. O Raet tem duração determinada e objetiva principalmente a adoção de medidas para a retomada das atividades normais da empresa. Esse instrumento veio ao encontro do projeto de reestruturação do setor bancário nacional do Banco Mundial e da International Finance Corporation (IFC), de 2 de novembro de 1988. Ver JINKINGS, 1995.

com o Banco Central. O Banestado possuía o maior volume de depósito entre todos os bancos comerciais que operavam nos Estados e contava com 287 agências, sendo que 222 em outros Estados.

No maior banco estadual público do país, o Banespa, de São Paulo, porém, segundo o presidente do Banco, Fernando Milliet, o lucro líquido seria “excelente”. O presidente garantiu que não precisava de auxílio do Banco Central. A direção informava que o Banespa seguia rigorosamente as normas estabelecidas pelo governo federal até mesmo a que proibia o aumento de empréstimos ao setor público e a limitação de crédito para as pessoas físicas.

O segundo maior banco estadual do país, localizado no Estado do Rio de Janeiro, o Banerj, a exemplo da maioria dos bancos estaduais, apresentava prejuízo contábil. Com grande número de agências espalhadas pelo território brasileiro, possuía, conforme o Banco do Central, um “rombo” causado na segunda gestão de Chagas Freitas, quando o empresário e ex-prefeito Israel Klabin era presidente do Banco. O BD-Rio, típico banco de fomento, ligado ao Banerj, passou a conceder crédito sem possuir departamento de cadastro especializado. A instituição também captava recursos cada vez mais caros de CDBs. Diante do grande volume desses certificados o Banco Central resolve intervir e instaurar processo administrativo. Segundo as autoridades financeiras da União, os diretores do comitê de crédito do BD-Rio aprovavam empréstimos para empresas inexistentes, o que tornava os ativos de difícil resgate.<sup>101</sup>

Os bancos estaduais se tornaram alvos da política intervencionista do Banco Central. No dia 26 de janeiro de 1987, por decisão do presidente José Sarney, as instituições passaram a ser controladas por uma junta de diretores do BC.<sup>102</sup> O Ministro da

---

<sup>101</sup> Diário Catarinense (DC), 25/2/1987.

<sup>102</sup> Segundo as autoridades financeiras do país, os bancos estaduais sofreram intervenção por apresentarem “problemas de liquidez”. Os Estados que sofreram intervenção em seus bancos foram: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Mato Grosso. A intervenção do Banco Central nos bancos estaduais e, especificamente no Banerj, em fevereiro de 1987, foi duramente criticada por César Maia, então Secretário da Fazenda do governo do Rio de Janeiro. Para Maia, o BC passou a adotar a “desmoralização” dos bancos públicos para prepará-los para a privatização. O problema desses bancos, como ele mesmo afirmou, já era uma herança de governos anteriores e o BC queria eliminar sua presença no setor financeiro do país. “Foram os instrumentos principais de ação política do governo federal junto aos Estados, na tentativa de eleger um colégio eleitoral dócil em 82. (...) A partir de 1983, já sem poder manejar da mesma forma os métodos anteriores, veio à tona

Fazenda, Dílson Funaro, afirmava que seria realizada nos bancos uma auditoria para verificar se estavam ocorrendo operações irregulares. O anúncio da intervenção foi dado em reunião em Brasília com a presença dos governadores recém eleitos nos Estados. O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, estava presente e admitia, após reunião, a existência da dívida do Banerj. Para ele, a decisão do governo de decretar o Raet para sanear os bancos estaduais era “importante”, e destacou que o que se buscava era “restabelecer a austeridade, o que é fundamental para o contribuinte, pois o cidadão brasileiro está cansado de tantos gastos inúteis, de tanta orgia, de tanto mau uso do dinheiro público”.<sup>103</sup>

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB) (1987-1990), também se declarou “satisfeito” com a decisão da equipe econômica, pois, segundo ele, a intervenção confirmaria as denúncias contra o governador Esperidião Amin (PDS), seu principal adversário político na campanha eleitoral de 1986. “A decisão do Banco Central em intervir no Besc dará o respaldo popular ao meu governo, uma vez que confirmará todas as denúncias feitas durante a campanha, que foram desmentidas pelo atual governo”.<sup>104</sup> Para o novo governador, “a partir de amanhã (26 de fevereiro de 1987), o Banco do Estado – Besc – não vai cometer mais nenhum desatino”.<sup>105</sup>

---

a grave situação herdada. A resposta do governo federal à criatura que ele próprio geriu foi oblíqua: tratava-se apenas de problemas de gestão. Com isso as posições anteriores, causais, foram esquecidas e se iniciou um processo de desmoralização dos bancos públicos (...) O objetivo claro é a privatização” (FSP, 27/3/87 In: COELHO, 1997:62).

<sup>103</sup> O Estado, 26/2/1987.

<sup>104</sup> DC, 16/2/1987. De acordo com Jacques Mick, ao tratar as irregularidades cometidas pelo governo Amin nesse período, a Comissão de Inquérito do BC tinha: “... encontrado uma série de empréstimos fornecidos por motivação política durante o governo Amin pelo Besc que jamais foram pagos – e uma inadimplência que superava US\$ 14 milhões. A comissão apontou, em seu relatório, um conjunto de 30 empréstimos que ignoraram restrições cadastrais dos clientes – alguns haviam recebido dinheiro no passado e ainda estavam inadimplentes; outros não tinham patrimônio para honrar o empréstimo; num caso, os empréstimos eram em valores superiores ao patrimônio líquido do Besc, o que é proibido pelas normas do sistema” ( MICK, 1997:47-48).

<sup>105</sup> O Estado, 26/2/1987.No que se refere aos problemas de gerenciamento nos bancos estaduais e, especificamente no Besc, Jacques Mick ressalta: “O problema era o seguinte: ao todo, 14 bancos estaduais dependiam regularmente de saques a descoberto na conta de reservas bancárias do Banco Central. Esse dinheiro era, em geral, usado para financiar dívidas e despesas correntes dos Estados, que não tinham receita suficiente para cobrir o caixa. Os saques a descoberto forçavam o Bacen a emissões de moeda indesejáveis, engordando o volume de dinheiro em circulação e empurrando



O Besc sofreu intervenção do Banco Central no dia 26 de fevereiro de 1987, poucos dias antes da posse no novo governo. O Banco sofreu o “Regime de Administração Especial” até junho de 1988, tendo início, a partir desta data, a chamada “Administração Compartilhada”, que durou até 27 de fevereiro de 1989.<sup>106</sup> Segundo relatórios divulgados pelo próprio Banco, no período de intervenção, muitos fatores operacionais, administrativos e financeiros levaram o BC a intervir. A Comissão de Inquérito do BC justificou esse procedimento dado o alto nível dos custos fixos, contratação excessiva de funcionários. “Superdimensionamento da estrutura do Banco, com custos – notadamente as despesas com pessoal – em nível incompatível com o volume operacional”.<sup>107</sup> Segundo o BC, houve contratação excessiva de funcionários com nítidos interesses eleitorais. O Banco passou a ter 8.314 funcionários em 1986. Apenas em períodos eleitorais, entre 1982 e 1987, foram contratados irregularmente 1.320 funcionários. A comissão do BC também identificou, em 1987, “concessão de estabilidade funcional e outras regalias que a situação não permitia – reposição da curva salarial, reestruturação e reenquadramento funcional, promoções por antigüidades e outras, além da ampliação do quadro funcional (ao redor de 25%) elevando de forma acentuada as despesas da espécie”.<sup>108</sup> O Relatório da Comissão apontou também a adoção de um novo regulamento de pessoal que garantia a estabilidade do emprego. A medida aprovada na reunião da diretoria estava em desacordo com o Programa de

---

para cima os índices de inflação. Os bancos daqueles seis Estados já estavam na mira do Banco Central. Cinco deles apresentavam dívidas com o governo federal de US\$ 2,20 bilhões – US\$ 1.18 bilhões em saques a descoberto e US\$ 1,01 bilhões referentes a empréstimos vinculados a programas de recuperação das instituições financeiras implantadas desde 1984. Os bancos tinham dívidas de tamanhos diferentes é claro. O governador Pedro Ivo Campos calculava em US\$ 359 milhões o déficit do Besc e em US\$ 1,02 bilhões o total da dívida do Estado. O Rio de Janeiro vivia uma situação bem pior e São Paulo nem estava representado na reunião” (MICK, 1997:5).

<sup>106</sup> A intervenção no Besc não chegou a provocar maiores prejuízos financeiros, porém a credibilidade do Banco, segundo um gerente, abalou a imagem da instituição. “Com todos os boatos que ocorreram no ano passado (1986), e agora com a intervenção, vai ser muito difícil melhorar a imagem do Banco. A crise nos bancos já é do conhecimento de todos. O Plano Cruzado causou uma forte queda no movimento financeiro, mas com a volta da correção monetária já se sentia uma boa recuperação. Os bancos oficiais visam o social e não o lucro. É obvio que tínhamos que sofrer com muito mais rigor as conseqüências, pois nosso objetivo não é simplesmente o lucro” (DC, 26/12/1987).

<sup>107</sup> CPI/BESC, 2000.

<sup>108</sup> Comissão de Inquérito do Banco Central. In: CPI/BESC, 2000.

Recuperação Econômica e Financeira (Proref).<sup>109</sup> Outro documento mostrou também que foram captados recursos a taxas acima da média do mercado, em face de inliquidez das operações com o governo do Estado. Outros fatores foram a liberalização de recursos para pequenas empresas que não ofereciam garantias de pagamento, e a utilização de critérios políticos em operações que resultaram em prejuízos.<sup>110</sup>

As dificuldades financeiras e o alto nível dos custos fixos do Banco apontados pela Comissão do Banco Central foram reconhecidos pelo corpo técnico do Besc, através do seu Departamento de Mercado Financeiro (Demef).

Fatores responsáveis pela situação atual (fevereiro de 1987): a) Imagem maculada e desgastada em decorrência do atrelamento da força de vendas (gerentes de venda) a um partido político, bem como em função do empreguismo; b) tecnologia obsoleta; c) enfraquecimento econômico-financeiro da instituição, em decorrência dos fatores acima enumerados, acrescidos da carência de uma administração mais empresarial; d) concentração das operações com o poder público; e) ausência de diferenciação dos produtos, serviços e marca do Besc no mercado. (DEMEF, 1987).

A intervenção do Banco Central no Besc foi criticada pelo governador Esperidião Amin. O governador, que estava prestes a entregar o cargo ao seu principal adversário político, disse que a decisão das autoridades financeiras foi política e com objetivos de prejudicar sua imagem e a dos governadores que faziam oposição ao governo Sarney. “Vou questionar o mérito, a forma, a legitimidade dessa providência que possui caráter eminentemente político”.<sup>111</sup> A prova disso, diz, estava no fato da União não intervir no banco do Pará, que estava em situação financeira muito mais grave. “Manobras arbitrárias e casuísticas para distrair a opinião pública, sem nenhum benefício objetivo para o Besc, e que agride ao governo e a todo o povo catarinense”.<sup>112</sup>

O Ministro Funaro justificava a intervenção ao fato do governo federal colocar recursos e exigir o cumprimento de metas de ajuste que não foram atingidas. “A União colocou dinheiro nos bancos estaduais e exigiu ao mesmo tempo um programa de ajuste.

---

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem

<sup>111</sup> DC, 27/2/1987.

<sup>112</sup> Ibidem.

Alguns bancos conseguiram cumprir e, por isto, não fazem parte desta lista”.<sup>113</sup> As medidas ocorreram, diz, “em conjunto com os governadores eleitos desses Estados e ajudará os bancos a sanear suas finanças através de uma auditoria permanente”.<sup>114</sup>

O governador Amin tenta esclarecer à população os motivos que levaram o Banco Central a intervir no Besc. Amin disse que o seu governo vinha realizando esforços para equacionar os problemas do Banco. Ele dá como exemplo o compromisso assumido com o BC, por meio do Programa de Reestruturação Financeira (Proref). O governador, entretanto, não esclareceu que não havia cumprido as metas estabelecidas pelo Programa e que não pagou as multas decorrentes do descumprimento. Para cumprir as metas determinadas pelo BC, era necessário: fechamento de agências com pequena movimentação econômica; redução do corpo de funcionários; capitalização do Banco do Estado; e recuperação de empréstimos e créditos realizados pela instituição.

Outro ponto de esclarecimento à população foi a dificuldade de pagamento das dívidas que o Estado enfrentava, que, segundo Amin, era decorrente dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) contraídos em governos anteriores (Gráfico 2). O governador tentava mostrar o esforço do seu governo na solução da dívida, mas atribuía o problema ao governo federal e sua política de altas taxas de juros.

Essa dívida é nociva pelo prazo e pelas taxas de juros atuais, infinitamente superiores à de 25% ao ano, estabelecida como teto máximo pelo ‘acordo de cavalheiro’ firmado entre o senhor Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e os bancos privados e anunciada, por aquela autoridade federal, durante a reunião que o senhor presidente da República, José Sarney, convocou no dia 3 de março de 1986 (após decretação do Plano Cruzado), presentes os governadores de Estado.<sup>115</sup>

## Gráfico 2

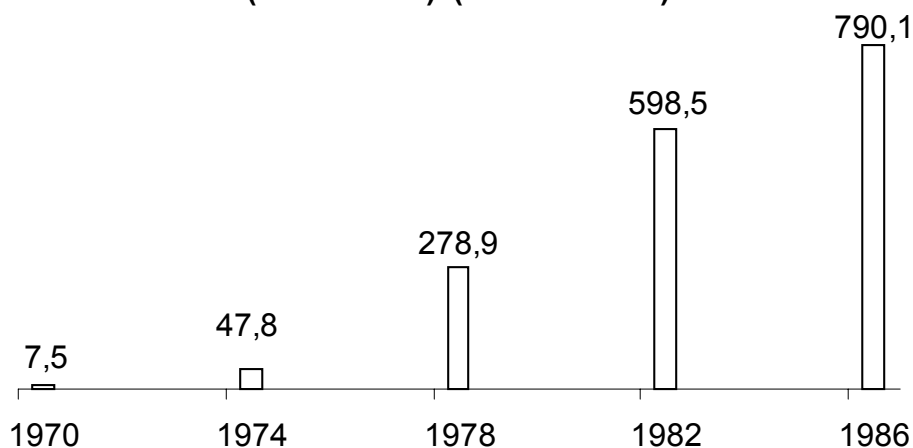
---

<sup>113</sup> DC, 26/2/1987.

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> DC, 20/2/1987.

**Dívida Pública Interna e Externa de Santa Catarina  
(1970 - 1986) (Em US\$milhões)**



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina

Segundo o governo do Estado, a dívida era de 780 milhões de dólares. A equipe econômica do novo governo contestava os números, pois afirmava que os valores divulgados eram referentes apenas aos 22 órgãos da administração direta e omitia a dívida das 46 estatais, que chegavam, conforme o núcleo de planejamento, a 500 milhões de dólares. Os assessores do governo eleito lembravam que os valores ainda não eram definitivos, pois, de acordo com eles, faltava contabilizar a “desorganização do sistema financeiro”. Sabia-se que as dívidas das estatais eram referentes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) emitidos pelo Besc, Badesc e BRDE.

O país passou, em 1986, por grandes dificuldades econômicas no pós-Cruzado. O modelo desenvolvimentista de industrialização, adotado pelos governos militares (1964-1985) e frações das elites brasileiras, começava a dar sinais de esgotamento e nenhum outro

projeto surgia para enfrentar a grave fragilidade fiscal do setor público, as altas taxas de inflação, os problemas sociais e a desestabilização da economia.<sup>116</sup>

Para Tavares e Fiori, a economia brasileira na década de 80 nunca teve taxas de inflação média anual inferior a 200%. Os sucessivos ajustes macroeconômicos foram criando desconfiança dos agentes privados e agravando a fragilidade financeira do setor público (TAVARES e FIORI, 1993: 97). De fato, as multinacionais deixavam de trazer dólares para novos investimentos e a balança comercial já não gerava superávit necessário para pagar juros e amortizações aos organismos financeiros internacionais. As autoridades financeiras do governo anunciavam, como medidas para contornar a crise, a suspensão do pagamento da dívida externa. A decisão criou um clima de inquietação e incertezas no futuro da economia, já que o país poderia, segundo alguns membros da equipe do governo e setores do empresariado brasileiro, sofrer retaliações dos credores internacionais.

Apesar das possíveis retaliações que poderiam ocorrer dos organismos financeiros, o governo federal conseguiu o apoio de setores do empresariado no país. Esse apoio foi manifestado em Brasília, em fevereiro de 1987, no encontro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que representava 23 federações industriais de todo o Brasil. Nesse encontro estava o presidente da Federação da Indústria de Santa Catarina (Fiesc), Milton Fett, que manifestou seu apoio ao ministro e acreditava que se chegaria a uma decisão “harmônica” com os credores. “Ainda é uma incógnita os possíveis reflexos das medidas na economia internacional, a partir da reação dos bancos estrangeiros e países credores”.<sup>117</sup>

Nesse ambiente desfavorável na economia e a decisão do governo de decretar a moratória da dívida externa, o governador Amin afirmava que era esse o momento oportuno para Santa Catarina decretar também a moratória da sua dívida pública com a União. “Se o governo federal está assumindo sua incapacidade de saldar seus

---

<sup>116</sup> O crescimento da dívida nos Estados estava diretamente relacionado às altas taxas de juros. No primeiro semestre de 1986, logo após o Plano Cruzado, os juros estiveram entre 25% e 50% ao ano (Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, 1987).

<sup>117</sup> DC, 21/2/1987.

compromissos financeiros com os credores externos, que assumam também a impossibilidade dos governos estaduais do país saldarem suas dívidas para com a União”.<sup>118</sup>

Em meio à escalada da crise que se abateu na economia do país no pós-Cruzado o presidente do Besc, Carlos Passoni, vem a público dizer que o Banco se recuperou da crise e cresceu em 1986. De acordo com ele, os valores positivos não eram compatíveis com o volume de negociações, mas tinha conseguido um aumento de capital autorizado pelo Banco Central, que seria absorvido pelo Estado, através de emissão de Obrigação do Tesouro do Estado (OTE). Assim, a recuperação, diz, ocorreu a partir do retorno da inflação, que elevou a taxa de juros e possibilitou um lucro líquido em novembro daquele ano. Ele admitia, entretanto, que o número de trabalhadores do Banco aumentou de 5.786 para 6.885, ou seja, aumento de mais de mil funcionários, representando, portanto, um aumento do quadro de pessoal de 19%.<sup>119</sup>

O presidente do Besc também desconhecia qualquer plano de saneamento para o Banco por parte do governo federal. Ele esteve em Brasília e havia conversado com o presidente do Banco Central, onde, segundo ele, não foi discutido nada a respeito “Sempre fomos os primeiros interessados em encontrar uma solução para os problemas financeiros do Besc, problemas que não foram criados por nós, mas pelo próprio governo federal”.<sup>120</sup>

Nesse cenário de instabilidade econômica e incertezas quanto ao futuro do Besc, o governo Amin recebeu apoio da comissão executiva de seu partido (PDS, hoje PP) na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara de Vereadores de Florianópolis em virtude da decisão da União de intervir no sistema financeiro estadual. Ao mesmo tempo em que o governador recebia apoio de seu partido, encontrava, por outro, a oposição de velhos aliados políticos, como foi o caso do líder do PFL na Assembléia, o deputado Júlio Garcia. O parlamentar “pefelista”, que já foi diretor geral do Besc, não via o processo de intervenção como uma “jogada política”. Para ele, a situação do Banco era “gravíssima”. Diz: “A medida restabelece a verdade sobre a situação do Banco, apesar do esforço da

---

<sup>118</sup> DC, 21/2/1987. Amin afirmava também que o momento era “crítico” e que a decretação da moratória era decorrente da “torra de reservas cambiais em dólares que o governo federal realizou principalmente para a importação de alimentos, em 1986” (DC, 21/2/1987).

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> DC, 25/2/1987.

gente catarinense e dos funcionários do Besc, foi mais forte a incompetência, a irresponsabilidade e os desmandos das autoridades responsáveis pelos destinos do Banco. Santa Catarina se sente envergonhada da atitude inconseqüente de uns poucos. Os culpados devem sofrer a punição da lei”.<sup>121</sup>

Esperidião Amin deixava o governo em meio a uma crise política e econômica. As alianças políticas foram imediatamente rompidas, pois o novo governador recebia o Estado com graves dificuldades financeiras, além do Besc estar sendo acusado pelo Banco Central de ingerência, empreguismo e empréstimos de difícil retorno. Os olhares agora estavam voltados para o novo governo, que ia ganhando simpatia da população pelas promessas de solucionar os problemas do Banco e do Estado.

Contudo, os conflitos políticos em Santa Catarina em torno do Besc ainda prometiam continuar. Amin, dez meses depois de deixar o governo, publica um artigo na imprensa manifestando, mais uma vez, sua discordância com o governo por “entregar” o Besc à União e querer adotar uma política de fechamento de agências e corte de pessoal.

O Besc já foi um ‘negócio’ de US\$ 200 milhões (equivalente). Hoje, mal chega aos US\$ 80 milhões. Portanto, perdeu expressão. Fechar agências é o expediente mais fácil e disponível aos inescrupulosos e desonestos. Demitir! A ordem é demitir! O atual governador chega a proclamar que o Banco Central é que deve demitir para que seu governo não seja desgastado por isso. É a covardia anunciada.<sup>122</sup>

Os conflitos políticos ganhavam intensidade à medida que o prazo para o saneamento do Banco ia se esgotando. A dívida do Besc precisava ser sanada até o final do ano de 1987, para que não sofresse o risco de liquidação. Os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Diretor do Banco Central para sanear o Banco não atingiram os resultados esperados. Para o então interventor do BC e presidente do Besc, João José Ballstaedt, o único caminho possível para evitar que o Banco sofresse liquidação extrajudicial seria a rolagem da dívida do governo do Estado junto ao Banco. Para isso, era necessário convencer o Poder Legislativo para a aprovação do projeto de saneamento. Assim, o secretário da Fazenda, Fernando Ferreira de Mello, o diretor do Comitê da Dívida Pública,

---

<sup>121</sup> O Estado, 26/2/1987.

<sup>122</sup> DC, 18/12/1987.

Paulo Prisco Paraíso, o superintendente do Banco do Brasil, Hermes Jacobsen, e João Ballstaedt reuniram-se com vários deputados para tratar do assunto. O encontro surtiu efeito, visto que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou, no dia 21 de dezembro daquele ano, a rolagem da dívida do governo junto ao Besc. A bancada de oposição comemorava também a aprovação da emenda aditiva de uma deputada do PT, que dava estabilidade de dois anos aos funcionários do Banco e exigia o concurso público para ingressar na instituição. O líder do PMDB e do governo, Irí Zílio, não estava preocupado com a aprovação da estabilidade. Para ele, essa decisão fatalmente seria vetada pelo governo do Estado. De fato, o governo já havia manifestado sua decisão pela demissão. O governador Pedro Ivo Campos declarava à imprensa que somente o gerenciamento pelo Banco Central, com a demissão em massa de funcionários, sanaria o Banco. O governador, todavia, não queria assumir essa tarefa, pois sabia que provocaria estragos na sua imagem política e tratou assim de atacar o interventor do BC que deixava para seu governo esse ônus das demissões.

Não assumirei um banco que continua com os mesmos problemas que originaram sua intervenção. Se a intervenção foi suspensa nestas circunstâncias, a culpa é do governador (Amin) autoritário, preponderante e dominador. Por isso, enquanto estas providências não forem tomadas, não assumo o comando. Num período em que a economia vai bem, a atividade bancária é rentável. Quando os tempos são de recessão, os bancos lucram mais ainda. Não posso admitir que bancos comerciais estejam muito bem fisicamente e o Banco do Estado com saldo sempre negativo. Alguns possuem 13 empregados quando poderiam funcionar com apenas três.<sup>123</sup>

Foi nesse cenário de conflitos que ocorreu, no dia 30 de dezembro de 1987, a assinatura da rolagem da dívida do Banco. Com isso, o Banco do Brasil emprestou ao Estado o dinheiro para quitar sua dívida.<sup>124</sup> O contrato foi assinado no Palácio do Governo e contou com a presença de várias autoridades políticas. Entre os presentes ao encontro estava o secretário da Fazenda, Fernando Ferreira de Mello. O secretário manifestou sua

---

<sup>123</sup> DC, 16/12/1987.

<sup>124</sup> O governo do Estado assumiu dívidas das suas empresas, fundações e autarquia no valor de US\$ 680 milhões de dólares (MICK, 1997:37).



satisfação com a decisão tomada pelo governo. Para ele, o contrato representava “a vitória do governo do Estado, que não permitiu a liquidação extrajudicial do Banco”.<sup>125</sup>

O pagamento deste empréstimo junto ao Tesouro Nacional via Banco do Brasil foi feito dentro de um prazo de amortização de 15 anos, com carência de 18 anos. O Conselho Monetário Nacional (CNN) definiu que a taxa a ser paga seria de 6% ao ano. Este empréstimo não significava, porém, que tinha acabado o processo de intervenção Federal, pois o governo do Estado, que devia para o Besc, agora passava a dever para a União.

O Besc sofreu medidas drásticas durante o período de intervenção.<sup>126</sup> As medidas deram um pouco de fôlego à saúde financeira do Banco. O Patrimônio Líquido (PL), em 25 de fevereiro de 1987, era negativo em US\$ 14,6 milhões e, no 1º semestre de 1990, o PL passou para US\$ 60,0 milhões.<sup>127</sup> Os depósitos de poupança, entretanto, tiveram uma redução. Em dezembro de 1987, somavam US\$ 232,4 milhões de dólares e reduziu para US\$ 172 milhões. É importante considerar que foram bloqueados junto ao Banco Central mais de US\$ 27,7 milhões, o que significa um total de poupança no valor de quase US\$ 200,00 milhões.<sup>128</sup> Outro dado positivo foi a operação de crédito destinado ao setor privado. O Banco passou a dispor de US\$ 131 milhões, o que significou um crescimento de 50% em relação à posição no início da intervenção.<sup>129</sup>

A intervenção do Banco Central nos bancos estaduais não pode ser vista simplesmente como resultado de fragilidade financeira ou de irregularidades administrativas denunciadas pelas autoridades econômicas, mas de um projeto político

---

<sup>125</sup> O Estado, 31/12/1987.

<sup>126</sup> Entre as medidas que permitiram o saneamento do Banco, destacamos: a) Os critérios políticos para concessão de empréstimos foram substituídos por critérios técnicos, em que o Comitê de crédito avaliava os riscos das operações de empréstimos; b) Parte da dívida existente do governo do Estado com o Banco foi para o Banco do Brasil; c) O Besc deixou de efetuar pagamento sem correspondente depósito por parte do Tesouro estadual; d) Foram realizados cursos de treinamento profissional; e) Foi elaborado um novo Plano de Cargos e Salários equiparando aos salários dos trabalhadores do setor; f) Não houve nenhuma contratação de março de 1987 até 1990; e 1.500 empregados saíram do Banco através de acordos; g) O número de diretores foi reduzido de 32 para 6 (CPI/Besc, 2000).

<sup>127</sup> CPI/ Besc,2000.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibidem.

neoliberal bem orquestrado entre organismos financeiros internacionais, grupos econômicos financeiros privados nacionais e estrangeiros e autoridades governamentais, que desejavam reduzir e eliminar essas instituições. A pressão do Banco Mundial, já nos anos 80, por exemplo, com o seu projeto de reforma do sistema financeiro nacional já deixava transparecer esses objetivos. Dizia o projeto: “Reestruturarão o sistema bancário estadual, mediante a liquidação ou privatização dos bancos estaduais; e reformarão o sistema financeiro de habitação, mediante a eliminação do crédito direto e o desenvolvimento de fontes de recursos no mercado”.<sup>130</sup>

Os grupos econômicos financeiros têm capacidade de influenciar decisões políticas e econômicas de governos. Para Minella, ao estudar os bancos e instituições financeiras, diz que esse poder pode ser percebido pelo controle que exercem sobre o grande volume de recursos e de capitais. “A idéia é a de que as instituições financeiras têm o controle sobre a direção do fluxo de capitais e podem assim exercer forte poder sobre a economia” (MINELLA, 2002:6). À medida que esse capital se concentra, esse autor acredita que pode influenciar decisões governamentais ou constranger e interferir em empresas ou determinados setores da economia.

A retirada de capital pode ser um instrumento para interferir no funcionamento de uma empresa, afetar a economia como um todo e forçar a adoção de determinadas medidas macroeconômicas. O resultado global é que um número reduzido de instituições financeiras e, portanto, seus controladores passam a exercer influência sobre o mundo empresarial e governamental muito além daquela exercida por outras forças sociais, inclusive segmentos empresariais (MINELLA, 2002: 9-10).

Por conseguinte, as privatizações seriam reflexos da pressão de segmentos organizados do empresariado financeiro e organismos financeiros internacionais junto aos governos de países dependentes como o Brasil e demais países da América Latina. Essa política privatista para os bancos nos Estados chegou em Santa Catarina, como tratar-se-á a seguir.

---

<sup>130</sup> Projeto do Banco Mundial e da Finance Corporatin (IFC), 1988, In: JINKINGS, 1995.

## **O Governo do Estado quer privatizar o Besc**

A ligeira recuperação financeira durante o processo de intervenção do Banco Central não foi razão para impedir que o governo do Estado implementasse o projeto de privatização do Besc. O governo queria a divisão do controle acionário do Banco. O então Secretário da Fazenda, Paulo Afonso Vieira (que se tornaria Governador do Estado em 1995), anunciava o seu projeto de modelo de gestão “tripartite”. Ou seja, um terço continuaria com o controle do Estado; um terço poderia ser comprado pelos funcionários do Banco, por meio do seu fundo de pensão (Fusesc); o restante seria leilado em Bolsa de Valores. A idéia agradou muitos empresários do Estado, assim como alguns bancários associados à Fusesc, que acreditavam que teriam algum ganho financeiro com as medidas do governo.

A decisão de abrir mão do controle acionário era também o desejo que vinha das autoridades financeiras e técnicas do Banco Central. O BC queria que as instituições financeiras no país tivessem mais poder de agilidade e eficiência na sua administração. O governo federal queria o fim das irregularidades que caracterizava as gestões dos bancos públicos nos Estados do país. Um diretor de fiscalização do BC, José T.L. de Moura, deixou claro, na época: “O Banco Central quer evitar a utilização política dos bancos estaduais”.<sup>131</sup>

A política de venda dos bancos públicos ao capital privado já vinha sendo cogitada pelo Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN). As autoridades financeiras do governo federal não escondiam o interesse dos organismos financeiros internacionais para o setor. Wadico Bucchi, diretor da área bancária do Banco Central, assumia publicamente as intenções do BIRD: “Em janeiro o BIRD vai enviar um projeto de reestruturação dos bancos estatais”.<sup>132</sup> O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, declarava também que a privatização do Banco de Santa Catarina seria: “Um passo

---

<sup>131</sup> A Notícia, 3/1/1989.

<sup>132</sup> FSP, 8/1/1989.

gigantesco em direção ao que pode ser uma solução adequada para o grande problema que têm sido os bancos estaduais”.<sup>133</sup>

O Banco Central e o governo do Estado pareciam estar bem sintonizados no desejo de privatizar o Besc. Nesta empreitada, o governo de Pedro Ivo Campos não estava sozinho, contava com o apoio de setores do grande empresariado catarinense. Para Milton Fett, presidente da Fiesc, a privatização do Banco seria “a melhor maneira de promover o desenvolvimento da economia estadual”.<sup>134</sup> O presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais (Facisc), Udo Dhler, ressaltou também que: “A privatização de empresas deficitárias sempre foi defendida pelo empresariado”.<sup>135</sup> A opinião do presidente do CDL, Walter Korich, não era diferente. “É preciso não só privatizar o Besc, mas todas as estatais”.<sup>136</sup>

O apoio de importantes segmentos do empresariado deixava o presidente do Besc, Ingo Greul, otimista em relação ao sucesso do projeto privatista e, assim, não temia a resistência que poderia encontrar do movimento sindical dos bancários. “O sindicalismo representa minoria, é voz solitária no deserto”.<sup>137</sup> Greul, todavia, foi surpreendido ao duvidar do poder de resistência dos trabalhadores. A resposta dos bancários veio logo em seguida, com o lançamento no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Comitê em defesa do Banco, em 6 de janeiro de 1989. Assim, as lideranças sindicais passaram a realizar um intenso processo de articulação com diferentes forças sociais e políticas do Estado, como parlamentares estaduais, federais e municipais, lideranças sindicais de diferentes categorias profissionais e empresários ligados à Federação das Micro e Pequenas Empresas (Fampesc).

A organização do movimento contra a privatização estrategicamente jogou para o Poder Legislativo qualquer decisão de mudança do controle acionário do Banco. O governo, desta forma, teria que submeter à Assembléia do Estado seu projeto privatista. O

---

<sup>133</sup> FSP, 3/1/1989.

<sup>134</sup> O Estado, 31/12/1988.

<sup>135</sup> Jornal de Santa Catarina (JSC), 20/11/1989.

<sup>136</sup> Jornal de Santa Catarina, 14/1/1989.

<sup>137</sup> BESC, Este Banco é Nosso, 1989.

Comitê foi discutindo individualmente com todos os parlamentares na tentativa de convencê-los de que a perda do controle acionário do Estado ameaçaria o desenvolvimento econômico e o crédito social que o Banco realizava em Santa Catarina, além do que os bancos privados do país não se guiavam por políticas sociais e de desenvolvimento regional.<sup>138</sup>

A maioria dos parlamentares sabia que o Besc tinha grande credibilidade junto aos pequenos empresários e produtores rurais e, assim, não foi difícil para as lideranças sindicais reunir na Assembléia Legislativa apoio em defesa do Banco, além do mais, houve grande repercussão no Estado em defesa da instituição. O governo e seus partidos aliados não tinham maioria para garantir o projeto privatista. A pressão do movimento sindical surtiu efeito e o governo foi obrigado a recuar.

### **A reestruturação na agenda do governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998)**

O desejo do governo de privatizar o Besc volta à tona em 1996, quando o PMDB chega outra vez ao poder com Paulo Afonso Vieira, que foi, como vimos anteriormente, Secretário da Fazenda do Governo de Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner (1987-1990). O governo anunciou um “pacote” de privatização de importantes empresas do Estado.<sup>139</sup> O anúncio do governo criou um clima de apreensão, medo e incertezas em relação ao futuro das empresas e aos milhares de empregos que poderiam desaparecer. O

---

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> Além do Besc, estavam também na mira do governo as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan). No caso do Besc, um diretor sindical esclarece os motivos da política do governo em querer privatizar o Banco. “Paulo Afonso queria privatizar o Besc, ele queria fazer dinheiro pro Besc. Na época, era uma forma dos governos negociarem dívidas. Na época, o Plano Nacional de Desestatização, as vantagens dos governos de abrir mão de seus bancos era muito grande. Para manter o banco público, era complicado, tinha que assumir todas as dívidas, rolar as dívidas, mas como o governo tinha dívida com o Banco, e diminuía a capacidade de endividamento para outras coisas, Santa Catarina tinha muitas dívidas e ficar com um banco público, como fez o Rio Grande do Sul, na época do governo do PT, mas para Santa Catarina era complicado. Aí como Paulo Afonso não conseguiu, ele acabou sacaneando com o Banco. O que ele pegou para sanear o Banco foi uma piada. Paulo Afonso pegou 310 milhões, só que 200 era para capitalizar o Badesc, fazer agência de fomento e 100 era para o Besc, que era muito pouco. Eu falei com vários técnicos na época, e eles falaram que aquele dinheiro daria fôlego apenas para mais 4 anos, e precisaria mais tarde de mais dinheiro e o governo não tinha esse dinheiro para capitalizar o Banco”. Entrevista realizada pelo autor, em 10/9/2005.

cenário de medo que se instalou não estava apenas entre os bancários, mas também entre outros trabalhadores que poderiam ser demitidos com a privatização. Foi diante deste clima que surge, em 17 de novembro de 1997, um dos movimentos mais organizados e articulados da história do movimento sindical catarinense, o Movimento Unificado Contra a Privatização (MUCAP). O movimento era constituído por partidos políticos de esquerda, entidades sindicais e diferentes segmentos organizados dos movimentos sociais.<sup>140</sup> O Mucap era resultado da articulação destes segmentos que conseguiram romper, mesmo que momentaneamente, com o corporativismo e unir-se contra a onda neoliberal que invadia o país e o Estado naquele momento.<sup>141</sup>

O Mucap começou a realizar junto à população, a segmentos organizados da sociedade e às lideranças políticas locais do Estado esclarecimento sobre as possíveis conseqüências da venda do Banco para Santa Catarina. “A Caravana”, como foi chamado pelos participantes do movimento, passou a percorrer vários municípios onde o Besc estava presente. Os militantes ocupavam as praças públicas com apresentação de peças teatrais e shows artísticos dramatizando a situação do Banco e mostrando a necessidade da sua permanência como banco público.

Diante da idéia do governo de privatizar o Besc, surgiu, em maio de 1996, um seminário organizado pelo DEB para discutir o futuro do Banco. No encontro estavam presentes entidades sindicais dos bancários, a Associação dos Profissionais do Besc (Probesc), a Fundação de Codesc de Seguridade Social (Fusesc), o Clube Sim de Investimentos e a Federação dos Gerentes. Os participantes queriam discutir um projeto de modelo de gestão no qual o governo, os empregados, os microempresários, os pequenos agricultores e outros setores organizados da sociedade participassem, através do Conselho Gestor, das decisões da entidade. As lideranças sindicais acreditavam que, dessa forma, o Besc passaria de banco estatal (“governamental”) isto é, um banco que deixasse de ser instrumento de uso político de governo, de praticas clientelistas, ações fraudulentas e operações privilegiando empresários ou grupos ligados ao governo, para “banco estatal

---

<sup>140</sup> Entre os partidos políticos, sindicatos e entidades organizadas que participavam do Mucap estavam: PT, PC do B, PSTU, CUT/SC, os Sindicatos dos Bancários de Santa Catarina ligados ao DEB, Sindicato dos Eletricitários de Santa Catarina, Sindaspi, Sindifar, Sindimoc, Sindinorte, Sindiprevs, Sintae, Sintee, Sintect, Sitespe, Sintevi, Sintrajusc, Sintrasen, Sintusc, Sinvac, Stieel, MST, UCE, UCES, UJS e Unegro.

<sup>141</sup> Para uma análise da participação do Mucap no setor elétrico, ver Sampaio, 1999.

público”. Ou seja: um banco caracterizado por sua capilaridade de rede de agências; com serviços de interesse público; com diretoria e o Conselho de Administração formado de forma “tripartite” e paritária entre representantes do governo do Estado, dos empregados e dos demais acionistas; um banco na qual as decisões deveriam ser compartilhadas entre acionistas majoritários e os vários setores sociais e institucionais.<sup>142</sup>

O encontro resultou na criação da Comissão de Estudos sobre o Futuro do Sistema Financeiro Besc (SFBesc). Desde então, a Comissão passou a discutir e buscar alternativas para o Banco. Assim, no dia 13 de dezembro de 1996, surge o segundo seminário. No encontro estavam presentes economistas do Dieese, que apresentaram uma retrospectiva da situação dos bancos estaduais no país e um estudo do quadro financeiro do Banco nos últimos cinco anos.

O caso Besc entrou na agenda de discussão em várias regiões do território catarinense. Buscava-se um projeto que contasse com o envolvimento de todos os interessados em defendê-lo. O processo de discussão envolveu muitos participantes. O resultado foi a elaboração de um documento chamado “Besc Banco Público”. O documento foi entregue à diretoria do Besc, senadores, deputados federais, deputados estaduais do Estado, além da Associação de Micro e Pequenos Empresários da Grande Florianópolis.

O documento elaborado e discutido pelos sindicatos ligados ao Departamento Estadual dos Bancários DEB/CUT<sup>143</sup> e pela Comissão de Estudos sobre o SFBesc acabou sendo modificado pela equipe do governo. As lideranças sindicais afirmavam que o projeto elaborado pelo Estado e posteriormente apresentado ao Banco Central era, em

---

<sup>142</sup> (DIEESE, 1997: 9-18).As lideranças do DEB e do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região elaboraram essas propostas para o Banco intituladas: “Bancários apresentam alternativas à privatização do Besc”. No documento, publicado pelo DIEESE, em setembro de 1997, ressaltava também a necessidade para a maior participação acionária de entidades como: a Fusec, Clube Sim de Investimentos, federação das micro, pequenas e médias empresas do Estado, cooperativas, federações do comércio do Estado e prefeituras. Um diretor assim traduzia o projeto de “banco público”: “O Besc passa a ser um instrumento de governo, e não mais do governo” Folha Sindical, 5/6/1997.

<sup>143</sup> Os sindicatos ligados ao DEB eram: Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, Sindicato dos Bancários de Blumenau, Sindicato dos Bancários de Criciúma, Sindicato dos Bancários de Chapecó, Sindicato dos Bancários de Araranguá, Sindicato dos Bancários de Concórdia, Sindicato dos Bancários de Joaçaba, Sindicato dos Bancários de Rio do Sul e Sindicato dos Bancários de São Miguel do Oeste.

parte, do projeto “Besc Banco Público”.<sup>144</sup> Para os dirigentes sindicais, o projeto foi modificado pelas autoridades do governo, de forma que propiciasse abrir caminho para a privatização do Banco. O governo do Estado queria a presença de um “acionista minoritário estratégico”, que fosse preferencialmente um banco estrangeiro. Os bancários não concordavam e queriam que o novo sócio fosse de Santa Catarina e não do capital estrangeiro.<sup>145</sup>

A divergências entre a proposta do governo do Estado e os bancários continuavam. O governo queria realizar um “remanejamento” de funcionários do Banco na ordem de 30%. O movimento sindical entendia que a intenção do Estado era o “enxugamento”, já que tinha como idéia a transferência de trabalhadores para regiões distantes. Outro fator de discordância entre os bancários foi a intenção do governo em reduzir também em 10% o número de funcionários por meio do Plano de Demissão Incentivada (PDI). A posição da entidade dos bancários era pela manutenção dos empregos e a ampliação do quadro funcional mediante concurso público.

As propostas do DEB deixavam claro que o movimento sindical queria a manutenção do Banco sob o controle acionário do Estado e a participação conjunta da sociedade na captação de recursos junto aos micro e pequenos empresários e produtores rurais. Os dirigentes sindicais não abriam mão do papel social que o Estado deveria realizar, e que o Banco, como parte integrante dele, caberia implementar através de políticas de crédito. “É preciso refletir sobre alternativas de financiamento à população de baixa renda que tem baixa inadimplência e constitui um filão de mercado não explorado pela concorrência”.<sup>146</sup>

---

<sup>144</sup> Ver Anexo 2 - As propostas do governo e do DEB para o Besc.

<sup>145</sup> O governador Paulo Afonso Vieira, ao ser questionado sobre seu projeto, informou: “Nós tivemos essa idéia com relação ao Besc porque isso mantinha a empresa como instituição estatal pública e fortalecida pela presença de um capitalizador que daria energia nova, sem que perdesse o controle público. A gente via isso também como uma garantia de que não haveria nenhum tipo de retrocesso, porque o acionista estaria zelando pelo seu próprio crescimento, mas era bem claro, tanto no caso da Casan, como no caso do Besc, que eles continuavam públicos, que era a forma que a gente entendia de fortalecimento”. Entrevista ao autor no dia 19/9/2005.

<sup>146</sup> BESC, Proposta de Banco Público, 1997.



A defesa do caráter público e social do Banco deveria, segundo as lideranças sindicais, passar pela participação dos trabalhadores na gestão da entidade. O movimento liderado pelo DEB queria romper com os “velhos vícios fraudulentos” daqueles que comandaram o Banco ao longo de sua história.<sup>147</sup>



Foto nº 1 : Mobilização do Sindicato dos Bancários e outras entidades em defesa do Besc, 12/8/1991.

Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Fpolis-Região.

O governo não conseguiu levar adiante seu projeto de reestruturação/privatização para o Banco. O movimento sindical dos bancários e as entidades que formavam o Mucap acabaram derrotando a idéia. No entanto, o problema em torno do Besc voltaria com força no governo de Esperidião Amin, em 1999 (como analisar-se-á no capítulo 4), em que o Banco de Santa Catarina ficou mais perto da privatização.

<sup>147</sup> Jacques Mick, em seu livro “Crimes impunes. O lado oculto da intervenção do Besc”, revelou uma série de irregularidades e ilegalidades cometidas pelos governantes, principalmente durante os períodos eleitorais. Diz: “A contratação de funcionários em vésperas de processos eleitorais não era novidade. Em 1982, o Besc teve seu quadro de pessoal engordado em 19%, com admissão de 913 bancários. Em 1985, o crescimento foi de 25%, com a contratação de quase 1.500 empregados ao todo. O resultado era o superdimensionamento do quadro de pessoal em relação às necessidades das empresas do sistema financeiro, com custos incompatíveis com as exigências operacionais” (MICK, 1997:52).

## O Besc e seu papel no desenvolvimento do Estado

Um pouco antes da implantação do Plano de estabilização econômica - “Plano Real”, o Banco Central apresentou aos diretores do Besc um documento denominado “Simulação de Resultados Mensais”, com o intuito de “subsidiar” a diretoria dos possíveis impactos do controle inflacionário na saúde financeira do Banco. O BC advertia que os bancos estaduais estavam com índices muito baixos de receitas de prestação de serviços e despesas e de créditos de difícil recuperação.<sup>148</sup> Essas receitas nos bancos equilibrados cobriam 100% dos custos, sendo que cobriam no Besc 9,75%. O mesmo relatório ainda informava que: “Com a estrutura de custos existentes e nível de ativos e prestação de serviços, o Besc, caso houvesse estabilidade da moeda, geraria prejuízos mensais da ordem de US\$ 15.552.530,00 dólares”.<sup>149</sup>

Assim, o Banco Central concluiu, em maio de 1994, que:

O Besc apresenta desequilíbrios na capacidade de gerar receitas para cobrir seus custos fixos. Essa situação atualmente se encontra camuflada pelos ganhos com sua participação no processo de giro da dívida estadual e ganhos inflacionários decorrentes de ‘float’. Terá, portanto, de passar por processo de reestruturação, que preveja cortes de custos fixos, para conviver num cenário de estabilidade econômica (BANCO CENTRAL, 1994).

Para o Besc se adequar às determinações do Banco Central, bem como o que viria a ser a nova realidade da economia, com inflação baixa e taxas de juros reduzidas, o Conselho de Administração do Banco adotou, em reunião nos dias 23 e 24 de janeiro de 1995, um conjunto de diretrizes intitulado “Plano de ajuste”. Esses “ajustes” visavam fortalecimento do Banco e sua adaptação ao quadro de estabilidade econômica, assim como a solução para a dívida mobiliária estadual que colocava em risco a liquidez da instituição.<sup>150</sup> O governo do Estado declarou para as autoridades do BC o interesse da

---

<sup>148</sup> Os bancos equilibrados apresentavam índices em torno de 2% dos ativos remunerados e no Besc era de apenas 0,46%.(BC, Bancos estaduais e privados: Seminário de resultados mensais, 13/5/1994).

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> A dívida mobiliária estadual, ao final do ano de 1996, representava R\$ 821,7 milhões (Besc, Balanço Anual, 1996).

rolagem da dívida estadual em títulos. O Estado assim comprometeu-se a efetuar um aumento de capital pós-Plano Real.<sup>151</sup> Em outubro de 1994, a fiscalização do BC fez um diagnóstico do sistema financeiro e destacou que “a dívida estadual em títulos equivalente a quatro vezes o Patrimônio Líquido dificulta a administração financeira da instituição e sua operacionalização”.<sup>152</sup>

As tentativas do Estado junto às autoridades monetárias para solucionar os problemas financeiros decorrentes do plano de estabilização da economia não tiveram sucesso, já que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, informava ao governo que desejava “desativar” as operações de troca de Letras do BC por Letras Financeiras do Tesouro Estadual. O Estado tinha a esperança de conseguir a rolagem da dívida como aconteceu com o Banco do Brasil. Segundo a CPI/Besc:

“O BB adquiriu toda a dívida em títulos do município de São Paulo, oriunda de precatórios, no valor de R\$ 6,6 bilhões, conforme contido no balanço de 31 de dezembro de 1999 do BB publicado, representando praticamente 100% do seu Patrimônio Líquido e em desacordo, portanto, com todas as normas em vigor, e apesar de todos os pleitos do governo, não houve vontade política para a aquisição de apenas R\$ 100 milhões de títulos catarinenses” (CPI/BESC, 2000: 27).

Apesar disso, o Besc, a partir de 1995, lançou um “plano estratégico” de gerenciamento para fortalecer o Banco e garantir a ampliação de novos negócios e receitas para cobrir os gastos fixos da entidade. O plano de revitalização apoiava-se em quatro eixos de ação, a capitalização, a ampliação de negócios, a redução de custos e a modernização empresarial.

A capitalização visava fortalecer a estrutura de capital do Banco e atender assim as exigências definidas pelo Comitê de Basileia, bem como ampliar as operações de crédito. Neste sentido, nos anos de 1995 e 1996, foram realizados três aumentos de capital no valor

---

<sup>151</sup> As providências para fortalecer o Besc foram: a) aumento de capital no montante de R\$ 50 milhões; b) federalização da dívida mobiliária em títulos por prazo de 30 anos; c) linha de crédito para micro e pequenas empresas; d) manutenção da troca de títulos estaduais por federais que vinha sendo feita desde o segundo semestre de 1994 com o BC; e) linha de financiamento para dívida pública mobiliária em títulos por parte do Banco do Brasil de R\$ 100 milhões ( Ofício GCPRCC 1192/957, de 3/2/1995, In: CPI/Besc,2000).

<sup>152</sup> BC, Diagnóstico do sistema financeiro estadual, 31/10/1994.

total de R\$ 59,3 milhões.<sup>153</sup> De acordo com o Relatório Anual do Banco de 1995, os recursos captados evoluíram de R\$ 894 milhões para R\$ 1.228 bilhões, reduzindo assim os problemas de liquidez. As operações de crédito cresceram de R\$ 374 milhões para R\$ 525 milhões, ou seja, 40%. A receita de crédito líquida das perdas com inadimplência evoluiu significativamente, de 79 milhões para R\$ 287 milhões, isto é, 277%, possibilitando a cobertura das despesas administrativas após a perda de R\$ 104 milhões com ganhos inflacionários no 1º semestre de 1994.<sup>154</sup>

A ampliação de negócios iniciou-se com o lançamento de novos produtos no mercado, como seguros, previdência privada, títulos de capitalização, ampliação de prestação de serviços aos clientes (cobrança, fundos, cartão de crédito, cartão de débito, etc).<sup>155</sup>

A redução de custos ou “readequação de pessoal”, como foi chamada, ou seja, programas de aposentadorias, “demissão incentivada” e redução de carga horária significaram o desligamento de 327 funcionários. Segundo o Banco, em 1994, as despesas de pessoal representavam 167% do patrimônio líquido e 17,40% do ativo total. Com a política de capitalização, reestruturação, ampliação de negócios e demissão, esses índices passaram para 86,98% e 8,77%, respectivamente.<sup>156</sup> Ainda conforme dados do Banco, a política de redução de trabalhadores, em maio de 1995, janeiro de 1996 e agosto de 1996,

---

<sup>153</sup> Besc, Balanço Anual, 1996. O Besc ampliou o capital em 74,6% em apenas dois anos, passando de R\$ 79,5 milhões, em 1994, para R\$ 158,1 milhões em 1996, e, por conseguinte, o Patrimônio Líquido cresceu de R\$ 128,8 milhões para R\$ 248,18 milhões (de R\$ 43 milhões para 271,5 milhões no conglomerado Besc) (Ibidem).

<sup>154</sup> Besc, Balanço Anual, 1995.

<sup>155</sup> Entre os produtos e serviços oferecidos pelo Banco, destacamos: a) O cartão de débito (Redeshop)- com esse cartão magnético o cliente passou a ter à sua disposição os terminais instalados em estabelecimentos comerciais em todo o país, junto à Redeshop; b) cartão de débito (Rede Maestro), com esse cartão o Banco, em parceria com Credicad S.A, possibilitava realizar saques e compras no exterior com débito feito diretamente no Brasil ; c) Fundos de Pensão Multipatrocinaados Besc-Fumbesc, que administrava planos de previdência privada, pública e institutos municipais. O Banco chegou a contar com 8.500 segurados, e obteve, no 1º semestre de 1998, crescimento de 45%, totalizando R\$ 29,5 milhões; d) Títulos de Capitalização – Bescap em parceria com Icatu Hartford (Besc, Balanço Anual, 1996, e Relatório do 1º semestre de 1998).

<sup>156</sup> Ibidem

conseguiu demitir 838 trabalhadores. Em dezembro de 1997, as demissões chegaram a 1.163.<sup>157</sup>

Quanto à modernização tecnológica, o Banco implementou um modelo de gestão denominado de “Empresariamento com Sinergia”, ou seja, investimentos em automação, informatização e capitalização gerencial.<sup>158</sup> No que diz respeito à automação, o Banco passou a contar com 532 pontos automatizados, isto é, toda a rede de agências e postos de atendimento foram informatizados.<sup>159</sup>

O projeto de revitalização do Besc apresentou pequenos resultados financeiros. O lucro líquido, no ano de 1995, foi de R\$ 25,024 milhões e passou para R\$ 25,382 em 1996, conforme Gráfico 3. A rentabilidade representou 11,57% sobre o patrimônio líquido médio, apesar dos impactos negativos do pós- Real que não garantiam mais ganhos com a inflação.

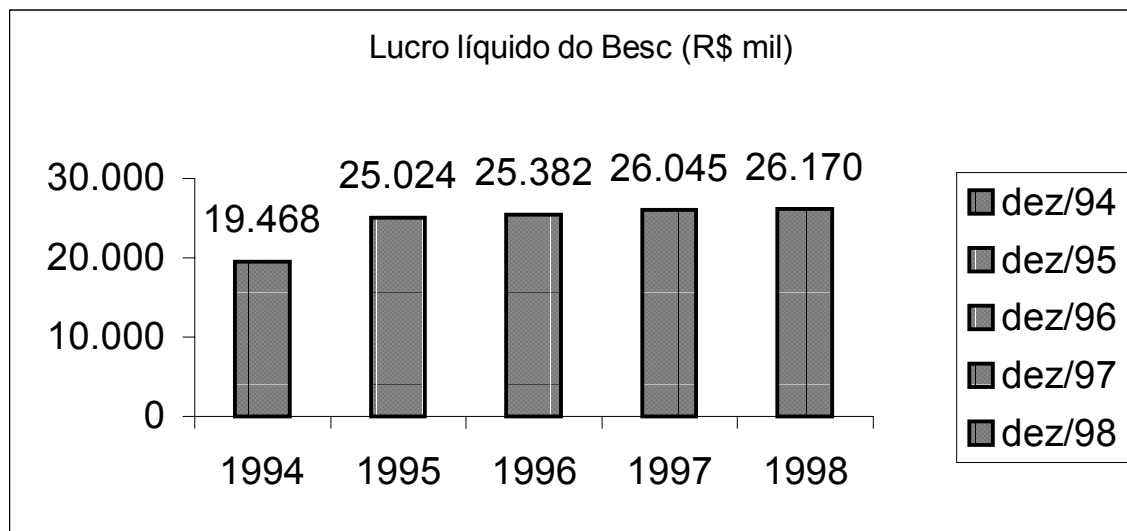
---

<sup>157</sup> Essa redução do número de trabalhadores foi bastante expressiva, visto que, em fevereiro de 1987, existiam 19,20 empregados por posto de atendimento e reduziu, em dezembro de 1997, para 8,81 (Besc, Balanço Anual de 1995). O SFBesc arcou com todos os custos desta política de redução de trabalhadores, sem qualquer transferência para os cofres do Tesouro do Estado ou da União (CPI/Besc, 2000)

<sup>158</sup> Para que os trabalhadores se adaptassem à política de reestruturação, o Banco investiu, no ano de 1996, cerca de R\$ 4,5 milhões em treinamento de pessoal, em 564 eventos com 12.107 participantes. (Besc, Balanço Anual, 1996).

<sup>159</sup> Besc, Balanço Anual, 1996.

Gráfico 3



Fonte: Besc e Secretaria da Fazenda.

Com a instabilidade no sistema bancário provocada pelo Plano Real e o endividamento no setor público federal e estadual,<sup>160</sup> o governo passou a editar medidas provisórias<sup>161</sup> para socorrer os estragos provocados nas contas públicas dos Estados, como também preparar os bancos estaduais para sua privatização. Essas MPs atingiram o setor bancário nacional, tanto público como privado trazendo implicações para os bancos no país. Os bancos públicos foram os mais afetados pela política monetária e fiscal. O Besc não foi exceção, apesar de apresentar, segundo os dados do Banco, uma situação econômica-financeira um pouco mais estável.

O governo do Estado, em 1996, manifestava, como já afirmamos anteriormente, seu desejo de reestruturar/privatizar o setor bancário. Estudos técnicos de viabilidade

<sup>160</sup> Ver Ferreira, 2005.

<sup>161</sup> Entre as medidas provisórias tomadas pelo governo federal, destacamos: MP 1.507-15, de 9 de janeiro de 1997, que dispõe sobre medidas de “fortalecimento” do sistema financeiro nacional; MP 1.520-3, de dezembro de 1996, que dispõe sobre novação de dívida e responsabilidade do Fundo de Compensação de Variação Salariais- FCVS; MP 1.556-6, de 16 de janeiro de 1997, que estabeleceu mecanismo de incentivo para reduzir a presença do setor público estadual na atividade financeira bancária; MP 1.560-1, de 17 de janeiro de 1997, que estabeleceu critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento pela União, da dívida pública mobiliária.

financeira e jurídica estavam sendo preparados para que fosse adotado um “novo modelo de controle acionário” e de “gestão parceirizada”.<sup>162</sup>

A diretoria do Besc e o seu corpo técnico continuaram adotando a política de reestruturação com o objetivo de se adaptar ao novo cenário de economia mundializada e de níveis de inflação baixa. Os anos de 1997 e o 1º semestre de 1998 apresentavam, de acordo com o Banco, números positivos. O patrimônio líquido do conglomerado atingiu valores na ordem de R\$ 266 milhões, ou seja, um crescimento de 100% no período de três anos. No exercício de 1997, foram efetuados aumentos de capital de R\$ 10 milhões no Besc S.A Arrendamento Mercantil, bem como o aumento para o Besc S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos. Esses recursos foram definidos em Assembléia Geral Extraordinária realizada nos dias 30 e 31 de outubro daquele ano e homologados pelo Banco Central. O Banco, no período de 1994 e 1997, dispunha de recursos próprios que tiveram crescimento nesse período, conforme mostra a Tabela 8. Segundo informações do próprio Banco, a entidade possuía capitais próprios de longo prazo, permitindo alongar prazos de créditos sem comprometer a liquidez do conglomerado.

---

<sup>162</sup> O governo tinha nas mãos a Lei nº 8.245/91 e a Lei nº 9.831/95, que autorizavam a transformação do Banco em “Banco Múltiplo”, onde dispunham: “Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a promover a transformação do Banco do Estado de Santa Catarina S.A - Besc em banco múltiplo, através de incorporações, fusão ou associação com empresas que integram o sistema Financeiro do Estado, na forma admitida na legislação federal”. O governo ainda tinha a Lei Estadual nº 10.299, de dezembro de 1996, que: “Autoriza a incorporação do patrimônio do Besc S.A Corretora de Títulos, Valores e Câmbio pela Besc Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A e a transferência do controle do Besc S.A Corretora de Seguros e Administração de Bens, da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, para o Besc”. O Estado tinha ainda em suas mãos a MP nº 1.612-18, de 11 de dezembro de 1997, que estabelecia mecanismos de incentivo à redução da presença do setor público estadual na atividade bancária, isto é, a privatização ou a sua capitalização para poder continuar operando no mercado.

**Tabela 8**  
**Recursos financeiros do Besc -1994-1997**

<b>Recursos próprios</b>	<b>Milhões</b>			
	<b>31/12/94</b>	<b>31/12/95</b>	<b>31/12/96</b>	<b>31/12/97</b>
Patrimônio líquido conglomerado	142.993	209.003	270.499	285.794
Investimentos (permanente)	46.687	53.647	61.849	75.459
Capital de giro próprio do conglomerado	96.306	155.356	208.650	210.335

Fonte: Besc, Balanço Anual, 1997.

Esse desempenho no período foi decorrente da ampliação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de novos produtos e serviços oferecidos pelo Banco. A “cobrança inteligente Besc” foi, por exemplo, um desses novos produtos oferecidos.<sup>163</sup> O Besc desenvolveu este produto especificamente para as prefeituras através da emissão a “laser” de carnês de cobrança.<sup>164</sup>

A concorrência interbancária começou a se tornar cada vez mais agressiva principalmente depois da entrada de bancos estrangeiros no país. A política de liberalização financeira era uma amostra do que seria o mercado no futuro, ou seja, mais competitivo e mais internacionalizado. A diretoria e o corpo técnico do Besc sabiam disso e trataram de intensificar investimentos em novos projetos. A “Central de Atendimento” foi outro desses serviços que o Banco colocou a disposição dos clientes. Com isso, mediante de uma linha telefônica gratuita, era possível consultar saldo de contas correntes, poupança e fundos de investimentos financeiros, que operava 24 horas por dia.<sup>165</sup>

Além desse serviço, estava também o “Besc Fácil”, ou seja, um serviço de auto-atendimento que vinha sendo lentamente incorporado na empresa. Através de um cartão magnético era possível dispor de vários serviços que o banco oferecia. Conforme Quadro 9, foram realizadas, em 1997, 69,9 milhões de operações, como saques, extratos, saldos de

<sup>163</sup> Esse serviço de cobrança do Banco atendeu a nove mil clientes (Besc, Balanço Anual, 1997).

<sup>164</sup> De acordo com o Besc, as 58 maiores prefeituras do Estado, em 1997, contavam com este sistema inteiramente automatizado (BESC, Balanço Anual, 1997).

<sup>165</sup> Besc, Balanço Anual, 1997.



conta corrente e poupança, aplicações e resgate em fundos, pagamentos de contas públicas. Esses números revelam não apenas uma evolução nas operações, mas também a importância do Banco em serviços para a população, já que o Banco está presente em cidades que não existem serviços de outros bancos.

**Quadro 9**  
**Os serviços oferecidos pelo Besc em 1997**

<b>Serviços</b>	<b>Milhões de lançamento</b>	<b>Evolução %</b>
<b>Recebimentos</b>		
Trib. Federais Estaduais, Municipais, DPVAT, INSS, FGTS	10,5	7,75
Cobrança (títulos, carnês e assemelhados)	34,1	19,40
Faturas de água, luz e telefone	18,5	9,02
<b>Pagamento</b>		
Benefícios do INSS e FGTS	2,3	8,70
Salários	4,5	5,05

Fonte: Besc, Balanço Anual, 1997.

Com a implantação do Plano Real, em julho de 1994, os ganhos inflacionários diminuíram e isso obrigou o Banco a adotar uma política de ampliação do crédito para poder cobrir seus custos fixos (despesas de pessoal), o que, conforme o Banco, já atingia mais de 80% de sua receita.

Poucos anos mais tarde, tal medida teve como implicação a inadimplência, que pulou de R\$ 103 milhões, em 1998, para R\$ 124 milhões em 1999.<sup>166</sup> Outro dado importante foi o crescimento das despesas com pessoal, que em 1995 era de R\$ 210 milhões e pulou para R\$ 240 milhões em 1998, e diminuindo para R\$ 218 milhões. Essa redução das despesas foi decorrente do corte de 90 funcionários e da não reposição salarial (Tabela 9).<sup>167</sup>

<sup>166</sup> A inadimplência cresceu devido, segundo reconheceu o presidente do Besc, Victor Fontana, à divulgação na imprensa de que o Banco passa por dificuldades financeiras, além da paralisação dos negócios determinados pelo governo. “Quando todo mundo diz que o Banco vai quebrar, vai ser liquidado, vai ser vendido, que está nessa situação de dificuldades desde 1997, qual é o devedor que vai pagar a conta? Podendo adiar esse pagamento, ele adia. Ele não paga” (CPI, 2000:135).

<sup>167</sup> A reposição proposta pela Febraban, na campanha de salarial de 1999, foi de 5,5%, o Besc, porém, não atendeu as determinações e não corrigiu as perdas da categoria. Tal fato originou a greve dos bancários em 2005 como analisar-se-á no capítulo 5.

**Tabela 9****Cobertura das despesas de pessoal e de crédito de liquidação duvidosa por receitas no Besc**

Valores em R\$ milhões

Contas de receitas e despesas	1994 1º sem.	1994 2ºsem.	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Receita de crédito	28	74	92	407	331	359	418	322
Ganho inflacionário	77	25	102	0	0	0	0	0
Despesas c/ inadimplência	9	4	13	67	97	97	103	124
Despesas de pessoal	127	84	211	210	212	212	240*	218

Fonte: Relatórios Anuais do Besc, In: CPI, Besc, 2000.

\* Todos os funcionários das empresas integrantes do conglomerado Besc foram transferidos ao Banco Comercial em razão do processo de reestruturação em curso.

Apesar da inadimplência, o Banco teve bom desempenho e chegou quase a cobrir os custos fixos. Segundo estudos do Departamento Econômico do Banco Central, em dezembro de 1998, “o nível de inadimplência das operações de crédito do sistema bancário era de 9,5%”. No Besc, entretanto, ficou abaixo da média nacional. Isso garantiu resultados positivos, o que não ocorreu a partir de janeiro com a paralisação das operações de negócios determinada pelo novo governo.<sup>168</sup>

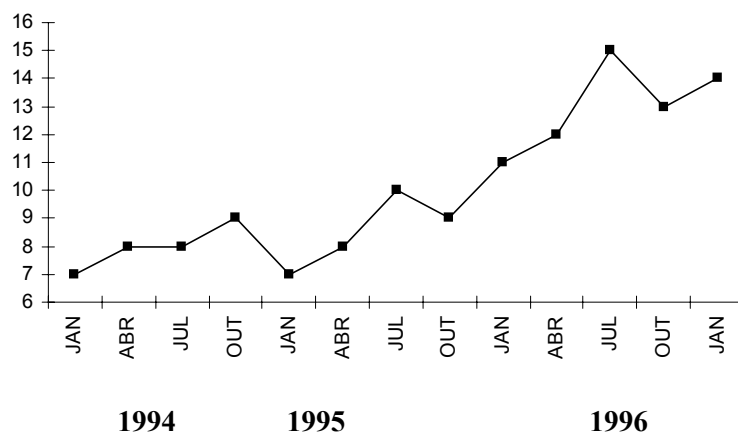
Apesar da política monetária restritiva no pós-Plano Real e das altas taxas de juros, principalmente a partir de 1997, que prejudicou grande parte do sistema bancário nacional,

<sup>168</sup> Segundo análise do Ministério da Fazenda, do desempenho dos bancos no pós-Plano Real, especificamente com relação à concessão de crédito, os empréstimos em atraso e em liquidação evoluíram de 6%, em janeiro de 1994, para 15% em janeiro de 1997. “A partir de janeiro de 1995, os empréstimos em atraso e em liquidação no sistema financeiro iniciaram uma trajetória de crescimento que só foi alterada em meados de 1996, quando a inadimplência junto ao setor bancário atingiu seu maior valor desde o início do Plano Real. Embora o aumento dos créditos em atraso e em liquidação do sistema financeiro não seja o fator determinante dos problemas verificados com algumas instituições financeiras, a partir do segundo semestre de 1995, ajudam a explicar a deterioração adicional na qualidade dos ativos daquelas instituições que já eram vulneráveis antes do início do Plano Real. Esses são precisamente os casos dos Bancos Econômico e Nacional, que deram início ao período mais delicado do ajuste do sistema financeiro brasileiro, a partir do segundo semestre de 1995”. (Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil pós-Plano Real, 1999).

já que agravou o problema da inadimplência e obrigava os bancos a restringirem ainda mais sua política de crédito (conforme Gráfico 4), o Besc, para enfrentar a crise de inadimplência, criou, em 20 de março de 1998, o “Núcleo de Recuperação de Crédito” com o objetivo de facilitar as negociações com os devedores em crédito em liquidação. O Banco também adotou uma política de “pulverização do crédito”, ou seja, direcionou seu foco de atendimento aos mini e pequenos produtores rurais, às micro e médias empresas do Estado, bem como prefeituras e pessoas físicas em geral. Essas políticas vieram acompanhadas de medidas mais seletivas com prazos e condições mais favoráveis ao resgate, uma vez que utilizavam mecanismos mais flexíveis nas negociações com os devedores.

**Gráfico 4**

**Empréstimos em atraso e em liquidação no sistema financeiro (jan/1994 - fev/1997)**



Fonte: Banco Central. Elaboração: SPE/Coord. de Política Monetária  
Obs: Excluir banespa, Banerj e CEF.

No primeiro semestre de 1998, o Besc começava apresentando números mais positivos. De acordo com dados do Banco, os ativos totais atingiram R\$ 2,19 bilhões e as operações de empréstimos totalizaram R\$ 1,30 bilhões, um crescimento de 302,47% em relação a 30 de junho de 1994 e de 14,15% em relação a 31 de dezembro de 1997.<sup>169</sup> As

<sup>169</sup> Besc, Balanço do 1º semestre de 1998. O Balanço relativo ao 1º semestre de 1998, data de 30 de junho, foi o último balanço publicado pela instituição no prazo regulamentar, em que ocorreu a

operações de empréstimos, incluindo as operações de crédito, as Operações de Arredamento Mercantil e os adiantamentos sobre Contratos de Câmbio somaram R\$ 1,39 bilhões, o que corresponde a uma evolução de 2,41% no último semestre e de 342,85% no período do pós-Real.<sup>170</sup>

As operações de empréstimos entre o setor público e o setor privado estavam distribuídas de forma bastante desigual. O setor público ficava apenas com 3,08% dos recursos, enquanto o setor privado ficava com 96,92%. O total de recursos disponíveis era de R\$ 1,305 bilhões.<sup>171</sup> Essas operações foram direcionadas exclusivamente para os municípios de Santa Catarina, e estavam assim distribuídas, conforme mostra a Tabela 10

**Tabela 10**  
**Operações de Empréstimos ao Setor Privado no Besc/1998**

<b>Setor Privado</b>	<b>Participação</b>
Habitação	30,34%
Indústria	15,17%
Comércio	15,38%
Outros Serviços	14,13%
Rural	9,62%
Outros (pessoas físicas)	15,36%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Besc In: CPE/Besc, 15/5/1999

Para efeito de análise, da política de crédito do Banco e seu papel no desenvolvimento social e econômico no Estado, optamos por analisar dois setores privados em decorrência de seu significativo aumento de recursos: o setor rural e o setor habitacional. No setor rural, o Banco ampliou consideravelmente seus laços com os produtores rurais através de “linhas originárias das exigibilidades oficiais”, isto é, créditos que eram repassados com recursos captados junto ao BNDES, assim como de recursos do

---

fiscalização e aprovação pelo Banco Central e também aprovado sem ressalva pelos Conselhos Fiscal e de Administração do Banco. Tratar-se-á do adiamento dos balanços do Banco no capítulo 4

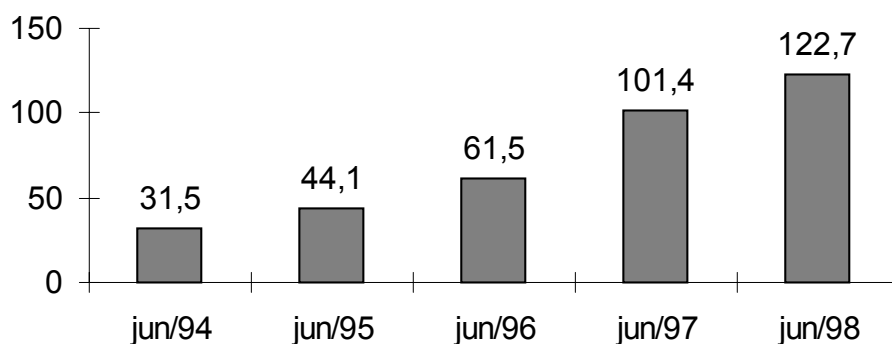
<sup>170</sup> Relatórios Anuais de junho de 1994 a fevereiro de 1999.

<sup>171</sup> O setor público municipal ficava com R\$ 40,2 milhões e o setor privado, R\$ 1,265 bilhões. O Besc não era credor do Tesouro Estadual por Operações de Empréstimos (Besc, Relatório do 1º semestre de 1998).

próprio Banco. De acordo com o Banco, o saldo das aplicações na área rural atingiu, em junho de 1998, o valor de R\$ 122,7 milhões, conforme Gráfico 5, o que representa uma evolução de 289,52% nos últimos quatro anos. Esses recursos beneficiaram principalmente mini, pequenos e médios produtores rurais do Estado.<sup>172</sup>

**Gráfico 5**

**Crédito rural (em R\$ milhões)**



Fonte: Besc, Relatório do 1º semestre de 1998.

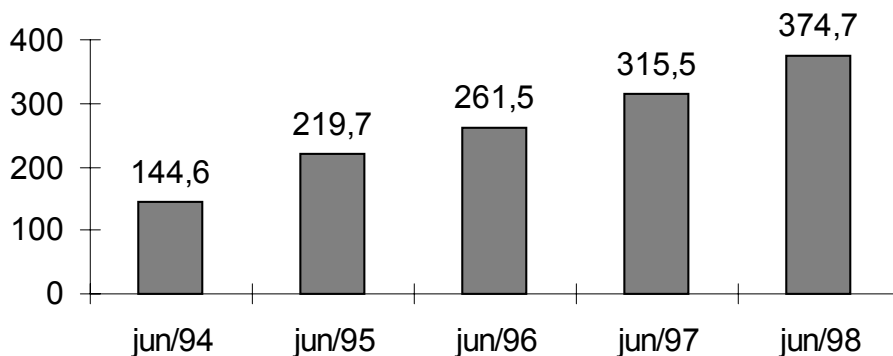
O crescimento do crédito habitacional acompanhou o mesmo ritmo do crédito rural. Os recursos destinados à área habitacional, em que a Bescr é a responsável, foram da ordem de R\$ 374,7 milhões até junho de 1998, Gráfico 6. Isso representa, segundo o

<sup>172</sup> Segundo dados do Banco, o crédito era assim distribuído: a) operações com recursos próprios que encerraram o 1º semestre de 1998 com saldo de R\$ 66,5 milhões, distribuídos em 10.470 contratos, dos quais R\$ 20,7 milhões (31,135) e 6.563 contratos (62,68) pertenciam a mini e pequenos produtores, ou seja, àqueles cuja renda bruta anual não atinge R\$ 22 mil reais; b) operações com recursos de repasses junto ao BNDES, relativos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, que fecharam o 1º semestre de 1998 com saldo de R\$ 35,3 milhões, distribuídos em 3.458 contratos; c) demais operações de crédito rural com recursos do BNDES somavam, em 30 de junho de 1998, R\$ 20,7 milhões, distribuídos em 1.458 contratos. Ainda segundo informações do Banco, no 1º semestre de 1998 foram beneficiados 5.066 produtores rurais, incluindo cooperativas no valor total de R\$ 32,2 milhões ( Besc, Relatório do 1º semestre de 1998)

Banco, 9.742 contratos, com evolução de 159,13 % no período pós- Plano Real. No 1º semestre de 1998, foram financiados 121 novas unidades habitacionais, o que representa uma aplicação na ordem de R\$ 9,4 milhões no mercado imobiliário do Estado.<sup>173</sup>

**Gráfico 6**

**Crédito habitacional (em R\$ milhões)**



Fonte: Besc, Relatório do 1º semestre de 1998.

A política de crédito desenvolvida pelo Besc foi bastante significativa, considerando as dificuldades para adaptar-se ao plano de estabilização macroeconômica na metade dos anos 90. Apesar dos problemas, o Banco mostrou capacidade de recuperação, empreendimento e credibilidade junto à população nesse período.

A crise que atingiu o setor bancário brasileiro nos anos 90, em especial nos bancos estaduais, foi fruto de um conjunto de fatores estruturais, que marcaram o declínio do processo de acumulação de capital e do declínio do modelo desenvolvimentista do Estado. Nesse sentido, começam a ocorrer transformações profundas na vida política e econômica do país, em que o neoliberalismo surgiria como a única resposta para os problemas vigentes.

Esse contexto histórico de crise do modelo de produção capitalista atinge o mundo do trabalho. Tratar-se-á a seguir as recentes mudanças engendradas pela ofensiva do capital na produção e as políticas neoliberais, como estratégia de saída para a crise do

<sup>173</sup> Ibidem.

Estado e do capitalismo, que fragmentou a classe trabalhadora assalariada, flexibilizou direitos sociais e precarizou o trabalho.

A metamorfose que ocorre no mundo do trabalho em países de capitalismo desenvolvido criou a ilusão de que a categoria trabalho não teria mais a mesma “força estruturante” e papel “central” na sociedade moderna, uma vez que a velha sociedade industrial do século XIX deu lugar a um novo tipo de sociedade, ou seja, “a sociedade de informação”, “a sociedade de serviços” e a “sociedade pós-industrial”. Ao contrário dos autores que advogam o fim da sociedade do trabalho, o trabalho é ainda categoria fundante, já que é a partir dele que o ser social se humaniza, se sociabiliza e se emancipa. Além do que, sem o trabalho, como o capital poderia se reproduzir e se valorizar? Portanto, partindo dessa premissa analisar-se-á que, a partir do estudo do setor bancário, os bancos não têm como se libertar do trabalho assalariado, tanto que dependem de trabalhadores terceirizados e subcontratados para continuar funcionando, pois as inovações tecnológicas, poupadoras de força de trabalho, não foram capazes de suprimi-lo.

A seguir verificar-se-á, no período do final do governo Paulo Afonso Vieira (1995-1998), a disputa entre os principais adversários da política no Estado, que sempre fizeram do Banco o palco de suas lutas. Tal disputa volta à cena novamente com a chegada de Esperidião Amin ao governo em 1999. Amin se elege com a promessa de defender o Besc como banco público. O Banco era mais uma das instituições financeiras que estavam na lista do governo federal para serem privatizadas. As denúncias de que o Banco não tinha uma boa liquidez e poderia ser liquidado ganhava as páginas dos principais jornais do Estado. Com isso, um clima de apreensão, medo e incertezas invadiram os ambientes de trabalho. Os trabalhadores não sabiam qual seria o futuro da instituição. É nesse cenário turbulento que analisar-se-á os impactos da política privatista sobre o trabalho bancário e suas implicações no capítulo que segue.

## Capítulo 3

# TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO BESC

A chamada revolução científico-tecnológica trouxe profundas mudanças no sistema de produção. Os equipamentos automatizados passaram a ser controlados por trabalhadores mais qualificados e intelectualizados. O trabalho material (manual) passa a dividir espaço com o trabalho imaterial (intelectual). O saber operário torna-se mais valorizado no novo sistema de produção capitalista. A imaterialidade do trabalho está fortemente interligada à valorização e autovalorização do capital no interior do complexo produtivo. Para Antunes, “o trabalho intelectual que participa do processo de criação de valores encontra-se também sob a regência do fetichismo da mercadoria. É ilusório pensar que se trata de um trabalho intelectual dotado de sentido e autodeterminação: é antes um trabalho intelectual/abstrato” (ANTUNES, 1999:129).

De acordo com Habermas, a revolução científica e tecnológica na microeletrônica e na robótica tira o trabalhador como força central da produção de riqueza. A ciência aparece, segundo ele, como a “principal força produtiva”. A teoria do valor-trabalho de Marx é, dessa maneira, criticada por ser inoperante na sociedade capitalista contemporânea, ou seja, as transformações no processo produtivo superaram a teoria do valor.

Não é mais sensato querer calcular as verbas de capital para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, à base do valor da força de trabalho não qualificado (simples), se o progresso tecno-científico tornou-se uma fonte independente de mais-valia, face à qual a única fonte de mais-valia considerada por Marx, a força de trabalho dos produtores imediatos, perde cada vez mais seu peso (HABERMAS, 1994:86).



Esta formulação de Habermas em considerar a teoria do valor-trabalho como inoperante e colocando a ciência como principal força produtiva encontra críticas em Antunes. Segundo Antunes, existe uma interação entre trabalho e ciência para consolidar o processo de valorização do capital. A ciência não é uma força autônoma capaz de se libertar do trabalho vivo e do trabalho imaterial.<sup>174</sup> “O trabalho imaterial, mesmo quando mais centrado na esfera da circulação, interage com o mundo produtivo do trabalho material e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital” (ANTUNES, 1999:129).

Na chamada “nova fase do capitalismo”, em que a dimensão do trabalho intelectual adquire maior importância em relação ao trabalho manual, não significa dizer que a primeira não esteja também submetida à mesma lógica da sociedade capitalista produtora de mercadoria. Na verdade, o que ainda presenciamos no mundo contemporâneo é uma relativa valorização da capacidade cognitiva do trabalhador assalariado e uma maior desvalorização do trabalho manual. A redução do proletariado fordista e o surgimento de formas flexíveis de produção em substituição à produção em massa e a presença de pequenas unidades produtivas em substituição às grandes unidades industriais (descentralização da produção) criaram a ilusão de que o trabalho operário industrial estivesse chegando ao seu fim. A era da chamada “empresa enxuta” não significa a era da empresa sem operários. O que presenciamos, na verdade, é um deslocamento deste operário para unidades produtivas menores. A força de trabalho material ou imaterial continua ainda sendo elemento indispensável na produção de mercadoria para a valorização do capital na sociedade contemporânea.

O setor bancário foi um dos setores em que as inovações tecnológicas tiveram grandes avanços ao longo dessas últimas três décadas. Ocorreram profundas transformações nos ambientes de trabalho ao longo desse período e com

---

<sup>174</sup> Antunes dá como exemplo desta interação entre o conhecimento científico e o saber operário o caso do fracasso de um grande grupo econômico. “Vários experimentos, dos quais o projeto Saturno da General Motors foi exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo, desconsiderando os trabalhadores. As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo” (ANTUNES, 2000:9).

grandes implicações para os trabalhadores. Muitos foram excluídos do mercado de trabalho, outros obrigados a conviverem com o novo padrão de organização laboral ou atuarem em empresas não bancárias para realizarem serviços aos bancos. Os avanços tecnológicos possibilitaram também uma reorganização espacial no local de trabalho, bem como uma ampliação da atuação dessas instituições pelo território do país. Era o nascimento dos “bancos eletrônicos”, “banco virtual”, bancos por telefone, “bancos 24 horas”, “dinheiro eletrônico” e outras inovações que tornam o trabalho do bancário ao mesmo tempo mais descartável e mais intensificado, como analisar-se-á a seguir.

### **A reestruturação tecnológica e o trabalho bancário**

O setor bancário sofreu profundas transformações a partir da reforma bancária de 1964. Tal reforma permitiu aos bancos operarem em todo o território nacional. Esse período foi caracterizado como a primeira fase do desenvolvimento bancário, isso foi possível graças às redes de telecomunicação que integraram as principais cidades através de microondas e possibilitaram aos bancos operarem em rede no país. Esta fase foi marcada pela criação dos Centros de Processamento de Dados (CPDs) que reuniam, centralizavam e organizavam todas as operações realizadas nas agências. O processo de trabalho nos bancos era basicamente feito na própria agência, desde a captação de recursos até os procedimentos contábeis. O trabalho era executado manualmente e o suporte técnico do processo de trabalho era mecânico, com máquinas de escrever e calculadoras. A força de trabalho nos bancos nesse período era formada por trabalhadores com boa escolaridade e conhecimento na área contábil e comercial, tendo eles também a possibilidade de ascensão na instituição a partir de sua experiência acumulada e seu desempenho profissional.

A segunda fase surge com a implementação do sistema *on line*, no final dos anos 70, que interconectava eletronicamente e em tempo real as redes de agências do país. Desta forma, as atividades chamadas de “retaguarda” foram perdendo rapidamente importância e sendo substituídas pelos computadores. Nascia assim o banco eletrônico.<sup>175</sup> Para os bancos,

---

<sup>175</sup> O primeiro banco a adotar o sistema *on line* foi o Itaú e, em seguida, o Bradesco. Os bancos até ganham nessa fase novos nomes, surgindo o “Itaú Eletrônico”, “Bradesco Instantâneo”, “Banorte interling”, “Banco 24 horas”, etc.

este novo momento da automação representou um aumento na eficiência e rapidez do processamento das informações e, conseqüentemente, da expansão dos serviços bancários. Segundo Ely, os bancos que investiram primeiro em automação saíram ganhando na concorrência interbancária. “Os bancos aumentaram suas taxas de lucro, expandiram suas agências e seus negócios e colocaram ao alcance do cliente os terminais de computador, transformando a imagem tradicional das agências bancárias” (ELY, 1992:37). Os bancários, por outro lado, tiveram que conviver com as mudanças a organização do trabalho. As mudanças tecnológicas, conforme Leila Blass, implicaram na desqualificação do trabalho nos bancos, já que o trabalhador é submetido a atividades fragmentadas, repetitivas e monótonas. “Os bancários vêm-se totalmente submetidos ao ritmo e às ordens emitidas pelas máquinas. A maioria deles prepara os dados, acompanha e assiste ao processamento automático das informações efetuadas por elas” (BLASS, 1992:51).

Nesta segunda fase das mudanças tecnológicas, o número de trabalhadores, nos primeiros anos após a implementação do sistema *on line*, não diminuiu; ao contrário, chegou a ocorrer um crescimento no número de postos de trabalho. O número de empregos nos bancos, em 1979, era, segundo Ely, de 455.969 e passou, em 1983, para 629.398 (ELY, 1992:38). O crescimento de taxas negativas de empregos neste setor somente ocorreria a partir de 1985. Jinkings, com base em dados do Dieese, observou que os trabalhadores desse setor, entre 1985 e 1993, sofreriam uma perda de um terço dos postos de trabalho no país (JINKINGS: 2002:113).

A terceira fase surge em meados dos anos 80 com a chamada automação de “retaguarda”. Esse momento é caracterizado pela utilização de terminais nas agências e fornecimento de informações, em rede, para outras agências do sistema. Sônia Larangeira caracterizou esse período como a “redução ou mesmo eliminação do trabalho ‘manual’ de manuseio com papéis” (LARANJEIRA, 1993:22). Para Jinkings, no entanto, essa fase não acabou com o trabalho repetitivo, fragmentado, simplificado, realizado ainda por grande maioria dos trabalhadores bancários (JINKINGS, 1995:89).

Logo em seguida surge a fase que se caracterizaria pelo uso do cartão magnético, a redução do uso do cheque, e de pessoal de retaguarda. A partir de então, o setor bancário

---

viveria a sua mais profunda revolução na informação e na organização do trabalho. Ao mesmo tempo em que se expandem os serviços automatizados, ocorre um aumento do controle sobre a força de trabalho e a intensificação de seu ritmo, contratação de trabalhadores temporários e de tempo parcial. O trabalho bancário sofreria, assim, intensa transformação no seu conteúdo. As mudanças nos serviços oferecidos pelas instituições financeiras, ocupando novas funções no mercado, como seguros, previdência privada e outros, alterariam o perfil profissional e o trabalho no setor bancário no país.

Nos anos 80, as duas principais fontes de receitas dos bancos eram o “floating” e as operações com título da dívida pública. Contudo, com a queda da inflação na metade dos anos 90, os ganhos com “floating” se reduziram. Os bancos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, de atacado ou varejo são obrigados a se adaptarem ao novo cenário da economia “globalizada”, ou seja, liberalização, desregulamentação financeira e o fim dos ganhos inflacionários. Assim, os bancos passam a conviver com um novo cenário de competição internacional. Para adaptar-se a este novo mercado, os bancos então realizam “ajustes”. Estes ajustes são uma prática adotada desde o Plano Cruzado, em 1986, quando eliminou cerca de 110 mil postos de trabalho. Em 1990 e 1991, com o “Plano Collor”, os bancos também eliminaram em torno de 124 mil postos de trabalho. Com o Plano Real, de junho de 1994, em apenas cinco anos foram cortados 238.191 trabalhadores nos bancos do país.<sup>176</sup> Os ajustes significavam a intensificação em novas tecnologias, reorganização do trabalho nas agências, redução no número de postos de trabalho, terceirização e novos “produtos” e serviços para os “clientes preferenciais”.<sup>177</sup>

No contexto da desregulamentação financeira e acirrada concorrência no setor, os bancos iniciam uma corrida para se afirmarem neste mercado. Desse modo, foram realizados grandes investimentos em infra-estrutura de telecomunicação e automação bancária. Segundo dados da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), foram investidos mais de 3,5 bilhões de reais em tecnologias de informação. O número de usuários de home/office banking passou de 3 milhões, em 1998, para mais de 6,6 milhões

---

<sup>176</sup> DIEESE, Bancos (e finanças) no Brasil: reestruturação e tendência, 1999.

<sup>177</sup> Ibidem.

em 2002. Dessa forma, segundo dados da mesma entidade, mais de 60% de todas as transações bancárias feitas ocorreram sem intervenção direta de trabalhadores.<sup>178</sup>

De fato, a rede de atendimento automatizado se ampliou rapidamente com grandes investimentos em automação. Em contrapartida, os dados revelados pelo Banco Central mostram que o número de agências diminuiu. No ano 2002 eram 17.049 agências, e foram reduzidas, em 2003, para 16.829. Os postos eletrônicos, por outro lado, cresceram 8,6%; eram, no ano 2000, 14.453 e passaram, em 2003, para 24.367, conforme Tabela 11.

**Tabela 11**  
**Rede de Atendimento dos bancos no Brasil**

	Período				Variação 2003/2002
	2000	2001	2002	2003	
Nº de agências	16.396	16.841	17.049	16.829	-1,3%
Postos Tradicionais*	9.495	10.241	10.140	10.045	-0,9%
Postos Eletrônicos	14.453	16.748	22.428	24.367	8,6%
Correspondentes					13,8%
Bancários	5.976	8.638	13.950	15.874	5,6%
Total de Dependências	46.320	52.468	63.567	67.115	

Fonte: Bacen/Febraban, 2004.

\*Inclui Postos de Atendimento Bancário(PAB), de Arrecadação e Pagamento(PAP), Postos Avançados de Atendimento(PAA) e Unidades Administrativas Desmembrados (UAD)

De acordo com dados da Febraban, os 14 bancos públicos detêm mais da metade do total de dependências instaladas no país, com 39% das agências, 45% dos Postos de Atendimento e 81% dos correspondentes bancários. Já os bancos privados nacionais detêm a maior rede de Postos Eletrônicos de Atendimento, com 11.032, ou seja, 45,30%, seguidos pelos bancos públicos que têm 10.808, representando 44,40% do total. Já os bancos privados estrangeiros, por outro lado, apresentam menor índice, apenas 2.527 Postos de Atendimento Eletrônico, o que significa 20,40% do total (FEBRABAN, 2004). Os números mostram que os bancos em geral no país estão numa disputa acirrada por investimentos em tecnologia de automação bancária, os chamados serviços de auto-atendimento, isto é, serviços que dispensam a presença de trabalhadores.

<sup>178</sup> Febraban. Balanço Social, 2002.

As inovações tecnológicas mais recentes que os bancos passaram a oferecer foi o uso de serviços através de telefonia móvel ou “mobile banking”. As instituições financeiras, operadoras de telefonia e empresas de software estão se unindo para colocar no mercado todos os serviços que já estão disponíveis nas páginas da Internet na tela do aparelho celular. O Banco do Brasil é um dos pioneiros nessa corrida, após assumir acordos comerciais com empresas de telefonia, passou a oferecer esses serviços para seus clientes.

Essa revolução tecnológica começou em 1999, quando surgiram os serviços via Short Message Service (SMS), tecnologia que possibilita a troca de pequenos textos em aparelhos celulares. Um ano depois, surgiram os bancos móveis com Wireless Application Protocol (WAP), tecnologia que trouxe melhores recursos visuais. Essas novidades eram ainda limitadas, já que não tinham capacidade de navegar na Internet e suas telas não possuíam boa resolução gráfica, além do seu uso ter um custo muito elevado. Mas surgem, em 2002, os aparelhos com melhor capacidade computacional e de custo mais baixo. Dessa forma, os bancos entram definitivamente na corrida tecnológica pela liderança no mercado.

Atualmente, encontramos no sistema financeiro “bancos virtuais”, agências totalmente automatizadas, serviços oferecidos via Internet, fax, banco por telefone para consulta de saldos, depósitos, pagamento e investimentos, etc. A novidade mais recente são os cartões eletrônicos capazes de armazenarem informações que dispensam o uso de cheques ou dinheiro em notas. Paralelamente, surge a rede ATM (Asynchronous Transfer Mode). Este sistema é o mais rápido e capaz de colocar em um mesmo fio sinais de telefone, computador e vídeo.

Os investimentos dos bancos em infra-estrutura de informação e telecomunicação não se traduzem em melhorias de vida para o conjunto dos trabalhadores bancários. Enquanto crescia o poder econômico do grande conglomerado financeiro privado, uma grande massa de trabalhadores deste setor tornava-se descartável ou sendo incorporada por outras empresas que passaram a prestar serviços aos bancos.

O uso de inovações tecnológicas em serviços bancários,<sup>179</sup> além de reduzir o número de trabalhadores no setor, permitiu a introdução de novos serviços e produtos nos

---

<sup>179</sup> Pesquisa encomendada pela Febraban revela um crescimento significativo no uso de internet/banking nos serviços bancários. Em 1999, representava 0,90%, ou seja, mais de 126 milhões de transações via computadores pela Internet. Em 2001, este número pulou para mais de 369 milhões, representando um aumento de 121%. (FEBRABAN. Pesquisa da CNAB/ILAY, 2001).

bancos. As atividades de depósitos, saques, pagamentos, etc. que marcaram os serviços bancários nos anos 80 deixaram de ser vistas com prioridade nos anos 90. Os bancos passaram a oferecer negócios mais rentáveis, como seguros, títulos de capitalização, planos de previdência privada, planos de saúde, e outros. Estas mudanças na atuação dos bancos visavam melhorar ainda mais os ganhos que ocorriam com as altas taxas de inflação, bem como a preparação para enfrentar a competição com a chegada dos bancos estrangeiros no país.<sup>180</sup>

Apesar dessas inovações nos serviços bancários, uma grande parte da população ainda não tem acesso aos serviços de bancos. Segundo dados do Banco Central, de cada dez brasileiros, apenas três têm conta bancária. Já o volume de empréstimos para empresa e pessoas físicas é um dos menores do mundo.<sup>181</sup> Se, por um lado, existe exclusão bancária, por outro, o país é um dos líderes mundiais em número de caixas eletrônicos. De acordo com levantamento feito pelo Banco Central, o país tem 140 mil aparelhos de auto-atendimento para os clientes realizarem saques e depósitos. Esses dados colocam o Brasil apenas atrás dos Estados Unidos, que têm 371.000 mil postos de banco eletrônico, conforme Tabela 12.

**Tabela 12**

**O Número de caixas eletrônicos no Brasil em relação aos outros países em 2005**

<b>País</b>	<b>Nº de terminais</b>	<b>Por milhões de habitante</b>
1º EUA	371000	1.275
2º Brasil	140.000	767
3º Japão	110.000	822
4º Suíça	500	722

Fonte: Banco Central In: Veja, 8/6/2005.

<sup>180</sup> A automação bancária não significa necessariamente um bom serviço que os bancos oferecem. Segundo dados do Banco Central, grandes bancos automatizados como Santander, HSBS, ABN Amro Real, Unibanco e CEF foram os que mais reclamações tiveram de seus clientes. Os motivos principais das reclamações eram: as filas, os problemas no atendimento, tarifas altas ou indevidas, valores incorretos em conta corrente, débitos e saques e uso obrigatório do caixa expresso (Banco Central, 2002, In: EXAME, 1/05/2002).

<sup>181</sup> Banco Central, In: VEJA, 8/6/2005.

O Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) procurou também, nos anos 90, acompanhar o mesmo ritmo dos demais bancos do país em investimentos em automação bancária, mas parou de adquirir novas tecnologias a partir de 1998. A tentativa de recuperar seu atraso tecnológico viria somente em 2004. O Banco, assim, passou a contar com uma rede de comunicação de dados mais moderna graças à instalação de um computador central de grande porte, com Storage com 1(um) Terabyte e drives da fitoteca com maior capacidade. Foi também aperfeiçoada e ampliada a “estação de trabalho”, com aquisição de 750 novos microcomputadores, 170 ATM’s (terminais de auto-atendimento). Essas novas máquinas de auto-atendimento podem fazer vários serviços, como depósito, saques, extratos, fundos de investimentos, pagamentos, saldos, transferências e outras operações que antes não eram possíveis, como depósito, por exemplo.

Os novos serviços com essas novas tecnologias possibilitaram uma redução de custos operacionais, como salientou um diretor do Banco. “Representa uma diminuição drástica, porque um atendimento (físico) de caixa custa R\$ 1,50. Um atendimento no auto-atendimento custa R\$ 0,50. Pela Internet, cai para R\$ 0,20”.<sup>182</sup> Essa economia, evidentemente, está diretamente relacionada ao fato das tecnologias serem poupadoras de força de trabalho, ou seja, é possível realizar serviço de banco sem necessitar da presença do trabalhador.

Trata-se a seguir, no cenário da mundialização financeira, da acumulação flexível e do neoliberalismo como instrumento ideológico para enfrentar a crise do capital, as transformações atuais que afetaram o mundo do trabalho bancário. O capital reorganiza o trabalho e utiliza mecanismos ideológicos sutis de dominação e controle para garantir maior produtividade e intensificação no processo de produção. No setor bancário, as mudanças de gestão da força de trabalho, políticas de demissão, formas diferenciadas de remuneração e recontração de uma massa de trabalhadores para tarefas mais simplificadas, são alguns exemplos dessas transformações do cotidiano laboral nos bancos atualmente. As inovações tecnológicas e a política privatista também surgem como elemento que permitiu ao setor demitir, subcontratar, precarizar o trabalho e adotar novas formas de gestão. No banco de

---

<sup>182</sup> A Notícia, 21/7/2005.



Santa Catarina (Besc), especificamente, o processo de privatização apresentou implicações profundas na vida do trabalhador(a); Muitos foram obrigados(as) a abandonarem o emprego ou a pedirem afastamento por motivo de saúde, como analisar-se-á a seguir.

### **A reestruturação do trabalho e o Besc**

Na era da “acumulação flexível”<sup>183</sup> e da crise do modelo de acumulação taylorista/fordista, o capital implementa um amplo processo de reestruturação para garantir seu ciclo reprodutivo e de dominação societal. Dessa maneira, o capital deflagrou transformações profundas no complexo produtivo, por meio de novas formas de gerenciamento, descentralização da produção, inovações tecnológicas, etc. Estas mudanças decorrem da concorrência intercapitalista, bem como da necessidade de conter os conflitos sociais. Conforme Antunes, o capital não tinha apenas como objetivo a dominação para garantir a sobrevivência da produção capitalista, mas também recuperar sua hegemonia nas diversas esferas da vida social. O exemplo disso ocorreu no campo ideológico, quando faz apologia ao individualismo, ao “sindicalismo de empresa” e contra a solidariedade entre os trabalhadores na ação social coletiva (ANTUNES, 1995:48).

As empresas desenvolvem uma estrutura produtiva mais flexível, com produção de redes de empresas menores (terceirização), “team work”, busca do maior envolvimento operário, força de trabalho mais polivalente e qualificada. Para Antunes, à medida que o trabalhador se afasta da empresa principal, maior é a precarização do trabalho. Esta reestruturação no interior do complexo produtivo assume, diz, uma forma mais ideológica do que uma necessidade de oportunidades efetivas, o objetivo é preservar uma estrutura de trabalho explorado.

---

<sup>183</sup> A acumulação flexível diz respeito à passagem do modelo fordista de acumulação capitalista, que marcou os anos 20 até os anos 70, assim como o keynesianismo, a partir de 1945, para um modelo de acumulação. Esta foi a forma encontrada para enfrentar a crise do capital no início dos anos 70. Ver HARVEY, 1993.

Trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalho produtivo (ANTUNES, 1999:53).

Portanto, o trabalhador passou a integrar uma nova estrutura de produção mais horizontal e mais integrada aos objetivos do capital.

A chamada “empresa moderna” se caracteriza agora pela política de eliminação de postos de trabalho, “times de trabalho”, “lean production” e produção flexível. Enquanto na era do taylorismo/fordismo, o “moderno” era sinônimo de grande massa de operários, na era da acumulação flexível é a da “empresa enxuta”.

Kumar assinala que a descentralização da produção foi um fato marcante verificado na Itália em meados dos anos 60. O autor afirma que este foi um marco no surgimento da produção pós-fordista. O modelo fordista não dava mais conta das novas necessidades de consumo, das novas demandas e dos novos estilos de vida. Era preciso produzir ao gosto do cliente e, dessa forma, conquistar novos mercados. Com este novo tipo de produção, assistimos ao surgimento de empresas de pequeno porte e com trabalhadores mais especializados, bem diferentes do modelo fordista (KUMAR, 1997:56).

A mundialização do capital se desenvolve em uma nova fase de acumulação capitalista, ou seja, “a acumulação flexível”. Na era da acumulação flexível, as novas tecnologias de base microeletrônica tiveram um papel determinante na reorganização da produção capitalista e na flexibilidade do trabalho. Certamente que não foram apenas as inovações tecnológicas que permitiram a nova ofensiva do capital na produção. O componente político, isto é, o avanço das políticas neoliberais, a partir do final dos anos 70, que adotaram a liberalização comercial, a desregulamentação da concorrência, a política de desestatização e os ataques aos organismos sindicais, que também permitiram novos patamares de acumulação e flexibilização do capital. Assim, desenvolvem novas condições do poder do capital sobre a classe trabalhadora. A chamada reestruturação produtiva é a base material dessa acumulação flexível, o que atinge fortemente o mundo do trabalho. A acumulação flexível desencadeou um novo patamar de “desemprego estrutural”, de

precarização da força de trabalho e da crise do sindicalismo em escala mundial, como verificar-se-á no capítulo cinco.

Uma característica da atual reestruturação produtiva é a participação dos trabalhadores em equipes. Esse novo tipo de inserção do trabalhador visa intensificar o trabalho e, portanto, cooptá-lo aos princípios do ideário do capital. Para Antunes, trata-se de uma “participação manipulada e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado” (ANTUNES, 1999:52).

O trabalho em equipe é uma forma de pressão exercida coletivamente aos integrantes do grupo. O aumento da produtividade e a intensidade do trabalho não se dão pelo operário individualmente, como ocorria no fordismo, mas pelo “envolvimento estimulado” da sua equipe no processo produtivo. Desta forma, temos o trabalho de supervisão e controle do trabalhador sendo exercido pelo próprio trabalhador. Com isso, criou-se uma proliferação de “chefes”, um trabalho orientado por metas que devem ser buscadas por todos. Estamos diante de uma nova captura da subjetividade do operário ao ideário do capital. Em outras palavras, é uma forma de dominação sobre o trabalhador sob o signo, agora, do toyotismo, pelo qual o operário é chamado a cooperar para a valorização do capital.

O toyotismo, assim, surge como a mais radical experiência de administração da produção de mercadorias e necessidade para resolver a crise de superprodução na era da mundialização do capital e da acumulação flexível.

Para Alves, o toyotismo não é somente uma inovação organizacional, que intensificou o trabalho vivo para aumentar a produtividade, mas um elemento novo de controle operário na produção capitalista, porém, com a mesma lógica da racionalização do trabalho como no taylorismo/fordismo. Com o advento da chamada III Revolução Tecnológica e Científica, passa a ocorrer o “novo salto da subsunção real do trabalho ao capital”. Em outras palavras, as inovações tecnológicas de base microeletrônicas, que permitiram um impulso na produtividade, exigiram um maior “envolvimento do trabalhador”, ou seja, do “trabalho vivo” na produção de mercadorias. Dessa maneira, o objetivo do toyotismo, segundo esse autor, é intensificar o processo de acumulação do capital a partir do incremento da produtividade do trabalho. Em suas palavras:

(...) o toyotismo é um novo tipo de ofensiva do capital na produção que re-constitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma captura da subjetividade operária pela produção do capital. É uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, a que na dimensão subjetiva é outra – daquela experimentada por Taylor e Ford, para resolver, nas novas condições do capitalismo mundial, um dos problemas estruturais da produção de mercadorias: o consentimento operário (ou de como romper a resistência operária à sanha de valorização do capital, no plano da produção (ALVES,1999:103).

Estamos diante de uma ruptura do toyotismo com o taylorismo/fordismo, já que antes ocorria uma organização da produção de forma mais fragmentada e repetitiva do trabalho. No toyotismo, no entanto, temos uma nova racionalização e intensificação da produção, ou seja, um modelo multifuncional do trabalho, com tarefas variadas e operações sucessivas feitas por trabalhadores “polivalentes”.

As transformações no ambiente laboral das empresas não são simplesmente de ordem técnica, visto que no interior delas ocorrem mudanças também na gestão e nas relações de trabalho. A implementação do “Just in time”<sup>184</sup>, por exemplo, dependeu de uma nova “cultura de organização”, isto é, era necessário um engajamento operário para o sucesso do novo modelo. Assim, assistimos, no interior do complexo produtivo, a uma maior participação dos trabalhadores em determinados segmentos do processo de produção. Em outras palavras, o trabalho agora deveria ser organizado e executado de forma mais participativa e cooperada.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> O “Just in time” surge no novo complexo produtivo como um instrumento do capital cujo objetivo predominante é enfrentar o “nervoso” e “competitivo” mercado. Por meio deste mecanismo técnico de gerenciamento, é possível atingir uma melhor qualidade nos produtos, e reduzir seus custos de produção e garantir uma maior produtividade. Esta forma de flexibilidade do processo produtivo tem como fundamento a produção na quantidade e no momento certo conforme a demanda, em que o modelo de estoque quase não existe. Além do mais, o “just-in-time” é a economia de todos os elementos da produção e a eliminação dos desperdícios e inclusive de todos os tempos mortos no interior da empresa. Em outras palavras, estamos falando que a empresa agora busca permanentemente a eficiência e a redução dos custos operacionais, mediante a racionalidade do processo de trabalho.

<sup>185</sup> Para Shiroma, o controle do trabalho realizado pela gerência diminuiu, mas isso não significa que este controle desapareceu, na verdade, ele se transformou, “tornou-se sutil, impessoal e burocrático” (SHIROMA, 1996:178).

Observa-se também, no ambiente laboral, uma descentralização do poder, ou seja, alguns trabalhadores passam a se envolver e a se comprometer mais com os objetivos da organização. Esse fenômeno ocorre graças a uma relação de “consenso”, ou seja, o trabalhador é submetido a uma política de gestão com a promessa de promoção e melhores salários.<sup>186</sup> As novas formas de remuneração, agora mais individualizadas ou por “trabalho em equipe”, para envolver o trabalhador ao ideário do capital, não são, certamente, uma criação da era da “acumulação flexível”. Marx já denunciava no século XIX esse “meio refinado” de exploração da força de trabalho em seu livro, “O Capital”. No capítulo sobre o “salário por peça”, ele observou que, com este instrumento de pagamento, a intensidade e a qualidade do trabalho passam a ser controladas pela própria remuneração, isto é, o trabalho se mede pela quantidade de produtos que se produz em determinado tempo. Isso torna, segundo Marx, o trabalho mais intensificado e sem a necessidade de controle. O trabalhador “naturalmente” tem interesse de prolongar sua jornada de trabalho para, assim, aumentar seu salário. Nas palavras de Marx, “a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 1987:640).

No setor bancário, especificamente, a reestruturação do trabalho, que tem a terceirização como um de seus componentes, vem ocorrendo de forma bastante intensa. A terceirização é a maior expressão de flexibilização do trabalho.<sup>187</sup> Ela significa para o setor bancário transferir para outras empresas tarefas que não constituem seu foco principal. Dessa forma, os bancos concentram os seus serviços na sua atividade principal. Para os trabalhadores, entretanto, pode significar muitas vezes redução salarial, perdas de direitos,

---

<sup>186</sup> Segundo Shiroma, esta política de gestão empresarial representa 1/3 da força de trabalho. Portanto, nem todos os trabalhadores garantem emprego vitalício. “As políticas de promoção e salário baseiam-se em critérios de senioridade e mérito. A avaliação do mérito é feita pelo superior e gerente e abrange, além da competência, os resultados nos cursos promovidos pela empresa, a capacidade de sugerir melhoramentos, entender as prioridades da companhia, ser obediente, cooperativo, responsável etc. Conforme a pontuação atinge nessa avaliação, os operários podem tornar-se chefes ou gerentes” (SHIROMA, 1996:178).

<sup>187</sup> Segundo estudos do Dieese, encomendado pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, cerca de 200 mil trabalhadores prestam serviços em instituições bancárias na condição de terceirizados. Destes, apenas um terço são trabalhadores efetivos. Os demais são horistas, cooperados, quarterizados, estagiários sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas (SEEB-RJ, 2003).

sobrecarga de trabalho e até perda de antigos laços sociais que o ambiente laboral proporciona.

Os setores terceirizados que mais avançaram no setor bancário foram os centros de processamento de dados, compensação de microfilmagem de cheques, os departamentos jurídicos e de treinamento de pessoal, o “telemarketing”, e o atendimento ao público, através de transferência de atividades de pagamento de contas públicas em agências de correios, casas lotéricas e outros postos de atendimento franqueados.

Esta nova forma de gestão da força de trabalho ganhou impulso no final dos anos 80. A terceirização representou o início da fase de “ajuste” implementado pelos bancos, principalmente após os fracassos dos planos de estabilização da economia. Druck et alii consideram a terceirização como a “alma da flexibilização”, uma vez que permite à empresa contratar e demitir o trabalhador em um espaço de tempo mais reduzido. “A terceirização é a prática que mais torna visível a **descartabilidade e a volatilidade** (grifo dos autores) dos próprios trabalhadores bancários, à medida que os subcontratados, em geral, têm vínculos precários e instáveis com condição para serem admitidos naquelas atividades” (DRUCK et alii, 2002:220).

A terceirização é um dos fatores de precarização do trabalho no setor bancário, tanto pela questão salarial e perdas de direitos, como pela perda de sociabilização que pode o trabalhador sofrer. Uma ex-bancária que trabalhava em um grande banco privado nacional há 18 anos e passou a trabalhar como terceirizada confirma essa situação. “Tem hora para entrar, nunca para sair. Cheguei a trabalhar vinte horas num dia, até virei noite. Trabalhando nesses lugares você se sente um lixo”.<sup>188</sup>

Para Alves, a terceirização representa um acúmulo de trabalho e da estrutura do poder na empresa, gerando para o capital uma força de trabalho mais barata e de fácil manipulação e, conseqüentemente, um controle mais efetivo do movimento sindical (ALVES, 1996:145). Isso ocorre pelo fato de as empresas prestadoras de serviços possuírem trabalhadores pertencentes a sindicatos com menos tradição de luta. Estes trabalhadores são transferidos e recontratados por tempo determinado. Assim, passa a ocorrer uma transferência da base de uma categoria para a base de outra, já que os

---

<sup>188</sup> Revista dos Bancários, 2003.

funcionários do quadro efetivo são substituídos por funcionários contratados. Conforme o Dieese, esta migração de base representa reflexos negativos no número de sindicalizados, além de promover negociações pulverizadas tendo em vista a existência de trabalhadores ligados a diferentes empresas (DIEESE, 1994:16).

A reestruturação no trabalho bancário atingiu também fortemente os trabalhadores do Besc. O Besc vem adotando com intensidade a política de “redução de custos”, através de Programas de Demissão Incentivada (PDI), determinada pelo Banco Central, desde 1987. Tal política possibilitou uma redução bastante significativa no quadro funcional, sem, porém, segundo o Banco, comprometer o crescimento, a produtividade e a presença da instituição em quase todos os municípios do Estado. Naquele ano (1987), o Banco tinha 7.536 funcionários e reduziu o quadro de pessoal, em 1997, para 5.116, ou seja, um corte de 2.420 postos de trabalho em 10 anos (Tabela 13). De acordo com o DIEESE, houve um aumento no número de postos de atendimento e de agências acompanhado, porém, de uma redução no número de bancários. “Entre 1987 e 1996, o volume de postos cresceu 42% e o de agências, 26%. Em contrapartida, o quadro de funcionários foi reduzido em 2.747 empregos, ou 33,4%. O número de estagiários, contudo, que, em 1991, era de 68, pulou para 1.153 em junho de 1996, ou seja, um acréscimo de 2.250%” (DIEESE, 1997:15).

A continuidade desta política prosseguiu em 1999. Nesse ano, quando o Banco foi “federalizado”, o Besc tinha 4.985 funcionários, e reduziu para 2.879 em 2003, uma diminuição, portanto, de 2.106 empregos. Em 2004, após concurso público, houve um ligeiro aumento de 142 funcionários, passando para um total de 3.021 empregados.

**Tabela 13****Redução de trabalhadores no Besc (1987-2005)**

<b>Período</b>	<b>Funcionários/ Banco</b>	<b>Agências</b>	<b>Postos de atendimento</b>	<b>Estagiários</b>
1987(interv enção do Bacen)	7.536	217	216	-
1994	5.991	255	348	1.104
1995	5.583	254	359	1.470
1996	5.227	255	360	1.531
1997	5.116	255	353	1.153
1998	5.206	255	329	-
1999	4.985	256	330	297
2000	4.924	256	287	782
2001	4.882	256	298	691
2002	3.058	256	494	653
2003	2.879	256	481	581
2004	3.021	256	470	595
2005	3.048	256	465	647
2006	3.140	256	456	593

Fonte: Besc , DIEESE e CIEE

Elaboração: Autor.

Em 2001, o Besc volta a implementar o PDI. A meta do programa era reduzir o quadro de funcionários do Banco em dois mil trabalhadores. O governo contava com recursos no valor de R\$ 428 milhões aprovados no Senado para indenizar os empregados que aderissem.<sup>189</sup> No entanto, os trabalhadores estavam confusos e inseguros quanto à decisão de ter que aderir ao plano de demissão. Dois bancários declaram esses problemas:

As coisas lá fora são mais difíceis. Comecei muito cedo. Quem começa com 17 anos não sabe fazer mais nada a não ser trabalhar em banco. Tenho pensado como será o nosso futuro, não se sabe exatamente o que vão oferecer e isso causa uma certa angústia. Qual a posição que o BC vai adotar? O que se diz até o momento são especulações”. (...) Gosto do Banco, preferia ficar, é uma garantia para minha família. Mas existem muitas incertezas. Se tivesse certeza de algo, prefiro realmente ficar. Meu receio é que façam como na Telesc (empresa de telecomunicações do

<sup>189</sup> Tratar-se-á do processo de federalização Besc aprovado no Senado Federal no capítulo quatro.



Estado que foi privatizada) quem não aderir ao programa foi convidado a sair.<sup>190</sup>

A política de reestruturação no Besc vem reduzindo significativamente o número de funcionários, mas, por outro lado, contratando trabalhadores temporários, os chamados estagiários. Este tipo de força de trabalho permite ao banco economizar e fugir das cláusulas do contrato coletivo da classe. O estagiário tem papel semelhante ao do bancário, mas recebe um salário bem inferior. "A estagiariação constitui um processo cabal de interposição fraudulenta de mão-de-obra, burlando as normas de contratação de pessoal pelo setor público e os planos de cargos e salários dos bancos oficiais" (DIEESE, 1994:18).

O Departamento Estadual dos Bancários (DEB), desde 1991, vinha negociando com o Banco a redução no número de estagiários e abertura de concurso público para a contratação de novos funcionários. Todavia, o Banco intensificou o quadro de estagiários e o Sindicato acabou denunciando ao Ministério Público (MP) essas contratações, alegando que as funções que desempenham eram eminentemente trabalho bancário. O MP sugeriu um "termo de adequação", no qual o Banco se comprometeu a limitar o contingente de estagiários em 20% do total de funcionários. O acordo foi assinado em 17 de dezembro de 1997, mas o número de estagiários começou a cair somente a partir de 2000, quando tinha 789 e passou para 595 em 2004.<sup>191</sup>

A política de demissão, terceirização e subcontratação não foi o único instrumento do processo de reestruturação do trabalho no setor bancário nos anos 90. Os bancos procuraram também, no contexto da liberalização, desregulamentação e privatização do setor, qualificar o trabalhador para que possa desempenhar suas funções e atender os objetivos determinados pela empresa. Jinkings observou em seus estudos essa tendência em

---

<sup>190</sup> DC, 9/3/2000.

<sup>191</sup> No "termo de adequação", o Besc comprometeu-se também: a) não utilizar estagiários no atendimento ao público; b) adequar as tarefas desempenhadas pelos estagiários que freqüentam cursos de nível superior e de 2º grau à complementação das matérias estudadas nos referidos cursos; c) admitir apenas estagiários de nível superior a partir do segundo ano do curso; d) limitar o período do estágio em cinco horas diárias. (Ministério Público do Trabalho, 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, 17/12/1997).

buscarem força de trabalho mais qualificada e mais “envolvida” para o trabalho. Os cursos de treinamento nos bancos não têm apenas como meta principal uma melhor capacitação e informações sobre os “produtos” oferecidos pela instituição, mas, segundo a autora, “desenvolver habilidades e capacidades específicas e, de outro lado, controlar, disciplinar e integrar ideologicamente o trabalhador” (JINKINGS, 2002:201).

Essa busca por um modelo de qualidade dos serviços bancários e fazer o trabalhador pensar e agir para o Banco também aparece nos programas de capacitação gerencial desenvolvidos pelo Besc. O programa que ganhou destaque foi o Programa Besc para Excelência Empresarial (Probex) de junho de 1995. Era constituído de diferentes cursos e formação profissional, incluía desde informática, capacitação, relações humanas e até atendimento ao cliente. Os cursos foram executados pela Fundação Dom Cabral da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo do Programa era fazer o bancário desenvolver seu trabalho como empreendedor e atingir os resultados e padrões de qualidade que a empresa determinava.

O Probex teve como um dos pontos principais o projeto “Empresariamento com Sinergia”. Esse projeto era um modelo de gestão em que cada trabalhador deveria assumir a função de “empresário” e participar diretamente do desenvolvimento dos negócios de sua unidade de trabalho. Cada agência deveria, dessa maneira, atuar como uma empresa, a partir das políticas fixadas pela diretoria do Banco. O projeto significava também a integração de todos os trabalhadores para conseguir de forma conjunta os objetivos previamente determinados pelo Banco.

Um dos pontos centrais do programa Probex foi o “contrato de resultados”, ou seja, todas as unidades de trabalho, gerências regionais, direção geral, assumiam em conjunto objetivos determinados pelo Banco. O presidente do Banco, Fernando Ferreira de Mello, esclarecia estas metas: “Um dos pontos mais importantes é que o funcionário não só assume a responsabilidade de atingir uma meta pré-determinada, mas também reivindica os recursos necessários de forma planejada, ou seja, diz com precisão quanto vai precisar em termos de material e pessoal”.<sup>192</sup> Tal discurso ilustra o enfraquecimento do controle burocrático típico do taylorismo e incorpora a figura do “chefe” como autoridade máxima.

---

<sup>192</sup> O Estado, 21/7/1997.

Essa reorganização do trabalho, porém, é, agora, controlada pela autoridade do capital, que exige produtividade e “eficácia” como elementos para a sobrevivência no mercado.

Em 2005, o Besc iniciou um novo programa de gerenciamento e capacitação profissional a distância, via Internet para seus trabalhadores em parceria com uma Universidade privada do Estado. O Programa é direcionado para gerentes, chefes de serviços e demais empregados com o objetivo principal de formar um quadro de profissionais mais qualificado para poder assumir cargos de gerência e melhorar a eficiência no trabalho, bem como dar maior motivação e identificar trabalhadores que poderiam assumir cargos de chefia. Os conteúdos dos cursos contemplam os temas mais variados ligados ao setor bancário como: gestão de equipes, técnica de vendas, estratégias de negociação, análise de crédito, gestão de recuperação de crédito, auditoria, ética, sigilo bancário, produtos e serviços, segurança bancária, lavagem de dinheiro, mercado financeiro e gerenciamento de pessoal.<sup>193</sup>

Essa reestruturação do trabalho no setor bancário não poder ser vista como uma ação simplesmente técnica e gerencial, mas como uma forma de dominação ideológica do capital que atinge a subjetividade do trabalhador. Como consequência desse processo, temos a busca do rompimento dos laços de solidariedade de classe e a tentativa de instaurar um individualismo exacerbado no seio da classe trabalhadora, como tratar-se-á ainda nesse trabalho.

Mas para entender um pouco mais o processo de transformação do trabalho bancário e os instrumentos de cooptação ao ideário do capital no cenário de reestruturação/privatização dos bancos estaduais, analisar-se-á o papel da Probesc (Associação dos Profissionais e Ex-profissionais do Besc). A entidade oferece cursos de treinamento e capacitação profissional aos seus associados. Os encontros funcionam como instrumentos ideológicos de dominação sobre os trabalhadores para que estes produzam mais e melhor e atendam assim aos objetivos impostos pelo Banco.

---

<sup>193</sup> Besc. Formação gerencial, dezembro de 2005.

## **A Probesc e os mecanismos de cooptação ao trabalho**

A Associação dos Profissionais e Ex-Profissionais do Besc (Probesc) foi fundada em 14 de dezembro de 1987. Ela representa atualmente 3.600 (três mil e seiscentos) associados. A entidade nasceu com o difícil propósito de defender os interesses dos seus associados e os interesses do Banco. Esses objetivos ficaram mais difíceis principalmente depois das ameaças do Banco Central em querer liquidar o Besc caso o governo do Estado não optasse pela privatização. A Probesc historicamente defendeu o Besc público, mas abandonou essa bandeira em julho de 1999. A associação passou a acreditar que a “federalização” seria a única medida capaz de “salvá-lo” das ameaças das autoridades econômicas em querer liquidá-lo. Essa posição política criou um conflito da entidade com o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Os diretores sindicais acusavam a Associação de ser contra os trabalhadores, já que a privatização traria, segundo eles, o fechamento de agências e muitas demissões.

A Associação dos bancários vem promovendo ao longo de sua história congressos de capacitação profissional e debates de grandes temas nacionais, como política econômica, globalização, futuro no mercado de trabalho. Nos encontros, é possível observar, sobretudo no ano em que o Banco passou para o controle da União, em 1999, temas que enfatizavam o “empreendedorismo”, o mercado de trabalho e “como atingir o sucesso em seu novo negócio”. A entidade começou progressivamente a incorporar o discurso privatista, visto que não acreditava mais na possibilidade de permanência de banco estatal no país e entendia, dessa forma, que era importante preparar os trabalhadores para enfrentarem os “novos desafios do mercado”.

A Probesc realizaria seu 1º Congresso em outubro de 1997. O encontro ocorreu num momento bastante delicado da economia do país. O mercado financeiro passava por fortes turbulências devido às incertezas dos efeitos da crise do sudeste asiático na economia. O problema preocupava as autoridades financeiras, que trataram de utilizar a política monetária para restringir os efeitos da crise aumentando significativamente as taxas de juros. O governo tinha como objetivo a estabilização dos índices de inflação e a solidez do Plano Real, ainda que isso representasse uma estagnação econômica.

Apesar deste quadro desfavorável na economia, o Besc comemorava seu desempenho econômico ao superar os obstáculos da difícil travessia de uma economia inflacionária para um ambiente de relativa estabilização.<sup>194</sup> As instituições financeiras, de uma maneira geral, ainda encontravam-se em processo de adaptação ao plano macroeconômico do governo. Muitos bancos, como foi tratado no primeiro capítulo, apresentaram dificuldades e acabaram sendo liquidados ou incorporados por outras instituições financeiras ou mesmo vendidos. O Besc, entretanto, gozava de um quadro um pouco mais confortável em relação aos outros bancos estaduais. Os números divulgados pela instituição não deixavam dúvidas da sua solidez na economia do Estado.<sup>195</sup>

Foi nesse quadro favorável que os associados da Probesc reuniram-se na cidade de Blumenau para discutir a “Condução ética dos negócios profissionais, empresariais e mercado de trabalho futuro”. Os bancários não escondiam suas preocupações com a globalização da economia e suas possíveis implicações para o setor bancário no Estado e no país. A privatização dos bancos e os empregos no setor foram também os pontos mais discutidos no encontro.

O Congresso resultou num documento intitulado “Carta de Intenções”. O documento destacou três resoluções que nortearam praticamente todo o evento. A primeira foi a privatização e a globalização da economia. O conteúdo do documento apontava na direção da manutenção do Banco como empresa pública e autônoma frente ao governo do Estado. Diz o documento: “Podemos ser um banco público, mas isso não significa que teremos que ser obrigatoriamente um banco do governo, com ingerência política. Queremos ser o ‘Banco dos Catarinenses’ e não o banco do governo do Estado de Santa Catarina” (PROBESC, 1997).

Essa primeira resolução ainda destacou a importância da parceria com todos os segmentos que constituem o grupo Besc, ou seja, o governo do Estado, a Fusesc e os

---

<sup>194</sup> Segundo o Balanço do 1º Semestre de 1997, as captações e os empréstimos do Banco cresceram em termos reais e alcançaram a marca de R\$ 278 milhões. O Patrimônio Líquido mais do que dobrou por força de um processo de capitalização e da incorporação dos lucros. A rentabilidade esteve acima de 10% sobre o Patrimônio Líquido. O desempenho do Banco situou-se na média obtida pelos bancos privados nacionais (Besc, Balanço do 1º Semestre de 1997).

<sup>195</sup> Segundo o Balanço do 1º Semestre de 1997, a solidez financeira é demonstrada pelo coeficiente de salvabilidade de 17,93%, bastante superior ao número de 8% parametrizado pelo Comitê de Basiléia. (Besc, Balanço do 1º Semestre de 1997)

trabalhadores. Os congressistas acreditavam que, desta forma, conseguiriam manter o Banco público. Outro destaque para que a entidade não fosse privatizada foi a adoção de um modelo de gestão “mais profissional”, que envolvesse funcionários, sociedade e políticos do Estado.<sup>196</sup> O segundo destaque da Carta foi a “Empregabilidade e o futuro do mercado de trabalho”. Nesse ponto, é possível observar a incorporação com o aspecto empreendedor e o compromisso para que o trabalhador se envolvesse mais com o seu trabalho e a empresa. Diz a Carta: “Devemos ser bem informados e polivalentes para atuarmos de forma eficiente, com competência. Manter sempre uma postura ética e profissional, bom relacionamento comercial na praça, estarmos atentos às mudanças de mercado, tendências e exigências que ele requisitar”.<sup>197</sup>

No último eixo da Carta tem-se a ênfase para a “Ética nos negócios”. Diante da concorrência interbancária, o documento convoca os trabalhadores a participarem do mercado financeiro de forma mais profissional, ética e transparente com os clientes e os negócios do Banco. Veja:

Como a ética é uma exigência do mercado e está inserida nos princípios e missão do Banco, e estarmos consciente da necessidade de transparência para o cliente em todos os negócios do Besc valorizando a comunidade, esta será nossa a orientação e nossas ações. (...) Devemos primar pela mobilização das ações e profissionalização do alto comando, espelhando a transparência em todos os sentidos (PROBESC, 1997:3).

O primeiro congresso da Probesc nasce, assim, dentro de um cenário bastante positivo para o Banco, pois consegue atravessar a turbulência da economia mundial, bem como os dois primeiros anos do plano de estabilização macroeconômica. O encontro foi o momento para os trabalhadores incorporarem em seu cotidiano laboral “o compromisso com o profissionalismo, a postura ética, a eficiência e o dinamismo na condução das tarefas”.<sup>198</sup> Foi também o compromisso político da entidade na defesa do Banco, assim como o desejo da categoria pela sua autonomia frente ao governo e a continuidade do seu papel no desenvolvimento da economia do Estado.

---

<sup>196</sup> PROBESC, 1997.

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> Probesc, 1997:4.

A defesa do Besc ocorreu também no seu 2º Congresso, em 1998. Logo no início da abertura o diretor da Probesc reafirmava o compromisso da entidade de lutar pela manutenção da instituição como banco público. Ele falava com satisfação da grande presença do público no encontro e o esforço dos trabalhadores para garantir sua funcionalidade e sua participação em quase todos os municípios do Estado. O diretor aproveitou também para atacar a imprensa pelas notícias que estavam sendo veiculadas sobre a possível privatização do Banco.

O presidente do Besc, Alaor José Bernardes, estava presente no encontro e começou a falar com entusiasmo do Banco, já que a entidade disponibilizava crédito a juros mais baixos do que os aplicados pela concorrência. No discurso, Bernardes aproveitou para reafirmar sua promessa do compromisso social do Banco e da sua permanência como instituição pública. “Nós não vamos privatizar o Besc” (PROBESC, 1998).

Os dois principais candidatos na corrida ao governo do Estado, Paulo Afonso Vieira (PMDB) e o Senador Esperidião Amin (PPB), estavam presentes no Congresso<sup>199</sup> e fizeram também seus discursos em ataque à política privatista do governo federal, afinal, o tema do encontro era “Banco Público”. A Probesc queria saber o que eles pensavam. Os candidatos sabiam que era uma boa oportunidade de reafirmar a promessa e o compromisso de defender a instituição e poder, assim, aumentar as chances de vitória nas eleições. Era um espaço político interessante para poder assumir publicamente sua posição frente ao futuro da instituição.

O candidato do PMDB, que tentava a reeleição, foi o primeiro a falar e tratou logo de ressaltar no discurso a manutenção do Banco como instituição pública e o seu fortalecimento no período em que esteve no comando do governo. “Em 1994 eu disse aos besquianos e aos catarinenses que durante o meu governo e, se governador fosse, asseguraria o caráter público do Besc e assim o fiz. Aí está o Banco, não apenas preservado, mas fortalecido” (PROBESC, 1998: 20).

O Senador Amin, que já governou o Estado, como tratado no segundo capítulo desse trabalho, o qual deixou o Besc com graves problemas financeiros a ponto de sofrer intervenção do Banco Central no final de seu governo, em 1987, acreditava que a

---

<sup>199</sup> Estavam também presentes no evento o candidato pelo Partido dos Trabalhadores, Milton Mendes, e o candidato pelo Partido Verde, a vice-governador na chapa, Stênio Calsado.

permanência do Banco como instituição pública passava pela maior “profissionalização” do seu corpo funcional. Amin assim discursou: “Só a profissionalização, só a exigência rigorosa em matéria de técnica e de conhecimento vai nos afastar – e isso vale para mim e para qualquer outra pessoa -, de transformar a diretoria do Banco em moeda de troca para momentos políticos” (PROBESC,1998: 20).<sup>200</sup>

O 2º Congresso resultou, assim como no primeiro, em um novo documento. Esse documento representava uma síntese das reflexões acerca das questões mais centrais discutidas pelos congressistas.<sup>201</sup> O conteúdo da Carta dava ênfase à questão da manutenção do Banco como instituição pública.

Não tratamos da defesa de posições corporativas. Tratamos da defesa e da manutenção de uma instituição de crédito cuja essência é o atendimento ao mini e pequeno produtor, tanto urbano como rural, além do fato do Banco ser o único que está presente em todos os municípios catarinenses, garantindo esse tipo de serviço integralmente a todo o Estado, formando um verdadeiro elo de unificação dos municípios (PROBESC,1998:21).

A forma como o Besc vinha sendo gerenciado pelas autoridades financeiras dos governos ao longo da sua história recebeu críticas no documento da entidade. O uso das empresas públicas do Estado com fins eleitorais, através dos trabalhadores como meio para alcançar os objetivos políticos partidários, foi destacado:

Sabemos que a ingerência política na empresa pública é altamente danosa, pois altera a relação meio-fim, direcionando as ações dos serviços a objetivos eleitoreiros, viciando o corpo funcional para um fim que não é nem ético e nem funcional, sem qualquer interesse público. Essa troca contínua do corpo funcional,

---

<sup>200</sup> O candidato da Frente Popular, Milton Mendes (PT), acreditava no Banco como captador de recursos junto aos poupadores e defendia também a criação de um “banco do povo”, de caráter público e diferente da forma como vinha sendo administrado. Já o candidato verde acreditava que era indispensável para o desenvolvimento econômico a existência de banco público. *Ibidem*.

<sup>201</sup> Os temas do Congresso foram: “Banco público regional e a sua integração com a comunidade”; “Direitos e deveres da empresa e de seus participantes”; “O futuro das fundações de seguridade e de seus participantes”; “Os efeitos da política partidária na empresa pública e a participação dos empregados”; e “O ser humano no ano 2000” ( Probesc. Revista do 2º Congresso da Probesc, outubro de 1998).



produzida pela política partidária nas empresas públicas, significa um alto custo para a sociedade (PROBESC, 1998:22).<sup>202</sup>

Diante deste quadro adverso de descredibilidade e gestão da máquina pública, a Carta dos bancários propõe uma nova forma de modelo de gestão para o Banco, para que pudesse garantir um trabalho mais integrado com a sociedade. Diz:

A adoção de um Contrato de Gestão entre o governo e o Banco permitirá uma completa reestruturação, com a adoção de políticas definidas de fomento voltado ao pequeno e médio produtor e empreendedor, recuperará totalmente sua imagem perante a opinião pública, garantindo sua credibilidade. Desta forma, o papel social do banco público será inquestionável, promovendo o desenvolvimento regional, desempenhando um papel que o banco privado não cumpre ( PROBESC, 1998:23)

A Carta de Intenções da Probesc finaliza com o compromisso de buscar combater a interferência da relação empresa e política partidária nos objetivos do Banco, por meio de um modelo, por exemplo, que privilegie a competência e o desempenho profissional. O Banco teria função de integração regional, que passaria pela criação de um sistema de banco público regional que considere as diferentes realidades da comunidade.<sup>203</sup>

O 3º Congresso da Probesc ocorreu em 27 e 28 de novembro de 1999. O evento aconteceu num clima de bastante turbulência e de muitas incertezas para os trabalhadores do SFBesc, pois o Banco tinha sido “federalizado”.<sup>204</sup> Os jornais estampavam, em suas

---

<sup>202</sup> A centralidade do poder, bem como a ausência de um sistema político-administrativo que separe o público do privado, foram manifestadas também na Carta dos congressistas da Probesc. Um diretor sindical, em entrevista ao autor, também declara esses problemas. “Estou cada vez mais convencido que esta empresa chamada Besc e outras empresas, Celesc, Casan, continuam redutos fortíssimos de uma história de controle do governo de Santa Catarina, onde mesmo que um partido de oposição o ganhe não consegue controlar a máquina porque ela está enraizada e há uma influência e uma relação muito estreita, às vezes até promíscua na Assembléia, Câmara de Vereadores, onde os políticos consideram o Besc como a extensão de suas casas”. Entrevista ao autor, em 9/9/2005.

<sup>203</sup> Ibidem.

<sup>204</sup> No capítulo seguinte tratar-se-á do processo de “federalização”, ou seja, a transferência do controle acionário do Banco para a União.

manchetes, que o Banco seria vendido e a redução do quadro de funcionários seria inevitável, já que a instituição passava por “graves problemas financeiros”.

O encontro aconteceu no Grande Hotel, da cidade de Blumenau, e contou com a participação de um grande número de trabalhadores no evento. O tema discutido foi “Nosso Desafio Profissional e os Desafios do Novo Milênio”. O evento foi considerado a oportunidade da categoria realizar uma “parada estratégica para repensar o futuro profissional e pessoal” (PROBESC, 1999).

Na abertura do evento, o primeiro convidado a falar foi o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico e de Relações com o Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, que estava representando o governo do Estado. O secretário ressaltou que o evento promovido pela entidade dos bancários era de grande importância. “Nada mais importante do que se cuidar de si próprio naquilo que é essencial. A formação profissional, através do conhecimento e da habilidade, é o principal capital dos profissionais do Besc” (PROBESC, 1999).

O ponto alto do encontro foi, entretanto, a ênfase na “empregabilidade” e o que se desejava do novo profissional numa empresa. É possível encontrar nesse evento o discurso do “profissional de excelência”, ou seja, um indivíduo capaz de desenvolver uma série de “habilidades”, tanto de natureza técnica quanto de convivência humana. Tal profissional deveria desempenhar atividades específicas e globais, bem como saber identificar os meios que sua equipe de trabalho poderia adotar para atingir as metas estabelecidas pela empresa.<sup>205</sup>

Era exigida também desse trabalhador a capacidade de auto-superação, isto é, “sermos amanhã melhores do que somos hoje”. A empregabilidade, dessa forma, passaria pela busca constante de conhecimento, flexibilidade e adaptação diante dos problemas que surgissem no ambiente laboral. O lema chave para o sucesso era: “Deve-se aprender a aprender, a ensinar e a suspirar sempre, saber o que se pode fazer pela empresa” (PROBESC, 1999:2).

---

<sup>205</sup> Probesc, Revista do 3º Congresso da Probesc, novembro de 1999.

Os eventos promovidos pela Probesc ganharam, em 1999, um “Código de Ética”.<sup>206</sup> O Código funcionava como um mecanismo ideológico de dominação para fazer o trabalhador pensar e agir para o capital. O documento falava da necessidade de: “crescer mais em sabedoria, humildade, desenvolvimento pessoal e capacidade profissional para se tornar seres humanos completos” (PROBESC, 1999:2). Assim, para atingir essa condição, era importante refletir os dez princípios desse Código. Veja:

1) A sabedoria e o conhecimento são os valores fundamentais do ser humano; 2) É do grau de sabedoria e conhecimento que decorre a beleza das ações humanas; 3) As ações imorais, mesmo as conscientes intencionadas para esses fins, são decorrentes da ignorância; 4) Nesse mundo sempre mais complexo e exigente, a sabedoria e o conhecimento são cada vez mais necessários; 5) Só as ações dentro da moralidade e da ética são capazes de proporcionar resultados benéficos; 6) toda ação antiética deve ser objeto de tratamento. Jamais a punição, pura e simples, será a alternativa ideal para melhorar as ações éticas nas empresas; 7) a sabedoria e o conhecimento não são obtidos individualmente, sempre são frutos de um processo coletivo; 8) todos devemos assumir o compromisso de aumentar o grau de sabedoria e conhecimento de cada equipe de trabalho, departamento ou agência; 9) o egoísmo e a busca das vantagens desleais são concebidos no berço da ignorância; 10) a essência de nossa vida pessoal e profissional será fazer bem, fazer melhor (PROBESC, 1999:3).

Vê-se que o Código reforça valores morais, éticos e humanistas. Esse refinado instrumento ideológico atua com o objetivo de fazer o trabalhador produzir mais e melhor. É dentro desses fundamentos de “humanidade”, “moralidade”, “ética”, “participação” e “fazer bem, fazer melhor”, que o trabalhador pode conseguir, dentro dos princípios de liberdade do mercado, o seu sucesso profissional e de sua empresa. Em outras palavras, a Probesc defende como alternativa para os trabalhadores uma parceria entre o capital e o trabalho, já que é o mercado que garantirá, segundo a entidade, sua ascensão na empresa.

Nas reflexões de Maurício Tragtenberg sobre os mecanismos de sujeição do trabalho ao capital, o autor desmistifica o discurso de “humanização da empresa”. Para ele, ocorre uma “inculcação ideológica” (TRAGTENBERG, 1989). Esse problema, atualmente, está mais complexo, já que novos padrões de dominação de classe se impõem, como

<sup>206</sup> O “Código de Ética” foi aprovado no dia 14 de maio de 1999, no auditório do Centro Administrativo do Besc. O documento vinha sendo discutido há mais de dois anos pelos associados da entidade e foi aprovado por unanimidade.

resposta à crise capitalista. Nesse sentido Jinkings ressalta, “nos ambientes produtivos, recriam-se táticas para aumento da produtividade do trabalho, mascaradas sob o discurso patronal de “participação”, “qualidade total”, “competitividade” (JINKING,2002:142).

Esse discurso neoliberal de cooperação entre capital e trabalho teve terreno fértil, no Brasil, com o processo de desregulamentação comercial e liberalização do mercado no começo dos anos 90. Muitos sindicatos acabaram absorvendo passivamente os novos modos de produção flexível, trabalho em equipe, remuneração variável, flexibilização de direitos sociais. A defesa do “Estado mínimo”, “competitividade global”, “eficiência dos mercados desregulados” foi também facilmente absorvida nas políticas econômicas do país e com pouca resistência de alguns segmentos do sindicalismo brasileiro. Foi assim que os caminhos se abriram para legitimar a necessidade de novas formas de produção e a presença de trabalhadores mais “criativos”, “qualificados” e “intelectualizados”. É com esse espírito que a Probesc absorve o discurso do “empreendedorismo” e do neoliberalismo.

Para ajudar a compreender as transformações que estão ocorrendo no trabalho e garantir ao trabalhador sua “empregabilidade”, a Probesc encomendou uma pesquisa para saber as principais exigências das empresas.<sup>207</sup> O estudo intitulado “Grau de empregabilidade do mercado de trabalho e o setor bancário” revelou que os bancos exigem do trabalhador habilidades técnicas, habilidades comportamentais e habilidades relacionais. As habilidades técnicas se referem aos subsistemas de uma empresa, capacidade de tomar decisões, raciocínio lógico, matemático e raciocínio crítico e questionador. As habilidades comportamentais referem-se à capacidade de automotivação, autocontrole emocional, capacidade de resolver criativamente problemas e alto grau de tolerância a mudanças. Já as habilidades relacionais referem-se à postura de compromisso com a empresa e com o trabalho, espírito de liderança, dinamismo e iniciativa e, por fim, capacidade de ouvir com atenção, interesse e concentração.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> Foi pesquisada empresa de médio e grande porte e de todos os bancos que operavam no Estado. A pesquisa foi concluída em 1999 (Probesc, 1999).

<sup>208</sup> Ibidem: 4.

Os resultados da pesquisa apontavam para a necessidade dos trabalhadores se adaptarem aos “novos padrões competitivos do mercado”. A divulgação dessa pesquisa pela Probesc revela, mais uma vez, o apego ao discurso neoliberal, ou seja, caberia ao Estado apenas promover a desregulamentação e a competitividade do mercado e interferir o mínimo possível nele. Caberia ao Estado, dessa maneira, cuidar apenas dos direitos de propriedade do cidadão, já que é a partir do mercado que o bem-estar do indivíduo e da sociedade em geral aconteceria. Daí a importância, como tenta passar a entidade, da necessidade dos trabalhadores de se qualificarem melhor visando atender as exigências que são colocadas atualmente, ou seja, a partir da habilidade individual de cada um, como o controle emocional, a criatividade, a tolerância, o raciocínio, o autocontrole, pois esses são, segundo a Associação dos bancários, os elementos para o trabalhador poder autogerir suas carreiras e seus próprios negócios.<sup>209</sup>

A partir dos cursos de treinamento profissional, a Probesc ia reproduzindo o discurso da competência, da qualificação, da racionalização como ingredientes fundamentais para preparar os trabalhadores para deixar o Banco, afinal, o Besc já estava na lista para ser o próximo a ser transferido ao capital privado. A situação para o conjunto dos bancários era de muitas incertezas quanto ao futuro dos empregos. Verificar-se-á que a indecisão, o medo e a pressão dominavam o ambiente de trabalho para que o trabalhador aderisse ao plano de demissão, como tratar-se-á mais adiante neste capítulo.

Foi dentro desse quadro de apreensão, medo e incertezas que o processo de privatização do Besc ganhou um novo aliado, a Probesc. O governo Amin conseguiu convencer os diretores da entidade que o Banco Central deixou apenas duas alternativas, ou seja, federalização/privatização ou liquidação do Banco. Foi assim que a Associação dos Bancários começou a apoiar a transferência do controle acionário do Banco para a União, pois entendia que, desta forma, estaria preservando os empregos e indenizando os trabalhadores através do PDI. Os boletins da entidade deixavam clara a posição privatista.

Muitos empregados escreveram aos deputados pedindo seu voto a favor da federalização. Os esforços surtiram efeitos. Agora, a Probesc aguardará que o Estado formalize os procedimentos do controle do Besc pelo governo federal, uma vez que a federalização já foi definida como alternativa para o Banco, não há mais

---

<sup>209</sup> Probesc, 1999.

motivos para confrontos ideológicos ou manifestações radicais (PROBESC,1999:4).

Os diretores da Associação dos Bancários estavam bem sintonizados com o governo Amin. Acreditavam que o governo defendia o Banco e que era preciso apoiá-lo. “Acreditamos que o governador tem condições de criar um fato político novo que viabilize uma saída para o Besc. Mas para isso é fundamental que os empregados e seus familiares garantam seu apoio ao governo”.<sup>210</sup>

O fato novo não demorou a chegar e veio através da divulgação da Carta do Banco Central ao governo do Estado com os “problemas” do Banco e as suas alternativas: “federalização ou liquidação”. Com essa Carta, a posição da Probesc sobre o futuro da instituição começou a ficar mais clara. Diz um diretor: “A Probesc não deseja de forma alguma esta última medida (liquidação) e continua a defender que a melhor solução seria a manutenção como banco público, mas não pode se furtar de discutir alternativas”.<sup>211</sup> Essa “alternativa” seria a privatização do Besc defendida por Amin e facilmente absorvida pela entidade. “A defesa da federalização somente foi tomada devido ao risco iminente de liquidação extrajudicial”.<sup>212</sup>

O apoio da Associação veio oficialmente a partir de um encaminhamento de propostas (Quadro 10) ao governo para que a federalização/privatização não prejudicasse os trabalhadores do Banco e os serviços que a entidade prestava em cidades do Estado. Entre as propostas, destaca-se: a) apoio ao Plano de Demissão Incentivada (PDI); b) manutenção de agências em municípios onde apenas o Besc está presente; c) participação de trabalhadores no processo de transferência ao grupo financeiro privado comprador; d) os trabalhadores em excesso deveriam ser absorvidos por outros órgãos do Estado.<sup>213</sup>

---

<sup>210</sup> Ibidem.

<sup>211</sup> Ibidem.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Probesc, 1999.

### Quadro 10

#### As propostas da Probesc encaminhadas ao Governo do Estado para a privatização do Besc

Obrigações do Detentor do Controle	Exigência dos Empregados	Compromisso do Estado	Junto ao Banco Central
<ul style="list-style-type: none"> <li>- PDV- recursos para estimular os empregados a fazer acordos e ter condições de serem assimilados pelo mercado de trabalho. Os empregados admitidos até 3/02/88 são estáveis conforme assegura o artigo 89 do Regulamento de Pessoal e que encontra amparo na CLT;</li> <li>- Garantia de emprego aos funcionários que permanecerem no Banco mesmo que não estejam amparados pela estabilidade;</li> <li>-Reciclagem dos empregados e capacitação para a nova realidade, na fase de transição;</li> <li>-Manter as agências pioneiras e pelo menos uma agência por município;</li> <li>-Manter a Fusesc, modernizando-a e adaptando-a as novas tendências de mercado, cobrindo o déficit da fundação à vista;</li> <li>Manter a Caixa de Assistência SIM/FUSESC;</li> <li>-Facilitar a abertura de contas, exigindo apenas valor de depósito inicial compatível com a clientela do Besc;</li> <li>-Aplicação em crédito rural conforme prevê a legislação;</li> <li>-Não dividir o Banco, como aconteceu com o Banerj oculto (parte podre) e a conseqüente criação de outro banco saneado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar do grupo de trabalho que vai definir os destinos do Besc, no mínimo com 50% dos membros;</li> <li>-Que os representantes do Estado na administração do Banco, na fase transitória, sejam empregados de carreira do Besc;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Centralização das contas do Governo e suas controladoras no Besc. Exclusividade para a instalação de pontos de atendimento nos órgãos públicos da administração estadual para o Besc;</li> <li>- manutenção de depósitos judiciais do estado no Besc;</li> <li>- Absorção do eventual excesso de servidores do Besc pelo serviço público estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter incentivos como os da isenção de recolhimento compulsório sobre depósitos de órgãos da administração pública.</li> </ul>

Fonte: Probesc, 1999.

Essas propostas ao governo provocaram um conflito com o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. O Sindicato acusou a entidade de enfraquecer a luta em defesa do Besc devido ao apoio ao PDI. Um diretor sindical assim declarou:

Os dirigentes da Probesc chegaram ao cúmulo de apresentar uma proposta para o PDI, afirmando que o governo deve destinar 'recursos para, com dignidade, estimular os empregos a fazer acordos e partir para o mercado de trabalho'. Como pode a Probesc negociar em nome de uma categoria que nunca a legitimou para

isso, propondo um programa que claramente tem a intenção de desmontar o Besc, enxugá-lo ao máximo e ser repassado para mãos privadas.<sup>214</sup>

Um diretor da Probesc, em resposta às acusações, responde: “Defendemos um PDI que contemple melhores condições e maiores vantagens para o empregado que reúna condições e desejo de desligar-se”.<sup>215</sup>

O governo Amin, portanto, tinha conseguido um importante apoio para privatizar o Besc. O Sindicato dos Bancários, por outro lado, perdeu um aliado, que já esteve na luta em defesa do Besc público no governo de Paulo Afonso Vieira.

Esse apoio ao processo de privatização do Besc veio também com o diretor da Probesc Dalmir Augusto da Silva. Dalmir ocupava a presidência da Associação em um momento delicado, quando o governo já anunciava como iria “salvar” o Banco, ou seja, privatizá-lo. O novo presidente, algumas semanas antes da aprovação da emenda constitucional, que garantiu a transferência do controle acionário do Banco à União, deixava clara sua posição política quando falava do presidente do Besc, Victor Fontana, na sua forma de conduzir a instituição.

Eu particularmente posso falar como presidente da entidade, tenho uma admiração pela postura do presidente. É uma pessoa de grande visão e nós, como empregados, temos que procurar conhecer um pouco mais de sua história. Ele, como a maioria de nós particularmente posso falar como presidente da entidade, tenho uma admiração nossos colegas, começou lá em baixo. Sua história é muito semelhante à nossa. Acho que é um exemplo, pela sua dedicação e presteza para com a organização. Aos 83 anos, tem muito mais vontade de produtividade do que muitos de nós que temos 40 ou 50 anos. Se nos aliarmos a suas idéias, temos condições de dar um salto. É hora de união, de lutarmos pela mesma causa (PROBESC, 1999 a:3).

A posição política da Probesc em relação à privatização do Banco mudou com a chegada de Altamiro Melego, em 2002, na diretoria da entidade, isto é, volta a defender o Besc público. Melego considerava a política privatista do governo FHC como: “Entrega do

---

<sup>214</sup> Folha Sindical, 6/9/1999.

<sup>215</sup> Ibidem.



patrimônio público para a usura dos gananciosos, com a convivência dos governantes que elegemos e com a nossa própria omissão”.<sup>216</sup>

A derrota de Esperidião Amin em 2002, para seu principal opositor político, o “peemedebista” Luiz Henrique da Silveira (LHS), foi suficiente para a Associação voltar a defender o Besc como banco público. Um outro diretor da entidade, Joares Távora de Mattos, considerava “essencial” a manutenção do Besc como banco público em decorrência da sua importância na economia do Estado. Mattos denunciava o interesse do grande capital privado pela privatização, pois, segundo ele, não condizia com os mesmos propósitos quando o Banco foi criado. Diz:

Não vislumbramos razão para privatizar o Banco ou qualquer outro setor público que promova qualquer tipo de serviço à sociedade e que por sua natureza e princípios foi criado para resguardar e promover o papel social. Sabemos que existe um interesse privado, e até mesmo internacional, que pouco está preocupado com os aspectos antes revelados, e que apenas promove ações para atingir seus objetivos meramente capitalistas.<sup>217</sup>

Essa nova posição política apareceu no 7º Congresso, em outubro de 2003. O tema do encontro, “A importância do Besc para os catarinenses”, não deixava dúvidas disso. As lideranças da Associação queriam revitalizar a imagem da instituição. Para isso, trataram de ouvir os trabalhadores com sugestões e críticas na abertura do evento. O objetivo era reunir informações e formular um documento para melhorar a aproximação entre funcionários e diretoria, visando somar esforços para resgatar a imagem da instituição, não apenas junto aos empregados e diretores, mas no conjunto da sociedade.<sup>218</sup>

---

<sup>216</sup> Probesc, 2000a.

<sup>217</sup> A Notícia, 21/7/2003.

<sup>218</sup> As sugestões e críticas dos trabalhadores foram selecionadas e reunidas num documento intitulado “Carta de Intenções”. Na Carta aparecem várias sugestões para reestruturar e garantir a permanência da instituição como banco público. Entre as sugestões, estavam: a) buscar junto aos parlamentares no Congresso Nacional para a volta da manutenção do controle do Banco pelo governo do Estado; b) cobrar do presidente do Besc que negocie a federalização; c) substituição de diretores comprometidos com o FMI; d) investir em tecnologia bancária; e) desburocratizar áreas de limites e créditos aos clientes; e) proporcionar fomento ao microcrédito; f) permitir que funcionários possam eleger o diretor do Banco; g) criar promoções de carreira, por mérito. PROBESC, 7º Congresso, 2003.

Passa-se a tratar a seguir das principais transformações no ambiente laboral que vêm ocorrendo no setor bancário atualmente, mais especificamente, os mecanismos de controle que são introduzidos para intensificar o ritmo de trabalho, o surgimento de formas diferenciadas de remuneração, a competitividade, que passou a existir entre os trabalhadores para atingir metas de produção. Verificar-se-á que o processo de privatização do Banco teve implicações profundas no cotidiano laboral, o estresse para atingir metas de produção, a pressão psicológica para aderir ao PDI, o trabalho repetitivo, fragmentado e esvaziado em seu conteúdo são alguns dos problemas que serão analisados.

### **O cotidiano laboral: as implicações do processo de reestruturação/privatização no Besc**

A reestruturação do capital precarizou a vida laborativa dos trabalhadores assalariados e intensificou o seu processo de “estranhamento” (Entfremdung)<sup>219</sup>, ou seja, obscureceu mais ainda sua capacidade de compreensão diante das desigualdades e contradições sócio-econômicas e conseqüentemente de sua superação. É sabido que, no capitalismo, o trabalho transformou-se em mercadoria, bem como a sua forma de subsistência, de sociabilidade e emancipação. Marx esclarece que o produto produzido pelo trabalhador pode surgir aos seus olhos como um “ser estranho”, como um “poder independente do produtor”. Esse trabalhador estabelece um relacionamento com o produto do seu trabalho de forma estranhada. O objeto não mais lhe pertence. “A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até à morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho”. (MARX, 2002:112).

Estabelece-se entre o trabalhador e o seu objeto produzido uma relação de “alienação” (Entäußerung). O trabalho não produz mais satisfação de suas necessidades de

---

<sup>219</sup> Estamos tratando “estranhamento” aqui como obstáculos sociais que impedem o ser humano de realizar suas potencialidades diante dos entraves que o modo de produção capitalista impõe. O conceito de “alienação”, ao contrário, como será analisado em seguida, está voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorização (MARX, 2002:110-193). Esses dois conceitos, estranhamento e alienação, podem ocupar significados diferentes nas obras de Marx. Para uma melhor explicitação desses conceitos, ver Ranieri, 2001. Ver também Antunes, 1995.

subsistência. Quanto mais ele produz, mais desprovido ele fica de seu objeto. O trabalhador é privado de sua criação. O resultado do seu trabalho não mais lhe pertence. “A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas existe independente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonica” (MARX, 2002:112).

Para Marx, é somente no mundo objetivo da produção material que o ser humano torna-se diferente de outras espécies não humanas. O elemento trabalho passa a ser “a objetivação da vida genérica do homem”. À medida que o trabalho deixa de ser sua fonte de vida e torna-se “trabalho alienado”, é, como diz Marx, “roubar-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada sua natureza, o seu corpo inorgânico” (MARX, 2002:117).

A alienação do trabalho, conforme Marx, não ocorre apenas na relação com o produto do trabalho, mas também no processo de produção, já que o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, “não pertence à sua característica”. Ou seja, esse ser que trabalha não consegue realizar suas potencialidades físicas e mentais livremente, mas ao contrário, pois, como afirma Marx, “esgota-se fisicamente e arruína o espírito”. Esse trabalho é trabalho imposto, forçado e não voluntário. “Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifícios de si mesmo, de martírio” (MARX, 2002: 114). Em outras palavras, o trabalho alienado consiste na atividade laborativa exterior ao ser social, com características que não mais lhe pertencem, já que ele deixa de se completar como ser genérico, autônomo e satisfeito quando realiza suas necessidades humanas. O trabalho deixa de se tornar sua fonte originária de felicidade e emancipação e transforma-se em sacrifício em sua vida. A exterioridade do trabalho aparece ao trabalhador como trabalho que não é mais seu, isto é, trabalho que lhe foi roubado e agora pertence a outro. Marx diz que é como tirar sua fonte vital e entregá-la a um terceiro.

A alienação do trabalhador no objeto revela-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais

refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza (MARX,2002:113).

O processo de alienação da atividade laborativa humana foi tratado por Marx em perspectiva histórica (relação do processo de trabalho concreto e as formas de produção capitalista) e ontológica. A perspectiva histórica encontra o estranhamento do trabalhador com o produto de seu trabalho. “O trabalhador tornou-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz”. E completa: “O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX,2002:111). Na segunda perspectiva, a ontológica, decorrente e integrante da primeira, ocorre a alienação do ser social que trabalha em si mesmo, ou seja, o ser social se aliena de sua vida genérica. Assim, tem-se relação alienada e alienante do ser social com a natureza. Em outras palavras, no modo de produção capitalista, a relação que se estabelece entre o trabalhador e a natureza é mediada pelo capital, que transforma este ser em mercadoria-fetichizada. Marx assinala que a força de trabalho humana transforma-se em mercadoria. O trabalhador que produz riqueza não pode desfrutá-la. O aumento da riqueza produzida é proporcional ao aumento da sua pobreza. “A valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens”.<sup>220</sup>

Pensando o metabolismo entre o ser humano e natureza, Marx também faz uma reflexão sobre o “corpo inorgânico”. “A natureza é o corpo inorgânico do homem. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer”.<sup>221</sup> Em outro sentido, o ser social, quando é expropriado do produto de seu trabalho, através do trabalho alienado, tem sua vida genérica também arrancada. “O trabalho, a atividade vital produtiva, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física”. E diz também: “O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, como ser

---

<sup>220</sup> Ibidem

<sup>221</sup> Ibidem: 116.

lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua existência”.<sup>222</sup> Portanto, para Marx, quando o trabalho alienado retira do trabalhador o fruto de seu trabalho, rouba-lhe sua vida genérica, e transforma-o em um ser desrealizado e incapacitado de se apropriar de seu “corpo inorgânico”.

No setor bancário, o quadro que se desenhou sobre a atividade laborativa no interior dos bancos é de disciplina e subordinação dos trabalhadores ao ideário da empresa, ou seja, o capital procura envolver ideologicamente este trabalhador sob o discurso das novas demandas do mercado. O trabalho não é simplesmente um espaço de sociabilização, mas também um local de controle ideológico para tornar o ambiente laboral mais produtivo. Nesse sentido, Jinkings percebe os mecanismos disciplinadores e de controle para atingir os objetivos estabelecidos pelos Bancos. “Nos ambientes produtivos, recriam-se táticas para o aumento da produtividade do trabalho, mascaradas sob o discurso patronal de ‘participação’, ‘qualidade total’, ‘competitividade’ (JINKINGS, 2002:140). Nesses mecanismos de subordinação estão os abonos, as gratificações ou prêmios e a chamada “remuneração variável”.<sup>223</sup> É desse ponto de vista que se pode compreender o sofisticado mecanismo utilizado pelo capital financeiro, que vincula o rendimento dos bancários ao cumprimento de metas de produtividade.

Jinkings analisa ainda, em seus estudos, que os bancos criaram artifícios gerenciais para intensificar o trabalho bancário aos quais se fundamentam os discursos da “qualidade total”, da “competitividade”, da “participação”, etc. É por meio de veículos de comunicação da própria instituição que os bancos conseguem proferir suas metas de produção. Tais metas são pré-estabelecidas, quando o trabalhador consegue atingi-las, poderá ganhar incentivos financeiros ou melhorar sua posição na hierarquia da empresa.

---

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> A remuneração variável nos bancos, segundo o Dieese, não chega a ser uma novidade, já que há muito tempo as empresas praticam formas de premiações. Mais recentemente observam novos programas de remuneração variável mais abrangentes e menos individualizados. Estudos do Dieese indicam diferentes modalidades de remuneração: Remuneração total, ou seja, remuneração fixa mais a remuneração indireta e remuneração variável; remuneração fixa, ou seja, parcela de remuneração paga mensalmente denominada de salário, via folha de pagamento, geralmente denominado de salário – ou de forma indireta, via mecanismo que propicie isenção fiscal; e remuneração indireta, que ocorre sob a forma de benefício institucional (DIEESE, 1998).

Com uma retórica de valorização da força de trabalho e de democratização das políticas de recursos humanos, instituem-se artifícios diversos para intensificação e controle do trabalho. A prática da premiação de trabalhadores por produtividade é um desses artifícios, que torna altamente competitivos os ambientes de trabalho (JINKINGS, 2002: 146).

Este refinado meio para elevar as taxas de exploração do trabalho é extremamente benéfico para os bancos, visto que não se incorporam ao salário-base do trabalhador os ganhos obtidos com a remuneração variável. Em outras palavras, essa forma de “pagamento” está condicionada à produtividade deste trabalhador e de adesão aos ideários da empresa. São também importantes as afirmações de Jinkings ao tratar deste problema.

Tudo se passa como se o trabalhador, individualmente e no grupo de trabalho, determinasse os próprios rendimentos, a partir do desempenho pessoal e do de seus companheiros. O estabelecimento arbitrário das normas que regem o programa e das metas a serem cumpridas, os conteúdos ideológicos e autoritários dos critérios que fundamentam as avaliações de desempenho, o estímulo ao individualismo e à competição entre colegas, todas as táticas de poder que permeiam tais programas ficam, muitas vezes, obscurecidas diante da necessidade imperiosa da produtividade para o capital (JINKINGS, 2002: 167).

De fato, essas formas de remuneração criam nos locais de trabalho uma competitividade que exacerba o individualismo e a rivalidade entre os trabalhadores. No banco de Santa Catarina (Besc), poder-se-ia também constatar essa pressão psicológica que ocorre entre os cargos de comando e os subordinados para atingir as metas da empresa. Conforme declarou uma bancária entrevistada:

É terrível você ter que alcançar metas, é complicado, estressa a pessoa. Eles cobram muito de ti e você não consegue dar uma solução para aquilo. Tem gente que tem condições de vender uma coisa e tem gente que não sabe vender, por outro lado, sabe fazer um serviço burocrático maravilhoso, mas não vende nada. O Banco exigia que a gente vendesse, quando você fazia um empréstimo, você tinha que vender um seguro junto, casar uma coisa com a outra. Não ganhávamos mais por vender, ganhávamos a mesma coisa. Só dois tipos de mercadoria, seguro de vida e o plano de previdência, geravam uma remuneração, mínima, uma porcentagem, mas era exigido que cumpríssemos as metas de venda. Pegavam muito no pé, tínhamos

que vender tanto nesse mês; ainda falavam: tal pessoal vendeu tanto, tal pessoa vendeu tanto, tal pessoa não vendeu”.<sup>224</sup>

Sônia Laranjeira acredita que ocorre no setor bancário uma tendência à redução dos níveis hierárquicos nos bancos. Ela fala, por exemplo, de um novo perfil de funcionário nos bancos, ou seja, um trabalhador mais “envolvido” com o processo de trabalho e capaz de realizar as mais diferentes funções dentro das instituições financeiras para atender com mais eficiência e rapidez. A organização no ambiente laboral, assim, não estaria mais centrada na estrutura fechada de tarefas, mas de trabalho por equipe. Dessa maneira, muitos agora passam a desempenhar cargos de “gerente” formando equipes de venda com metas pré-estabelecidas. Esta redução de níveis hierárquicos, na qual o gerente desempenha funções que antes não eram atributo dele (abrir conta, por exemplo), caracteriza uma perda da autoridade do cargo. Essa autora observou que o funcionário, quando passou a ocupar o cargo mais alto, teve dificuldades de se adaptar às novas funções, não apenas por ter que realizar tarefas antes atribuídas aos cargos de auxiliar, mas também pela dificuldade de se adaptar às inovações tecnológicas introduzidas pelos bancos (LARANJEIRA, 1999:5-6).<sup>225</sup>

O trabalho em equipe é uma estratégia de dominação do capital. Jinkings, ao tratar das novas formas de dominação sobre os trabalhadores nos bancos, percebeu que os métodos tayloristas foram sendo substituídos gradativamente por formas mais sutis de controle. A mesma autora ressalta que os bancários são submetidos a constantes avaliações de seu desempenho. O salário e as possibilidades de ascensão na carreira, por exemplo, dependeriam agora de seu desempenho profissional. Estas novas formas de gerenciamento na força de trabalho nos bancos constituem, para a autora, um forte instrumento de dominação patronal nos locais de trabalho (JINKINGS, 2002:219).

---

<sup>224</sup> Entrevista ao autor com uma bancária, que ocupava função de caixa no Banco e estava de licença médica no dia 21/9/2005.

<sup>225</sup> As novas tecnologias também podem gerar problemas de adaptação, desemprego e insatisfação do trabalhador, como conseguiu perceber Jinkings, em entrevista a uma bancária-caixa do Bradesco: “O trabalho do caixa só piora, nunca melhora. Há pouco tempo atrás, no ano passado, foi implementado o sistema Captura na Origem, que eles chamam de CAP, que lê código de barra. Evidentemente, o banco eliminou vários postos de trabalho na retaguarda do caixa” (JINKINGS, 2002:116).

Assim, a eficácia, o aumento da produtividade e a intensidade do trabalho não se darão apenas pela força física, como ocorria no fordismo, mas pela sua integração ideológica ao capital. Temos nos bancos, por exemplo, o trabalho de supervisão e controle do trabalhador sendo exercido pelo próprio trabalhador. Com isso, criou-se uma proliferação de cargos de gerência, um trabalho conjunto com metas que devem ser atingidas por todos.<sup>226</sup>

Deste modo, estamos diante de uma busca de captura da subjetividade do trabalhador ao ideário do capital. Em outras palavras, é um novo modo de estranhamento no ambiente laboral. O bancário, por conseguinte, é chamado a cooperar para a valorização do capital.

Este mecanismo de controle do trabalho mantém ainda a necessidade do trabalho vivo nos bancos. O capital, na era da acumulação flexível, não tem como se libertar do trabalho material (manual) ou imaterial (intelectual). O trabalho é condição para a sua sobrevivência e valorização. Portanto, mesmo na era da tecnologia microeletrônica (“trabalho morto”), e da “reestruturação produtiva”, o capital não consegue se libertar do trabalho vivo. O trabalho é condição central para ele se reproduzir. Não estamos negando que houve uma redução do trabalho com as inovações tecnológicas, o que acreditamos é que este trabalhador que vende sua força de trabalho ainda é peça fundamental no processo de produção capitalista.

Segundo Sônia Larangeira, em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Grã-Bretanha, o processo de reestruturação nos bancos tem focado sua atenção na aquisição de clientes. Para tal propósito, os bancos procuram oferecer produtos, serviços e preços para conquistar mais clientes. Esta estratégia reflete-se na organização do trabalho, com segmentação de tarefas e contratação de trabalhadores em “tempo parcial”.<sup>227</sup> Diante

---

<sup>226</sup> Pode-se perceber que no setor bancário o número de cargos de gerência aumentou significativamente. As novas tecnologias possibilitaram o controle da força de trabalho. Os cargos de chefia foram perdendo espaço para os cargos de gerência. O trabalhador, uma vez incorporado o espírito da empresa, ganha o incentivo financeiro e o status ao novo cargo. Ver Silva “A reestruturação produtiva no setor bancário em Santa Catarina”. Revista de Ciências da Administração, v.4,n.8,jul/dez.Florianópolis,2002.

<sup>227</sup> Larangeira esclarece que o tempo parcial varia muito de país para país, o que torna problemática a comparação em âmbito internacional. E dá exemplos: “Na França, entende-se por trabalhador de tempo parcial quem trabalha menos de 30 horas por semana; na Inglaterra, a definição é menos precisa, deixando ao indivíduo a decisão de considerar-se ou não um trabalhador de tempo parcial.”



disso, diz a autora, estes funcionários não almejam fazer carreira na profissão ou cumprir as metas estabelecidas pela empresa. Este tipo de contratação tem como objetivo reduzir custos e níveis de emprego conforme a demanda (LARANGEIRA, 1999).

Encontramos nos bancos espaços físicos demarcados. São áreas de auto-atendimento onde o cliente realiza seu próprio serviço, com máquinas eletrônicas que dispensam a presença humana. Nessas máquinas, o cliente pode fazer diversas operações, tais como pagamento, saques, aplicações, solicitar cheques, etc. Além disso, os bancos investem em novos espaços de atendimento personalizado. Na nova concepção de serviços bancários, os espaços que os bancos concentram mais esforços são os ambientes de captação e aplicação de recursos. Larangeira observou também em seu estudo áreas nas agências (“estação de negócios”) para o atendimento personalizado de clientes que desejam fazer aplicações. A autora verificou ainda, em seu estudo, a chamada “estação móvel de negócios”, ou seja, lugares fora da agência para a realização de negócios, através dos “notebooks” que estão conectados à agência. (LARANGEIRA, 1999:4).

Alguns autores acreditam que, a partir dos anos 90, se desenhou um novo quadro no setor bancário, isto é, de um profissional especializado em vendas com bom conhecimento do mercado financeiro e que passou a ter que utilizar bem as novidades e “softwares” e a matemática financeira. Esse novo perfil de trabalhadores em grandes instituições financeiras deverá saber lidar com diferentes tarefas e novas situações não prescritas que podem ocorrer. O velho manual que determinava passo a passo as tarefas que deveriam ser realizadas perde importância. Isso revela que o trabalho burocrático também está sofrendo transformações.<sup>228</sup>

---

E completa: “ Nos EUA, a jornada de trabalho fixada pelos bancos é de 40 horas semanais, a lei estabelece para os bancários uma jornada de 30 horas semanais”(LARANGEIRA,1999:18).

<sup>228</sup> Segundo Pastore, estas mudanças no mundo do trabalho bancário constituem uma tendência mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, no curto período de 1987-1990, observou-se uma redução de pessoal administrativo em 13%, enquanto cresceu a participação de analistas financeiros em 12% e a de pessoal de vendas em 11%. Essa tendência acentuou-se nos últimos cinco anos. (PASTORE, 1995:24). No caso do Brasil, especificamente, Larangeira revelou, a partir de dados da Febraban de 1996, que os cargos de caixas, escriturários, recepcionistas, secretárias e operadores sofreriam uma redução de 23%, passando de 415.859 para 322.016 no período de 1993- 1996 (LARANGEIRA, 1999:6).

Contudo, essa tendência de “intelectualização”, “especialização”, trabalho em equipe e desburocratização dos serviços bancários apontada por Laranjeira e outros ainda não são, no entanto, tão evidentes no caso do Banco de Santa Catarina (o Besc) que estamos analisando. No Besc, especificamente, podemos encontrar no cotidiano laboral atividades burocráticas, repetitivas, individualizadas e desmotivadoras. Um bancário, por exemplo, com apenas dois anos trabalhando revelou o estresse e a desmotivação de seu trabalho. Seu maior problema estava na relação com a chefia, que, segundo ele, “centralizava” as informações do que sabia sobre as atividades mais complexas e mandava-o fazer apenas tarefas mais simplificadas e rotineiras, que exigem menos capacidade técnica. Para ele, isso o impossibilita de mostrar seu “conhecimento” e poder evoluir dentro da empresa.

O trabalho tem sido meio estressante. Eu acho que não precisava ser assim. Entrei no Banco por concurso público. A chefia não passa o que sabe e limita o conhecimento que a gente tem. É estressante pelo fato de saber que o trabalho que faço é descartável, eu sou descartável. Qualquer pessoa pode fazer aquele trabalho.<sup>229</sup>

A situação de precarização no ambiente laboral engendrada pelos processos de reestruturação e privatizações colocou os trabalhadores bancários em situação de permanente estresse e outras doenças graves. Os problemas de saúde detectados junto aos trabalhadores foram doenças reumatológicas, Distúrbios Osteomusculares Resultado do Trabalho (DORT), fibromialgia, doenças psíquicas, como depressão, angústia, ansiedade e perturbações do sono. O medo de perder o emprego ou ser transferido para localidades distantes, a meta de produtividade, as restrições em seus salários, a pressão psicológica de tarefas que não admitem erros, a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho e o assédio moral foram alguns fatores que desencadearam problemas de saúde.<sup>230</sup>

Como outros trabalhadores bancários do setor, os trabalhadores do Besc convivem momentos de tensão e medo pelas constantes ameaças das autoridades financeiras relativas

---

<sup>229</sup> Entrevista realizada pelo autor com um bancário-assistente administrativo e Caixa, que ocupa cargo de auxiliar administrativo, no dia 1/11/2005.

<sup>230</sup> Sindicato dos Bancários de Brasília. Saúde mental e trabalho dos bancários, 2003: 5-6.

a privatizar o Banco, assim como pela política de reorganização do trabalho nas agências e intensificação do uso de automação dos serviços bancários para reduzir ainda mais o número de funcionários. Os bancários sabem que, com o processo de privatização, a política de "enxugamento" tende a se intensificar. As manchetes na mídia do tipo: "Automação tira vaga de bancários",<sup>231</sup> "Besc deve dispensar 2,5 mil"<sup>232</sup>; "Sai plano do Besc para cortar 3 mil empregos",<sup>233</sup> contribuem para aumentar ainda mais o clima de ansiedade, tensão, incerteza e medo quanto ao futuro da instituição e dos empregos.

A reestruturação dos bancos estaduais, e especificamente do Besc, que sofreu ameaças de liquidação pelas autoridades financeiras e passou a ser controlado pelo Banco Central, por meio do processo de "federalização", em agosto de 1999, gerou, como já afirmamos, muita ansiedade, angústia e medo nos trabalhadores(as). Uma bancária, ao ser questionada se sofreu algum problema de saúde durante o período em que o Banco foi ameaçado de liquidação, respondeu:

Tive problemas digestivos, quando trabalhava na Praça XV. Tinha muito a ver do fato que eu era delegada, ficava muito à frente das situações, então acabava criando muitas discussões. Então eu acabei tendo uma gastrite por um longo tempo devido ao sistema nervoso. Eu tive também insônia. Dois anos antes de sair do banco, eu me afastei por dois meses, aí eu entrei em período de estresse, passei a ter insônia, entrei mesmo em processo de depressão. Eu me cobrava, achava que não deveria estar afastada, eu achava que já estava bem. O médico achava que eu precisava de mais tempo. Eu dizia que estava bem. Estavam precisando de gente pra trabalhar, eu preciso voltar. Mas não foi uma boa idéia e resolvi sair do banco.(...) Cheguei a pensar em suicídio, mais sabia que jamais levaria isso adiante. Era uma coisa de querer sumir. Tive colesterol alto tudo por conta desses problemas.<sup>234</sup>

A transferência do controle acionário do Banco para a União trouxe profundas implicações no trabalho. A política de redução do quadro funcional, através do PDI, intensificou o trabalho, já que foi reduzido sensivelmente o quadro de pessoal, sobrecarregando assim as atividades dentro das agências. Os trabalhadores que optaram em

<sup>231</sup> DC, 19/12/2000.

<sup>232</sup> Jornal de Santa Catarina, 6/7/99.

<sup>233</sup> DC, 12/4/2001.

<sup>234</sup> Entrevista ao autor com uma bancária que ocupava o cargo de Caixa em 5/10/2005.

permanecer no Banco foram pressionados a ocupar os setores que iam ficando sem funcionários, ou seja, foram obrigados a ocupar diferentes funções ao mesmo tempo. Um diretor sindical e também funcionário do Besc relatou o cotidiano do trabalho no período pré e pós-PDI.

Pioraram sobre todos os aspectos as condições de trabalho. O aspecto emocional foi, eu acho, o mais importante, a maior agressão que teve contra o trabalhador do Besc, porque era um clima, e sem exagerar, um clima de terrorismo que estava implantado dentro do Banco. As pessoas só falavam em PDI, elas não tiveram tempo suficiente para se posicionar, definir o que iriam fazer de suas vidas, isso era muito angustiante. Cerca de 80% dos empregados do Besc viveram momentos de extrema angústia nesse período pré-PDI. O volume de trabalho depois da federalização continuou o mesmo, mas com a chegada do PDI, e a redução do número de funcionários, os trabalhadores tiveram que executar mais trabalho, quando o quadro de pessoal era de 5 mil. Hoje o Banco reduziu para 3 mil empregados, ou seja, 40%. Nesse aspecto físico teve esse problema que não foi pequeno, e se juntar o terrorismo psicológico, que não foi fraco e eu garanto foi muito agressivo, muito contundente e atingindo quase a totalidade do corpo funcional. Então, adicionar o terrorismo psicológico com o aumento da carga de trabalho vai se constatar um aumento no número de atestado médico provocado por esses dois fatores que foram **danosos e desastrosos para o trabalhador do Besc.**<sup>235</sup>

A seguir trata-se das implicações do processo de reestruturação produtiva na saúde dos trabalhadores bancários. Serão analisados os problemas relacionados ao alcoolismo, suicídio, assédio moral e dos riscos de vida em decorrência dos assaltos em agências. No Besc, particularmente, alguns desses problemas também aparecem e são agravados pela pressão psicológica a que estão submetidos seus empregados em virtude do processo de privatização.

---

<sup>235</sup> Entrevista ao autor em 17/12/2005.

### **A saúde dos bancários ameaçada: alcoolismo, suicídio, violência e assédio moral**

A política de privatização foi desencadeando problemas de alcoolismo entre os trabalhadores bancários no país. Em pesquisa realizada junto a três bancos oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco de Brasília) pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho - LPT/UnB e Sindicato dos Bancários de Brasília, observou-se que cerca de 13% dos bancários(as) apresentavam problemas de uso abusivo ou nocivo de álcool. Quando foi observado por atividade exercida, ou seja, cargos de chefia, o número aumentou para 19%. A maioria dos trabalhadores(as) que ocupavam esses cargos, que apresentaram envolvimento com o uso de álcool, 84% eram constituídos por homens, as mulheres eram 15%.<sup>236</sup>

Outro problema mais específico entre os bancários foi o número de suicídios. Jinkings destacou em seu estudo que a política privatista do governo, que era acompanhada por demissões, transferências, redução salarial e intensificação do trabalho, gerou problemas de ordem psicopatológica, levando muitos trabalhadores a cometerem atentado contra suas vidas. Jinkings conseguiu um relato de uma sindicalista que confirma este problema num banco oficial.

No Banco do Brasil, especificamente, aconteceram muitos suicídios nesta época de PDV, de fechamento de agências, acho que em torno de 25. Inclusive eu estive em uma agência em Fortaleza em que o vice-presidente da CIPA havia se suicidado pouco antes da realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) (JINKINGS, 2002:249).

Para agravar ainda mais a situação de saúde nos locais de trabalho nos Bancos, os trabalhadores também são obrigados a conviver com os constantes riscos de assaltos e violência. Essa é uma situação que vem ocorrendo no país e constitui um dos mais graves problemas que ameaçam a integridade física e emocional dos trabalhadores desse setor. Em Santa Catarina, especificamente, os números entre os anos 2000 e 2001 foram elevados. Somente

---

<sup>236</sup> Sindicato dos Bancários de Brasília. Saúde mental e trabalho dos bancários, 2003: 5-6

nesses dois anos ocorreram 100 roubos no Estado, e de 2002 até julho de 2004 chegaram a 91, conforme Tabela 14

**Tabela 14**  
**Roubos a bancos em Santa Catarina (2000-2004)**

Período	Região Grande Fpolis	Região Sul	Região Norte	Região Vale do Itajaí	Região Planalto	Região Oeste	Total
2000	7	7	13	15	1	4	47
2001	8	8	26	6	4	1	53
2002	11	2	14	8	1	2	38
2003	5	5	9	14	0	0	33
Jan à jul de 2004	3	1	6	5	2	3	20

Fonte: Polícia Civil do Estado de Santa Catarina

Os trabalhadores vítimas de assaltos podem sofrer de uma doença conhecida por Post Traumatic Stress Disorder (PTSD), traduzido para o português como Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT). Na fase mais crítica, o doente tem reações de alarme exageradas, tendência a se isolar, estado de excitação crônica, distúrbios no sono, medo de “ficar louco”, ansiedade, depressão e com idéias frequentes de suicídio. Segundo especialistas, os grupos mais atingidos pelo TEPT são policiais, bombeiros e... bancários. A convivência com esse tipo de violência fez dos bancários um grupo de risco para essa nova doença que passou a ser conhecida no país como “O mal dos bancários”.

O Besc tem sido um banco bastante visado pelos bandidos devido, principalmente, ao fato de estar localizado em cidades pequenas do Estado, onde justamente a segurança policial é mais frágil. Duas bancárias do Besc, que foram vítimas de assalto, relataram a violência que sofreram e o drama que marcou suas vidas.

Os bandidos estavam controlando a saída e chegada dos funcionários no Banco. Eles queriam saber como o funcionário agia para poder saber se era fácil ou difícil para pegar o funcionário. Eles gostavam de saber se o funcionário usava a mesma rua para ir para o serviço. Eles pegavam e rendiam os funcionários e entravam nas agências. Daquela data em diante estou tomando remédio para dormir. E mesmo com medicamento, acordo à noite. Fiquei 20 dias afastada, tratei com psicólogo. Eu sinto medo de ter

uma reação, porque naquele dia quase tive uma reação, eu ia avançar no cara. Quando voltei a trabalhar, tive a sensação que ele (o bandido) estava ali querendo entrar na porta. Eu fiquei com sensação de perseguição, parece que tem uma pessoa atrás de mim.<sup>237</sup>

Depois dos assaltantes irem embora, muitos funcionários começaram a chorar. Eu fiquei realmente nervosa. Eu me afastei por um dia. Foi eu que chamei o sindicato e a agência foi fechada, porque muitos funcionários estavam perturbados e não tinham condições de trabalhar. Eu tive pesadelos, onde eu me via na mesma situação do assalto e minha família estava dentro do banco, e eu entrei em total desespero, pavor, acordei desesperada, nunca senti tanto medo na minha vida e fiquei acordada na cama até amanhecer.<sup>238</sup>

O assalto em agências bancárias e a situação de constantes riscos que ocorrem entre esses trabalhadores são um problema que sempre esteve presente no setor bancário. Foi nos anos 90, entretanto, que medidas começaram a ser tomadas para tentar inibir o problema. A instalação de portas de segurança e de instrumentos legais para garantir a segurança foi uma das medidas reivindicadas pelo movimento sindical bancário. Em Santa Catarina, especificamente, as lideranças sindicais manifestaram esta preocupação em 1997. No dia 20 de janeiro daquele ano, os diretores do DEB-CUT estiveram reunidos para discutir os problemas da falta de segurança. O encontro resultou na Campanha Estadual por Segurança nos Bancos lançada pela entidade em conjunto com a Federação dos Vigilantes em Bancos. O movimento articulado entre essas duas categorias combinou com a aprovação na Assembléia da Lei 10.501, que estabeleceu a segurança nas agências no Estado.

Apesar disso, os problemas da falta de segurança nos bancos ainda persistiam. Muitas agências bancárias ainda não haviam adotado medidas necessárias para inibir a violência. O quadro de insegurança levou as lideranças cutistas a organizarem, no dia 24 e 25 de março de 2004, na cidade de Curitiba, o 2º Seminário Nacional de Segurança Bancária, promovido pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB). O encontro foi aberto com declarações de diretores sindicais informando a gravidade dos problemas que

---

<sup>237</sup> Entrevista ao autor com uma bancária que trabalha em vários setores e cargo de Caixa em 21/9/2005.

<sup>238</sup> Entrevista ao autor com uma bancária que trabalhava no cargo de Caixa e delegada sindical em 5/10/2005.

atingiam o conjunto dos trabalhadores que prestam serviços de bancos no país. “Os bandidos estão cada vez mais arrojados, existindo casos de bancários que, seqüestrados, tiveram bombas amarradas em seus corpos para buscarem o dinheiro no banco e, depois, foram demitidos”.<sup>239</sup> Outro representante sindical, Carlos Cordeiro, membro do Conselho Consultivo para Assuntos de Segurança Privada, um órgão coordenado pelo Ministério da Justiça e Polícia Federal (PF), que contava com a participação de vigilantes e Febraban, também declarou:

O Bradesco e o Unibanco são os bancos que mais sofreram atuações da PF. No Bradesco a situação é pior, pois a maioria das agências não possui as portas. No Unibanco, com a instalação dos ‘tesoureiros eletrônicos’, as portas foram retiradas na maior partes das agências e o HSBS ameaça deixar apenas um vigilante nas agências, contrariando a lei que determina, no mínimo, dois profissionais por localidade. (...) Já vi casos onde família do bancário foi mantida refém, com filho e esposa amordaçados e o bancário obrigado a abrir o cofre, no dia seguinte teve de trabalhar normalmente. Sua família permaneceu em casa, sem qualquer segurança.

<sup>240</sup>

Os participantes do evento elaboraram um documento denominado “Carta de Curitiba”. A Carta seria encaminhada para diferentes segmentos organizados da sociedade, bem como ações junto às autoridades competentes para que fossem tomadas as medidas necessárias.<sup>241</sup>

Não são apenas a falta de segurança e os assaltos em bancos que atormentam a vida dos trabalhadores. Os bancários também se deparam com uma velha prática de humilhação, perseguição e ameaças no cotidiano laboral, o chamado “assédio moral”. Ela geralmente surge a partir de superiores na hierarquia da empresa, mas pode também surgir através de colegas de trabalho.

---

<sup>239</sup> CNB, 2º Seminário Nacional de Segurança Bancária, 2004.

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> Entre as propostas contidas no documento, estavam: a) a obrigatoriedade das portas de segurança em todas as agências e postos de atendimento; b) a proibição de manuseio dos equipamentos de segurança por parte dos bancários; c) desobrigação do gerente ou tesoureiro ficar com a chave do cofre, evitando assim os seqüestros; e d) cumprimento da proibição do transporte de valores por parte dos bancários (Ibidem).



Para Herigoyen, o assédio moral é uma violência psicológica que ocorre de forma sistemática e por um período prolongado de tempo. Tal prática pode, segundo ele, trazer sérios prejuízos para a integridade física e psíquica da pessoa. A vítima mais susceptível de sofrer assédio moral são os que apresentam algum grau de diferenciação em relação aos padrões estabelecidos, como opção sexual, raça, religião, preferência política, etc., mas pode ocorrer também com o trabalhador dito “produtivo” ou mesmo “improdutivo”, ou até aquele que apresente algum grau de problema de saúde (HORIGOYEN,2001).<sup>242</sup>

Hirigoyen, em sua exposição no I Seminário Internacional sobre Assédio Moral no Trabalho, realizado em 2002, salientou que a empresa utiliza uma “gestão perversa”, a qual faz do trabalhador um mero objeto descartável, em que ele somente é utilizado quando é produtivo, quando ele não consegue mais atingir as metas pré-estabelecidas a empresa trata de encontrar meios para descartá-lo. A autora francesa expõe as características dessa forma de gerenciamento nas empresas que se reestruturaram a partir de exemplos da França e Europa:

A gestão perversa se caracteriza pela falta de comunicação, em que não são ditas as coisas de forma clara. Por exemplo, nas empresas na França ou na Europa, quando há uma reestruturação, não se diz que haverá demissões em massa, já que este tipo de demissão é muito controlado pelo Poder Público. Diz-se que ninguém será demitido, mas os trabalhadores são colocados numa situação tal, que lhes restam muitas vezes, duas alternativas: pedir demissão ou ficar doente. Trata-se, por exemplo, de colocar pressão até que as pessoas não agüentem e adoeçam. Frequentemente, as pessoas são colocadas em situação de rivalidade, como, por exemplo: duas pessoas numa mesma função competindo uma com a outra até destruir-se mutuamente, e depois, a empresa afirma que a pessoa não agüentou ou pediu demissão, e por isso a empresa não tem culpa. Afirmam: nós não fizemos nada, não despedimos ninguém. A vítima entra num mecanismo autodestrutivo e isto, para mim, é um comportamento causado por um tipo de gestão perversa.<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> Barreto também define assédio moral nessa mesma perspectiva: “É uma exposição prolongada e repetitiva a condições de trabalho que, deliberadamente, vão sendo degradadas. Surge e se propaga em relações hierárquicas assimétricas, desumanas e sem ética, marcada pelo abuso de poder e manipulações perversas”. (BARRETO, 2002:2) Em 2005, Margarida Barreto analisa uma pesquisa que envolveu 42 mil trabalhadores(as) de empresas públicas e privadas, governos e ONG’s, em que 10 mil trabalhadores (23,8%) declararam já ter sofrido algum tipo de violência psicológica e humilhação no trabalho; 63% eram mulheres e 37% eram homens; 70% dos homens assediados pensavam em cometer suicídio; 90% das mulheres sofreram de pensamentos fixos e perda de memória; 70 % dos homens e 50% das mulheres tiveram depressão. (BARRETO, 2005).

<sup>243</sup> ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, 2004:15.

Essa “gestão perversa”, em que a empresa utiliza mecanismos de persuasão para intimidar o trabalhador, boatos ou criar um clima de competição entre eles, com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho estressante e insustentável para o trabalhador pedir para sair do emprego, foi constatada no caso do Besc, principalmente durante o processo de implementação do PDI. Uma bancária revela esse clima de perversidade no cotidiano laboral.

Foram uma série de acontecimentos que levaram, no meu caso, a sair. Pela minha idade eu teria que ficar mais uns três anos, mas a pressão era tão grande que saí. Tinha reuniões e eles diziam que, se a gente não sair, ia ficar sem nada. Tinha determinados prazos e o gerente tinha que indicar algumas pessoas, e se as pessoas não se apresentassem espontaneamente, elas seriam escolhidas para sair. Todo dia tinha um fato novo no banco e isso foi formando uma confusão mental e chegou uma época que eu e meus colegas não agüentávamos. Dava uma ansiedade muito grande, você nunca sabia o que iria acontecer amanhã. Todo dia chegava uma notícia nova, vai privatizar, não vai privatizar. Tudo isso provocava um mal estar na gente, medo e insegurança. E isso durou uns três anos aproximadamente, até chegar uma hora que preferi sair. A gente começa a avaliar e descobre que não é mais nada ali dentro, você é meio descartável. Tudo isso faz mexer com o emocional da gente.<sup>244</sup>

Situações de humilhação e ameaças passaram a se tornar freqüentes após a federalização do Besc. Um bancário relatou que sua colega era chamada sistematicamente pela direção e informada que precisava cumprir as metas que o banco determinava. “O Banco chamou a minha colega para uma conversa. Qual era a conversa? Metas de produção. Eles perguntam: ‘você se sente capaz’. Aí a funcionária já se sente fragilizada, fica nervosa, chora. Eles dizem: ‘é assim, se não cumprir a meta, sai fora do PDI’ ”.<sup>245</sup>

É diante deste quadro de ansiedade e medo no cotidiano laboral nos bancos que os afastamentos por motivos de saúde tornaram-se freqüentes nos últimos anos. No caso Besc, especificamente, a Tabela 15 mostra a evolução de empregados do SFBesc de todo o

<sup>244</sup> Entrevista realizada pelo autor com uma bancária que ocupava cargo de Caixa em 12/9/2005.

<sup>245</sup> Entrevista para o autor com um bancário que ocupa o cargo de gerente em 18/10/2005.

Estado (interior e capital, inclusive de outros Estados) afastados por motivo de doença previdenciária e acidentária no período de 1999 a 2004. Os números por afastamentos de auxílio doença tiveram forte crescimento, principalmente em 2001 e 2002, ou seja, justamente no período do processo de implementação do Programa de Demissão Incentivada (PDI). Tais indicadores no número de bancários que se valem de auxílio doença estão diretamente relacionados aos problemas de estresse, assaltos, ansiedade ou medo pela incerteza quanto ao futuro dos empregos ou da própria instituição. A federalização certamente contribuiu para esse quadro de afastamentos, especialmente quando os trabalhadores tiveram que tomar a decisão de continuar trabalhando ou aderir ao plano de demissão.

**Tabela 15**  
**Trabalhadores do SFBesc**  
**afastados por auxílio doença**

<b>Ano</b>	<b>Trabalhadores afastados</b>
1999	133
2000	132
2001	240
2002	255*
2003	**
2004	122

\*Dados até agosto de 2002

\*\*Dados ainda não disponíveis

Fonte: Fusesc –Fundação Codesc de Seguridade Social

O trabalhador do Besc, ao assinar o PDI, passava a ter garantia de correção dos valores do plano pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), isso foi o principal fator que levou muitos a assinarem o acordo,<sup>246</sup> além do que, esse funcionário

<sup>246</sup> Muitos bancários optaram pelo PDI por duas razões. Primeiro pelo fato de achar que, naquele momento ao aderir ao Plano, ele poderia mais tarde, caso fosse selecionado, assinar a sua saída do Banco, uma vez que poderia ter mais tempo para pensar e decidir se realmente iria entrar ou não. A segunda razão foi a incerteza que pairava na cabeça dos trabalhadores com relação ao futuro da instituição, ou seja, o Besc poderia ser privatizado. À medida que um banco privado passasse a gerir, eles acreditavam que correriam os riscos de demissão e perderiam, dessa forma, a oportunidade de serem indenizados dentro do Plano apresentado pela instituição. Muitos bancários, no entanto, não aderiram ao PDI. Em entrevista com um diretor sindical e trabalhador do Banco, declarou que

passava a ter a certeza de poder continuar trabalhando e seu dinheiro ainda ser corrigido até ser chamado. Dessa forma, quanto mais tempo o trabalhador continuasse trabalhando, maiores seriam os valores da sua rescisão.

Tal fato explica o clima de tensão e medo entre muitos trabalhadores ao não participarem de movimentos grevistas. A greve dos bancários de 2004, por exemplo, como verificar-se-á no capítulo cinco, teve baixa adesão, e foi marcada pelo temor dos trabalhadores em participar do movimento, pois eles eram ameaçados de serem chamados a receber os valores do PDI. Não interessava, para aqueles que aderiram ao programa, ser imediatamente chamados, pois, quanto mais tempo de serviço dentro do Banco, maiores seriam os valores ao qual teriam direito.

Na verdade, o desejo de muitos bancários (as) era poder continuar trabalhando, uma vez que as perspectivas de encontrar um novo emprego eram incertas, além do mais, muitos trabalhadores se sentiam mais seguros dentro do Banco. Uma bancária manifestou sua satisfação por ter trabalhado por muitos anos devido às condições de trabalho e às garantias que recebia. O novo emprego que conseguiu encontrar, porém, não proporcionava a mesma satisfação e segurança.

Adoro trabalhar no banco, adoro trabalhar com dinheiro, adorava aquela fila, o pessoal dizia que eu era louca, sempre me deu prazer, mas ao mesmo tempo em que a situação não está boa para os meus amigos, também não estaria para mim.(...) Eu custei a encontrar emprego, com a minha idade, 44 anos, agora estou gerenciando um salão. A gente se incomoda muito pelo que a gente ganha. Aqui a gente não tem plano de saúde. No Banco eu tinha plano de saúde, eu tinha segurança, o meu salário não era estas coisas, mais dava pra pagar minhas contas legais e segurança pra mim e meu filho, hoje eu não tenho. É difícil. Eu era muito feliz quando trabalhava no Banco. As pessoas que trabalham no Banco são mais seguras, o que tinha no Banco antes? Tinha aquela estabilidade no emprego, a gente trabalhava e ficava feliz porque sabia que tinha salário, a gente tinha segurança. O meu sonho era me aposentar lá. Se não tivesse todo o problema da privatização e os meus problemas pessoais, que eu sei que era passageiro, eu continuaria trabalhando. Até hoje eu defendo o Banco, pois pra mim é um dos melhores bancos que existe.<sup>247</sup>

---

não aderiu por considerar um “dinheiro sujo”, pois os recursos eram provenientes do aparelho estatal. “Era um dinheiro público, dinheiro do Estado que eu estaria botando à mão. Eu não tenho medo de dialogar com nenhum dos meus companheiros, que o dinheiro do PDI é dinheiro sujo”. Entrevista para o autor no dia 16/11/2005.

<sup>247</sup> Entrevista ao autor com uma bancária que trabalhava como caixa em 16/12/2005.

Esse sentimento de satisfação de ser um “besquiano”, e por ter trabalhado durante tanto tempo na empresa, revelou que foi bastante difícil para muitos trabalhadores a decisão de aderir ao PDI. Os que chegaram a planejar sua saída tiveram, talvez, um pouco mais de sorte por conseguirem reestruturar melhor sua vida fora do Banco. Entretanto, os que não fizeram esse planejamento acabaram vivendo situações angustiantes de solidão e sofrimento principalmente pelo difícil processo de ruptura dos laços de amizade, identidade e sociabilidade que o trabalho proporciona. As declarações de trabalhadores(as) que aderiram ao Plano mostram essas diferentes situações que tiveram que enfrentar:

(...) Quando eu saí do Banco e peguei o dinheiro do PDI, o que aconteceu? Era frustrante ficar em casa todos os dias. Aí eu comecei a procurar emprego e descobrir a dificuldade por não ter estudado. O trabalho é importante sim, sair de casa, encontrar pessoas, você se sente mais livre, ter uma rotina. Ficar em casa parece que você fica alienado no seu mundinho. Se eu tivesse uma renda boa, eu continuaria mesmo assim trabalhando, claro que trabalharia menos, mas não vou deixar de trabalhar nunca.<sup>248</sup>

(...) O período de transição da saída do Banco pra cá (empresa onde trabalha atualmente) foi, inicialmente, muito difícil, por vários motivos: Sentia a falta de pessoas e do Sindicato. Eu até me emociono (silêncio), toda uma história de vida. Financeiramente eu estou bem, mas isso não é, pra mim, determinante. Aprendi a não me apegar em coisas materiais. Tenho saudades do sufoco dos clientes à procura de cheque especial.<sup>249</sup>

(...) Fiquei 22 anos no Banco, tinha hora certa para sair e um bom salário. Se pudesse voltar nas mesmas condições de trabalho e vencimento, é claro que voltaria. É claro que a vida no banco era mais tranqüila, trabalhava menos, mas a profissão de bancário tem o seu lado ingrato, principalmente porque você mexe com dinheiro que não é seu. O lado bom da atividade, especialmente no Besc, é o relacionamento com o cliente, as amizades que vão se formando ao longo dos anos. Isso é uma marca do Besc, uma característica que o banco não vai perder nunca, mesmo que seja privatizado.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> Entrevista realizada pelo autor com uma bancária que ocupava o cargo de caixa e outras funções no dia 16/11/2005.

<sup>249</sup> Entrevista pelo autor com um bancário que ocupou cargo de gerente e diretor sindical no dia 9/9/2005.

<sup>250</sup> Entrevista ao jornal A Notícia no dia 21/7/2003.

Constatou-se que a reestruturação produtiva no setor bancário conjugou o aparecimento de uma força de trabalho mais precarizada, mais fragmentada e subcontratada, e ao mesmo tempo mais qualificada e “intelectualizada” para garantir a sobrevivência no mercado mais liberalizado, desregulamentado e internacionalizado. Esse movimento de transformação nos bancos veio acompanhado de um intenso uso generalizado de novas tecnologias de base microeletrônica, reduzindo fortemente o número de trabalhadores formais. Também o surgimento de instrumentos de cooptação desenvolvidos em programas de qualificação profissional para disciplinar e preparar o trabalhador para atingir os objetivos da empresa foi outro artifício muito utilizado pelos bancos. Verificou-se também que o Banco do Estado de Santa Catarina não ficou fora destas novas estratégias para fazer o trabalhador pensar e agir para a empresa. Os congressos organizados pela categoria e patrocinados pelo Banco mostraram isso.

O processo de federalização do Banco teve, como verificado, profundas implicações no quadro clínico da categoria. O clima de incerteza, medo e terror nos locais de trabalho obrigou muitos trabalhadores a pedirem afastamento por questões de saúde. A situação ficou insustentável para muitos bancários, principalmente a partir das pressões que a diretoria passou a fazer para que os empregados aderissem ao PDI. Isso explica a grande adesão da categoria ao Plano e os conflitos criados com o Sindicato através do Movimento pró-PDI. (Tema que será tratado no capítulo seguinte).

No capítulo que segue, tratar-se-á do processo de privatização do banco de Santa Catarina (Besc). Os esforços do movimento sindical não sensibilizaram o governo estadual e políticos para que o Banco continuasse sob o controle do Estado. Já nas demais instituições financeiras do país muitos bancos passaram para as mãos do capital privado ou foram transformadas em agências de fomento. Em Santa Catarina, no entanto, a privatização ia sendo adiada. Tal fato faz pensar a seguinte questão: O que, afinal, foi determinante para impedir que o Besc fosse privatizado como queriam as autoridades financeiras do governo?

## Capítulo 4

# O PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu eliminar praticamente quase todos os bancos estaduais do país. Os movimentos de resistência dos trabalhadores bancários para impedir essa política não tiveram muito êxito e, assim, as instituições acabaram sendo transferidas ao grande capital privado nacional e estrangeiro. Dessa forma, os grandes conglomerados financeiros foram conseguindo maior espaço no mercado brasileiro.

Poucos bancos conseguiram, como já foi analisado, sobreviver à política de redução e eliminação dessas instituições nos Estados. Vimos que muitos foram transformados em agências de fomento ou federalizados para posterior privatização. O Banco Central pressionava as autoridades locais para que fossem imediatamente transferidos ao grande capital privado, pois corriam o risco de serem liquidados.

Em Santa Catarina, essa pressão das autoridades financeiras federais sobre o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) não foi diferente. A pressão começou logo após a vitória de Esperidião Amin ao governo em novembro de 1998. As notícias veiculadas pela mídia de que a saúde financeira do Banco não era boa e que muitas irregularidades

administrativas haviam sido cometidas chegavam rapidamente e criavam um clima de incertezas quanto ao futuro da instituição e dos empregos.

Para esclarecer a situação financeira do Banco e as supostas irregularidades divulgadas pela mídia, foram criadas na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) e uma Comissão Parlamentar Interna (CPI). Essas comissões realizaram seus trabalhos de investigação junto aos antigos e atuais administradores do Banco sobre os problemas que levaram à alegada situação de crise. Declarações nos órgãos de imprensa, por exemplo, de autoridades do governo Amin sobre a situação financeira adversa e o adiamento das publicações dos balanços financeiros foram considerados pelos relatores das comissões como os principais elementos para degradar a imagem do Banco e justificar dessa forma a sua privatização.

A credibilidade do Besc ia sendo afetada à medida que as autoridades do governo não chegavam a um entendimento da real situação financeira. Os números divulgados eram questionados pela bancada oposicionista e lideranças sindicais dos trabalhadores. Na guerra dos números, quem perdia era o Banco, que via reduzir rapidamente suas operações de capitalização. Para piorar a situação, o governo mandou paralisar as operações de crédito e os investimentos em marketing. Com isso, o quadro financeiro foi se agravando e encontrando um terreno fértil para a “federalização” como única forma de “salvá-lo” das ameaças do Banco Central.

Diante desse cenário político que agitou o Estado catarinense, perguntamos: Quais foram as “respostas” do movimento sindical e dos demais segmentos organizados da sociedade às tentativas de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc)?

### **A “federalização”: o Besc no governo de Esperidião Amin (1999-2002)**

Depois da intervenção do Banco Central em 1987, com grande repercussão em todos os jornais do Estado, o Besc volta novamente a ocupar, em 1999, as manchetes dos principais noticiários. As notícias, entretanto, não eram muito boas para os bancários. A história de querer privatizar o Banco iria começar outra vez e com os mesmos personagens da política catarinense. De um lado, estava o governador, Paulo Afonso Vieira do PMDB e,



do outro, o velho conhecido da política no Estado, Esperidião Amin, do Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Foi nas eleições de 1998 que o Besc ganhou mais uma vez notoriedade. Os candidatos prometiam defendê-lo como banco público. Os candidatos sabiam que na disputa política a sua defesa poderia fazer a diferença no resultado final do pleito eleitoral devido à importância da instituição na economia catarinense. Esperidião Amin, no entanto, parece que soube aproveitar melhor o discurso de defendê-lo e acabou voltando ao poder. Dessa forma, começava um novo capítulo na história política catarinense em que o Besc seria, mais uma vez, o centro dos conflitos políticos no Estado.

O novo governo anunciava que estava enfrentando problemas com relação à saúde financeira do Banco. O Besc sofria ameaças de liquidação devidas, segundo o Banco Central, aos problemas de “fragilidade na liquidez financeira”. Segundo a auditoria do BC, o patrimônio líquido do Banco estava negativo em R\$ 299,4 milhões. Contudo, no balanço de 31 de dezembro de 98, divulgado pelo governo anterior, os números revelavam um patrimônio positivo de R\$ 352 milhões.<sup>251</sup> As autoridades financeiras federais afirmavam que o Besc necessitava de R\$ 657 milhões, em longo prazo, para suprir os compromissos financeiros. Essa suposta fragilidade financeira apresentada não foi bem aceita pelo governador Amin, que questionou os números. “O Banco Central já errou antes, no caso do Banespa, por exemplo. Não dá para aceitar pura e simplesmente o relatório. Quero a verdade dos números”.<sup>252</sup>

A defesa do governador parece ser, nos primeiros meses de governo, mais uma estratégia política, ou seja, Amin desejava reafirmar seu compromisso de manutenção do Banco sob o controle do Estado, pois, afinal, prometeu defendê-lo caso ganhasse as eleições. Mas o seu principal aliado político, de viés mais liberal, o Partido da Frente Liberal (PFL), não deixava dúvidas da convicção da defesa da política de desestatização e da redução e/ou eliminação da presença do setor bancário estadual no país. O posicionamento privatista dessa força política, que participava do governo foi se tornando

---

<sup>251</sup> GM, 25/03/99.

<sup>252</sup> A Notícia 25/02/1999.

evidente ao longo do processo de “federalização” do Banco, como analisar-se-á mais adiante.

Os diretores do Besc vêm a público e divulgam um relatório que aponta um patrimônio líquido positivo de R\$ 104 milhões.<sup>253</sup> As divergências entre os relatórios do Banco Central e do Banco ocorriam pelos critérios diferentes na contabilidade. As lideranças dos bancários e políticos de oposição ao governo afirmavam que o Banco Central passou a adotar critérios diferenciados em suas auditorias.<sup>254</sup> Começava a ficar mais claro que a privatização do Banco era uma questão eminentemente política e não simplesmente um problema financeiro.<sup>255</sup>

Mas a situação do Besc complicava-se, principalmente depois das declarações do Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, de que houve uma forte evasão da carteira de fundos da instituição.<sup>256</sup> As autoridades financeiras tinham informado que a fuga de capital do Banco ocorreu nos depósitos a prazo e não nos fundos. Estas informações provocaram discordância de gerentes. Conforme o diretor da Carteira do Banco, Carlos Eduardo

---

<sup>253</sup> DC, 19/03/1999. Algumas semanas antes o presidente do Besc, Victor Fontana (PFL), o qual já foi vice-governador no governo Amin (1983-1986), quando o Banco sofreu intervenção do Banco Central, declarou como estava a saúde financeira e os recursos do Proes para saneá-lo. “O Banco está bem, tem liquidez. Mas precisamos esperar pelos números do balanço corrigido pelo Banco Central. Quando assumimos, no dia quatro de janeiro, solicitamos ao Banco Central uma auditoria para checar os números do balanço da administração passada, fechada em 31 de dezembro. Os inspetores do BC vieram, passaram o mês de janeiro inteiro aqui e fizeram seus levantamentos. A idéia de que o Banco precisa de R\$ 210 milhões para saneamento pelo Proes deve ser revista. De um lado, porque os números usados para chegar a essa quantia são de março de 1998. Por outro, tudo depende de números que ainda precisam ser fornecidos pelo Banco Central” ( DC,28/2/1999).

<sup>254</sup> As lideranças sindicais e políticos de oposição questionavam os motivos das autoridades do governo federal por não usarem o mesmo critério de provisionamento imediato do Fundo de Compensação e Variação Salarial (FCVS), como foi adotado com a CEF.

<sup>255</sup> O diretor da Latinvest, Marco Antônio Pinheiro, principal acionista do Besc, defendia uma nova gestão para o Banco e culpava a forma como era gerida a empresa. “O Banco tem uma capilaridade muito grande, uma marca forte, mas precisa urgentemente atualizar seu modelo de gestão. Vamos descaracterizar o Besc como banco estadual e torná-lo público, mas para isso é preciso recuperar crédito duvidoso e mudar radicalmente a forma de administrá-lo. O mercado não tem mais espaço para amadores”(GM,27/7/1999).Outro investidor do Besc, Antônio Dias, o maior acionista individual, acreditava que o problema que passava o Banco ocorria por interesses políticos que prejudicavam a instituição, principalmente na gestão do governo Amin, já que na gestão passada, diz, foi entregue em ordem. “O doutor Francisco Grossl (vice-presidente e diretor financeiro do Besc) deixou o Banco um relógio, eu tenho certeza que o balanço correto era o que ele tinha feito” (Ibidem).

<sup>256</sup> GM, 12/08/1999.

Ferreira, os fundos administrados pela entidade não poderiam perder pelo fato de não terem os valores declarados pelo presidente.<sup>257</sup>

O caso Besc tornou-se, como já afirmado anteriormente, uma disputa política entre os “peemedebistas”, que deixaram o governo em 1998, e os “progressistas”, que assumiram o controle do Estado, em janeiro de 1999. A grande polêmica, que colocou novamente frente a frente os tradicionais adversários da política catarinense, foi a não publicação dos balanços do ano de 98 e 99 do SFBesc,<sup>258</sup> que deveriam ser publicados pelo novo governo.<sup>259</sup>

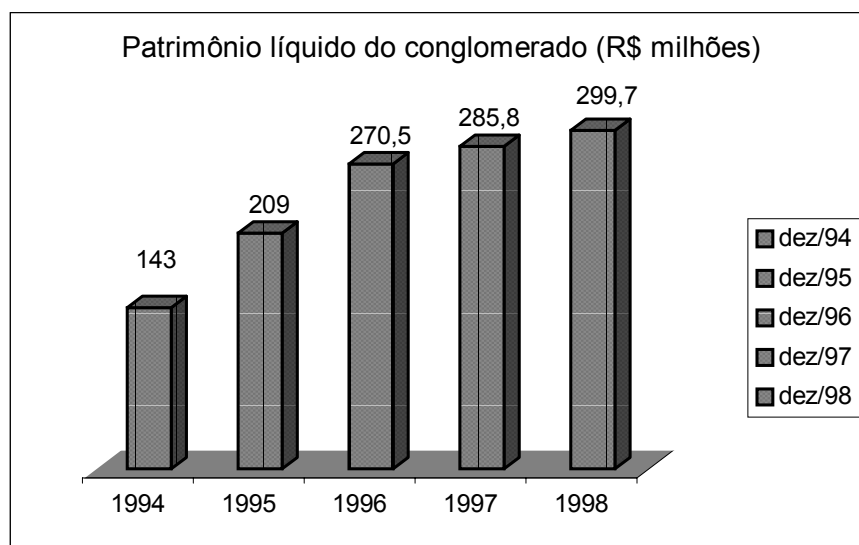
Porém, foi divulgado pela imprensa um balanço preliminar de 1998 com a situação do patrimônio líquido do conglomerado. Os dados revelados pelo Banco e pela Secretaria da Fazenda do Estado apresentavam, no período de 1994 a 1998, um crescimento contínuo do conglomerado na ordem de R\$ 299,7 milhões do patrimônio, conforme Gráfico 7.

---

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> Tratar-se-á sobre a não publicação dos balanços ainda nesse capítulo.

<sup>259</sup> Os conflitos políticos entre os “peemedebistas” e os governistas eram evidentes. Um jornal, por exemplo, destacou o ex-governador Paulo Afonso Vieira falando do prejuízo no Besc criado pelo governo Amin “Fomos criticados porque emitimos as Letras (referindo-se aos precatórios que quase o destituiu do poder), mais isso é fichinha perto do que eles estão fazendo. Trata-se de um grande rombo que se deixa à sociedade catarinense”. O governo Esperidião Amin devolveu a acusação dizendo: “O governo anterior produziu R\$ 469 milhões de crédito em liquidação”. DC, 8/03/2000.

**Gráfico 7**

Fonte: Besc e Secretaria da Fazenda.

O clima de incertezas criado pelo governo sobre a real situação financeira do Banco contribuiu para desgastar a sua imagem junto à população e aos seus clientes e investidores. O Banco, no segundo semestre de 1999, foi perdendo investimentos e paralisando suas operações de crédito. Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou as causas das irregularidades do Banco, que verificar-se-á com mais detalhes ainda neste capítulo, Marcos Antônio Moser, diretor-financeiro da instituição, ao ser questionado pelo relator da Comissão, sobre a crise na credibilidade, confirma: “O fato relevante é a não publicação do balanço”.<sup>260</sup>

As incertezas quanto ao futuro do Banco iam se tornando presentes nos primeiros meses do governo Amin. Na tentativa de esclarecer a situação da instituição, o governador convocou os deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Estado (ALESC) para informar os resultados da auditoria feita pelo Banco Central no balanço de 1998. Essa auditoria foi solicitada pelo próprio governador antes mesmo de sua posse em 99. Amin reuniu os parlamentares de vários partidos para informar que o relatório apontava que o

<sup>260</sup> CPI/BESC, 2000.

Banco apresentava situação financeira positiva, mas necessitava de um aporte de recursos de aproximadamente R\$ 657 milhões para equilibrar a situação patrimonial. Deste total revelado, R\$ 240 milhões referiam-se à Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc). O segundo problema foi o Fundo de Compensação e Variação Salarial (FCVS),<sup>261</sup> que teria que ser 100% provisionado. Em outras palavras, segundo o relatório do BC, e anunciado aos deputados, além de não ter ocorrido o provisionamento, o valor foi lançado no balanço de 1998 como ativo líquido. Desse modo, o “tamanho do rombo”, diz Amin, é de \$ 237 milhões.<sup>262</sup> Por último, o governador ressaltou que os valores do crédito em liquidação, isto é, os empréstimos não honrados por clientes chegaram a um total de R\$ 180 milhões, o que significa para o BC um comprometimento da saúde financeira do Banco.<sup>263</sup>

Em 30 de março de 1999, poucos dias após o encontro com os parlamentares, a diretoria executiva do Besc divulgou uma “Carta aberta à população” com informações de que técnicos do Banco Central haviam realizado, em 31 de dezembro de 1998, a “Inspeção Global Consolidada”. Esta Inspeção, segundo a Carta, resultaria no saneamento e capitalização da instituição firmados em março de 1998, que foi assinada entre o governo

---

<sup>261</sup> O Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) foi criado em 16 de junho de 1967 pela Resolução nº 25/67, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação (BNH), com a finalidade de garantir ao mutuário o limite de prazo para amortização de sua dívida junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e assegurar aos bancos o ressarcimento de eventuais saldos devedores residuais decorrentes do descompasso entre as formas de reajuste das prestações e dos saldos devedores. Esse Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal.

<sup>262</sup> GM, 25/3/1999.

<sup>263</sup> A diretoria do Besc e ex-diretores do governo de Paulo Afonso Vieira decidiram se reunir para discutir os números do relatório do Banco Central. Os diretores do Banco suspeitavam que o BC teria adotado um “rigor excessivo” na avaliação de alguns ativos do Banco, o que teria aumentado muito os créditos em liquidação. Parte dos créditos que o BC considerou sem liquidez era composta pelo Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), que, de acordo com o Besc, seria de R\$ 140 milhões. O Besc deveria arcar com 20% desse total, já que é uma empresa que faz parte do Sistema Financeiro Besc. A CPI concluiu que o maior devedor do SFBesc era a União, já que estava inadimplente com o FCVS e culpava o governo do Estado por não cobrar o crédito do SFBesc contra a União, fato que, segundo a CPI, equacionaria os problemas de liquidez do Banco. (CPI/Besc 2000). O ex-presidente do Besc, José Bernardes, do governo Paulo Afonso Vieira, disse que os números do BC “não são aceitáveis integralmente”. Segundo ele, apenas R\$ 103 milhões seriam necessários para sanear alguns ativos. “Eu administro o Banco com dinheiro que tem lá” (GM, 29/3/1999). Bernardes ainda lembrou que a Atlantic Rating, uma agência que analisa a qualidade dos ativos dos bancos, considerou, em 1998, o Besc como o melhor banco estadual do país.

do Estado, governo federal, Banco Central e as empresas do conglomerado Besc. O informativo esclarecia também que o Banco recebeu o relatório da auditoria em 19 de março de 1999 e tratou logo de designar técnicos para a formação das Comissões Internas, em que teria a participação conjunta da “Auditoria Externa Independente”, com o objetivo de analisar os trabalhos de fiscalização. É curioso observar, entretanto, que as autoridades do Besc haviam, conforme a Carta, antecipado os prazos determinados pelo Banco Central, e que os valores encontrados junto às Comissões revelavam valores positivos no Banco. “A diretoria do SFBesc antecipou-se aos prazos determinados pelo Banco Central do Brasil. Os dados colhidos junto às Comissões Internas revelam Patrimônio Líquido(PL) positivo, o que possibilitará comparar estas informações com as do Banco Central.”<sup>264</sup>

Apesar dos diretores do Besc admitirem que a instituição apresentava liquidez, não descartavam a necessidade de capitalização e saneamento do Banco, bem como a sua intervenção pelo Banco Central para ser “federalizado”. Diz a Carta:

A diretoria do SFBesc vem externar publicamente, para a tranquilidade geral, que duas são as alternativas com as quais o SFBesc se defronta: 1) Efetiva Execução do Programa de Reestruturação, Saneamento e Capitalização do Sistema Financeiro Besc, com o apoio do Banco Central do Brasil e do Governo do Estado de Santa Catarina; 2) Federalização do Sistema Financeiro Besc, conforme já ocorrido com outros bancos estaduais, se assim consentir a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.<sup>265</sup>

O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) estadual, Milton Mendes, saiu em defesa do Banco acusando o governo de estar fazendo o “jogo do BC”, que utilizava “dois pesos e duas medidas”. Para o líder do partido: “O BC está utilizando elementos que não refletem a realidade do Banco, como o próprio governador comprovou com a análise dos técnicos do Besc. No balanço da CEF, o FCVS foi contabilizado como ativo no balanço, exatamente como o Besc fez. Por que o BC considerou positivo para a CEF e negativo para o Besc?”<sup>266</sup>

---

<sup>264</sup> Besc, Informativo Relevante, 30/3/1999.

<sup>265</sup> Ibidem.

<sup>266</sup> A Notícia, 30/3/1999.

A defesa do Banco vinha também do presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Luiz Carlos Floriani. O empresário informava que o 17º Encontro Estadual das Associações de Micro e Pequenas Empresas (AMPES) tinha como pauta a preocupação com o futuro do Besc. Floriani declarava antecipadamente sua posição na manutenção do Banco sobre o controle do Estado. “O Besc tem toda uma estrutura que poderia incentivar, e muito, o crescimento das nossas empresas. O problema é que os aspectos políticos impedem que a instituição cumpra com o seu objetivo social, fato que dificilmente um banco privado teria interesse em fazer”.<sup>267</sup>

Os números divulgados pelo Banco Central agitam os integrantes da base aliada do governo. O líder na Assembléia Legislativa, o deputado Paulo Roberto Bornhausen (PFL), por exemplo, afirmava: “O BC pede providências rápidas e tem condições de fixar prazos para que estas providências sejam tomadas. A situação patrimonial do Banco não atende às exigências legais para que ele continue operando normalmente”.<sup>268</sup> Para o deputado, o governo não dispõe de recursos para capitalizá-lo e, assim, o caminho seria pedir a intervenção do Banco Central, ou seja, federalizá-lo e posteriormente privatizá-lo. “Não há solução de capitalização sem contrapartida do Estado, portanto, quem não se alinhar à tese da privatização será um adepto automaticamente do Banco”.<sup>269</sup> Bornhausen não queria que o governo colocasse dinheiro no Banco para capitalizá-lo e saneá-lo. “Não acho justo que o governo tire dinheiro do Tesouro para capitalizar o Banco”.<sup>270</sup>

A tese privatista para o setor bancário defendida no parlamento, no contexto da liberalização e desregulamentação financeira, já vinha sendo adotada no discurso de um representante da burguesia financeira no período do governo militar de João Batista Figueiredo, em 1979. Minella observou em suas análises que o banqueiro Roberto Konder

---

<sup>267</sup> O Estado, 19/4/1999.

<sup>268</sup> GM, 25/3/1999.

<sup>269</sup> GM, 29/3/1999.

<sup>270</sup> GM, 25/3/1999. As bancadas do PMDB e do PT também se agitavam com rumores de que o Banco sofreria intervenção. Um deputado da maior bancada de oposição ao governo garantia antes da reunião com os parlamentares que o governo não conseguiria apoio para a privatização, “não haverá apoio para isso”( A Notícia, 24/3/1999).

Bornhausen defendia a liberalização do mercado e a redução da presença do Estado na economia:

Entendo que o primeiro passo nessa direção seria a não criação de novas empresas estatais, seguido de um estudo detalhado das condições das empresas existentes com o objetivo de determinar a conveniência e a possibilidade, caso por caso, de sua transferência para o setor privado.<sup>271</sup>

Para Minella, Bornhausen estava bem sintonizado com os interesses do capital financeiro internacional e de grupos privados nacionais, bem como com a tese liberal e do papel restrito que o Estado deveria ter na economia. O autor destaca que o representante do empresariado financeiro declarava a importância da entrada de capital estrangeiro e a parceria com o setor financeiro nacional. “A significativa participação do capital estrangeiro no setor financeiro se faz através das transações, representadas pelos empréstimos em moeda”.<sup>272</sup> De acordo com a burguesia, esta seria a forma “predominante de colaboração entre as instituições financeiras nacionais e internacionais”.<sup>273</sup> Esse posicionamento estava em sintonia com os princípios liberais e respondia a interesses de grandes grupos financeiros vinculados ao capital financeiro internacional. Porém, segundo Minella, “de encontro a outras tendências existentes na fração de classe bancário-financeira que reiteravam a necessidade de preservar o controle nacional sobre o sistema de bancos comerciais, com a criação de restrições à participação do capital extenor”. (MINELLA, 1988:398).

Esse mesmo quadro de interesses contraditórios entre frações da elite dominante parecia também se repetir em Santa Catarina, uma vez que a posição de segmentos do empresariado e de representantes no parlamento, principalmente no começo do governo Amin, em relação ao futuro do Besc, apresentava-se dividida.<sup>274</sup> Isso não era, contudo, o caso do representante do governo na Assembléia Legislativa, que, como já salientamos,

<sup>271</sup> Negócios em Exame, nº 171, de 14 de março de 1979. In: Minella, 1988:442.

<sup>272</sup> Ibidem: 397

<sup>273</sup> Ibidem:397

<sup>274</sup> Verificar-se-á no capítulo cinco que, por exemplo, o presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomercio), Antônio Edmundo Pacheco, defendia a privatização do Banco, enquanto que o representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco José Córte, defendia a permanência da instituição como banco público.



declarava publicamente sua posição privatista, alegando que o Estado não poderia dispor de recurso para recuperá-lo.

Tal divisão em relação à defesa do Banco não se perpetuou por muito tempo, pois, à medida que as autoridades financeiras do Banco Central iam pressionando as autoridades econômicas no Estado para que o Banco fosse vendido, a decisão pela privatização tornava-se cada vez mais unânime e transparente, em especial entre deputados de concepção neoliberal, que davam sustentação política ao governo.<sup>275</sup>

Na reunião com os parlamentares da Assembléia Legislativa em março de 1999, o governador confirmou o que já tinha informado um dia antes, ou seja, “o Besc não está à venda”.<sup>276</sup> Entretanto, admitia que “poderia vender ativos”, o que, segundo ele, não significava que “venderia o controle acionário das empresas do Besc”.<sup>277</sup> O Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, presente no encontro, adiantou informações sobre o Banco declarando: “Pelo que vi (da auditoria do Banco Central), a situação não é tão boa como parecia”.<sup>278</sup>

Um dia depois da reunião com os parlamentares, o governador esteve reunido com os empresários da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e lá ressaltou as dificuldades econômicas do país. No encontro, Amin afirmava que era necessário um plano para saneamento com recursos do Estado e os principais acionistas do Banco, caso

---

<sup>275</sup> Dos 40 deputados da Assembléia Legislativa do Estado, dez eram do PFL e oito do partido do governador, o PPB.

<sup>276</sup> A Notícia, 24/3/1999.

<sup>277</sup> A Notícia, 24/3/1999.

<sup>278</sup> Ibidem. A grande maioria dos documentos originados pelo Banco Central tem caráter “reservado” e não é divulgado. Segundo um assessor do BC, o sigilo é uma norma de precaução “para evitar mal-entendido”. Ou seja, o caráter confidencial é uma norma para não prejudicar instituições financeiras, ou seus acionistas e correntistas. No caso do Besc, especificamente, o assessor informou que “foi solicitado que se reservasse as informações”. (A Notícia, 24/3/1999). O ex-presidente do Besc no governo anterior, José Alaor Bernardes, acreditava que o relatório do BC não mostrava a realidade. “Um banco que tem R\$ 3 bilhões em ativos e empresta somente R\$ 1,3 bilhão, tem mais de R\$ 1 bilhão em títulos federais, um patrimônio de quase R\$ 300 milhões e movimenta 45% da economia do Estado não tem como não ser viável” (DC, 26/3/1999).

contrário, admitia, “se o relatório do Banco Central estiver correto e não tomarmos nenhuma atitude, vamos perder o Banco”.<sup>279</sup>

Poucos meses depois, em 10 de junho de 1999, um novo clima de apreensão e nervosismo marcou o dia dos bancários, diretores, clientes e representantes no parlamento logo após a declaração do presidente do Banco Central de que iria privatizar o Besc. Muitos clientes correram até as agências para obter informações e/ou sacar suas economias, com medo que o Banco fosse realmente fechado. O presidente do Banco tentou acalmar os clientes e investidores dizendo que os depósitos estavam garantidos. “Nossos clientes confiam no Banco porque sabem que seus depósitos estão garantidos”.<sup>280</sup>

No mês seguinte, 29 de julho, o governo do Estado recebe uma carta do Banco Central comunicando a “lenta adaptação dos bancos públicos ao mercado no pós-Plano Real”. O documento revela uma série de problemas que os bancos enfrentavam, como a ineficiência gerencial e operacional, elevado índice de inadimplência, estrutura de custos incompatível com as receitas, manutenção de agências deficitárias, gastos elevados de benefícios concedidos a seus empregados, empréstimos em carteira de baixo retorno, etc.

281

O quadro desenhado pelo Banco Central vinha em tom de ameaças de liquidação e sem a preocupação de mostrar de forma específica os problemas no caso do Besc. Para o BC, não havia mais possibilidade para a permanência dos bancos públicos, dadas as

---

<sup>279</sup> GM, 25/3/1999.

<sup>280</sup> GM, 11/06/1999.

<sup>281</sup> Banco Central, julho de 1999. Além desses problemas apontados pelo BC, no documento constava também: a) descontinuidade administrativa; b) deficiência no gerenciamento técnico, em todos os níveis de decisão; c) deficiência ou até inexistência de controles internos; d) manutenção em contas de origem de créditos que apresentam condições improváveis de recebimento; e) expressivos avais e fianças honrados com poucas perspectivas de recebimento; f) ativação de créditos tributários cuja realização depende da geração de lucros expressivos, improváveis na atual conjuntura operacional para o segmento; g) aplicações em direitos, títulos e valores mobiliários com baixa liquidez e/ou rentabilidade escriturados pelo valor de face; h) manutenção de bens não de uso próprio, em valores contábeis elevados, cuja realização por esses valores é improvável, pelas condições atuais do mercado imobiliário; i) estrutura de custos incompatível com as receitas auferidas; j) elevados riscos contingenciais, decorrentes, principalmente, de ações trabalhistas; l) manutenção, no ativo diferido, em montante relevante, de despesas que não contribuirão para resultados futuros, dificultando as perspectivas de obtenção de lucro (Banco Central, julho de 1999).

“dificuldades de adaptação dessas entidades ao mercado competitivo e extremamente ágil”.<sup>282</sup> Os problemas de ordem fiscal nos Estados também eram apontados como agravantes, uma vez que estavam impossibilitados de garantir recursos suficientes para capitalizar os bancos de suas regiões, conforme os requisitos mínimos de capital e de patrimônio líquido exigidos.

As instituições que apresentam problemas estruturais e deficiências de ordem gerencial ou operacional sofrem acelerado processo de deterioração de suas condições econômico-financeiras, de modo que a não adoção em tempo hábil das medidas corretivas necessárias acarreta inevitavelmente a sua inviabilidade, sujeitando-as, por conseguinte, à liquidação extrajudicial.<sup>283</sup>

A Carta desconsiderava a auditoria feita pelo próprio Banco Central, que revelava valores positivos do patrimônio líquido, conforme já assinalado, bem como a política de PDI realizada durante o governo anterior que implicou uma redução significativa no quadro de trabalhadores do Banco.

O Banco Central também ignorava o estudo, “Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil”, elaborado, em 1998, pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria de Política Econômica. O documento apontava que a “fragilidade” dos bancos públicos estava diretamente relacionada ao elevado número de empregados, que ocasionavam um gasto excessivo na remuneração do quadro funcional em comparação com os bancos privados. Outro fator apontado no estudo era a “debilidade financeira”, tendo em vista a restrição da política de crédito e o agravamento da crise fiscal dos Estados.<sup>284</sup>

Essa Carta dirigida ao governo do Estado provocou críticas do ex-senador e ex-secretário da Fazenda e ex-presidente do Conselho da Administração do Banco no governo de Paulo Afonso Vieira, Nelson Wedeckin. Para Wedeckin, o Banco Central era “dirigido

---

<sup>282</sup> Banco Central, julho de 1999.

<sup>283</sup> Banco Central, julho de 1999. O documento do BC adverte que nos casos de liquidação extrajudicial ocorre problema grave aos tesouros dos Estados, já que: “**na forma da legislação em vigor, os controladores são os responsáveis finais pela integral satisfação de todos os credores da sociedade liquidada**”.(grifos da Carta).

<sup>284</sup> Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, 1998.

por pessoas que são privatistas”. O documento, diz, era uma “carta de princípios ideológicos. Aquela Carta só pode ter sido escrita a quatro mãos. Com mãos catarinenses e mãos do BC. Ela parece ser o resultado de um ajuste de entendimento”.<sup>285</sup> As ameaças do Banco Central são também criticadas por Francisco Grossl, que participou do processo de intervenção do BC no SFBesc entre 1987 e 1989, sendo mais tarde cedido ao governo do Estado para implementar a política de saneamento e revitalização financeira. Grossl assim se manifestou: “Em 31 de dezembro de 1998 o Banco não tinha qualquer razão para liquidação ou federalização. Tinha liquidez suficiente, tinha patrimônio suficiente e vinha administrando sem qualquer ameaça do BC”.<sup>286</sup>

Essas declarações de dirigentes, que formavam o governo anterior do PMDB, foram críticas que, ao que parece, objetivava obscurecer a ingerência e as irregularidades cometidas no período em que dirigiram o Banco, mesmo porque esses mesmos diretores, que atacam a política de privatização do governo FHC, chegaram a apresentar também um projeto de reestruturação/privatização em 1997, como vimos no capítulo dois. Portanto, não se trata de uma crítica à eliminação dos bancos públicos no país, mas de uma disputa pela hegemonia política em Santa Catarina.

A situação de incertezas quanto ao futuro do Banco obrigou o governador a viajar para Brasília para falar com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguns parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado também foram a Brasília e lá são recebidos pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que logo foi esclarecendo aos deputados que não estava para “enrolar ninguém, nem para entrar em detalhes técnicos; ou o Estado arruma dinheiro para capitalizar o Banco ou privatiza”.<sup>287</sup> Fraga não estava disposto a colocar recursos para capitalizar o Besc e informou aos parlamentares que o governo federal poderia reeditar medida provisória para a “federalização” do Banco.

Algumas semanas depois os parlamentares de todas as bancadas se reuniram novamente em agosto, em Brasília, com o presidente do Banco Central, na tentativa de sanar o Banco e evitar que ele fosse privatizado. Alguns deputados estavam incomodados

---

<sup>285</sup> CPI/Besc, 2000.

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> DC, 11/06/99.

com o fim do prazo dado pelo Banco Central para decidir pela aprovação da emenda constitucional que transferiria o controle acionário da instituição para a União. Eles acreditaram encontrar uma saída para a crise e ganhar mais tempo para poder renegociar a decisão das autoridades financeiras federais de liquidar ou privatizar o Besc. O líder do governo na Assembléia Legislativa, o deputado Ivan Ranzolin (PPB), traduzia um pouco o sentimento de alguns parlamentares naquela ocasião. “Faremos um apelo para que o BC não coloque uma faca no peito de Santa Catarina. O Besc tem 37 anos e não pode acabar em uma semana”.<sup>288</sup> Para a deputada Ideli Salvatti (PT), as ameaças do Banco Central de privatizar o Banco não se sustentariam, já que não encontrariam respaldo no parlamento. “A federalização não passa aqui na Assembléia, o senhor Fraga pode ir achando outra alternativa. O BC não pode intervir dessa maneira num outro poder”.<sup>289</sup>

Os deputados integrantes da Comissão Parlamentar Externa (CPE) do Besc da Assembléia Legislativa do Estado<sup>290</sup> foram novamente a Brasília na esperança de encontrar uma solução para o Banco e evitar a privatização. O relator da CPE, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), declarou que a base de sustentação do governo na Assembléia ainda estava dividida em torno da venda do Banco. “Alguns deputados ligados ao governo do Estado articularam nos bastidores a favor da privatização. Se não houver unidade de todos os parlamentares do Estado, não adianta defendermos o Besc na capital federal”.<sup>291</sup> A preocupação do deputado e de outros parlamentares contrários à privatização manifestava-se por ocasião da visita em Florianópolis do diretor do Banco Bozano Simonsen. O Banco há muito tempo mostrava-se interessado na compra do Besc. Os deputados da bancada

---

<sup>288</sup> DC, 12/8/1999.

<sup>289</sup> Ibidem.

<sup>290</sup> A Comissão Parlamentar Externa do Besc foi criada em 24 de março de 1999 para verificar o quadro financeiro do Banco. Tratar-se-á desse assunto ainda neste capítulo. Além da CPE, surgiu também, poucos meses depois, o Fórum Parlamentar Catarinense, que reunia deputados federais e senadores e o Fórum Besc Público, que reunia deputados estaduais, sindicatos de bancários do Estado, Mucap e outras entidades ligadas ao Banco. O Fórum organizou um ato público na Assembléia Legislativa e entregou um documento com 65 mil assinaturas em defesa do Besc como banco público.

<sup>291</sup> O Estado, 4/6/1999.

oposicionista temiam que já estavam ocorrendo nos bastidores do governo estadual negociações para a venda.

Para o presidente do Poder Legislativo, Gilmar Knaesel (PPB), o encontro em Brasília era a “última cartada pelo Besc público, e ela é política, já que é a posição do Banco Central a mesma do FMI”. Já o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense (FPC), Gervásio Silva (PFL), acreditava que: “O Besc será saneado de um jeito ou de outro. Queremos o governo federal como parceiro, e será este nosso pleito hoje”.<sup>292</sup> O líder do governo na Assembléia, Paulo Bornhausen (PFL), também estava na comitiva para falar com Armínio Fraga, mas não acreditava na possibilidade do presidente do BC ouvir as reivindicações da CPE. “Vou como espectador. Não acredito que o BC volte atrás e não vou participar de nenhuma apresentação de plano de saneamento, que durante sete meses foi negado continuamente pela autoridade do sistema financeiro nacional ao governador Esperidião Amin”.<sup>293</sup> No entanto, o líder do PPB, o deputado Ivan Ranzolin, parecia o mais crítico à política privatista do governo FHC. “Vou dizer muitas e boas”. O parlamentar estava se referindo ao diretor do Banco Central, Francisco José Grossl, que, desde 1987, quando o Besc sofreu intervenção foi designado para compor a administração do Banco em diferentes cargos e saiu apenas em 1998. “Foi ele quem, à revelia do Comitê Financeiro do Besc, fechou a compra das Letras de Alagoas, provocando um rombo de R\$ 48 milhões no caixa do Banco. Só para citar uma irregularidade”.<sup>294</sup>

Nem todos os parlamentares marchavam unidos em defesa do Besc público. Dois deputados governistas<sup>295</sup>, por exemplo, apoiavam a privatização do Banco, isso ficou claro depois de suas declarações de que o Banco necessitava de R\$ 840 milhões para ser saneado.

As declarações dos deputados governistas provocaram uma corrida de clientes ao Banco. Com isso, a diretoria executiva do Banco publicou uma nota para a imprensa para tentar tranquilizar os correntistas. A nota afirma que: “Estão e sempre estarão assegurados os direitos e recursos. O banco dos catarinenses continuará a servir ao seu povo”. Segundo

---

<sup>292</sup> DC, 12/8/1999.

<sup>293</sup> A Notícia, 12/8/1999.

<sup>294</sup> Ibidem.

<sup>295</sup> Os deputados governistas foram: João Pizzolatti (PPB) e Hugo Biehl (PPB).

um diretor de Fundos do Besc, o volume em renda fixa cresceu de R\$ 290 milhões para R\$ 390 milhões nos últimos três meses. “Só de ontem para hoje nós captamos R\$ 10 milhões”. Um outro diretor do Banco também informou na mesma nota que o nível de poupança estava estabilizado em R\$ 1 bilhão.<sup>296</sup>

Para privatizar o Besc, como queria o presidente do Banco Central, seria necessária autorização da Assembléia Legislativa do Estado, já que o artigo 149 da Constituição Estadual proíbe o governo de desfazer-se das ações que excederem o controle acionário do Banco. Ou seja, para vender o Besc seria preciso modificar a Constituição.<sup>297</sup>

Desta forma, o governo encaminhou ao Poder Legislativo, em 2 de agosto de 1999, o projeto de emenda constitucional que dava autorização ao Executivo de transferir o controle acionário do Banco. A decisão de federalizá-lo foi, segundo Amin, “o caminho menos traumático”.

Procurei uma fórmula criativa para fugir da federalização. Não foi possível. Eu posso pagar para ver, porque tomei a minha decisão. Diante da impossibilidade de manter o Banco público, optei pelo caminho menos traumático, que é a federalização. Eu tomei a minha decisão. As conseqüências da ação da Assembléia pertencem à história. A penúltima coisa que eu queria é a privatização do Besc. A última é a liquidação. Já que estão falando em pagar pra ver (referindo-se às críticas da oposição, em que o ônus político seria de seu governo), a Assembléia é que vai responder por seus atos.<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> Ibidem. Apesar dessas declarações dos parlamentares governistas, que poderiam prejudicar a imagem do Banco, o Besc havia ganhado um novo aliado, a Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), que também entrou na defesa da instituição. O presidente da OAB, Jefferson Luís Kravchychyn, estava disposto a entrar na luta contra a privatização. A entidade iria fazer isso através de sua Comissão de Moralidade Administrativa. “Vamos fiscalizar e proteger os interesses do Banco e dos catarinenses”(DC, 10/3/1999).

<sup>297</sup> O parágrafo único do artigo 149 da Constituição Estadual dizia: “O Estado deterá, diretamente ou através da entidade de administração indireta, ações representativas do capital social das instituições financeiras oficiais em quantidade e valor que lhe assegurem, de modo permanente, seu efetivo controle”.

<sup>298</sup> DC, 15/8/1999. Para o secretário da Fazenda, no entanto, a privatização não era o caminho menos “traumático”. O secretário admitia sua posição de privatizar o Banco, além de outras empresas estatais do Estado, mesmo que significasse para o governo um desgaste político. “Acho que chegou a hora de o Estado se desfazer destes ativos. O que é que o Estado vai fazer com o Banco (Besc)? O que vai fazer com águas e saneamento (Casan), em energia elétrica (Celesc)? Tem recursos para investir? Não tem. Então, entrega para a iniciativa privada. Se eu fosse governador, bancaria o desgaste político. Venderia tudo”. GM, 25/6/1999.

O governador, no entanto, se dizia favorável ao banco público, porém sua idéia para o Banco era de um “sistema híbrido”, ou seja, a participação de investidores, o Estado e acionistas minoritários. Contudo, o Estado iria, segundo ele, perdendo aos poucos o controle acionário, mas não o controle estatutário.

Esta garantia (manutenção do banco público) seria expressa no estatuto. Esse clube de investidores catarinenses teria até 50% das ações e, ao lado do Estado, acionista minoritário, teria o controle acionário do Banco. No decorrer do tempo, o clube iria adquirindo as ações do Estado progressivamente, num processo de desestatização. Eu acredito em banco público só assim.<sup>299</sup>

A atitude do governo de encaminhar à Assembléia Legislativa o projeto de emenda para federalizar o Banco fez surgir um forte protesto do movimento sindical bancário em várias regiões do Estado. Muitas agências do Besc fecharam suas portas em decorrência dessa emenda. Em Criciúma, região Sul do Estado, ocorreram manifestações de trabalhadores pelas ruas da cidade. O movimento contou também com a participação de políticos locais, que ajudaram a abraçar o prédio da agência simbolizando a defesa do Banco. Na região Oeste catarinense, o protesto foi organizado pelo Sindicato dos Bancários de Chapecó, Xanxerê e Região, com faixas e cartazes com os dizeres: “O Besc não é do FHC, do FMI ou do Amin. É do povo de Santa Catarina”. Em Lages, no Planalto Serrano, as portas das agências também não funcionaram no período da manhã. O movimento contou com a participação de parlamentares da Câmara do município. Em Blumenau, região do Vale do Itajaí, a abertura da agência central atrasou em três horas. Os trabalhadores do Besc informaram à população sobre a decisão do governo em privatizar o Banco. Na capital catarinense, as agências também não abriram suas portas. Os bancários, num gesto também simbólico em defesa do Banco, deram as mãos e abraçaram a agência central de Florianópolis.

---

<sup>299</sup> DC, 8/6/2000. Amin chegou a apresentar esse modelo ao presidente do BC. O governador queria recursos do Proes. Segundo ele, era preciso atualizar os valores para poder sanar o Banco. Houve, diz, reuniões com técnicos do BC, mas a idéia foi rejeitada.



O governo do Estado ignorou as reivindicações dos trabalhadores e tinha pressa para que a emenda constitucional fosse aprovada. Essa pressa era decorrente do fato do presidente do Banco Central comunicar ao governador que o Besc não receberia recursos para ser saneado e que, assim, só restariam as alternativas da federalização ou da liquidação extrajudicial. O governo tinha até 31 de agosto de 1999 para transferir a gestão do Banco para a União.

Enquanto a situação do Banco não se resolvia, os problemas financeiros iam surgindo e atingindo a credibilidade da instituição. Em uma reunião ocorrida no dia 9 de agosto, no Plenário da Assembléia Legislativa, as autoridades econômicas do governo informaram que o Banco havia reduzido sua liquidez em 90%. Eles ressaltaram que existia um prejuízo mensal de aproximadamente 8 milhões, sendo que, no primeiro semestre de 1999, verificou-se um montante de R\$ 83 milhões de Crédito em Liquidação de difícil recuperação, referentes às operações realizadas no governo passado. Foi informado também no encontro que R\$ 720 milhões foram retirados de fundos de investimentos por grupos de apenas 20 aplicadores.<sup>300</sup>

As declarações dos representantes do governo em relação à saúde financeira do Banco tiveram ampla divulgação na mídia e provocaram grande indignação entre os deputados da oposição e lideranças sindicais.<sup>301</sup> Para um diretor sindical, “a divulgação destes números mostra que estão querendo quebrar o Banco, pois o Banco Central não liquidará o Besc. Isso é sigilo bancário e não pode ser divulgado desta forma”.<sup>302</sup>

---

<sup>300</sup> O Estado, 10/8/1999.

<sup>301</sup> O jornal A Gazeta Mercantil (GM), por exemplo, estampava a seguinte manchete: “Corrida para saques complica a situação já difícil do Besc” (GM, 11/8/1999). O jornal O Estado anunciava: “Liquidez do Besc caiu 90% ” (O Estado, 10/8/1999). A imprensa também passou a anunciar dias depois a corrida de clientes que sacavam suas economias. O deputado Onofre Agostini (PFL), aliado do governo, confirmava em um jornal: “A corrida foi violenta”. Outro fiel defensor da privatização, Paulo Roberto Bornhausen(PFL) e líder do governo na Assembléia Legislativa, também ajudava a piorar a imagem do Banco. “A Unisul, que movimentava R\$ 18 milhões ao mês no Banco, fechou sua conta” (GM,13/8/1999).

<sup>302</sup> O Estado, 10/8/1999. Uma deputada que fazia oposição ao governo considerava também as declarações como crime de responsabilidade. A deputada pediu à justiça providências pelas declarações, segundo ela, “quando ele ( governo) dá uma declaração desse tipo, provoca pânico; a reação dos correntistas é correr para salvar o seu dinheiro antes que nada sobre e isso pode desestabilizar o banco” (O Estado, 10/8/1999).

Durante o encontro, as autoridades econômicas tentaram convencer os parlamentares de que a situação financeira do Banco era “insustentável” e que o Banco Central poderia liquidá-lo. Diante desse quadro crítico, o governo apelou para que os deputados aprovassem a emenda que transferiria o controle acionário do Banco para a União.

Essa situação de pressão do Banco Central sobre o Besc foi criticada pelo governador que acusou os deputados de oposição pela “fraudulenta e desastrada” boataria sobre a frágil situação financeira do Banco, o que, de acordo com ele, teria acelerado a decisão do BC pela liquidação. Os deputados oposicionistas (PT, PMDB, PDT, PPS), porém, rebateram as críticas dizendo que o governo teria deflagrado uma política contra o Banco ao informar que a entidade tinha reduzido sua liquidez de R\$ 800 milhões em janeiro para R\$ 80 milhões em julho de 1999.<sup>303</sup>

O prazo dado pelo Banco Central para o governo do Estado federalizar o Besc estava se esgotando. O governo acreditava que as autoridades financeiras poderiam realmente liquidá-lo. As articulações políticas iam se intensificando e as bancadas que apoiavam o governo corriam para conseguir garantir os votos necessários para aprovar o projeto de “federalização”.<sup>304</sup> A bancada do PFL já marchava unida em torno do apoio ao governo. O deputado Wilson Wan-Dall (PFL) deixava isso muito claro. “A bancada é pela federalização do Besc. Desta forma, fica mais fácil sentar e negociar com o Banco Central”.<sup>305</sup>

O movimento sindical prometia reagir e passou assim a cobrar dos parlamentares a assinatura da “Carta-compromisso”, ou seja, votar em defesa do Banco sob controle do Estado. Trinta, dos quarenta deputados da Assembléia, assinaram o documento. Os trinta parlamentares, que defendiam o Banco, quatro eram do PFL, partido que abertamente defendia o programa privatista implantado pelo governo federal.<sup>306</sup>

---

<sup>303</sup> Anais da ALESC, setembro de 1999.

<sup>304</sup> O governo Amin, logo no início de seu mandato, tratou de costurar a aliança com o PFL, PSDB e PTB. A aliança começou nas eleições, o que garantiu 23 deputados estaduais na Assembléia Legislativa do Estado.

<sup>305</sup> A Notícia, 6/8/1999.

<sup>306</sup> Os deputados do PFL que assinaram o documento foram: Adelor Vieira, Clésio Salvaro, Onofre Agostinho e Heitor Sché. O deputado Ivan Ranzolin (PPB), um dos dez parlamentares que não assinaram o documento, criticou os que assinaram a Carta. “Eu sempre alertei os colegas para não

Um diretor sindical não acreditava na possibilidade de liquidação extrajudicial, conforme ameaçava o Banco Central caso não fosse adotado o caminho da federalização. Segundo um diretor, as ameaças não passavam de “munição para chantagem política”, pois, diz, “liquidar um banco como o Besc, que tem patrimônio líquido positivo, capta 85% dos impostos de Santa Catarina, é responsável pela maior parte dos créditos a pequenos e médios empresários, enfim, um banco saudável, provocaria um terremoto no sistema financeiro”.<sup>307</sup>

### **A Comissão Parlamentar Externa (CPE) do Besc**

A bancada do maior partido de oposição na Assembléia Legislativa do Estado, o PMDB, e com o apoio dos demais partidos políticos, PSDB, PDT e PT, apresentaram, em março de 1999, um requerimento à Assembléia para que fosse instaurada uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) no Besc. O líder da bancada “peemedebista”, o deputado Hermeus de Nadal, acreditava que as informações sobre a saúde financeira do Besc estavam “desencontradas”. O deputado acusava o governo de tentar criar “todas as condições para privatizar o Banco”. Para os parlamentares, que defendiam a criação da CPE, o Besc tinha um papel social que era “insubstituível” e que, portanto, era preciso defendê-lo.

O pedido para a instauração da CPE foi aceito e aprovado na Assembléia, no dia 24 de março de 1999. A Comissão foi formada por cinco partidos, o PMDB, o PFL, o PSDB, o PT e o partido governista, o PPB.<sup>308</sup>

O objetivo da comissão era apurar dados oficiais sobre a situação financeira do Besc e acompanhar o projeto de saneamento financeiro aprovado pela assembléia de acionistas

---

assinarem cartas se comprometendo com coisas ainda em andamento” (DC, 3/8/1999). O deputado Reno Caramori (PPB), que havia assinado, mudou sua opinião alegando que acreditava em outra saída para o Besc, “mas o BC nos deixou entre a liquidação e a federalização” (Ibidem).

<sup>307</sup> A Notícia, 6/8/1999.

<sup>308</sup> A Comissão foi constituída pelo líder da bancada do PMDB; os deputados Jorginho Mello (PSDB), Ideli Salvatti (PT), Ivan Ranzolin (PPB), Jaime Duarte (PPS), Wilson Wan-Dall (PFL) e Jaime Mantelli (PDT).

do Banco, Assembléia Legislativa, Banco Central, BNDS, Ministério da Fazenda e Senado, em 1998. Muitos parlamentares, principalmente os da oposição ao governo, não acreditavam nos problemas de liquidez, como anunciava o Banco Central, uma vez que os valores eram muito diferentes daqueles apresentados pelo Besc, conforme declarações do líder da bancada do PMDB na Assembléia. Diz: “Tomamos conhecimento de vários dados e informações e chegamos à conclusão que as informações dadas pelo governador não correspondiam à realidade que nos estavam sendo informado pelos próprios ex-diretores e muitos deles funcionários do próprio Banco”.<sup>309</sup>

A Comissão realizou um estudo da política de reestruturação do Banco nos últimos anos. O estudo revelou o fim das operações de empréstimos com o Estado. Os bancos estaduais, em geral, não puderam mais ser usados como financiadores dos déficits públicos. Tal situação imposta pelo Banco Central, segundo a CPE, criou um desinteresse dos governos estaduais com a permanência dos bancos públicos sob o controle dos Estados. Outro problema apontado foi a adoção de critérios contábeis muito “conservadores”. Tais critérios não são aplicados, conforme a Comissão, nos bancos oficiais. “O governo federal não exige e não aplica nas instituições federais sob seu controle, forçando a demonstração de prejuízos, o que enfraquece as instituições perante a concorrência, afugenta os acionistas privados e faz com que o mercado deixe de fornecer os recursos necessários para o financiamento dos ativos”.<sup>310</sup> O estudo também apontava a “desmoralização pública” através da imprensa com balanços “discutíveis” sobre o problema de liquidez do Banco para justificar a privatização.<sup>311</sup>

O relatório da CPE apresentava informações do desempenho do Besc entre 1994 e fevereiro de 1999. O patrimônio líquido do SFBesc mostrou crescimento “consistente”, no valor de R\$ 299,7 milhões, no final do governo Paulo Afonso Vieira, em 1998. Isso representou uma evolução de 181,14% no período do pós-Plano Real. Os recursos captados e os administrados em Fundos de Investimentos atingiram, em 28 de fevereiro de 1999, o valor de R\$ 2.416,7 milhões, com crescimento de 317,61%. Os depósitos à vista, em 28 de fevereiro, registraram R\$ 293,7 milhões, distribuídos em 557,1 mil contas ativas. Os

---

<sup>309</sup> Entrevista com o líder da bancada do PMDB, Herneus de Nadal, realizada pelo autor em 29/8/2005.

<sup>310</sup> CPE, 2000:2.

<sup>311</sup> *Ibidem*.

depósitos de poupança captados junto à rede de agências apresentaram saldo, em fevereiro de 1999, de R\$ 872,5 milhões, o que representa um crescimento na ordem de 216,35% no período pós-Plano Real. De acordo ainda com o levantamento da CPE, os recursos da poupança do Banco “estavam bem pulverizados”. O maior poupador, em 31 de dezembro de 1998, participava com apenas 0,19% do saldo total e os 20 maiores representavam apenas 1,29%.<sup>312</sup> Para a Comissão, esses números dos recursos de poupança explicam a “estabilidade e o crescimento sustentado desses depósitos”.<sup>313</sup> A credibilidade também foi outro fator apontado como elemento explicativo para o desempenho dos depósitos a prazo que registraram R\$ 753,9 milhões, ou seja, um crescimento de 656,17% no período, segundo Tabela 16.

**Tabela 16**

**Evolução dos recursos captados no Besc**

Em R\$ milhões

Recursos	Junho/94	Fevereiro/99
<b>Recursos Captados</b>	450,2	2.076,5
Depósitos	447,4	1.923,9
Depósitos à Vista	71,9	293,7
Depósitos de Poupança (livres)	275,8	872,5
Depósitos a Prazo (1)	99,7	753,9
Depósitos Interfinanceiros	-	3,8
Letras hipotecárias	2,6	5,3
Debêntures	-	84,0
Eurobônus	-	63,3
Aceites Cambiais	0,2	-
<b>Recursos Administrados</b>	<b>128,5</b>	<b>340,2</b>
Fundos de Liquidez Diária	79,7	47,4
Demais Fundos e Cart. Administrada	48,8	292,8
<b>Recursos Captados e Administrados</b>	<b>578,7</b>	<b>2.416,7</b>

Fonte: Besc, In: Relatórios Finais da CPE, 2000.

(1) Inclui captação em CDB/RDB do Banco Central no valor de R\$ 636,5 milhões e depósitos de poupança judicial do Crédito Imobiliário No valor de R\$ 117 milhões.

<sup>312</sup> Ibidem: 5.

<sup>313</sup> Ibidem.

Para demonstrar a viabilidade econômico-financeira e a credibilidade do Besc no mercado nos últimos quatro anos, a CPE destacou vários motivos que atestam tal quadro financeiro positivo. Entre esses motivos enfatizamos:

a) O Besc foi o único banco estadual a conseguir captação de longo prazo junto aos investidores estrangeiros (eurobônus); b) O Besc realizou nos anos 1995, 1996 e 1997 emissões de Debêntures, captando junto aos investidores institucionais (bancos e fundos de pensão de todo país) recursos também de longo prazo; c) Empresas que fazem análise de risco para o mercado, inclusive estrangeiras, em seu relatório com base na posição dos números do Banco de setembro de 1998, dizem o seguinte: 1) Atlantic Rating Empresa americana: ‘O Besc vem dando continuidade a uma política de ampliação e desenvolvimento dos negócios na região Sul do país. Além disso, o Banco adota uma gestão administrativa mais profissional, preparando-se para um cenário bem mais competitivo com os bancos privados. Porém, o Besc poderá apresentar mudanças administrativas e estratégicas futuras, em decorrência das últimas eleições para governador, que deverão influenciar o desempenho da instituição a médio e longo prazo. O Besc também executou uma série de ajustes na estrutura operacional, melhorando a qualidade dos ativos e minimizando os riscos. O Banco procurou operar com prazo mais alongado de operações, a fim de dar maior estabilidade aos recursos que financiam os ativos’; 2) RISKbank-Lopes Filho & Associados: ‘É administrando de forma eficiente, apresentando diretrizes bem definidas como banco regional. Além disso, vem se destacando entre os melhores bancos estaduais do sistema. Conforme a MP 1.612, foi assinado o contrato de abertura de crédito entre a União e o Estado de Santa Catarina, no qual está acordado que o Besc ficará sob o controle do Estado, após um aumento de capital no banco de R\$ 100 milhões e cederá créditos da Besc Crédito Imobiliário junto ao FCVS.’ (...) Desde a entrada do Plano Real, o Besc vem implementando medidas saneadoras, mas ainda faltam ajustes estruturais importantes, em especial quanto à inadimplência. Em setembro de 1998, foi efetivada a troca dos títulos emitidos pelo Estado de Santa Catarina por títulos federais (R\$ 650 milhões) melhorando sensivelmente o caixa livre e a liquidez do Banco; d) correspondência enviada ao Besc pela empresa de Auditoria Externa referente ao levantamento realizado no Balanço do ano de 1997 e 3º trimestre de 1998 atesta a boa situação do Besc; e) a caderneta de poupança Besc atingiu a marca histórica, no primeiro trimestre de 1999, a quantia de R\$ 1 bilhão, distribuídos em mais de 600 mil poupadores; f) o Ministro Interino da Fazenda- Sr. Pedro Parente, quando da sua visita em Florianópolis, no evento promovido pela FIESC, afirmou que o Besc é o melhor banco estadual do país.<sup>314</sup>

---

<sup>314</sup> Ibidem: 2000:4-5. O Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, no encontro com empresários na sede da Fiesc, e na Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), em Florianópolis, declarou a necessidade de se vender as empresas do Estado e, principalmente, do fim dos bancos estaduais, já que, segundo ele, tornaram-se inviáveis após o fim da inflação. “A tendência é que estes bancos acabem acumulando um patrimônio líquido negativo e a sua liquidez seja a única saída possível”. O ministro, porém, fez uma ressalva ao caso do Besc, já que não estava incluído entre os bancos estaduais com problemas de liquidez. “Esse não é o caso do Besc, que possui uma boa situação financeira” (DC, 5/7/1998).

Para alguns integrantes da Comissão, principalmente dos partidos de oposição ao governo, o que estava por trás da guerra dos números era levar adiante o projeto de redução e eliminação da presença dos bancos estaduais no país, bem como resolver o problema de receita do Estado. Um dos membros da Comissão assim concluiu: “O desejo de proceder à venda do Banco para colocar dinheiro no caixa do Tesouro, e que a venda do Banco também seria para dar cumprimento à exigência do Fundo Monetário Internacional”.<sup>315</sup>

Os resultados dos trabalhos realizados pela CPE levam à conclusão de que o Banco não apresentava problemas de liquidez, como supostamente declaravam as autoridades financeiras do Banco Central. Os números apontados sobre a saúde financeira do Banco eram positivos. Entretanto, a disputa relativa a sua privatização resultou em prejuízos à imagem da instituição. O quadro de incertezas foi se perpetuando pelos meses seguintes e gerando problemas de capitalização, como analisar-se-á mais adiante.

O Banco Central pressionava o governo do Estado para que o Banco fosse privatizado e ameaçava dizendo que, caso não fossem tomadas medidas para saneá-lo, iria liquidá-lo. As autoridades econômicas federais queriam que o Besc fosse transferido para o controle da União (“federalizado”) até o final do mês de agosto de 1999. Essa pressão colocou o governo do Estado e a bancada oposicionista em conflito. De um lado, o governo, que passou a defender a aprovação da federalização na Assembléia Legislativa do Estado alegando que seria a única forma de “salvar” o Banco, do outro, a oposição, que duvidava que o BC seria capaz de liquidá-lo. Nesse conflito político sobre o futuro da instituição não estavam envolvidos apenas o Poder Executivo e o Poder Legislativo, mas também outros segmentos organizados da sociedade e, principalmente, os trabalhadores bancários, como será visto a seguir.

### **A federalização é votada na Assembléia Legislativa do Estado (ALESC)**

Foi na terça-feira do dia 23 de agosto de 1999, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), que ocorreu a votação para decidir o futuro do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). A disputa política entre governo e oposição prometia ser

---

<sup>315</sup> Entrevista para o autor com o deputado Herneus de Nadal, líder da bancada do PMDB na Assembléia e membro da CPE, no dia 29/8/2005.

acirrada. A inquietação ia aumentando com a aproximação da aprovação da emenda. As galerias estavam ocupadas por integrantes do Movimento Unificado Contra a Privatização (Mucap), sindicalistas, bancários e pessoas contrárias à política privatista do governo. Muitos manifestantes já estavam acampados à frente da Assembléia em vigília pela não-privatização. O número de participantes foi aumentando com a chegada dos que haviam participado das paralisações nas agências na região da Grande Florianópolis.

O governo do Estado, numa manobra regimental, permitiu a participação do presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB), na votação da emenda, uma vez que, no regimento interno, o presidente da Casa só tem direito a votar em escrutínio secreto ou em casos de empate.<sup>316</sup> Os governistas conseguiram, assim, atropelar o regimento sobre o argumento da “iminência de calamidade pública”.



*Foto nº 2 Vigília em defesa do Besc na ALESC  
No dia 04.08.99 em Florianópolis.  
Arquivo: Centro de documentação do SEEB – Fpolis e Região*

<sup>316</sup> O presidente da Assembléia defendia o projeto privatista do governo. Em um informativo da Probesc, ele declarava: “O governo federal e o governo do Estado deveriam aportar recursos para sanear as contas e mantê-lo público, mas não cumpriram o combinado. Ao saberem que a situação financeira havia se deteriorado, os deputados imediatamente participaram das discussões. Instalamos a CPE para conhecer a real situação. Foram várias as propostas de saneamento, mas todas esbarraram no Banco Central. Diante das dificuldades técnicas em arranjar parcerias para o saneamento, resta a federalização para posterior privatização. A racionalidade me obriga a optar por federalizar, preservando agências e aplicações” (PROBESC, agosto de 1999).



Mas essa não seria a única manobra do governo. Alguns dias antes da votação, a Assembléia aprovou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a admissibilidade da emenda que autorizaria a transferência do controle acionário do Banco. A decisão foi tomada em uma reunião no dia 16 de agosto, quando os deputados tomaram conhecimento do parecer do relator da matéria, o deputado Jorginho Mello (PSDB). O relatório garantia a federalização, mas em contrapartida exigia a garantia dos empregos para os mais de cinco mil empregados, além da manutenção das 147 agências pioneiras. O parlamentar conseguiu o apoio de 23 deputados, que assinaram o compromisso de garantir em lei as agências pioneiras. Mas tudo não passou de uma jogada muito bem orquestrada da bancada governista para justificar a privatização do Banco e contentar as suas bases eleitorais, uma vez que a matéria poderia ser contestada na justiça pelo futuro comprador.<sup>317</sup> Estava claro que os parlamentares, que mudaram rapidamente de posição e votaram junto com o governo, não conseguiram suportar a pressão de eleitores e entidades como a Probesc, que passou a fazer “lobby” na Casa.<sup>318</sup>

Os debates na Assembléia iam se intensificando e deixando claras as forças políticas dos que defendiam o banco público e os que queriam a privatização. A bancada governista foi marchando unida para aprovar a transferência do controle acionário. O deputado Nelson Goetten (PPB), por exemplo, da bancada governista, declarava publicamente sua posição privatista. O parlamentar justificava sua posição ao fato do Banco Central ameaçar liquidar o Banco, e dizia também ter medo do risco de fecharem as agências e, conseqüentemente, a perda dos empregos. “O deputado que assumir a posição da não-federalização do Besc,

---

<sup>317</sup> A possibilidade de fechamento de agências, caso um banco privado vencesse o leilão, era muito provável. O presidente do Conselho de administração do Bradesco (banco interessado na compra do Besc), Lázaro de Mello Brandão, admitia que: “Prevaleceria naturalmente a que estivesse despontando melhor na localidade. Dependendo da localização, muitas vezes as duas agências seriam preservadas. Ou, se houver uma reformulação, poderia prevalecer até o Besc. No início, serão reformulações sem tirar o aumento da escala da presença. Mas sabemos que em muitos lugares haverá sobreposição de agências, mas também avaliamos que sempre há uma fatia a ser incorporada”. A Notícia, 2/9/2001.

<sup>318</sup> O vice-presidente da Probesc, Alfeu Luiz Abreu, admitia que: “A Assembléia aprove o projeto no primeiro turno e, a partir daí, passe a buscar novamente uma solução junto ao Banco Central”. (GM, 13/8/1999). A pressão política sobre os parlamentares para aprovarem a emenda foi bastante forte, como admitia o líder do governo na Assembléia, o deputado Paulo Roberto Bornhausen (PFL), um dos principais defensores da privatização do Banco. “Eu devo ter recebido uns 300 telefonemas hoje de gente pedindo para acabar logo com essa agonia”. Anais da ALESC, 20/8/1999.

hoje, independente da razão e da paixão, que não posso nunca tirar, está ajudando a liquidar uma instituição importante para o Estado de Santa Catarina, a colocar cinco mil pessoas na rua”.<sup>319</sup> Já o deputado Pedro Uczai (PT), da bancada oposicionista, pediu a palavra na tribuna e começou logo a acusar os parlamentares governistas de “covardes”, pois não admitiam abertamente o desejo de vender o Besc. O parlamentar disse ser “demagógico” o discurso de querer a federalização para garantir empregos.

Eu acho que V.exas. têm que deixar de ser covardes e dizer que querem a privatização do Besc, e já deveriam ter feito isso em janeiro, fevereiro, março. V.exas. não devem ficar enrolando a sociedade de Santa Catarina, fazendo discurso, dizendo que são a favor do Besc público, que Armínio Fraga é quem decide. Fazer discurso demagógico, dizer que defendem a federalização para salvar empregos dos funcionários?!.<sup>320</sup>

Outro deputado da oposição a se pronunciar contrário ao processo de privatização foi Jaime Mantelli, do PDT. Mantelli também atacou os governistas dizendo que era mentira que o Besc precisava de tantos recursos para seu saneamento. Para ele, a privatização do Banco era uma opção “ideológica” do governo federal e estadual para acabar com a presença dos bancos no país. “Mentira que o Besc é inviável! Mentira que o Besc precisa de R\$ 819 milhões para ser salvo! Isso foi reconhecido pelo presidente do BC. A proposta é meramente ideológica: o governo federal não que saber de bancos estaduais, independente dos lucros ou prejuízos”.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup>Anais da ALESC, 20/8/1999.

<sup>320</sup> Anais da ALESC, 20/8/1999. O deputado do PT, ainda no seu discurso, deu como exemplo de resistência à política privatista o caso do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul, em que o Banco se encontrava numa situação financeira semelhante à do Besc, mas o governo do Estado lutou para não transferi-lo ao capital privado.

<sup>321</sup> Anais da ALESC, 20/8/1999. O PDT tomou decisão de votar contrário ao processo de federalização do Besc durante a reunião da executiva estadual realizada no dia 6 de agosto de 1999. O presidente do partido, Manoel Dias, não temia que o Besc seria liquidada como anunciava o governo do Estado caso a Assembléia não aprovasse a transferência do controle acionário do Banco para a União. “A Assembléia não quer liquidar o Banco, quer manter o Banco público”, acreditava ainda o presidente do PDT. Para ele, os governistas estavam ‘chantageando’ os deputados para aprovar a emenda que supriria o artigo 149 da Constituição do Estado. A privatização, segundo ele, enfraqueceria a economia do Estado. O presidente do PDT acreditava que o governo Amin queria privatizar para entregar o Besc ao Banco Bozzano, Simonsen. “Vão transferir a sede do Banco para São Paulo e, de cara, vão fechar a metade das agências, todas as que não são lucrativas. Privatizar é parte de uma política nacional e internacional ditada pelo FMI, mas nos cabe resistir” (DC,7/8/1999).

Todas as atenções para a aprovação da emenda estavam voltadas para a principal bancada de oposição, a bancada do PMDB, afinal, era dela que sairiam os votos necessários que decidiriam o futuro do Besc. O líder do partido garantia que o PMDB estava fechado para dizer “não” à transferência do controle acionário do Banco. Os trabalhos de convencimento iam se intensificando com a chegada da votação. O governo dizia que já tinha garantido os votos necessários para aprovar a emenda. Já o PMDB, no entanto, tratou de reunir a executiva de todo o partido, pois alguns deputados ainda estavam indecisos.<sup>322</sup>



*Fotos n° 3 e 4 Votação da emenda para federalização do Besc na ALESC em 23/08/99.*

*Arquivo: Centro de documentação do SEEB-Fpolis e Região*

---

<sup>322</sup> Entre os indecisos estava o deputado e pastor Narcizo Parisotto. O deputado declarou que iria reunir-se com os bancários da região Oeste do Estado para depois decidir seu voto. Parisotto ficou conhecido por conseguir dinheiro para uma entidade ligada à sua igreja, antes de filiar-se ao PMDB, no governo Paulo Afonso Vieira (DC, 22/8/1999).



*Fotos nº 4 Trabalhadores protestam contra a emenda da federalização do Besc na ALESC em 23/08/99.  
Arquivo: Centro de documentação do SEEB-Fpolis e Região.*

Logo depois de aprovado o regimento de urgência, a sessão na Assembléia foi suspensa e só aberta no começo da noite. Uma vez reiniciados os trabalhos, o presidente da Casa deu a palavra aos líderes de bancada, que tiveram acesso aos microfones da tribuna. Os deputados, assim, ressaltaram suas posições diante da votação da referida transferência do Banco para o controle da União. Os parlamentares do PMDB e PT foram os que fizeram os discursos mais inflamados contra a decisão da votação da emenda. O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), por exemplo, foi um dos que criticou a política privatista do governo FHC. O parlamentar lembrou o episódio ocorrido no dia 18 de março de 1999, quando um grande jornal de circulação nacional anunciava, através de Michel Candessis, representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal seriam privatizados e que o Besc estava também nesta lista. O parlamentar lembrou que o governador Amin havia se reunido com os deputados estaduais para informar a situação financeira do Banco, bem como a avaliação negativa da instituição feita pelo Banco Central. A indignação do deputado decorria do fato de que “começava, por parte do governo, uma campanha organizada de difamação do Besc, o banco dos catarinenses”.<sup>323</sup> A difamação, à qual o parlamentar se referia, também ocorria, segundo ele, por meio do Banco Central: “É um absurdo o BC apresentar e publicar relatórios

<sup>323</sup> Anais da ALESC, setembro de 1999.

tornando público ato que por lei têm de ter extremo sigilo, porque o banco vive de credibilidade”.<sup>324</sup>

De fato, a imprensa publicava reportagens sobre as supostas dificuldades financeiras do Besc. Em 25 de março de 1999, por exemplo, o Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, afirmou que o Banco não ia bem financeiramente e admitia que a saída seria a privatização. Diz:

A situação do Besc, realmente, é difícil. O BC procedeu a uma auditoria com base no balanço de 31 de dezembro de 1998. Os técnicos do Besc estão agora auditando os números ofertados pelo BC, a fim de verificar se têm ou não consistência prevalecendo à auditoria do BC, na verdade só restando duas alternativas: federalização com conseqüente privatização ou liquidação. A medida provisória que permite o governo federal financiar o Sistema Financeiro Estadual estabelece claramente que o objetivo final é a privatização.<sup>325</sup>

O problema de liquidez é confirmado dias depois pelo presidente do Besc, Victor Fontana, que afirma que o Banco precisava de recursos “superiores a R\$ 219 milhões” para equilibrar suas contas e ficar saneado.<sup>326</sup>

Ainda no discurso na Tribuna, o deputado do PMDB acusava o governo de aceitar passivamente os relatórios do Banco Central e não fazer nada para salvar o Banco das determinações impostas ao governo federal pelo FMI.<sup>327</sup>

Ora, Srs. deputados, não é a situação do Besc, é a política do governo federal, do BC, que é aceita, infelizmente, pelo governo, pelo executivo, porque mesmo que tivesse tido alguma vontade de salvar o Banco, ele se entregou, sucumbiu às

---

<sup>324</sup> Ibidem.

<sup>325</sup> A Notícia, 25/3/1999.

<sup>326</sup> A Notícia, 30/3/1999.

<sup>327</sup> O parlamentar estava se referindo ao relatório de 29 de julho de 1999, traduzido numa carta do presidente do BC, Armínio Fraga, que dizia: “Nesse contexto, considerando ainda as restrições e imposições legais a que as entidades do setor público estão submetidas, prejudicando as condições de competição em um mercado muito ágil, em processo de reestruturação, há muitas dificuldades para a continuidade dos bancos públicos em função da lenta adaptação às exigências do mercado” (A Notícia 25/3/1999).

exigências do FMI, é claro, pela troca talvez da federalização das dívidas do IPESC. Mas por que não lutou, então, pelos dois para garantir o nosso Banco?!.<sup>328</sup>

A crítica da bancada oposicionista, diante da “manobra privatista” do governo, não era por acaso. A pouco mais de duas semanas a imprensa publicou a auditoria realizada pelo Banco Central, que apontava um capital líquido negativo na ordem de R\$ 299 milhões. Os números do Besc, porém, revelavam, conforme Tabela 17, um lucro líquido de mais de R\$ 103 milhões.

**Tabela 17**

**AUDITORIA DO BANCO CENTRAL NO BESC**

<b>Ajustes regulamentares</b>	<b>Besc</b>	<b>Bescri</b>	<b>Bescredi</b>	<b>Leasing</b>	<b>Totais</b>
Nº do Banco Central	200.816	131.251	16.044	8.495	356.606
Nº do Besc	82.479	87.418	658	1.897	172.452
<b>Ajustes Técnicos</b>					
Nº do Banco Central	158.361	165.855	895	67	295.168
Nº do Besc	75.041	375	584	67	76.067
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Nº do Banco Central	274.998	29.910	26.191	21.226	352.325
Nº do Besc	274.998	29.910	26.191	21.226	352.325
<b>Situação líquida ajustada</b>					
Nº do Banco Central	-84.179	-237.186	9.252	12.664	-299.449
Nº do Besc	117.478	57.883	24.949	19.262	103.806

Fonte: Banco Central / Besc – In: A Notícia – 13/04/99

Apesar destes números positivos, o Secretário da Fazenda declarava sua vontade de ver o Besc privatizado. Ao ser questionado se o governo do Estado não tinha este dinheiro para sanear-lo, declarou:

<sup>328</sup> Anais da ALESC, 1999. Sobre a dívida do Instituto de Previdência de Santa Catarina (Ipesc), o governo Amin conseguiu, em 1º de setembro de 1999, junto ao Ministério da Fazenda, a assinatura do contrato de renegociação da dívida do Instituto.

Não tem (dinheiro) nem para pagar os servidores. Devemos R\$ 290 milhões de salários atrasados, referentes ao ano de 1998. Logo, não temos para colocar no capital do Besc. Buscar na União os recursos, necessariamente, passa pela federalização e privatização. O nosso objetivo final é preservar o Banco da terra da gente.<sup>329</sup>

Esta declaração do Secretário provocou reação no líder do PMDB na Assembléia, Hermeus de Nadal. “Por que o secretário Antônio Carlos Vieira declara que: ‘a situação do Banco não é nada boa’, por que o desencontro de informações? É claro que estão abrindo caminho para a venda. A questão é política”.<sup>330</sup>



*Foto n° 5 Passeata dos trabalhadores do Besc pelas ruas de Florianópolis em direção à ALESC, em 23/8/1999.*

*Arquivo: Centro de documentação do SeebFpolis-Região.*

Enquanto o debate na Assembléia aumentava, grandes manifestações ocorriam pelas ruas nas principais cidades do Estado na tentativa de sensibilizar os parlamentares em não permitir a transferência do controle acionário do Banco, mas os movimentos não

---

<sup>329</sup> A Notícia, 25/3/99.

<sup>330</sup> A Notícia 25/3/1999.

conseguiram sensibilizar o governo.<sup>331</sup> A aprovação da federalização, apesar de relativamente apertada, 21 votos a favor e 15 votos contra e 4 ausentes, comprovou o domínio do governo no Poder Legislativo. (ver Quadro 11 os deputados que votaram a federalização do Besc). Assim, a voz do movimento sindical não foi ouvida para conseguir reverter o processo de federalização/privatização do Banco. Um deputado da oposição tentou traduzir os fatos ocorridos naquela noite de 23 de agosto de 1999. “Esta sessão vai ficar para a história como o dia em que os deputados do governo entregaram o Besc para a iniciativa privada”.<sup>332</sup>

A federalização deixou dúvidas quanto ao futuro das agências pioneiras nos municípios pequenos do Estado, principalmente aquelas que apresentam problemas financeiros. As perguntas que ficavam no ar eram: O banco que comprasse o Besc iria manter o funcionamento destas agências? A inclusão de uma cláusula que obrigue a permanência dessas agências por parte do comprador seria a solução? O banco comprador assumiria essa obrigação? Nessa encruzilhada, o governo acenava com a possibilidade de garantir recursos no orçamento do Estado para subsidiar o funcionamento dessas agências ameaçadas de fechar por baixa rentabilidade. Segundo o governador Amin: “É o pagamento pela prestação do serviço, e estamos dispostos a desembolsar para que sejam mantidos”.<sup>333</sup>

Portanto, em 24 de agosto de 1999, é celebrado o Termo de Comissão de Gestão entre o Banco Central, o Estado e o Besc. O Banco Central passou a intervir internamente no SFBesc, com o objetivo de verificar o cumprimento das metas e valores necessários ao

---

<sup>331</sup> O governo Amin comemorava a aprovação da federalização do Besc e a assinatura do contrato de renegociação da dívida do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPESC). A dívida do Estado com o Instituto era de R\$ 514 milhões e o governo conseguiu renegociá-la para serem pagos em 30 anos. Para o ex-secretário da Fazenda, Nelson Wedeckin, do governo Paulo Afonso Vieira, o governo Amin conseguiu a rolagem da dívida em troca da federalização do Besc. “Houve troca pela federalização da dívida com o Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPESC). Segundo ele, a equipe econômica do governo federal não iria refinanciá-la. “O Pedro Parente (assessor direto do ministro da Fazenda, Pedro Malan) e do Eduardo Guimarães (ex-secretário do Tesouro Nacional) recusaram este pleito (financiar a dívida com o IPESC) que fiz pessoalmente pelo menos três vezes. Tentei pedir a inclusão da dívida várias vezes. O Pedro Parente, o Malan e o Eduardo Guimarães diziam que não podia, que foi ilegal a inclusão na lei da rolagem da dívida” (A Notícia, 28/9/1999).

<sup>332</sup> Jornal de Santa Catarina, 9/9/1999.

<sup>333</sup> Jornal de Santa Catarina, 6/9/1999



saneamento do Banco para a sua definitiva transferência ao capital privado. Contudo, o governo do Estado ainda precisava da autorização do Senado para a abertura de crédito que viabilizaria o saneamento do Banco, como verificar-se-á a seguir.

**Quadro 11**

**Os Deputados Estaduais que votaram a emenda constitucional que federalizou o Besc**

<b>DEPUTADOS</b>	<b>A FAVOR</b>	<b>CONTRA</b>	<b>AUSENTE</b>
Adelor Vieira (PFL)	X		
Afonso Spaniol (PFL)	X		
Altair Guidi (PDT)	X		
César Souza (PFL)	X		
Ciro Roza (PFL)	X		
Clésio Salvaro (PFL)	X		
Francisco de Assis Nunes (PT)		X	
Gelson Sorgato (PMDB)		X	
Gilmar Knaesel (PPB) (Presidente)	X		
Heitor Sché (PFL)	X		
Herneus de Nadal (PMDB)		X	
Ideli Salvatti (PT)		X	
Ivan Ranzolin (PPB)	X		
Ivo Konell (PMDB)			X
Jaime Mantelli (PDT)		X	
Jaime Duarte (PPS)		X	
João Rosa (PSDB)	X		
Joares Ponticelli (PPB)	X		
Jorginho Mello (PSDB)	X		
Lício Silveira (PPB)	X		
Luiz Herbst (PMDB)		X	
Manoel Mota (PMDB)			X
Milton Sander (PPB)	X		
Moacir Sopelsa (PMDB)		X	
Narcizo Parisotto (PMDB)		X	
Nelson Goetten (PPB)	X		
Neodi Saretta (PT)		X	
Nilson Gonçalves (PFL)	X		
Odete do Nascimento (PPB)	X		
Onofre Santo Agostini (PFL)	X		
Paulo Bornhausen (PFL)	X		
Pedro Uczai (PT)		X	
<b>DEPUTADOS</b>	<b>A FAVOR</b>	<b>CONTRA</b>	<b>AUSENTE</b>
Reno Caramori (PPB)	X		
Rogério Mendonça (PMDB)		X	
Romildo Titon (PMDB)		X	
Ronaldo Benedet (PMDB)		X	
Sandro Tarzan (PTB)			X
Valmir Comin (PPB)	X		
Volnei Morastoni (PT)		X	
Wilson Wan-Dall (PFL)			X

Fonte: Anais da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, setembro de 1999.

## A federalização do Besc chega ao Senado

Foi realizada no dia 9 de dezembro de 1999, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sob a presidência do Senador Ney Suassuna, a audiência pública que definiria o processo de privatização do Besc. O encontro contou com a presença de 25 senadores, além do governador Esperidião Amin e alguns deputados estaduais de Santa Catarina.<sup>334</sup> Na pauta de discussão estava a operação de crédito no valor de R\$ 2,19 bilhões, que seriam destinados ao saneamento para posterior privatização do Banco. A aprovação do saneamento poderia garantir definitivamente o projeto privatista do governo.

O debate no Senado começou com a intervenção do senador de Santa Catarina Jorge Bornhausen (PFL).<sup>335</sup> O senador queria rapidez na votação do projeto tendo em vista, conforme ele, “a grave conseqüência em relação ao Tesouro do Estado, que aumentaria suas despesas. A não apreciação poderia levar à liquidação, que encenaria todas as agências, inclusive pioneiras, e ainda à perda total dos empregos dos funcionários do banco”.<sup>336</sup> Bornhausen estava preocupado com o pedido feito por um senador catarinense de um requerimento solicitando a sustação do projeto que a Comissão deveria examinar para possível aprovação.

No entanto, a sessão foi aberta com a intervenção do ex-secretário da Fazenda de Santa Catarina e Senador Nelson Wedeckin. O ex-secretário começou a informar que

---

<sup>334</sup> Os senadores presentes na Comissão do Senado foram: Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Jefferson Peres, Agnelo Alves, Belo Parga, Sérgio Machado, Pedro Piva, José Alencar, Jonas Pinheiro, Paulo Souto, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Coelho, Gilberto Mestrinho, Luiz Estevão, Wellington Roberto, Roberto Saturnino, Amir Lando, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares, Freitas Neto, Edison Lobão e Romero Jucá. Estavam também presentes o secretário da Fazenda, do governo, Antônio Carlos Vieira, o ex-secretário da Fazenda e ex-senador, Nelson Wedeckin, do governo Paulo Afonso Vieira, o deputado estadual Ronaldo Benedet (PMDB) e a deputada Ideli Salvatti(PT), ambos de Santa Catarina, e o diretor do BC, Carlos Eduardo de Freitas.

<sup>335</sup> O Senador Jorge Bornhausen era um convicto defensor da privatização e da redução e eliminação dos bancos estaduais no país. Bornhausen não acreditava que existia mais espaço no mercado financeiro nacional para bancos estaduais.

<sup>336</sup> Ata da 55ª reunião da CAE do Senado Federal, 9/12/1999.

assumiu a Secretaria e a presidência do Conselho de Administração do Besc em julho de 1997. Na ocasião, ele relatou que o Banco vivia uma situação bastante “confortável” durante sua gestão. A boa situação financeira, de acordo com ele, foi confirmada pelas autoridades do governo federal e do Banco Central. Diz:

Comecei a ter várias reuniões. Já havia tido reuniões antes com diretores e técnicos do BC, já na condição anterior de diretor e de presidente do BRDE e, em pelo menos seis, entre cinco e seis ocasiões, procurei vasculhar bem a minha memória e posso afirmar que, em cinco ou seis vezes, esses diretores, esses técnicos, autoridades da República, como o Ministro Pedro Parente, como o então secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, fizeram elogios que me deixaram ainda mais tranqüilo e dando razão, então, aos diretores do Banco. Porque eles dizem ‘você, de Santa Catarina, não precisam se preocupar com o seu banco estadual, porque seu banco é um dos bancos mais sólidos, um dos que ostentam a melhor condição entre os bancos estaduais’. Quero reiterar, para que fique bem claro, que, em cinco ou seis vezes, técnicos, diretores do BC, como Paolo Zaghen, autoridades como Pedro Parente e Eduardo Guimarães, dizem, com toda a clareza, que a situação do Besc era uma situação boa, confortável, o que, de algum modo, me despreocupou quase que por completo.<sup>337</sup>

O ex-secretário da Fazenda também ressaltou em seu depoimento os recursos provenientes do Proes que o governo do Estado assinou em março de 1998. Segundo Wedeckin, ele foi orientado pelos técnicos do Banco Central a pegar os recursos, já que eram “baratos” e poderiam ser pagos em 30 anos. A opção de buscar esse dinheiro, enfatiza, estava na garantia dada de que o Banco permaneceria público. Porém, começava um ano depois da aprovação dos recursos, já no governo Amin, mudanças no valor para a boa liquidez da instituição. O ex-secretário acreditava que ocorria uma “manobra política” do novo governo e das autoridades financeiras para privatização, visto que antes eram necessários pouco mais de R\$ 200 milhões e depois os valores quase que se multiplicaram. O problema, de acordo com ele, estava no aparecimento de passivos do Fundo de Pensão do Banco e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) que não havia sido antes mencionado. Diz:

---

<sup>337</sup> Ata da 55ª reunião da CAE do Senado Federal, 9/12/1999.

Assinamos o contrato no dia 31 de março de 1998, o Senado aprovou esse contrato de ajuste de reestruturação de R\$ 212 milhões, acho que em novembro ou dezembro do ano passado, e tudo estava bem - pelo menos para mim estava bem. Até que no mês... Pelo menos para mim estava bem, porque no mês de março começou a haver uma conversa bastante estranha de que o ajuste do Besc demandava não R\$ 212 milhões, mas R\$ 800 milhões. Em um primeiro momento, pensei tratar-se de uma manobra política, um jogo de propaganda, uma vez que o governo, que tinha recém assumido, com a herança recebida pelo governo anterior. (...) O mesmo Banco Central que, recentemente, havia auditado o Besc concluindo que R\$ 220 milhões era um valor suficiente para o ajuste e reestruturação do Banco. Agora falava no valor de R\$ 800 milhões, ou seja, R\$ 200 milhões de um ano, passaram a R\$ 800. Mais do que isso, alguns meses depois esses R\$ 800 milhões, que já era um valor que considerava absurdo, diziam-me que o problema era do passivo técnico do Fundo de Pensão do Besc, Fusesc, e também da carteira do Fundo de Compensação de Variação Salarial, assuntos que nunca tinham sido mencionados nas seis, oito ou dez vezes em que estive com autoridades da República, técnicos e dirigentes do Banco Central (...) De repente, esses valores, como em um passe de mágica, passaram a fazer parte do passivo e do chamado buraco do Besc.<sup>338</sup>

O secretário da Fazenda do governo Amin, Antônio Carlos Vieira, tomou a palavra e criticou o governo anterior por não tomar as medidas necessárias para o saneamento do Besc. “Nada foi feito até o dia 1º de janeiro de 1999. Vejamos V. Ex<sup>as</sup>: receitou-se a um doente um remédio em março de 1998, por recomendação médica de outubro de 1997, e, em janeiro de 1999, não havia sido dado nenhum remédio para este paciente”.<sup>339</sup> Vieira disse que foi ao Banco Central para saber como estava a saúde financeira do Besc e lá foi informado, através de diretores e técnicos, que a “situação financeira havia-se agravado e que aquele contrato de saneamento não seria mais exequível”.<sup>340</sup> Ele ainda foi informado que o BC iria proceder a uma nova auditoria. “O Banco Central nos deu, em 19 de março de 1999, uma posição que não era mais de R\$ 218 milhões. Em 19 de março, a atual diretoria foi chamada a tomar conhecimento da posição do BC, que apontava aumento significativo nas necessidades financeiras do conglomerado Besc”.<sup>341</sup>

O deputado estadual catarinense, Ronaldo Benedet (PMDB), estava presente para prestar esclarecimentos à Comissão. O parlamentar contestou as declarações do secretário

---

<sup>338</sup> Ibidem.

<sup>339</sup> Ibidem.

<sup>340</sup> Ibidem.

<sup>341</sup> Ibidem.

da Fazenda e dos números da auditoria realizada pelo Banco Central. Ele salientou que os números da inspeção foram refutados pelos técnicos do Besc, o que obrigou o BC a realizar um novo levantamento do quadro financeiro do Banco, o que acabou apresentando números, em 1º de junho de 1999, bastante superiores aos valores levantados anteriormente. Diz:

O Banco Central veio ao Besc, fez um levantamento e, no dia 19 de março, trouxe um valor, que não foi citado aqui – de R\$ 615 milhões e 774 mil. Alguns funcionários do Besc, que conheciam a realidade do Banco, insurgiram-se e não aceitaram. A diretoria foi premiada e trouxeram um valor, contestando o valor do Banco Central. Os técnicos do Besc levantaram o valor de R\$ 263 milhões, porque era a variação *Selic*, atualização monetária. Enfim, chegaram a R\$ 263 milhões, que era o valor que aceitavam, baseado no que já tinha sido feito pelo BC, em 1997, assinado o contrato em março de 1998. O BC, em sua resposta, em 1º de junho e 1999, traz um terceiro valor: R\$ 819.305,000. Terceiro valor, Srs senadores.<sup>342</sup>

A resposta às críticas do deputado das alterações dos valores da saúde financeira do Banco veio com o diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que estava presente na CPE do Senado. Segundo Freitas, o BC, a partir de 1997, vem mudando sua forma de análise. As inspeções, diz, são realizadas com “força-tarefa de grande porte”, em que trabalham vários técnicos de forma “concentrada” sobre um determinado conglomerado financeiro o qual é denominado de Inspeção Geral Consolidada (IGC). Desta forma, Freitas esclarece que foi feita na época no Besc essa “nova metodologia de análise” com programa de computador que permite verificar mais detalhadamente a situação financeira do Banco. Destaca:

Hoje, isso confere-nos uma segurança maior. Tendo em vista o tempo decorrente e a tecnologia desenvolvida e aperfeiçoada. O Banco Central verificou então, com data-base de 31 de dezembro de 1998 – um ano e três meses depois, que as necessidades de ajuste efetivo do Besc atingiram R\$ 819 milhões e não mais R\$ 252 milhões. Essa diferença explica-se fundamentalmente pela aferição da insuficiência atuarial da Fundação de Previdência do referido banco-R\$ 283 milhões, R\$ 100 milhões a mais na carteira de crédito imobiliário, cuja parte não adequada estava avaliada em R\$ 146 milhões, passou a R\$ 283 milhões, ou seja, temos R\$ 500 milhões a mais nesses três itens e o restante espalhado – pois houve achados novos. Houve o achado de R\$ 18 milhões de débito do Estado que não estava verificado antes. O crédito tributário foi aportado do ativo, tendo em vista uma deficiência estrutural no Banco.<sup>343</sup>

---

<sup>342</sup> Ibidem.

<sup>343</sup> Ibidem.

Esses números das inspeções do Banco Central e os novos critérios adotados para saber a real situação financeira do Conglomerado Besc deixaram os parlamentares oposicionistas com dúvidas quanto à veracidade dos valores apresentados, principalmente pelas implicações no Banco e no erário do Estado, pois eram mais de R\$ 2 bilhões de reais que iriam ser aprovados para garantir o processo de privatização.<sup>344</sup>

As desconfianças dos oposicionistas no Senado em relação às mudanças dos critérios de inspeção aos bancos estaduais no país para a implantação do projeto privatista não foram segredo. O diretor do Banco Central admitia mudanças na avaliação desses bancos em relação aos adotados nos bancos oficiais.

Claro que é preciso analisar essa lógica. Porém, não existe só essa linha de raciocínio para encontrar uma saúde para o Sistema Financeiro Nacional. Trata-se Quando o Banco Central apresenta uma linha de raciocínio, ele usa uma lógica, de uma orientação política criada pelo Banco Central para acabar com a presença dos bancos estaduais no Sistema Financeiro Nacional. Essa é a linha que o Banco Central adota. Se usarmos esses mesmos requisitos dos bancos oficiais, por exemplo, a Caixa Econômica Federal, eu desafio e duvido que ela passe pelo teste.<sup>345</sup>

O secretário da Fazenda do governo Amin culpava o governo do PMDB pelas dificuldades de gerenciamento do Banco, as dívidas contraídas e os atrasos na folha de pagamento dos servidores do Estado. O secretário acreditava que, caso não tivessem herdado as dívidas do governo passado, teriam melhores condições de administrar. De

---

<sup>344</sup> Um desses oposicionistas era Nelson Wedeckin, que não aceitava os critérios de avaliação feita e os valores necessários para sanar e posteriormente vender o Banco. Diz: “Por que esta Casa ou qualquer um de nós tem de nos circunscrever a essas normas do Banco Central? Por que o Banco Central tem o direito de dizer o tempo todo que o Banco estava bom, estava sólido, que o Banco era um exemplo, e seis meses depois inverteu as regras de análise de balanço, e os 220 de ontem se transformaram em 800; os 800 se transformaram em 2.100 (bilhões)? Vejam como é fantástico: os 2.100 bilhões agora são apenas um milhão, na palavra do Senhor Diretor do Banco Central. Então são para essas coisas que eu gostaria de chamar a atenção. Sei que será inútil, sei que isso será apenas para registro, para alívio da minha consciência, mas insisto em dizer; estamos aqui diante de um ato predatório às finanças do meu Estado, Santa Catarina”. Ata da 55ª reunião da CAE do Senado Federal, 9/12/1999.

<sup>345</sup> Ata da 55ª reunião da CAE do Senado Federal, 9/12/1999.

acordo com ele, o governo do Estado recebeu um dívida de mais de R\$ 1 bilhão e uma folha de pagamento no valor de mais de R\$ 300 milhões. Assinala:

Se me perguntar se o atual governo teria condições de bem administrar o Besc, se não tivesse essa dívida, diária, com toda a tranquilidade, que sim. Mas com essa dívida de 1,6 bilhões, vai ser muito difícil. Em dezembro concluímos o pagamento de 12 folhas do ano de 1999 e mais uma folha de 13º salário e estamos pagando, do atrasado, R\$ 320 milhões, das três folhas; já pagamos R\$ 66 milhões, com economia da Receita. Mensalmente, aos poucos, estamos honrando um pagamento que o governo passado deixou de herança. Então, diria tranquilamente, que teríamos condições de bem administrar se não tivéssemos essa dívida, que, como diz o nosso diretor do Banco Central, não é uma dívida para frente, mas uma dívida que já existia.<sup>346</sup>

Essa declaração do secretário da Fazenda, de que as dívidas contraídas no governo anterior inviabilizaram o saneamento do Banco, foi uma saída política para enfraquecer politicamente os “peemedebistas” e justificar a necessidade de aprovar os recursos no Senado para, dessa maneira, viabilizar o saneamento do Banco e prepará-lo para a privatização, mesmo porque não era segredo, como já assinalamos anteriormente, que ele defendia publicamente a privatização do Banco e demais empresas do Estado.

Os argumentos das autoridades financeiras do Banco Central e do governo do Estado convenceram os senadores a aprovar, no dia 14 de dezembro de 1999, o processo de federalização do Besc, ou seja, a liberalização de recursos na ordem de R\$ 2,1 bilhões para sanear e, posteriormente, privatizar o Banco do Estado de Santa Catarina.<sup>347</sup> O projeto teve 39 votos a favor e 19 votos contra. O governador Esperidião Amin comemorou a vitória e desabafou dizendo: “Quem quebrou o Banco queria hoje liquidá-lo, votando contra”.<sup>348</sup>

---

<sup>346</sup> Ibidem.

<sup>347</sup> O projeto de financiamento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado dava o seguinte destino aos recursos: R\$ 1,328 bilhões para a recomposição do patrimônio líquido; R\$ 100 milhões para o pagamento de débitos fiscais, trabalhistas, civis e atuarias, entre outros; R\$ 643,7 milhões para aquisição de ativos do Besc pelo Estado; R\$ 39,6 milhões para aquisição, pelo Estado, de imóveis não usados pelo Banco; e 18 milhões para pagamento de dívida do Estado junto ao Besc; R\$ 428 milhões para o PDI; R\$ 250 milhões para cobertura do passivo atuarial da Fundação de Seguridade Social do Banco; R\$ 30 milhões para investimentos em tecnologia; R\$ 620 milhões para capacitação da instituição.

<sup>348</sup> Jornal de Santa Catarina, 15/12/1999.

A bancada oposicionista não aceitava a aprovação do projeto, já que considerava a operação feita como prejudicial para Santa Catarina, uma vez que aumentaria substancialmente a dívida do Estado.<sup>349</sup> Os opositores desconfiavam que o governador Amin teria feito um acordo com o Banco Central supervalorizando os números para que parte do dinheiro fosse utilizada para pagar a folha de pagamento do funcionalismo que estava atrasado. O senador do PMDB de Santa Catarina foi um dos parlamentares a exprimir a sua insatisfação.

Falaciosamente o atual governo vai inviabilizar, numa só jogada, a médio e longo prazo, as finanças públicas do Estado, aumentando o endividamento público estadual em mais de 50%. A dívida de Santa Catarina, construída em 100 anos, está sendo praticamente duplicada em 350 dias do governo Amin. Repito, o valor do financiamento da federalização do Besc equivale a mais da metade de toda a dívida histórica do Estado de Santa Catarina, para entregar para a iniciativa particular, nacional ou internacional, uma instituição capitalizada, com a participação de toda a sociedade catarinense, por preço ridículo.<sup>350</sup>

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), convicto defensor da privatização do Besc e aliado político de Amin, justificou os valores do financiamento devido à necessidade de atualização, além de novos itens no contrato, como o PDI, por exemplo, que representaria, segundo ele, um custo de mais de R\$ 400 milhões para ser implementado.<sup>351</sup> O governador Amin e o senador Bornhausen afirmaram categoricamente que o governo

---

<sup>349</sup> Os senadores Paulo Hartung (PSDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) foram também os parlamentares do Senado que se manifestaram contrários ao projeto (Jornal de Santa Catarina, 15/12/999).

<sup>350</sup> Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Anais do Senado Federal, dezembro de 1999.

<sup>351</sup> Com o processo de federalização aprovado no Senado, o governo tomou emprestado R\$ 428 milhões para viabilizar o PDI, que previa cortar 2.500 trabalhadores. Segundo a CPI, o governador Amin, que defendeu o PDI com ônus para os cofres do Estado quando era governador em 1983 a 1986, contratou mais de mil funcionários, não obedecendo a acordos realizados pelo Banco Central através do Programa de Recuperação Econômica e Financeira (Proref). Essas “contradições”, de acordo com a CPI, estavam em desacordo com a Lei Eleitoral. “Somente nos exercícios de 1985 e 1986, durante período eleitoral, foram admitidos 1.320 funcionários, irregulares, e sem necessidade” (CPI, 2000: 148). Além de o governo contratar em desacordo com a lei, concedeu, em pleno período eleitoral, setembro de 1986, estabilidade estatutária para todos os trabalhadores do Banco, o que contrariava as determinações do Banco Central para enfrentar as dificuldades financeiras e a geração de receitas.



anterior havia “mascarado” o balanço de 1998. Eles, então, divulgaram um documento do Banco Central revelando um “rombo” no Besc de R\$ 1,328 bilhão, conforme Quadro 12. Amin justificava-se dizendo que ela foi imposta pelo governo brasileiro e as autoridades do Banco Central. “Como é que você quer que eu questione os números do BC, embora eu tenha feito isso. Eu fiz isso em março, através dos técnicos do Besc. Mas o BC é a autoridade máxima monetária do país, tem prerrogativas ditadas pela Constituição de 88”.<sup>352</sup> Quanto à crítica da bancada oposicionista de que aumentaria a dívida do Estado, Amin ataca dizendo que a dívida que levou o Estado ao empréstimo já existia.

A dívida foi apenas registrada, ela já existia. Estava embaixo do tapete, eu a tirei e a coloquei para cima da mesa. Não estou querendo dizer que é do período de Paulo Afonso Vieira, alto lá, compreendo, registrado e não registrado, é de 10 bilhões (...) Os R\$ 2 bilhões do contrato com o Besc não dizem respeito a uma dívida contraída no atual governo. Os créditos em liquidação já existiam, não foram criados no meu governo. O lucro falso de 97 não é uma dívida do meu governo. Consertar o balanço de 97, conforme o BC mandou em abril de 98 e não fizeram, significa aumentar a dívida?<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> A Notícia, 19/12/1999.

<sup>353</sup> DC, 8/3/2000.

## Quadro 12

Os valores da capitalização do Besc e os prejuízos no balanço de 1998.

Itens	Valores em 30/6/99(em milhões de R\$)	Capitalização Monetização
Crédito imobiliário	226	C
Operações de crédito	249	C
Securitização do crédito rural	18	M
Bens não de uso	39	M
Fusesc	250	C
Ativo diferido	12	C
Provisões/trabalhistas	12	C
Provisão ISS	2	C
Débito do Estado	18	PG (PAGAMENTO)
Crédito tributário	7	C
PDV	428	C
Prejuízos mensais	112	C
Modernização tecnológica	30	C
Créditos de baixa liquidez	92	M
Carteira de crédito imobiliário	484	M
Letras do Rio de Janeiro	30	M
Carteira de Crédito Rural	20	M
Fundos para contingências	100	FG
<b>Total do financiamento</b>	<b>R\$ 2.129 (bilhões)</b>	

Fonte: Banco Central. In: A Notícia, 19/12/99.

Totais em cada rubrica: Capitalização(C)- R\$ 1,328 bilhões; Monetização (M)-R\$ 683 milhões;

Pagamento(PG)- R\$ 18 milhões; Fundo de contingência- (FG)- R\$ 100 milhões.

A articulação política realizada pelo governo do Estado possibilitou reunir forças no Congresso, o que garantiram a aprovação dos recursos financeiros que viabilizaram o processo de reestruturação e transferência do Banco ao capital privado. Essa articulação não foi difícil, já que as forças que constituíam o governo Amin eram as mesmas que possibilitaram a implementação da política liberal do governo FHC.

Em Santa Catarina, as elites dirigentes conseguiram levar adiante o projeto liberal e as determinações dos organismos financeiros internacionais para que não existisse mais banco público, pois acreditavam que não teriam como sobreviver no atual mercado financeiro liberalizado e globalizado.

O projeto privatista, no entanto, encontrou diferentes graus de resistência nos Estados do país. Em Santa Catarina, particularmente, essa dificuldade foi bastante acentuada, devido aos movimentos organizados dos trabalhadores e políticos contrários ao projeto. As autoridades financeiras tiveram que utilizar artifícios para poder implementar a transferência do Banco nesse Estado, como ver-se-á a seguir.

### **A estratégia privatista: o adiamento dos balanços do Besc**

O mais duro golpe contra o Sistema Financeiro Besc foi, certamente, a não publicação dos balanços de 1998 e 1999. Caberia ao governo Amin realizar a sua publicação, no entanto, isso não ocorreu. O governo solicitou ao Banco Central que adiasse por mais um tempo a publicação. As autoridades financeiras estavam confiantes que o pedido seria atendido. De fato isso aconteceu e o BC permitiu o seu adiamento. O governo recebeu com alívio a notícia, pois entendia que seria ruim expor publicamente os “valores negativos”. Segundo Marco Antônio Moser, diretor financeiro, “todo mundo sabe que os números não são bons, mas isso não foi oficializado. Se você publica um balanço com prejuízos, é um desastre no mercado financeiro”.<sup>354</sup>

O “desastre”, ao qual o diretor financeiro se referia, acabou ocorrendo justamente pela não publicação. Ele mesmo admitiu mais tarde que a não publicação provocou prejuízos ao Banco, pois a credibilidade da instituição ficou sensivelmente abalada com fuga de clientes, perda de negócios e captação de recursos. Diz:

---

<sup>354</sup> GM, 5/8/1999. O governador também acreditava que os balanços não poderiam ser publicados devido às dificuldades financeiras que o Banco passava. “O balanço não foi publicado porque o resultado com as correções que o próprio Banco Central impôs seria impublicável. Se fosse publicado, o Banco fechava. Se fosse fraudado, como queria a diretoria anterior, teria também as suas conseqüências”. Entrevista realizada pelo autor com o governador Esperidião Amin em 27/9/2005.

Os eventos, ocorridos até a assinatura do contrato de transferência para a União (30/9/99), envolvendo movimentos que poderiam ser caracterizados como uma corrida bancária, tiveram sua origem na não publicação do balanço de 31/12/98. O processo iniciou-se com a retirada dos investidores institucionais que necessitavam de balanços publicados para a avaliação. Em seguida, o processo atingiu os grandes investidores que têm acesso a um universo maior de informações. E, finalmente, para o público em geral e os médios e pequenos investidores, através da mídia.<sup>355</sup>

A fuga de investidores, a perda de credibilidade a partir das declarações das autoridades do Banco foram também confirmadas pelo controlador geral da instituição:

O que aconteceu agora no exercício de 1999 é que nós tivemos essas informações divulgadas, algumas até não verdadeiras, na imprensa que prejudicaram a imagem do Banco e colocaram a sua credibilidade em jogo. Acho que foi justamente esta a grande diferença, e é justamente isso que fez com que o Besc chegasse onde está.<sup>356</sup>

O presidente do Banco também admitia que o problema foi se agravando na sua gestão a partir dessas informações negativas. “Com as notícias que se implantaram na mídia, com o dizer de que o Banco está quebrado, com o dizer de que o Banco vai ser liquidado, com o dizer que o Banco vai ser vendido... Então, naturalmente, que esses aplicadores foram retirando suas aplicações”.<sup>357</sup>

---

<sup>355</sup> CPI/BESC, 2000:59-60. Marcos Antônio Moser confessou à CPI que em apenas quatro meses os depósitos caíram 30% em termos nominais, ou seja, o Banco perdeu R\$ 450 milhões (CPI/BESC, 2000:60). A redução da captação é também confirmada por uma gerente de uma agência em Brasília. “E as minhas captações, no caso, que eu capto no mercado, como eu sou uma agência captadora, caíram sensivelmente neste ano... porque eu não tenho mais balanços do Banco” (Ibidem). Uma gerente, ao ser também interrogada na CPI sobre os impactos da não publicação dos balanços na credibilidade do Banco, não tinha dúvidas. “Quanto mais agilidade na publicação do balanço, melhor para a credibilidade do banco. Todos (os bancos) que adiaram a publicação do balanço ou foram privatizados, ou vendidos” (DC, 23/9/1999).

<sup>356</sup> CPI/BESC, 2000: 93.

<sup>357</sup> CPI/BESC, 2000: 94. A perda de credibilidade do Banco, reforçada pela mídia, foi ocorrendo até os últimos dias da votação da emenda constitucional, que aprovaria o processo de transferência do Banco para o controle da União. Podemos encontrar manchetes como: “É grave a situação financeira do Banco do Estado – Fundos perdem R\$ 720 milhões e prejuízo mensal do Besc chega a R\$ 8 milhões”, GM 10/8/99; “Corrida para saques complica situação já grave do Besc” GM, 11/9/99; “Besc pode ter rombo de 650 milhões”, GM 25/3/99; “BC: Amin está com proposta de liquidação ou federalização do Besc”, GM, 13/8/99; “Amin vê duas alternativas para salvar o banco da liquidação: federalização ou o saneamento pelo Proes”. A Notícia, 30/3/99.

Pouco antes do Plano Real o Banco apresentava problemas de liquidez em decorrência de adaptação ao novo cenário da economia, sem comprometer, todavia, sua credibilidade. O Banco conseguiu dar continuidade à sua política de crédito nos anos seguintes, como constatado no capítulo 2, sem a necessidade do mercado interbancário. Porém, a partir de julho de 1994, o Banco foi obrigado a trocar títulos estaduais por títulos federais. Essa situação durou até setembro de 1998. Durante esse período (1994-1998), o Banco dependia mensalmente do Banco Central para aceitar a troca, pois, segundo a CPI, “teria de recorrer a empréstimos de liquidez junto ao próprio BC, o que poderia, normalmente, justificar a intervenção daquela autoridade monetária no Besc”.<sup>358</sup> Apesar das dificuldades, o Banco conseguiu adaptar-se à nova conjuntura de economia no pós-Real. Os indicadores de produtividade mostram, conforme Tabela 18, um desempenho positivo até 1998. A queda de produtividade no ano de 1999 paralisou os níveis de receitas que foram inviabilizando a cobertura das despesas e acumulando prejuízos mensais durante o período do primeiro ano do governo Amin.

**Tabela 18**  
**Indicadores de produtividade do SFBesc**

<b>Posição em</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>Ativos/Funcionários</b>	<b>Dispositivos/Funcionários</b>
Junho/94	46	123	69
Junho/95	105	276	119
Junho /96	154	380	194
Junho/97	217	508	288
Junho/98	251	613	364
Junho/99	210	463	303
Dezembro/99	145	334	271

Fonte: Besc, in: CPI/Besc,2000.

A notícia do adiamento chegou em uma boa hora para o governo, principalmente depois das ameaças do Banco Central de liquidar o Banco. O governador ganhou tempo para convencer os parlamentares da Assembléia Legislativa da necessidade da federalização para escapar da liquidação e “salvar” a instituição.

<sup>358</sup> CPI/BESC, 2000: 98.

Mas não era assim que pensava um senador do Estado da oposição ao governo Amin. Em Brasília, ele denunciou na tribuna as “manobras” do governo. Segundo ele, o governador pretendia “maquiar” os números do balanço com o objetivo de justificar a privatização.<sup>359</sup> O governador Paulo Afonso Vieira também denunciava o “esquema armado” para justificar a privatização do Banco.

Tem um processo contra o contador que eles arranjaram, porque o contador do Banco não quis assinar o novo balanço que o Amin queria que fosse, porque ele não correspondia à realidade efetiva do Banco. Eles ficaram atrás de alguém que assinasse e acabaram encontrando. Eu sei que essa pessoa responde processo por esse tipo de coisa. O que se tentou fazer foi trazer para aquele momento débitos futuros, a própria Fusesc, no momento de então, foi um exemplo, evidentemente o Banco apresentaria, assim, resultados ruins. Todos os encargos eram para o futuro, então, o Banco era bom. Sem dúvida que o Banco tinha dificuldades. Mas o que nós não aceitávamos eram esses artifícios que dariam balanços negativos.<sup>360</sup>

A não publicação dos balanços representou também uma perda nos negócios de longo e médio prazo. Para uma gerente geral, os maiores prejuízos foram nos fundos de pensão. “No pico (final de 98), cheguei a ter R\$ 150milhões em captação de investimentos. Hoje restam 5 milhões”.<sup>361</sup> Ela garantia que “todas as captações são feitas de acordo com os comitês do Banco, dentro das taxas de mercado”.<sup>362</sup> Essa declaração contrariava as afirmações dos diretores do Banco e do Secretário da Fazenda do governo, que diziam que o Banco havia alta liquidez, porque pagava taxas muito acima do mercado. O presidente do Besc havia afirmado que as taxas foram de 102% superiores às praticadas no mercado. A gerente, no entanto, esclarecia que o Banco jamais operou com esses índices. De acordo com ela, 100% equivalem aos juros ditados pelo mercado, os

---

<sup>359</sup> DC, 25/2/2000.

<sup>360</sup> Entrevista realizada pelo autor com o ex-governador Paulo Afonso Vieira no dia 19/9/2005. A deputada Ideli Salvatti (PT/SC) também pensava assim, pois, segundo ela, “era para justificar o pedido de federalização e os R\$ 2,1 bilhões, os balanços têm que dar prejuízo, e não é isso que está ocorrendo. Quero ver os diretores do Besc assumirem essa farsa”. (DC, 18/12/2000).

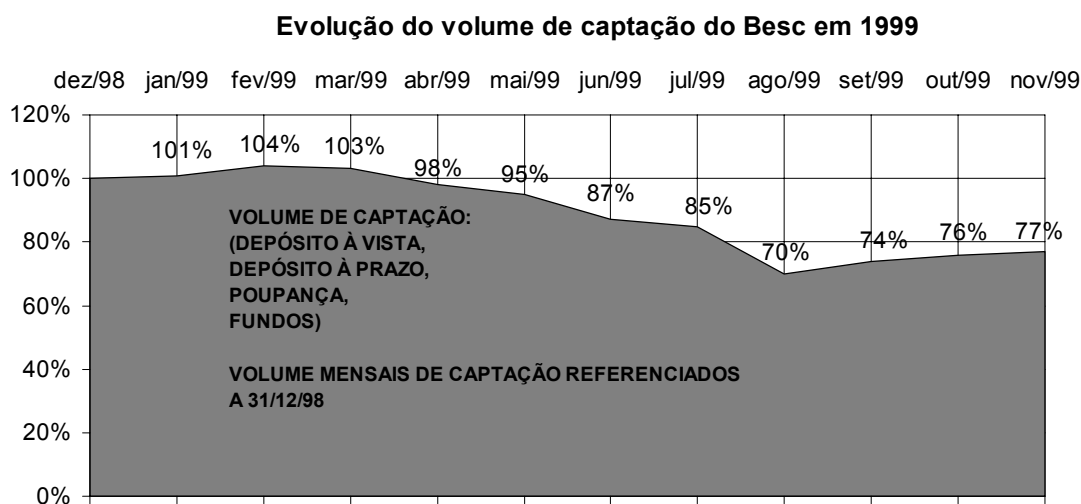
<sup>361</sup> A Notícia, 27/9/1999.

<sup>362</sup> Ibidem.

outros 2% eram, diz, pagos para aplicações de longo prazo, conforme as regras do mercado financeiro.<sup>363</sup>

Outra gerente também reafirmou que sem o balanço do Banco os negócios ficavam prejudicados e a credibilidade do Banco começava a diminuir. “Sem o balanço e com notícias publicadas todos os dias, os clientes sumiram”.<sup>364</sup> De fato, para manter os clientes ou conquistar novos investidores nesse cenário de incertezas criado pelas autoridades financeiras, a perda de credibilidade do Banco foi afetada. O volume de captação de depósitos de poupança e Fundos, principalmente a partir de fevereiro de 99, foi diminuindo (Gráfico 8). A situação financeira do Banco foi se agravando, já que não conseguia mais captar recursos para financiar seus ativos. Assim, o governo ia a cada dia reforçando seus argumentos para a necessidade de “salvá-lo”, ou seja, “federalizar”.

**Gráfico 8**



Fonte: Besc

<sup>363</sup> Ibidem.

<sup>364</sup> A Notícia, 27/9/1999. A agência da cidade do Rio de Janeiro, conforme a gerente, captava aproximadamente R\$ 60 milhões em 1997 e chegou a R\$ 100 milhões em 1998. “O lucro da agência em 1998 foi de R\$ 6,5 milhões” (A Notícia, 23/9/1999).

Em 8 de fevereiro de 2000, o governador Amin esteve em Brasília para uma reunião com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga. No encontro estava também o senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), onde discutiram os passos necessários à privatização do Besc. O governador admitia agora que a publicação dos balanços de 98 e 99 era “fundamental” para concretizar o processo de venda do Banco, bem como a implantação do PDI.<sup>365</sup> Dessa forma, o governador acreditava que seria necessário um corte de aproximadamente 20% do quadro de funcionários para tornar o Banco mais “atraente aos futuros compradores”.<sup>366</sup> Essa reestruturação do Banco, segundo ele, não comprometeria a presença das agências no Estado, assim como os serviços que a instituição vem realizando nos 147 municípios.<sup>367</sup> Os balanços do Besc referentes aos exercícios financeiros de 1998 e 1999 foram finalmente publicados no dia 1º de maio de 2000. A divulgação dos números criou uma reação das lideranças políticas de oposição ao governo na Assembleia Legislativa do Estado, como também das lideranças sindicais. Um deputado da bancada oposicionista, ao tomar ciência dos números, diz: “Já sabíamos que os balanços seriam maquiados. O PMDB vai questionar sim”.<sup>368</sup> Um diretor sindical também reagiu e prometeu entrar com ação na justiça questionando juridicamente os balanços e o direito dos empregados nos lucros da empresa, garantidos no Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre a diretoria do banco e os trabalhadores. “Há claros indícios de manipulação dos números, como vínhamos alertando desde o pânico estabelecido pelo governo Amin no ano passado para forçar a federalização. Se o Banco registra prejuízo, numa ação considerada deliberada,

---

<sup>365</sup> No encontro, as autoridades financeiras não quiseram comentar a possibilidade de “federalização” de aproximadamente R\$ 270 milhões em títulos que estão em poder de credores do Estado. O governador, porém, deixava a entender que a solução para que o governo não ficasse inadimplente seria a União assumir a dívida e cobrá-la em parcelas do governo do Estado. “De repente, vamos passar por caloteiros pela emissão fraudulenta desses títulos”, disse Amin ao se referir ao fato do Estado não ter recursos para quitar a dívida de R\$ 2 milhões, cujo vencimento seria em agosto de 2000 (GM,9/2/2000).

<sup>366</sup> DC, 9/2/2000.

<sup>367</sup> Ibidem.

<sup>368</sup> A Notícia, 27/9/1999.



temos o direito de questionar”.<sup>369</sup> O presidente do Besc, Victor Fontana, respondeu as declarações da oposição e dos dirigentes sindicais dizendo: “Eles devem perguntar ao BC. Está tudo muito transparente”.<sup>370</sup> Contudo, poucos meses depois, Fontana dizia que os técnicos do Banco Central queriam divulgar números positivos, sendo que antes da aprovação da federalização os números eram negativos. “Divergimos dos números sugeridos pelo BC para publicar o balanço. Ora, se o BC manda uma correspondência ao governo do Estado com duas opções: federalização ou liquidação, alegando que o saneamento é impossível porque o buraco é de R\$ 819 milhões de reais, como agora publicar o balanço com patrimônio líquido positivo”?<sup>371</sup>

A confusão dos números era grande, o próprio governador parecia não ter muita certeza dos valores, mas não tinha nenhuma dúvida com a dívida com a Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc) dos funcionários do Banco. “Pode não ter apresentado rombo no caixa, mas tinha dívidas previdenciárias”.<sup>372</sup>

A divulgação pelo Banco Central dos balanços levou os partidos de oposição ao governo e do movimento sindical a muitos questionamentos. Primeiro: Por que os critérios de avaliação dos balanços mudaram no governo Amin? Segundo: Por que o FCVS foi contabilizado como prejuízo do Banco, se ele é do governo federal? Terceiro: Por que o contador-geral do Besc negou-se a assinar os balanços?<sup>373</sup>

O secretário da Fazenda admitia que o governo fez mudanças nos números dos balanços por exigência do Banco Central. “Nós apenas seguimos as determinações do Banco Central, que exigia alterações”. Os prejuízos detectados pelo governo, de acordo com ele, seriam confirmados. “Segundo o Banco Central, o Besc não teve lucro e sim um brutal prejuízo”.<sup>374</sup>

---

<sup>369</sup> Ibidem.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> A Notícia, 17/2/2000.

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> O contador-geral do Besc, José Antônio Kammers, pediu demissão. Acredita-se que foi por sua discordância dos “ajustes técnicos”.

<sup>374</sup> DC, 29/4/2000.



*Foto nº 6 Passeata dos  
ancários com um boneco  
simbolizando  
o governador Amin pelas  
ruas de Florianópolis.*

A deputada Ideli Salvatti(PT), que estava à frente do movimento contrário à privatização, não acreditava na veracidade dos números. Para ela, o Besc tinha um patrimônio líquido positivo na ordem de R\$ 103 milhões, o que não justificava o volume de recursos aprovados no Senado de mais de R\$ 2 bilhões. “Até admito que o Banco precisasse de uma injeção de recursos, mas não neste montante”.<sup>375</sup> Até o líder do PFL na Assembléia, o deputado Júlio Garcia, aliado do governo, pediu a suspensão da publicação do balanço tendo em vista a polêmica em torno dos números que seriam divulgados. “É uma temeridade divulgar os números que carecem de consistência, na avaliação de técnicos e classe política, sendo prudente obter uma avaliação de um diretor desta área competente”.<sup>376</sup>

A demora na publicação dos balanços chegou até a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A Comissão solicitou ao Banco Central informações sobre

<sup>375</sup> Ibidem.

<sup>376</sup> Ibidem.

o atraso dos balanços do Besc. A solicitação foi feita por um deputado federal do PT/SC. O parlamentar questionou os empréstimos feitos pelo governo do Estado junto à União para saneamento do Banco. “Outros estados estão questionando o valor, e perguntando que privilégio é esse. Trata-se de muito dinheiro”.<sup>377</sup> Os parlamentares do PT em Brasília diziam ter informações seguras que o balanço referente ao ano de 1998 apresentava Patrimônio Líquido (PL) positivo de mais de R\$ 100 milhões.

### **Crimes financeiros: a CPI do Besc**

Para entendermos melhor o processo de “federalização” do Besc, resgatamos os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada em 17 de agosto de 1999. A CPI tinha o objetivo de “investigar e levantar os fatos e causas que geraram a situação atual do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), que o direcionam à necessidade de sua federalização”.<sup>378</sup>

A CPI foi reunindo um grande volume de documentos e inúmeros depoimentos com representantes políticos que tinham cargos na administração e técnicos que trabalhavam no Banco e ocupavam postos nos governos de Paulo Afonso Vieira e Esperidião Amin. Os trabalhos da Comissão apuraram um conjunto de “fatos determinantes”, que revelaram os motivos que levaram o Banco a sua mais profunda crise, em que mais tarde acabou resultando em sua transferência para o governo federal. A liberalização de crédito sem aval técnico, a paralisação das operações de financiamento, a não publicação dos balanços, a divulgação de informações desfavoráveis ao Banco, o uso de critérios mais

---

<sup>377</sup> DC, 12/4/2000.

<sup>378</sup> CPI/Besc, 2000. Os membros da CPI foram formados com base em critérios de representatividade na Assembléia Legislativa do Estado, ficando assim formada: Deputado Onofre Santo Agostini (PFL), presidente; deputado Ronaldo Benedet (PMDB), relator; Hermeus de Nadal (PMDB); Jaime Mantelli (PPS); Joares Ponticelli (PPB); Ideli Salvatti (PT); Reno Caramori (PPB). Outras duas investigações também ocorreram no Besc, uma em 1983 e outra em 1987. O líder do PPB no governo Amin (1983-1986) na Assembléia Legislativa, Ivan Ranzolin, presidiu a CPI de 1987 e investigou as irregularidades no Banco durante a gestão do então governador. O deputado concluiu que: “Não houve comprovação de nenhuma irregularidade nem por parte dos diretores da época nem do governo estadual”.(A Notícia, 8/8/1999). A falta de provas também ocorreu com a CPI de 1983, quando Jorge Bornhausen era governador. Uma das acusações da sua gestão feitas pelo Banco Central foi a contratação de 913 empregados próximo ao período eleitoral. Bornhausen nega que em sua administração houve irregularidade de contratação de pessoal em período de campanha eleitoral (A Notícia, 27/7/2003).

rígidos para apurar o desempenho econômico foram alguns dos “fatos” descritos nas investigações.

Esteve na CPI para dar explicações de irregularidades na liberalização de crédito sem aval técnico o ex-presidente do Besc, no período de agosto de 1997 a julho de 1998, Júlio César Pungan. O ex-presidente informou que nenhuma operação de crédito tinha sido realizada durante sua gestão sem os pareceres dos comitês técnicos da instituição. Os membros da CPI da bancada governista tinham denúncias que foram concedidos empréstimos sem as devidas garantias legais durante a administração do governo do PMDB. Pungan admitia que tinha poder para autorizar empréstimos, mas garantia que nunca havia concedido empréstimos sem os pareceres favoráveis. “No meu período, de todas as operações que passaram pela diretoria, nenhuma foi aprovada sem os pareceres favoráveis do Comitê”.<sup>379</sup>

Quando Júlio Pungan deixou a presidência do Banco, garantiu que trabalhava com uma boa liquidez, além de capital de reservas do Banco Central. Segundo ele, havia R\$ 800 milhões em depósitos em poupança, o que representa 400 mil poupadores. Ele

---

<sup>379</sup> CPI/Besc, 2000. Trabalhos de fiscalização eram realizados pelo Banco Central e revelavam, segundo um técnico do BC, que todos os bancos adotaram em vários governos uma “prática de concessão de crédito em desacordo com a boa técnica bancária, e uma política inadequada de recuperação de crédito.” O técnico dá como exemplo o caso do Banespa, em que a CPI, instaurada para apurar as causas que levaram ao Raet, em 1994, constatou 13 irregularidades na concessão do crédito. Diz: “Não obstante, é possível citar os contínuos empréstimos e prestação de garantias a Cooperativas Agrícolas de Cotia, em difícil situação financeira pelo menos desde 1991, e que acabou dissolvida em setembro de 1994, deixando o Banespa com crédito a receber de US\$ 440 milhões de dólares. Também os empréstimos à Viação São Paulo (Vasp), que começou por influência política quando ela era uma empresa do Estado e continuaram depois da privatização em 1990, somando US\$ 171 milhões, dos quais US\$ 26 milhões inadimplentes na data do Raet (SALVIANO JR, 2004:36). O mesmo técnico em seu trabalho destacou ainda outro caso envolvendo o Banespa. Diz: “A semelhança do ranário da mulher de Jader Barbalho, o Banespa creditou R\$ 14,3 milhões para uma instalação destinada à criação de camarões de água doce, numa fazenda no Vale do Ribeira, que nunca chegou a ser constituída” (Ibidem). As investigações das autoridades financeiras nos Estados apontavam para empréstimos que beneficiavam políticos, empresários ou empresas que não tinham condições de honrar suas dívidas. O BC chegou a abrir, somente em 2000, 25 processos administrativos e encaminhou 13 denúncias ao Ministério Público. Diretores do BC informavam que a inadimplência piorava nas trocas de governo. Os governadores e deputados eleitos retribuía o apoio financeiro recebido pelos empresários na campanha por meio de empréstimos que acabavam não sendo pagos. O banco do Estado de Alagoas, o Produban, foi outro exemplo dessas irregularidades. Os principais devedores do Banco eram os usineiros, que também eram os maiores doadores nas campanhas eleitorais. O Produban acabou sofrendo duas intervenções do BC e fechou em 1997 (FSP, 6/2/2000).

revelou que o Banco era conservador na concessão de empréstimos, tendo em vista as oscilações das taxas de juros comandadas pelo Banco Central, que acabavam duplicando o valor da dívida e aumentando assim a inadimplência.

Eu não consigo entender como os números do Banco se deterioraram tanto de julho (1998) para cá. O Besc tinha capacidade de geração de receita para se manter e tinha uma situação de caixa boa, com grande capacidade de geração de receita para se manter<sup>22</sup>, com grande capacidade de captar recursos no mercado. Nossa receita era superior à despesa.<sup>380</sup>

Os trabalhos da CPI constataram que, durante o 2º semestre de 1998, foram tomadas providências para garantir a permanência do Banco sob o controle do Estado.<sup>381</sup> Essas providências vão ao encontro da carta enviada pelo Banco Central ao governo do Estado (tema já tratado no começo deste capítulo) informando que o Banco não havia tomado as medidas necessárias para sua revitalização e adaptação ao novo cenário econômico no pós-Plano Real.

Em depoimento à CPI do Besc, Fernando Ferreira de Mello Junior, que foi presidente do Banco, e dirigiu a entidade durante os governos de Pedro Ivo Campos (1987-1988) e Paulo Afonso Vieira (1995-1998), declarou que a federalização foi “criminosa”, o objetivo do governo Amin seria “fazer caixa” com os recursos da transferência do controle acionário da empresa.<sup>382</sup>

O Coordenador do Núcleo de Recuperação de Crédito do Banco também confirmou à CPI que, com a federalização, o governo assumiu uma dívida quase três vezes maior que

---

<sup>380</sup> CPI/Besc,2000.

<sup>381</sup> Entre as providências tomadas, estavam: a) negociação com acionistas, em especial a Latinvest, Fusesc e Seguradoras, para a manutenção da participação do Banco no novo aumento de capital; b) retenção de recursos das seguradoras que vendem seus produtos nos balcões do Banco, para integralização de contrapartida de aumento de capital, e negociação para antecipação de recursos futuros, na forma já prevista em contrato com a Cic Paulista de Seguros; c) depósitos do BC de títulos públicos federais, da ordem de R\$ 12,1 milhões, para utilização pelo Estado no aumento de capital em contrapartida aos recursos do Tesouro Nacional; d) conclusão de Centro Administrativo (a centralização das atividades da direção central seguia orientação do “modelo de gestão” aprovado pelo BC; e) criação de nova estrutura organizacional; f) redução das despesas de custeio da Fusesc de 15% para 8% das contribuições; g) limitação das despesas com propaganda; h) manutenção da política de demissão incentivada (os PDIs). (CPI/Besc, 2000:49).

<sup>382</sup> *Ibidem*

a exigida pelo Banco Central para efetivar a operação. Segundo o coordenador, para capitalizar o Besc incluindo todos os ajustes necessários e quitar as dívidas, o BC calculou que o governo teria de financiar R\$ 888 milhões. O contrato de federalização, porém, totalizou R\$ 2,1 bilhões, ou seja, uma diferença de R\$ 1,2 bilhões. Em outras palavras, com R\$ 888 milhões, conforme Quadro 13, seria o capital necessário para evitar a federalização e, conseqüentemente, o endividamento do Estado.

Ainda no depoimento à CPI, o Coordenador também informou que, até julho de 1998, a metodologia utilizada para a elaboração dos balanços sempre foi a mesma. A partir de então, diz, os técnicos do Besc passaram a usar método muito “rigoroso”, com o objetivo de atender as determinações do Banco Central.

O Banco Central usou critério rigoroso, um critério conservador, como nós não vimos em outras inspeções realizadas no Banco. Nós sofremos sempre, anualmente ou semestralmente, inspeções do Bacen. Em dezembro (1998), a diretoria que saiu preparou um balanço dentro dos mesmos critérios que tinha adotado há três, quatro, cinco anos. Foi pedida uma auditoria ao Banco Central e este disse que não era mais assim, como se vinha praticando há três, quatro, cinco anos, agora é assado.<sup>383</sup>

---

<sup>383</sup> CPI/Besc,2000.

Quadro 13

<b>As propostas para federalizar o Besc</b>
---

<b>Besc ajustes</b>	<b>19/3/99 Proposta inicial do Banco Central</b>	<b>5/4/99 Contestação do Besc ao BC</b>	<b>1º/6/99 Resposta do BC ao Besc</b>	<b>30/9/99 Empréstimo para SC proposto pelo BC</b>
Ajustes regulamentares	R\$ 356 milhões	R\$ 184 milhões	R\$ 304 milhões	R\$ 638 milhões
Ajustes Técnicos	R\$ 295 milhões	R\$ 78 milhões	R\$ 227 milhões	
Fusesc	R\$ 243 milhões	R\$ 28 milhões	R\$ 283 milhões	R\$ 250 milhões
<b>Total</b>	<b>R\$ 894 milhões</b>	<b>R\$ 290 milhões</b>	<b>R\$ 814 milhões</b>	<b>R\$ 888 milhões</b>

<b>Contrato de federalização</b>
----------------------------------

<b>R\$ 888 milhões</b>	Proposta do BC
R\$ 428 milhões	Programa de Demissão Incentivada
R\$ 30 milhões	Tecnologia
R\$ 100 milhões	Contingências fiscais e trabalhistas
R\$ 643 milhões	Ativo do Bescr
R\$ 39 milhões	Aquisição de imóveis
<b>Total de empréstimo: R\$ 2,129 milhões</b>	

Fonte: Besc In: Diário Catarinense, 28/10/1999.

O mesmo testemunho de que o Banco poderia ser saneado e evitado assim o processo de federalização foi dado pelo ex-presidente do conselho de administração da entidade e ex-senador, Nelson Wedeckin (PMDB).

Os técnicos do BC diziam, o Besc não é problema, o Besc não oferece nenhum problema, a situação do Besc é uma situação privilegiada. Nunca alguém disse: no BC ou no Ministério da Fazenda onde os assuntos eram tratados, que o Besc estava em má situação. Se tivessem dado seqüência, se um pequeno enfrentamento ocorresse, o Banco estaria vivendo uma situação normal, não teria havido corrido, não teria havido a polêmica, seria extremamente fácil cumprir aquela parte de Santa Catarina, da contrapartida, até porque Santa Catarina já assumiu 60 a 65 milhões de R\$ 12,1 milhões em títulos a preços de 31 de dezembro de 98.<sup>384</sup>

<sup>384</sup> Ibidem.

De acordo com a CPI, o governador Amin, no seu primeiro dia de governo, mandou suspender o aumento de capital aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, o Banco Central, o Senado e a Assembléia de acionistas do Besc. Assim, os recursos foram sustados no mesmo dia da aprovação no Senado. Para a CPI, “nesse dia iniciou todo o processo de difamação para a futura privatização/extinção, segundo intenção expressa publicamente pelo então governador eleito”.<sup>385</sup> Diz:

Fiz questão de deixar claro, como futuro governador, que o governo estadual não terá recursos para cumprir a sua parte. Votamos a favor para não enfrentar acusações de que estávamos trabalhando contra o Estado, mas não vou pagar. Não sou a favor dessa contrapartida. Não vamos pagar. Vamos fazer adiamentos e tentar jogar para a frente.<sup>386</sup>

De fato, os recursos aprovados no Senado, bem como os recursos oriundos dos maiores acionistas privados, como a Fusesc, a Latinvest, além de recursos que viriam do governo do Estado, garantiriam um aumento de capital de R\$ 126,8 milhões, conforme Tabela 19. Esse seria o capital necessário para manter o Banco sob o controle do Estado e evitar assim a privatização.

**Tabela 19**

**Fontes de Recursos para capitalização do Besc**

(R\$ milhões)

<b>Disponibilidade junto ao Bacen em Títulos(1)</b>	12,1
Participação negociada com demais acionistas:	
Fusesc	17
Latinvest	20
Seguradoras(2)	5,1
Estado	9,2
Subtotal	63,4
Recursos já garantidos pela União	63,4
Total do aumento de capital	126,8

Fonte: CPI/Besc, 2000.

(1) Saldo dos Títulos Federais pertencentes ao governo do

Estado de Santa Catarina depositados no BC para capitalização do Besc

(2) Recursos que seriam utilizados na capitalização do Besc oriundos de Seguradoras.

<sup>385</sup> Ibidem: 90.

<sup>386</sup> A Notícia, 9/12/1998.



A decisão da capitalização, assim como da ampliação dos negócios, modernização, redução de custos, visando ao fortalecimento do banco, foi tomada no final do governo do PMDB, em 1998, quando foi realizada a reunião do Conselho de Administração. No encontro estavam presentes o presidente do Conselho, Marco Aurélio de Andrade Dutra, e o vice-presidente, José Alaor Bernardes, além dos Conselheiros. O Conselho tinha em mãos a aprovação do controle de abertura de crédito celebrado entre a União, o governo do Estado e o Besc, com a finalidade de aumentar o capital da empresa, aprovado na Assembléia Legislativa através das Leis 10.542/91 e 10.912/98. Esse contrato previa a capitalização do Banco no valor de R\$ 100 milhões, referente aos valores de 31 de dezembro de 1997, com atualização da taxa Selic, com recursos provenientes de repasse da União para Santa Catarina na ordem de 50% e em igual proporção dos acionistas. Para Marco Aurélio de Andrade Dutra, esses recursos iriam “fortalecer a estrutura de capital do Besc, para fazer frente às exigibilidades definidas pelo comitê de Basiléia, bem como lastrear a necessária expansão das operações, com vistas à manutenção de resultados positivos e perenidade da empresa”.<sup>387</sup> Cabia ao novo governo, em Assembléia Geral Extraordinária, aprová-la. No entanto, isso não ocorreu, pois o governo dizia não ter esses recursos.

A CPI do Besc entendia essa recusa como uma “manobra” para privatizar o Banco. “O governo recusou manter o Banco sob o controle do Estado com ônus de apenas R\$ 9,2 milhões. Depois de uma desastrada manobra entregou-se aos sequiosos da privatização concordando com o aumento da dívida do Estado, para privatizar o Besc, em R\$ 2,1 bilhões”.<sup>388</sup>

O governo Amin, através de sua equipe econômica, paralisou as operações de crédito no início de seu governo. Tal fato foi confirmado por gerentes que declararam que houve realmente a paralisação dos negócios. “Nós paramos muito por orientação dessa diretoria”. Outro gerente também confirmou que “não se concede crédito no Besc determinado por ordens de serviços que chegaram às agências para poder monitorar os

---

<sup>387</sup> Ata da Reunião do Conselho de Administração do Besc, 21/12/1998.

<sup>388</sup> CPI/Besc, 2000.

novos trabalhos”.<sup>389</sup> A confirmação da suspensão dos serviços de linha de crédito habitacional, de crédito pessoal, crédito rural, Leasing e operações de câmbio foi dada pelo próprio presidente do conselho de Administração do Banco.

Houve realmente uma retração na operacionalização do Banco. O Banco realmente parou, seja pela posição da própria diretoria, seja pela própria posição dos gerentes, que não sabiam qual era o rumo que iria ser adotado para o banco... A diretoria se acomodou, quando os próprios técnicos se acomodaram com receio de serem chamados à atenção.<sup>390</sup>

A paralisação dos negócios do Banco não foi o único problema apontado pelos trabalhos da CPI.<sup>391</sup> Verificou-se também que os programas de demissão, que foram implantados no governo passado, foram abandonados pelo governo Amin. A retomada do programa ocorreria somente após liberalização de recursos no Senado. Os altos valores de indenização aos funcionários com os recursos federativos foram considerados um “escândalo” pela CPI.

Entre 1995 e 1998, 1.300 funcionários saíram por planos de demissão incentivada, suportados por recursos do próprio Besc, de receita gerada apesar da drástica queda real(float) pós-Plano Real. Não foi necessário, como agora, empurrar ao Tesouro quase R\$ 1 bilhão entre custos do PDV, passivo trabalhista, Fusesc e ineficiência gerencial após 1999. É um escândalo porque o custo para o Tesouro é um lado da moeda. O outro é o ganho em igual valor que se repassa ao(s) beneficiários da privatização/extinção.<sup>392</sup>

---

<sup>389</sup>Ibidem: 106.

<sup>390</sup> Ibidem:105.

<sup>391</sup>A paralisação dos negócios deu um prejuízo, segundo as autoridades financeiras do governo, em cerca de R\$ 112 milhões. Anais do Senado Federal, 1999.

<sup>392</sup> CPI/BESC, 2000:106. O governador Amin, em seu depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, admitiu a existência de problemas estruturais no quadro de funcionários do Besc. O governador estava se referindo ao quadro de pessoal mais velho e que gozavam de estabilidade, coisa que não ocorria no setor privado, em que as taxas de rotatividade dos empregados são mais elevadas. “A verdade é que, num banco privado, o turnover é significativo, de que no seu corpo de colaboradores é muito difícil haver um trabalhador com mais de 10 anos. No Besc não há nenhum com menos de 15 anos. Vou repetir: nenhum funcionário do Besc tem menos de 15 anos de trabalho. Os últimos foram admitidos em 85 e é isso que agrava a situação previdenciária, porque só sai gente, não entra.”(CPI,2000:112. In: Anais do Senado Federal, 1999).

A CPI acusa o governo e os diretores do Banco por adiarem sucessivamente a publicação dos demonstrativos contábeis da empresa e a “difamarem junto à mídia” a real situação financeira da empresa. “A administração, com o objetivo de manipular o Balanço de 1998, não cumpriu com a determinação de publicação, mas foi distribuída farta informação de ‘rombos’ à mídia que não correspondiam à realidade contábil”.<sup>393</sup> A CPI concluiu também que os administradores do Banco não defenderam a instituição como era de sua obrigação legal e também que as autoridades do governo colaboravam para divulgar junto à população uma imagem negativa da instituição.<sup>394</sup>

O Balanço do Besc, com todos os ajustes desnecessários efetuados para justificar a privatização, sendo carta do BACEN, em 1/06/99, ainda apresentava Patrimônio Líquido positivo de R\$ 103 milhões. A pronta publicação do Balanço, além de obrigatória, seria muito mais positiva ao mercado do que as notícias inverídicas de rombos plantadas na mídia de até R\$ 800 milhões. O objetivo, como é de conhecimento público, não era salvaguardar o Besc, mas depredá-lo, desacreditá-lo e gerar clima para privatizar/extinguir com vantagens ao setor privado e prejuízos do Estado. Era necessária esta trama para sair do projeto que mantinha o Besc sob o controle do Estado.<sup>395</sup>

A aprovação do relatório final da CPI do Besc na Assembléia Legislativa do Estado ocorreu no dia 8 de maio de 2000. A votação foi por unanimidade, porém com votos “com restrição” encaminhada pelos governistas, mediante o documento “Restrições ao voto do

---

<sup>393</sup> CPI/BESC, 2000.

<sup>394</sup> A Lei 6.404/76, em seu artigo 155, prevê: “O administrador deve servir com lealdade à companhia aberta, guardar sigilo sobre negócios... Parágrafo 1º- Cumpre ademais, ao administrador de companhia aberta, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tinha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários”. Já a Lei 7.492, de 16.6.86, prevê: “Dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Art 6º. Induzir ou manter em erro, sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente à operação ou situação financeira, sonogando-lhe informação ou prestando-a falsamente. Pena: reclusão, de 2(dois) a 6(seis) anos, e multa”. Art. 25: “São plenamente responsáveis, nos termos desta lei, o controlador e os administradores de instituição financeira... Art. 3º “divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre a instituição”. (CPI/BESC,2000:53).

<sup>395</sup> CPI/Besc, 2000:73.

relator”.<sup>396</sup> Os governistas não concordavam com o parecer final, principalmente depois da afirmação de que o financiamento junto ao Senado Federal, para capitalizar e sanear o Banco iria endividar o Estado. A discordância estava também nos recursos destinados à implementação do PDI, que, segundo eles, não significaria que seria utilizado totalmente no Plano.<sup>397</sup>

Os governistas também acusavam no documento o governo do PMDB pelo mau gerenciamento e endividamento do Banco. Segundo os deputados, com base na Inspeção Geral Consolidada, realizada pelo Banco Central, em outubro de 1997, foram observados “procedimentos considerados irregulares”, na ordem de R\$ 252 milhões. O principal motivo dessas irregularidades estava, conforme eles, nos créditos concedidos pelo BC de difícil retorno. “O SFBesc, desde aquela época, necessitava sim de recursos financeiros, era carente de uma gestão adequada, e tinha problemas estruturais (custos) que exigiam regularização imediata”.<sup>398</sup> Outra ressalva do documento foi que o governo do PMDB não tomou as providências necessárias no seu último ano de mandato. “O Besc não foi capitalizado e não ocorreu a monetização de ativos previstos no contrato celebrado entre a União e o Estado em 1998”.<sup>399</sup>

A CPI acabou chegando à conclusão final de que houve uma “ação orquestrada” de “desmonte” do Banco logo no início do governo Amin. A paralisação do crédito, a não implantação da redução do quadro de pessoal, a não publicação dos balanços foram evidenciando uma “estratégia de estagnação” da direção do Banco para sua entrega ao

---

<sup>396</sup> Os governistas que encaminharam o documento “Restrições ao voto do relator” foram: Joares Posticelli (PPB), Reno Caramori (PPB), Onofre Santo Agostini (PFL) e Sandro Tarzan (PTB).

<sup>397</sup> O documento dos governistas fazia as seguintes restrições: “Ao obter financiamento junto à União Federal para sanear e federalizar o SFBesc, o Estado não se endividou em R\$ 2,1 bilhões, pois conforme fica demonstrado a partir da simples leitura do contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrado em 30 de setembro de 1999, trata-se de valor máximo, e não valor de dívida efetiva, o qual depende de se apurar o montante total do saneamento. Neste diapasão, o parecer compara números entre o PDI realizado no passado e o PDI a ser implementado no Besc que são incomparáveis pelo simples motivo de que o segundo PDI ainda não foi determinado, apurado e executado. O valor de R\$ 428 milhões para a implementação do PDI previsto no referido contrato é máximo, não significa que irá ser totalmente utilizado. É importante ressaltar que não está sendo contraída uma dívida nova em 1999. A dívida já existia em 31 de dezembro de 1998...” (CPI-BESC. Restrições ao voto do relator, 5/5/2000).

<sup>398</sup> CPI-BESC. Restrições ao voto do relator, 5/5/2000.

<sup>399</sup> *Ibidem*.

capital privado. Tal conclusão dos trabalhos da CPI fez o governo solicitar ao Banco Central informações referentes aos processos administrativos que estavam em curso contra ex-administradores do Besc no governo anterior do PMDB. O pedido foi imediatamente atendido e o Banco Central informou que existiam quatro processos administrativos envolvendo o Banco com 42 ex-administradores envolvidos. O documento relatava irregularidades cometidas nas operações de crédito por não respeitar normas de garantia prevista em lei, bem como irregularidades por publicar balanços financeiros referentes a dezembro de 1996 a junho de 1998 em desacordo com as normas do Sistema Financeiro Nacional.<sup>400</sup>

No início do governo Amin houve tentativas por parte de alguns representantes do Poder Legislativo e do próprio executivo em defender o Banco das ameaças feitas pelo Banco Central de querer liquidá-lo. Todavia, poucas semanas depois, o governo marchou unido em defesa da federalização por considerar a alternativa menos “traumática”. As forças políticas de viés liberal enclausurado no seio do Estado (governo estadual e federal) não deixaram dúvidas do jogo político orquestrado para que o modelo liberal de extinção ou redução dos bancos públicos, como queriam os organismos financeiros internacionais, tivesse sucesso. Tal constatação dessa simetria política ocorreu quando as autoridades financeiras do BC divulgaram números negativos sobre a saúde financeira da instituição e determinaram um maior rigor na avaliação de ativos, o que implicou o aumento de créditos em liquidação. Para piorar a situação, o governo do Estado também acabou divulgando dívidas que prejudicavam ainda mais a

---

<sup>400</sup> Além dessas irregularidades, estavam também: a) operações de crédito de retorno duvidoso, renovadas ou renegociadas, sem garantias ou com garantias insuficientes; b) efetuar operações de crédito com aumento do nível de tomadores inadimplentes; c) conceder desconto sobre saldo devedor de operações de crédito, sem fundamentação técnica; d) efetuar crédito em desacordo com os pareceres técnicos; e) não realizar cobranças de operações de crédito; f) publicar balanços financeiros em desacordo com as normas do SFN; g) publicar, em 1/09/95, 2/5/96 e 31/6/96, informações referentes à venda de LFTSC; i) prejuízos ao erário estadual com operações de compra e venda de títulos do Estado; i) empréstimos ao Estado sem a autorização legislativa e do BC; j) celebrar e liquidar irregularmente, em 23/10/93, contrato de câmbio no valor de US\$ 500.000,00; l) descumprimento de normas do BC para repasse de moeda estrangeira. Entre os diretores do Besc que aparecem no processo administrativo do Banco Central, estavam o presidente do Conselho de administração, o senador Nelson Wedeckin, o presidente da diretoria, Júlio César Pungan. Fernando Ferreira de Mello Junior, que ocupava a presidência da diretoria do banco em 1996, e Oscar Falk, que ocupou a presidência do Conselho de administração (Banco Central, 9 de maio de 2002).

imagem e a credibilidade da instituição. Essa sintonia entre governo estadual e governo federal ficou visível com o pedido aceito pelas autoridades financeiras para que adiassem as publicações dos balanços. Esses fatos, com já assinalados, trouxeram implicações negativas na capitalização de recursos e, conseqüentemente, na saúde financeira do Banco.

Os fatos ocorridos no processo de federalização/privatização do banco de Santa Catarina desencadearam, como verificou-se, uma disputa entre as duas principais forças políticas no Estado. De um lado, os “peemedebistas”, que tinham o interesse de advogar que, na sua gestão (1995-1998), o Banco tinha liquidez e, de outro, os “progressistas” e “liberais”, liderados por Esperidião Amin, que declarava que recebeu o Banco com problemas financeiros. A conclusão dessa luta política é que a instituição não foi defendida como supostamente poderia se pensar, nem pelos governistas, no início do governo, nem da principal bancada oposicionista (PMDB), para impedir sua federalização. A grande questão em jogo foi o risco do desgaste político que sofreriam os “peemedebistas”, que eram acusados de entregar o Banco com problemas. O governo Amin tentou, ao que parece, devolver os prejuízos políticos que teve quando deixava o governo, quando o Banco sofreu intervenção do Banco Central, em 1987 (como foi visto no capítulo dois), no qual teve o respaldo do governo do PMDB.

As tentativas no início do governo Amin para buscar resolver o problema das finanças do Banco, ou da resistência da principal bancada oposicionista (o PMDB) para impedir que a instituição fosse privatizada, não foram, certamente, por oposição à política neoliberal do governo FHC, mesmo porque a principal bancada de oposição, quando governou em 1997, também apresentou um projeto de reestruturação/privatização do Banco, como já foi analisado. O que estava por trás desse esforço de resolver a situação financeira e a luta no parlamento para impedir que o Banco não fosse vendido foi muito mais um jogo político para tentar corrigir os problemas que eles mesmos criaram do que uma suposta resistência às ameaças de liquidação do Banco Central pelo problema de inliquidez ou a privatização, pois, caso isso ocorresse, poderia significar o enfraquecimento da hegemonia de ambas as forças políticas, já que a instituição tem uma forte presença na vida da população e na economia do Estado.

A história da privatização do Besc é, certamente, uma história inacabada e promete ocupar por mais tempo a cena política no Estado.

Verificar-se-á a seguir que as autoridades do Banco Central encontraram dificuldades para concretizar o processo de transferência do Banco ao setor privado, uma vez que os segmentos organizados da sociedade demonstraram uma forte capacidade de mobilização e resistência. Quando parecia que o Banco ia ser definitivamente vendido, os movimentos surgiam em sua defesa. Esses movimentos conseguiram mobilizar vários segmentos da sociedade. As estratégias de convencimento realizadas junto às autoridades municipais, pequenos empresários e a população, de que a privatização traria prejuízos para a economia, já que o Banco era a principal fonte de obtenção de recursos para o desenvolvimento, trouxeram resultados.

Tratar-se-á também a seguir a emergência das greves nacionais dos bancários. Os anos de 2004 e 2005 marcaram a retomada das grandes lutas após um longo período de refluxo. O modelo neoliberal adotado nos anos 90, a política privatista, que reduziu a presença de bancos estaduais e demitiu em massa, o medo da perda do emprego, a flexibilização de direitos sociais e a subcontratação foram alguns fatores que afastaram esse segmento da classe trabalhadora do cenário das lutas no país. As paralisações foram uma resposta à precarização das condições de trabalho e aos salários achatados a partir da implantação do Plano Real do governo FHC. A retomada das lutas sindicais revelou que o trabalho continua ocupando papel central na vida desses trabalhadores e que o movimento sindical voltou com força a ocupar o seu lugar na história política brasileira.

## Capítulo 5

# A RESISTÊNCIA: LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BESC E O RESSURGIMENTO DAS GREVES NACIONAIS DOS BANCÁRIOS

Foram arquitetadas pelas autoridades financeiras do governo federal e estadual as condições para que o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) fosse “federalizado”, mas essa ação não impediu que surgissem os movimentos de oposição em defesa da instituição. A resistência teve os bancários como os principais protagonistas dessa história. Eles buscaram apoio junto aos políticos locais nos municípios do Estado, segmentos organizados dos trabalhadores e a população em geral para fortalecer a luta em defesa da manutenção do Banco como instituição pública. O movimento parece que trouxe resultados políticos negativos tanto para o governo de Fernando Henrique Cardoso, que não conseguiu reeleger seu sucessor, e Esperidião Amin, que não conseguiu se reeleger no pleito eleitoral de 2002. Mas a principal vitória dos bancários foi nos tribunais de justiça, quando as autoridades financeiras foram impedidas de realizar os leilões por ações judiciais.

O sindicalismo bancário viveu momentos difíceis nesse processo de reestruturação/privatização do Banco, talvez o mais delicado foi quando o governo implantou novamente o Plano de Demissão Incentivada (PDI), em 2001, para reduzir o número de funcionários e permitir que a instituição fosse definitivamente vendida aos grandes grupos financeiros privados. O PDI implicaria em perda de direitos e isso provocou um conflito entre o sindicato, o Banco e os trabalhadores. De um lado do conflito estavam as lideranças



sindicais, que se negavam a homologar o Acordo, de outro, os diretores do Banco, que passaram a pressionar a categoria para que ela aceitasse os termos da demissão. Os bancários foram compelidos a aderir, visto que eram ameaçados de perderem direitos ou serem demitidos caso ocorresse realmente a privatização. Assim, um contingente expressivo de trabalhadores passou a pressionar suas lideranças sindicais para que convocassem uma assembléia para assinar o Plano.

Diante do cenário da reestruturação bancária, da acumulação flexível, da política neoliberal, do aumento da participação de grupos econômicos financeiros, da redução da presença de bancos estaduais, da precarização do trabalho e do desemprego em massa, que ressurgem as greves nacionais dos bancários em 2004 e 2005 no país. Muitos acreditavam que com a ofensiva neoliberal e a chamada crise que se abateu no mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado nos anos 80, e posteriormente na década de 90 no Brasil, o movimento sindical dificilmente conseguiria se recompor. Mas o que se assiste nos últimos anos e o ressurgimento das lutas desse segmento da classe trabalhadora em resposta aos atuais padrões de organização do trabalho, desigualdades salariais, condições de trabalho e pela defesa de seus empregos.

A reestruturação capitalista e suas medidas de tecnicização, de reorganização do processo produtivo e de práticas empresariais, cujo objetivo é a submissão, a disciplina e a integração do trabalhador para a valorização e reprodução do capital, fragmentou e provocou uma heterogeneização desse ser social. As condições laborais tornaram-se diferenciadas, com a contratação de trabalho em tempo parcial, direitos sociais reduzidos e salários flexibilizados. Tais condições têm historicamente afetado a classe trabalhadora, que sempre se pautou por práticas diferenciadas entre trabalhadores qualificados e não qualificados, de gênero, de raça ou etnia. Essa transformação, sem dúvida, inibiu a resistência sindical, mas não a ponto de ameaçar a sua sobrevivência, como supostamente advogam alguns autores do fim do trabalho e do declínio irreversível do movimento sindical em escala mundial.

## **Os bancários tentam impedir a transferência do controle acionário do Banco**

No dia 27 de junho de 2000, o governo tentou realizar a assembléia de acionistas do Banco que decidiria o aumento dos recursos financeiros, a transferência do controle acionário para a União e a composição do novo quadro de diretores. Os diretores sindicais não concordavam com a decisão do aumento do capital. Para eles, a Medida Provisória (MP) 89 que tratava dos recursos para a federalizá-lo, era irregular e inconstitucional. Dessa forma, foi movida uma ação popular alegando que o dinheiro não estava previsto no orçamento e a MP não poderia tratar de matéria orçamentária.

A Justiça Federal concedeu a liminar para suspender a assembléia alegando “vislumbrar lesão ao patrimônio público”. As lideranças sindicais e políticos da oposição ao governo comemoravam a decisão: “Colocamos a ação no momento exato. O Banco está capitalizado e não federalizado”, referindo-se à vitória na justiça que suspendeu os recursos que o governo federal emitiu em títulos para o Banco. “Podemos (o Estado) até assumir essa dívida, mas sem abrir mão do Banco. É melhor do que ter a dívida (de R\$ 2,129 bilhões) e não ter o Banco”.<sup>401</sup>

Mas o governo recorreu e conseguiu reverter a decisão. O movimento sindical teve que amargar duas derrotas: uma no Tribunal Regional Federal (TRF), que pedia a interrupção do processo de privatização, e a outra na 5ª Vara de Justiça de Florianópolis, na qual os acionistas minoritários do Besc pediam a suspensão da assembléia.<sup>402</sup>

Assim, ficou garantida a realização da assembléia e aberto o caminho para a venda do Banco. O governo do Estado detinha a maioria das ações e, portanto, o poder total de decisão. Já os diretores sindicais eram acionistas minoritários e se abstiveram da votação

---

<sup>401</sup> DC, 16/8/2000. O governador Amin contestava os argumentos da oposição. “Na verdade, a dívida vai continuar como está, mas com a federalização podemos sanear o Banco, que desde 1997 apresenta problemas graves. O Besc tem dívidas a pagar e programas para desenvolver” (DC, 22/8/2000).

<sup>402</sup> As lideranças sindicais argumentavam que, para homologar o aumento de capital e a transferência de 67% das ações para a União, não foi “socializado” aos minoritários. A justiça, no entanto, entendeu que a questão era um “assunto interno” do Banco. Outra derrota do movimento sindical e da bancada oposicionista foi a não aprovação do projeto de plebiscito protocolado no dia 14 de agosto de 2000 na Assembléia Legislativa do Estado. A oposição queria que a votação fosse feita nesse mesmo ano, para aproveitar as eleições municipais que ocorriam. O requerimento propõe a seguinte pergunta: “O Besc deve continuar público, com controle acionário do Estado de Santa Catarina? Sim ou Não?”.

em sinal de protesto. Um diretor sindical lamentou a decisão, mas prometeu continuar a batalha na justiça. “Estamos fazendo nossa parte e tentaremos junto ao Supremo fazer com que o banco dos catarinenses seja preservado de mais esse rombo nas contas públicas”.<sup>403</sup>



*Foto n° 7. Manifestação dos bancários pela aprovação do plebiscito na ALESC, em 9/5/2001.  
Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Foplis-Região*

Os acionistas, então, aprovaram a homologação do capital. O secretário da Fazenda comemorava a realização da assembléia, que oficializava a federalização e a capitalização do Banco. “Agora o Besc é do governo federal”. O secretário dizia que o dinheiro do empréstimo ajudaria a solucionar os problemas de saúde financeira, já que o Estado, segundo ele, não tinha os recursos para saneá-lo”.<sup>404</sup> Os acionistas aprovaram também os

<sup>403</sup> DC, 30/8/2000. O movimento sindical acreditava que as ações poderiam fazer o Besc ficar parado nas mãos da União, como aconteceu com o Banespa, em São Paulo, que ficou cinco anos federalizado, uma vez que a justiça não conseguiu julgar todos os processos, o que impedia a venda do banco paulista.

<sup>404</sup> DC, 31/8/2000. O secretário informava que o capital era de R\$ 138 milhões e passou para R\$ 780 milhões. O aumento do capital do Besc, autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária, teve o seguinte destino: 1) R\$ 338 milhões para recomposição patrimonial do Banco; 2) R\$ 36 milhões para investimentos em tecnologia; 3) R\$ 271 milhões para recomposição patrimonial do Besc S.A. Crédito imobiliário; 4) R\$ 235 milhões para a cobertura de prejuízos mensais. (Besc, Relatório da Administração, In: Diário Oficial, 13/3/2003).

demonstrativos financeiros do Banco de 1998 e 1999, bem como os novos nomes para a diretoria e do Conselho.<sup>405</sup> Ainda no encontro foi determinada a revogação do artigo do estatuto do Banco, que garantia ao governo do Estado o controle acionário da empresa. Foi também determinada a apuração de fraudes cometidas por ex-gerentes e ex-diretores do banco.<sup>406</sup>

Para o governador Amin, a federalização não significava privatização. Ele dizia que o Besc tinha um déficit de R\$ 250 milhões e que “precisava, portanto, ser saneado, não leiloado”.<sup>407</sup> Poucos dias após essa declaração, novos números vazavam na mídia. Os valores apontam prejuízo líquido e patrimônio líquido negativo.<sup>408</sup> Entretanto, era anunciado um mês depois que o Banco tinha R\$ 1 bilhão de depósito em poupança; R\$ 250 milhões em depósitos a prazo e R\$ 250 milhões em depósito à vista; e os fundos de investimentos chegavam a R\$ 500 milhões.<sup>409</sup>

### **Os bancários ganham aliados**

Os prefeitos da região Oeste do Estado prometiam reagir à tentativa do governo de privatizar o Banco. Eles prometiam desencadear ações judiciais que garantissem a

---

<sup>405</sup> Um diretor sindical justificou ter votado contra a aprovação dos balanços e à revogação do artigo, que permitia a venda das ações do Estado pelo seguinte motivo: “Sabemos que os balanços foram maquiados para acusar prejuízos e justificar a venda do Banco, como o relatório da CPI apurou, por isso fomos contra a aprovação. O sindicato se absteve de eleger a nova diretoria e votou a favor da apuração de fraudes” (DC, 28/6/2000). O nome escolhido para ocupar o cargo de diretor-executivo no lugar de Victor Fontana, que havia renunciado, foi Carlos Eduardo Ferreira. No cargo de diretor-presidente foi o ex-gerente geral do Banco do Brasil em Lisboa, Luiz Carlos de Britto Lourenço. Os demais diretores foram: Antônio Joaquim Filho, funcionário do Banco Central, João Carlos Zaniolo Costa e Hélio Gama do Nascimento, ambos funcionários do Besc. Também foram escolhidos para o Conselho os nomes de Ângelo Silveira Bez, Valmor Leonel e Vânio Boeig.

<sup>406</sup> Foi encaminhada uma Ação Popular ao Ministério Público Estadual com denúncias contra 16 ex-diretores do Besc acusados de serem beneficiados por gratificações após terem deixado seus cargos entre 1995 e 1997. As gratificações foram concedidas sem o aval do Conselho de Política Financeira do Estado e julgadas ilegais pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

<sup>407</sup> O Estado, 15/8/2000.

<sup>408</sup> Um jornal revelava que o Besc tinha prejuízo líquido de R\$ 60,1 milhões e patrimônio líquido de R\$ 133,9 milhões. A Notícia, 19/8/2000.

<sup>409</sup> DC, 3/9/2000.

manutenção dos serviços bancários nas cidades do Oeste. Um prefeito de Nova Itaberaba do PMDB declarava suas preocupações. “O fechamento das agências irá dificultar ainda mais o desenvolvimento dos pequenos municípios. A economia e a agricultura ficarão enfraquecidas e nós precisamos evitar que isso aconteça”.<sup>410</sup> Para o Sindicato dos Bancários de Chapecó, Xanxerê e Região, a privatização do Besc poderia significar “o recrudescimento do êxodo rural e a transformação de prósperos centros urbanos em verdadeiras cidades fantasmas”.<sup>411</sup>

Na capital, os trabalhadores também protestaram queimando simbolicamente os demonstrativos financeiros de 1998 e 1999, que, segundo eles, foram “maquiados” pelo governo para poder justificar a transferência do controle acionário do Banco para a União. Os protestos continuaram durante todo o dia e no final da tarde de quinta-feira de 27 de junho de 2000. O movimento recebeu o apoio de trabalhadores da rede municipal e dos estudantes da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCEs) que faziam também protestos naquele dia.<sup>412</sup> As manifestações, conforme um diretor sindical, objetivavam “fazer um alerta à população de que o Banco não foi vendido ainda e de que existem condições de reverter esse processo”.<sup>413</sup> O sindicalista acreditava que era preciso envolver toda a população em defesa do Besc. “Precisamos do apoio de todos porque vamos bater de frente com a determinação dos governos estadual e federal”.<sup>414</sup>

O apoio que o líder sindical desejava já acontecia através de outros segmentos organizados da sociedade. O Movimento de Ataque Judicial à Imoralidade Administrativa

---

<sup>410</sup> A Notícia, 8/8/2000.

<sup>411</sup> A Notícia, 8/8/2000. Os trabalhadores do Besc de Criciúma, região Sul do Estado, também protestaram com paralisações. Eles distribuíram panfletos à população. O material divulgado informava que as agências do Besc em diversas cidades de Santa Catarina estavam fechadas em decorrência de fraudes “arquitetadas” pelo governo para entregar o Banco ao sistema financeiro privado (A Notícia, 28/6/2000).

<sup>412</sup> Os trabalhadores municipais da Florianópolis faziam manifestações pelas ruas da cidade contra a prefeita Ângela Amin. A prefeita, segundo suas lideranças, negava-se a dar posse aos diretores das escolas eleitos pela comunidade escolar. Já os estudantes engrossaram a luta apoiando os bancários no trabalho de divulgação de panfletos e cartazes com informativos dizendo da necessidade da permanência do Besc com banco público

<sup>413</sup> DC, 28/6/2000.

<sup>414</sup> Ibidem.

(Majia) foi um desses segmentos de resistência. A Majia denunciava contratos milionários feitos sem licitação.<sup>415</sup> O outro movimento, já mencionado neste trabalho, foi o Movimento Unificado Contra a Privatização (Mucap), que percorre os principais municípios do Estado em defesa do Besc.<sup>416</sup>

---

<sup>415</sup> Entre as acusações do movimento, destaca-se: a) Contrato firmado com a Fundação do Ensino da Engenharia de Santa Catarina, em dezembro de 1996, para a elaboração do Projeto Rede de Comunicação Tecnológica, que responsabiliza o ex-presidente do Besc, Fernando Ferreira de Mello Júnior, e os ex-diretores do então governo de Paulo Afonso Vieira; b) Convênio assinado com a Fepese, Feesc e Fundação Bom Cabral, em setembro de 1995, no valor de quase 6 milhões para prestar serviços relacionados à implantação do chamado modelo empresarial com sinergia; c) Contrato com Feesc, para consultoria e assessoria em recursos humanos. Acionando também o ex-presidente Fernando de Mello e os ex-dirigentes do Banco; d) Contrato com a Central de Convenções de Sistemas Limitada - Potenza, para testes e certificações de sistemas e desenvolvimento de procedimentos contingenciais na área de informática. Foi acionado o presidente Victor Fontana e os diretores do Banco; e) Por fim, ação referente ao contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras (Fipecafi), para consultoria e elaboração de estudos para subsidiar o Grupo Técnico Interno do Besc no processo de federalização, bem como diagnóstico do setor de tecnologia do Banco voltado para análise da relação demanda-capacidade dos equipamentos. (A Notícia, 25/1/2000).

<sup>416</sup> As lideranças do Mucap realizavam debates em escolas, universidades, Câmara de vereadores, praças públicas e empresas que estavam sendo ameaçadas de privatização, como o Besc, a Casan, a Celesc. O Movimento promoveu em dois anos mais de 100 atividades culturais.



*Foto nº 8. Manifestação de trabalhadores em ato simbólico queimando os balanços do Besc, em frente à agência central, na Rua Tenente Silveira, em 10 de agosto 2000. O protesto foi uma resposta do movimento sindical ao governo que adiou a publicação dos balanços. Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Folis e Região.*



*Foto nº 9. Manifestação do Mucap pelas ruas de Florianópolis com a figura de um palhaço, em 10/5/2000. Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Fpolis e Região.*



*Foto nº 10. Paralisação de 2 horas da agência da Praça XV de Novembro, em 10/8/2000, quando seria realizado a Assembléia de acionistas para aprovar os recursos para a federalização do Banco.  
Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Fpolis e Região.*

A defesa do Banco veio também com a realização do Iº Encontro Regional dos Besquianos, em 6 de maio de 2000. Estavam presentes no encontro superintendentes da Fusc, lideranças do Mucap, além de dirigentes sindicais do Departamento Estadual dos Bancários (DEB). O encontro resultou num conjunto de ações articuladas em defesa do Banco.<sup>417</sup>

---

<sup>417</sup> Entre essas ações em defesa do Banco, estavam: a) Campanha na mídia; b) Paralisação no dia 13 de junho. c) Formação de comitês por locais de trabalho, d) Reuniões com associações do Besc; e) Visitas na Assembléia Legislativa do Estado para fazer pressão aos parlamentares para que defendam o Banco. No encontro foi também aprovada moção de repúdio à Probesc, pois a entidade manifestou-se em defesa da privatização.





*Foto nº 11. Encontro estadual em defesa do Besc, em 6/5/2000  
Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Fpolis e Região.*

No ano seguinte, em 2001, surge também o “Movimento Besc Público Catarinense”. O movimento era constituído por sindicatos de bancários ligados ao DEB e partidos de oposição ao governo, como o PMDB, PT e PDT. As lideranças estavam convictas de que a privatização traria resultados negativos para o Estado. Eles trataram de buscar apoio junto às autoridades políticas dos municípios do Estado.

As lideranças do movimento elaboraram uma Carta que foi enviada aos prefeitos e vereadores das cidades do Estado.<sup>418</sup> O conteúdo do documento esclarecia sobre a importância da manutenção do Banco como patrimônio público, a presença do Banco em quase todos os municípios e seu papel como instrumento de desenvolvimento econômico e gerenciador de fomento aos pequenos e médios produtores, micro e pequenos empresários. A Carta também fazia questionamentos sobre o Banco, como: “(a) Se privatizar o banco, os senhores(as) já avaliaram como ficará seu município sem o Besc?; (b) Será que é possível, a qualquer catarinense, imaginar seu município sem o Besc?; c) Por que dizemos não à privatização?; (d) Que tipo de encaminhamentos podem ser feitos”?.<sup>419</sup>

O Movimento Besc Público tentava alertar as autoridades políticas das cidades que a privatização poderia implicar o crescimento do desemprego, seja por parte dos empregados do Banco, seja pelos trabalhadores de pequenos negócios ou

<sup>418</sup> O documento foi enviado aos prefeitos e Câmaras de vereadores dos 293 municípios do Estado.

<sup>419</sup> Movimento Besc Público Catarinense, 5/4/2001.

estabelecimentos locais, tendo em vista o fim do crédito e a dificuldade de encontrar apoio em instituições financeiras privadas dado o seu alto grau de seletividade de seus clientes. “O desemprego pode aumentar com o fechamento do pequeno comércio e de outros setores que gravitam em torno dos fluxos financeiros que o Banco proporciona, seja pela extinção das operações de crédito no município, seja pela redução da oferta de recursos financeiros para investimentos.”<sup>420</sup>

Um líder do movimento assim traduziu a importância do Banco e as razões da luta:

Começamos a fazer levantamentos e nessas visitas aos municípios nós chegamos à conclusão que, naqueles municípios onde só tem o Besc, existe uma microeconomia, pelo fato de existir uma agência bancária. As pessoas compram por ali, o dinheiro vai para o Besc, cria uma microeconomia. Quando o governo Amin assumiu, em 1999, começou o processo de federalização. O que nós verificamos então nesses municípios? Automaticamente teve uma crise, já que o Banco não estava mais financiando a agricultura, não teve mais o chamado CDC (Crédito Direto ao Consumidor), então começou a ter uma crise nos municípios. A gente falava com os vereadores, que eram da área agrícola, e eles falavam que estavam passando por dificuldades. O Banco do Brasil também nesse período estava com problemas nos financiamentos, estava muito exigente. O Besc, pra eles, era mais rápido.<sup>421</sup>

### **O Movimento Pró-PDI/Besc: os besquianos entram em conflito com o Sindicato**

No dia 19 de setembro de 2002, o diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central divulgou a data do leilão de privatização do Besc. A data marcada para a venda ficou para o dia 20 de novembro de 2002. Isso obrigou os diretores do Banco a acelerarem o processo de demissão para tornar assim mais atraente a venda da instituição. O Besc propôs aos sindicatos de bancários do Estado que o PDI fosse homologado através de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Muitos diretores sindicais foram contra essa medida imposta pelo Banco. O impasse acabou originando o Movimento Pró-PDI/ACT/Besc para pressionar os Sindicatos dos Bancários a convocar uma Assembléia para que homologasse o Contrato Coletivo. Isso gerou um conflito entre as entidades e lideranças do Movimento,

---

<sup>420</sup> Ibidem.

<sup>421</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 10/9/2005.

pois a entidade afirmava que não era seu papel nesse caso realizar a Assembléia, já que estaria cometendo um ato ilegal. Segundo um diretor sindical, a categoria poderia perder direitos já conquistados. Diz:

Nós entendemos que não necessitaria chamar uma Assembléia, porque ela iria discutir um acordo que tinha irregularidades, que tinha inconstitucionalidade, portanto, não teria sentido convocar uma assembléia para aprovar um acordo inconstitucional.(...) O Sindicato não estabeleceria nenhum impedimento para que o Banco realizasse de forma unilateral o Programa de Demissão Incentivada. Caberia ao trabalhador a decisão de aceitar ou não. O Sindicato se colocou à disposição para fazer a homologação aqui na entidade, mas o Sindicato não assinava o documento junto com o Banco com aquele conteúdo para a quitação do Contrato de Trabalho, até porque, fazendo a homologação aqui, o Sindicato tem que fazer as ressalvas daquele valor que o trabalhador não estaria recebendo e isso era o que o Banco não queria. (...) Se não fizessem o PDI, os trabalhadores seriam demitidos após a privatização sem os benefícios do programa de demissão. Esse era o artifício que o Banco utilizava para estimular os trabalhadores a pressionar a entidade sindical. O trabalhador do Besc tinha estabilidade, mesmo que o processo de privatização viesse a acontecer. O trabalhador continuaria tendo estabilidade. A empresa que viesse a comprar uma outra empresa receberia esta empresa tanto com ônus como com bônus.<sup>422</sup>

A maioria dos 22 sindicatos de bancários do Estado já haviam atendido as reivindicações da categoria, depois de muita pressão que os diretores sofreram, conforme declaração:

Todos os sindicatos que assinaram, assinaram por pressão dos empregados e por articulação do próprio Banco. Todos os sindicatos se recusaram a assinar no primeiro momento, mas logo depois acabaram cedendo à pressão e acabaram assinando. E declararam na ata da assembléia que se opunham a assinar aquele documento, como foi o caso do Sindicato de Blumenau, que deixou bem claro na ata as ameaças que sofreram para poder assinar o documento.<sup>423</sup>

---

<sup>422</sup> Entrevista realizada pelo autor com um diretor sindical no dia 1/11/2005.

<sup>423</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 1/11/2005. O presidente do Sindicato, Rogério Soares Fernandes, informou à imprensa que ele e outros diretores das entidades sindicais no Estado estavam sendo ameaçados de morte por não concordarem em homologar os ACTs do PDI. “Não só eu, como vários dirigentes sindicais do interior, foram ameaçados para assinar os ACTs” ( DC, 19/9/2002)

O impasse entre o Sindicato dos Bancários e o Movimento Pró-PDI/Besc parecia inevitável. Os bancários interessados em aderir ao Programa resolveram, no dia 18 de setembro de 2002, marchar pelas ruas da capital até a sede do Sindicato com apitos, gritos, faixas e cartazes, “Chega de ditadura sindical. Assembléia já”. Na caminhada, os manifestantes distribuíam panfletos à população e pediram a realização da Assembléia.



Foto nº 12 *Protesto dos besquianos pelo ACTs em frente ao prédio do Sindicato dos Bancários em 18/09/2002.*

*Arquivo: Centro de Documentação do SEEB – Fpolis e Região*

Os diretores sindicais procuravam demonstrar tranquilidade e convencer a categoria que não era papel do Sindicato convocar Assembléia. “O Besc está livre e desimpedido para fazer o PDI quando quiser, desde que não queira o aval do sindicato”.<sup>424</sup> Mas o clima era de tensão e alguns manifestantes não se conformavam com a posição da entidade. Um diretor também tentou esclarecer os fatos que ocorreram em frente à sede da categoria. “O impressionante é que estamos sendo criticados justamente por estarmos defendendo a lei”.<sup>425</sup>

---

<sup>424</sup> DC, 19/9/2002.

<sup>425</sup> Ibidem

Diante do impasse, os líderes do movimento procuraram o presidente da Federação dos Bancários, João Barbosa.<sup>426</sup> O presidente da entidade prometia colaborar e ajudar o movimento a encontrar uma saída para o impasse. “A Federação é solidária aos colegas besquianos e como representantes de todos os bancários do Estado nós poderemos tomar à frente essas negociações. Queremos deixar claro que só estamos agindo assim devido a uma situação incômoda, que só tem trazido angústia e ansiedade aos funcionários do Besc”.<sup>427</sup>

Descontentes com a decisão tomada pelo Sindicato, o Movimento Pró-PDI, através de suas lideranças, resolveu então marcar por conta própria uma Assembléia.<sup>428</sup> A Assembléia ocorreu no auditório da Catedral Metropolitana e os trabalhadores aprovaram por maioria absoluta o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que permitiria a efetivação do PDI. O presidente da mesa na reunião, Jader Mariano, declarava: “Temos o respaldo do Ministério Público, da DRT e do próprio Besc. Isso é suficiente para encaminhar as reivindicações dos funcionários”.<sup>429</sup>

O interesse dos diretores do Besc para que o PDI fosse homologado era evidente, pois, dessa forma, abriria caminho para a privatização, afinal, a redução do quadro de funcionários tornaria o Banco ainda mais atraente para a venda. Não foi por acaso que o diretor de planejamento, Pedro Goulart, estava presente no encontro e acabou assinando o acordo para regularizar a implantação do PDI na Delegacia Regional do Trabalho.

O conflito estabelecido entre os “besquianos” e seu sindicato contou com a participação direta do Banco, através de seus diretores e gerentes, que pressionavam para que os trabalhadores aderissem ao PDI, já que o direito de estabilidade poderia dificultar a

<sup>426</sup> João Barbosa é um típico personagem do chamado “peleguismo” sindical. Ele dirige a Federação dos Bancários por décadas em Santa Catarina. A entidade representa onze sindicatos de bancários no Estado. São eles: Sindicato dos Bancários de Camboriú, Sindicatos dos Bancários de Brusque, Sindicato de Caçador, Sindicato de Canoinhas, Sindicato de Itajaí, Sindicato de Joinville, Sindicato de Lages, Sindicato de Mafra, Sindicato de Porto União, Sindicato de Rio do Sul e Sindicato dos Bancários de Tubarão.

<sup>427</sup> DC, 19/9/2002.

<sup>428</sup> Um diretor do Sindicato dos Bancários informou que a assembléia marcada não tinha o consentimento da entidade. “O sindicato não passou procuração a qualquer pessoa para representá-lo na reunião” (DC, 25/9/2002).

<sup>429</sup> DC, 19/9/2002.

venda.<sup>430</sup> O Sindicato chegou a denunciar na Procuradoria de Justiça a pressão e as ameaças para que os bancários aderissem ao Programa.

Inicialmente o projeto do PDI era apenas indenizar os trabalhadores pela estabilidade, ou seja, comprar a estabilidade, quanto menos tempo de trabalho ele tinha, menos receberia de indenização, quanto mais próximo o trabalhador estava da sua aposentadoria, maior seria a indenização. Por meio do Sindicato e da Procuradoria da Justiça o Banco procurou modificar o Programa tirando algumas irregularidades, como, por exemplo, vantagens maiores apenas para cargos de maior escalão e obrigando os bancários a renunciarem a direitos caso aderissem ao programa.

Passado o período de conflito entre os trabalhadores e o Sindicato, muitos acabaram mais tarde, segundo um diretor sindical, reconhecendo a posição da entidade em não homologar o contrato, conforme desejava o Banco. De fato, um ex-bancário e ex-diretor sindical admitia: “Eu aderi ao PDI, mas a posição política do Sindicato estava correta”.<sup>431</sup>

A situação nos locais de trabalho, durante o período de implantação do PDI, foi bastante tensa. De acordo com uma liderança sindical, os trabalhadores não conseguiam expressar sua vontade de aderir ou não ao programa, uma vez que sofriam ameaças constantes de diretores do Banco. O PDI foi, em outras palavras, acompanhado de forte pressão psicológica e um clima de medo, ansiedade e incertezas quanto ao futuro do Banco e dos empregos.

O chefe dos recursos humanos vivia fazendo reuniões dizendo pra gente aceitar porque no banco particular o trabalho é pior. A gente fazia reuniões e eles mostravam como seria trabalhar num banco privado e os problemas que viriam, como transferência e sendo forçados a sair. Eu tinha pavor do que eles passavam pra gente. No estado emocional que eu estava, acabei aceitando sair. Mas eu me arrependo de ter saído, mas ao mesmo tempo o pessoal que ficou não está agüentando e está saindo. Amigas de agência que eu conheço saíram e disseram que ‘não estavam mais agüentando, era muita pressão, a gente não pode discordar de nada’. Uma delas que nunca faltou ao serviço, aquelas que nem fazem greve e vestem a camisa do banco, saiu porque discordou. Ela tem opinião, é íntegra, mas discordou do gerente e ele fez uma cartinha e colocou pra trabalhar lá no Oeste do

---

<sup>430</sup> Os trabalhadores do Besc tinham estabilidade no emprego aprovado na ALESC no governo Esperidião Amin (1983-1987).

<sup>431</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 9/9/2005.

Estado. Ela ia deixar mãe e família, então acabou entrando no PDI. Ela então não foi forçada a sair?<sup>432</sup>

Essa situação de pressão e medo no interior dos locais de trabalho foi o motivo que jogou os bancários contra o seu próprio sindicato. De acordo com um diretor sindical, os trabalhadores ligavam para a entidade informando que viviam sob pressão e o ambiente de trabalho tornou-se muito “estressante”. “Fizemos reuniões com os trabalhadores e muitos chegavam a chorar, chorar tal a pressão que sofriam, tanto aquele que queria entrar no PDI como aquele que não queria. Eles queriam que o problema fosse resolvido de uma vez por todas”.<sup>433</sup>

Os trabalhadores que desejavam aderir ao Programa de demissão foram atendidos, mas não foi exatamente como pretendia o Banco, uma vez que queria que o Sindicato respaldasse o acordo que tiraria direitos dos trabalhadores. Assim, o acordo passou a ser feito diretamente com o Banco, e a homologação não é feita no Sindicato, pois, segundo um diretor, “se for feita aqui, seria feito ressalvas para proteger o trabalhador e isso o Banco não queria. Então o que eles estão fazendo? Estão fazendo na DRT”.<sup>434</sup>

O Movimento Pró-PDI/Besc originou uma divisão entre diretores do Sindicato em decorrência da decisão de convocar ou não uma Assembléia, que decidiria o Programa proposto pelo Banco. Alguns ex-diretores manifestaram-se favoráveis ao programa de demissões e entendiam que não tinham como permanecer mais na entidade.

Com relação ao PDI. Esse é um assunto delicado em relação à história do Sindicato. Primeiramente eu me permito colocar a minha visão sobre demissão voluntária ou demissão incentivada. Eu fui e continuo sendo defensor. Se todas as empresas desse país tivessem PDI ou PDV, seria um avanço para os trabalhadores, uma forma de dificultar demissões ou até de indenizá-los em caso de demissão. Porém, sou sabedor de que o PDI surgiu não para dar garantia ao trabalhador, mais sim para sucatear empresas públicas tirando os trabalhadores estáveis tornando as empresas atraentes no mercado. Eu reconheço a posição política da direção do Sindicato,

---

<sup>432</sup> Entrevista realizada pelo autor com uma bancária que ocupava o cargo de Caixa no dia 16/11/2005.

<sup>433</sup> Entrevista realizada pelo autor com um diretor sindical em 1/11/2005.

<sup>434</sup> Entrevista realizada pelo autor com diretor sindical em 1/11/2005.

porém discordo porque ela está sendo autoritária e eu não posso concordar com autoritarismo. Eu rejeito a tese que os meios justificam os fins. Parte da diretoria me considerou como traidor. O Sindicato não pode deixar de ouvir a categoria, ela é a dona da entidade. Essa foi a minha crítica. Eu aderi ao PDI, mas a posição política do Sindicato estava correta. Mas a categoria fez um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas pedindo o cumprimento do Estatuto, mas o Sindicato se negou a realizar a assembléia.<sup>435</sup>

Apesar do conflito que ocorreu entre trabalhadores e os sindicatos em torno do PDI, o movimento revelou a capacidade de resistência do sindicalismo bancário contra a política privatista. As lideranças sabiam que a homologação da Assembléia abriria precedentes e iria atingir o conjunto da categoria em todo o país, ou seja, o programa serviria como modelo para que outros também adotassem, isso abriria caminho para a privatização de outros bancos estaduais.

Não haveria nenhuma possibilidade do Banco ser vendido se não tivesse uma grande adesão ao PDI. Havia rumores, caso 30% ou 40 % dos besquianos deixassem de aderir ao PDI, era praticamente inviável a privatização. O processo de PDI previa que grande parte dos funcionários do Besc tivesse que aderir ao Programa, porque nenhum banco privado compra uma empresa, ainda mais pública, com empregados com estabilidade. A exemplo do que ocorreu com outras privatizações, o banco privado compra e imediatamente começa a demitir os funcionários, antigos, não fica nenhum.<sup>436</sup>

### **A batalha jurídica adia a venda do Banco**

O governo do Estado e o Banco Central travaram uma batalha jurídica com os segmentos organizados em defesa do Besc público. O conflito nos tribunais foi adiando sucessivamente a transferência do Banco para o capital privado. O ano de 2001, por exemplo, foi marcado pela incerteza da data para a venda. Acreditava-se que as batalhas judiciais envolvendo o governo, o movimento sindical, os partidos de oposição e a própria

---

<sup>435</sup> Entrevista com um ex-diretor sindical que aderiu ao PDI no dia 9/9/2005.

<sup>436</sup> Entrevista com um diretor sindical no dia 21/11/2005.



recusa do governo em assinar o PDI atrasariam o cronograma de privatização.<sup>437</sup> Para o Secretário da Fazenda do Estado, o cálculo usado pelo Banco Central para as indenizações era “inaceitável”. “Eles querem fazer uma conta simples de regra de três, tornando o valor usado do PDI proporcional ao número de funcionários que aderirem ao plano. Nós queremos que o cálculo leve em conta o salário de cada servidor, evitando injustiças”.<sup>438</sup>

A indefinição da data do leilão não comprometeu o bom desempenho do Banco no primeiro trimestre de 2001. De acordo com dados da *Economática*, a receita foi de R\$ 64,888 milhões, ou seja, 5,55% a mais que o mesmo período do ano 2000. Já o lucro líquido, que apresentou índice negativo de R\$ 21,859, no 1º trimestre de 2000, passou para R\$ 8,91 milhões no ano seguinte.<sup>439</sup> O bom desempenho pode ser observado também no crescimento das ações do Banco. Enquanto em 1999 e 2000 as ações apresentaram forte queda, em 2001 tiveram uma alta de 14,53%.<sup>440</sup>

Apesar da batalha jurídica e das indefinições de data para a realização do leilão, grandes bancos privados nacionais e estrangeiros não escondiam seus interesses na aquisição do banco catarinense. Os técnicos analisavam com cuidado os documentos para se prepararem para o dia da venda. O então presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, admitia que a compra do Besc seria uma compra “estratégica”. Diz: “Apesar de termos uma rede de agências bastante extensa em Santa Catarina, absorver mais clientes, as contas do setor público e de várias empresas tradicionais do Estado é, sem dúvida, uma proposta tentadora do ponto de vista estratégico”.<sup>441</sup> O presidente do Santander no Brasil, Gabriel Jaramildo, disse também a um jornal que acompanhava todas as oportunidades de negócios

---

<sup>437</sup> O governo do Estado não aceitava que as indenizações aos funcionários fossem calculadas com base no salário líquido, além de não aceitar a imposição do número de adesão de 3 mil feita pelo Banco Central. Para um gerente de análise financeira do Banco Safra, existiam ainda outros fatores que atrasavam a venda do Banco, assim como outros bancos estaduais que passavam pelo mesmo processo de privatização. “O Banco Central está concentrando seus esforços no cumprimento das metas com o FMI, além de equalizar uma fórmula que evite o colapso na economia nacional com a crise energética. Esses fatores, acrescidos das dificuldades das economias da Argentina, mudam o foco de atuação do BC. Mas, provavelmente eles têm em mente que para o próximo ano o calendário vai piorar a situação” (A Notícia, 21/6/2001).

<sup>438</sup> A Notícia, 1/6/2001.

<sup>439</sup> *Economática*, In: A Notícia, 21/6/2001.

<sup>440</sup> *Ibidem*.

<sup>441</sup> *Jornal de Santa Catarina*, 2/6/2001.

que ocorriam no mercado financeiro brasileiro. “Queremos crescer no Brasil, o que é uma demonstração do nosso compromisso. Vamos olhar todas as oportunidades que se apresentarem. Sei que o Besc é líder do Estado, que é um banco muito importante. Esperamos que sua privatização esteja concluída em 2001”.<sup>442</sup> O analista de aquisições e fusões do HSBC, Wagner Simino, também afirma que o Besc é um dos melhores bancos estaduais para compra. “A instituição está num dos Estados mais ricos do Brasil, tem grande rede de agências e tem potencial para manter e ganhar novos correntistas com a profissionalização dos serviços depois de privatizado”, e conclui: “afinal, dos que restam, é o mais atrativo”.<sup>443</sup>

Os empresários de Santa Catarina demonstravam também interesse pela compra do Besc. O secretário de administração do governo, Celestino Secco, informava que o Estado não forneceria ajuda financeira ao consórcio de empresas interessadas em participar da privatização do Banco, mas admitia que a idéia da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) em liderar um consórcio de empresas para realizar a compra era bem vinda. “Vai ao encontro da proposta do governo Amin em manter o controle no Estado. Basta conseguir o dinheiro suficiente para dar um lance significativo no leilão”.<sup>444</sup>

O presidente da Fiesc, José Faraco, confessava o interesse da entidade nos estudos do projeto. Esse pedido de estudo que garantiria a compra do Banco por empresas catarinenses partiu, segundo ele, do próprio governador. Apesar dos valores assustarem os empresários.<sup>445</sup> O presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (Acic), Cláudio De Marco, era um desses otimistas, embora reconhecesse as dificuldades de recursos. “A idéia é viável, mas na hora de reunir os empresários, a dificuldade será encontrar alguém com suporte financeiro”.<sup>446</sup>

O ano de 2002 foi marcado também por adiamentos da data do leilão do Banco. No final do ano de 2002, já em pleno período eleitoral, o governo Amin já comemorava a nova

---

<sup>442</sup> DC, 12/3/2001.

<sup>443</sup> A Notícia, 28/6/2001.

<sup>444</sup> A Notícia, 24/3/2001.

<sup>445</sup> Falava-se que o valor de mercado do Besc estava em aproximadamente R\$ 400 milhões.

<sup>446</sup> *Ibidem*.

data. Tudo parecia estar caminhando bem para concretizar o processo de privatização. O governo chegou a anunciar o edital da venda no Diário Oficial da União. O preço mínimo chegou a ser fixado em R\$ 572,7 milhões. Quatro bancos apareceram para participar da disputa para ver quem ficaria com o Besc.<sup>447</sup> O presidente do Besc, Natálicio Pegonini, estava otimista e acreditava que seria impossível reverter o processo de privatização. “O Besc está pronto para venda. Qualquer mudança de trajetória só será possível por manobras políticas”.<sup>448</sup>

O diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais, Carlos Eduardo de Freitas, declarava com espírito de dever cumprido a data da venda do Banco. Para Freitas, as eleições não iriam atrasar o cronograma de privatização. O diretor estava convicto de que o governo, ao optar pela privatização, tinha feito a melhor opção, visto que o Banco, de acordo com ele, corria o risco de falir ou sofrer liquidação extrajudicial.<sup>449</sup>

A publicação do edital de venda foi apenas a primeira batalha vencida pelo governo e o Banco Central. Os movimentos de resistência contra a privatização prometiam reagir com ações judiciais para suspender a data do leilão. O procurador Geral do Estado também prometeu que iria ingressar no Supremo Tribunal Federal com uma ação contra a venda, visto que considerava “lesivo” aos cofres públicos e “vantajoso” aos interesses de grupos financeiros privados. “Todos os outros bancos estaduais foram privatizados com a conta única. Não há motivos para prejudicar o Estado de Santa Catarina agora. Esse edital só traz vantagens para os banqueiros interessados em comprar o Besc por um valor menor”.<sup>450</sup>

As autoridades financeiras foram surpreendidas com a reação do movimento sindical dos bancários e da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa do Estado, que conseguiram suspender o processo de privatização do Banco. Os

---

<sup>447</sup> Os quatro bancos inscritos para participar do leilão foram: Bradesco, Itaú, Unibanco e ABN Amro Bank. O preço mínimo estipulado foi considerado “justo”, segundo consulta encomendada por um jornal. Era esperado que o valor ficasse próximo a duas vezes o Patrimônio Líquido (PL) registrado no mês da venda do banco. A Notícia, 1/11/2002.

<sup>448</sup> A Notícia, 1/11/2002.

<sup>449</sup> A Notícia, 6/11/2002.

<sup>450</sup> Ibidem.

bancários comemoravam a vitória por meio de uma Ação Popular que reverteu a transferência das ações e do controle acionário do Banco para a União.<sup>451</sup> O processo alegava que a transferência das ações do Banco ocorreu sem que houvesse avaliação prévia, conforme determina a Lei 8666/93. Em outras palavras, efetivou-se a operação, sem a necessária fixação do preço e sem a quantidade de ações ordinárias e preferenciais envolvidas no negócio jurídico.

A batalha jurídica foi alterando o cronograma para a realização do leilão. As denúncias de irregularidades e ilegalidades no processo de federalização continuaram ocorrendo. O governador Amin, já no final de seu governo, também entrou em conflito com as autoridades do Banco Central, pois discordava do preço mínimo determinado pelas autoridades financeiras e prejuízos para os cofres públicos. Assim, o Estado entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o leilão. Numa decisão inédita do STF, foi aceito o pedido impetrado pelo Estado.<sup>452</sup> O tribunal reconheceu assim que o poder público poderia ter prejuízos com a venda do Banco.

Em um outro esforço conjunto dos sindicatos ligados ao Departamento Estadual dos Bancários (DEB), foi entregue um Dossiê ao Ministério Público Federal com novas denúncias cometidas pelo governo e a União. O resultado desta batalha jurídica foi que a Procuradoria Federal assinaria a portaria para abertura de Inquérito Civil Público, que investigaria o processo de federalização do Besc. Sendo assim, o Ministério Público passou a acompanhar todos os atos da administração do Banco no processo de privatização. Com isso, a justiça poderia intervir caso encontrasse problemas prejudiciais ao patrimônio público.

Os grandes grupos financeiros interessados em comprar o Besc não esperavam que o movimento sindical conseguiria adiar os leilões e impedir que o Banco fosse vendido. O

---

<sup>451</sup> Os autores da ação foram: a deputada Ideli Salvatti (PT), o Diretor do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, Rogério Soares Fernandes, o Presidente do PT, o advogado Milton Mendes de Oliveira, e o aposentado do Besc, Alfredo Rossi. Ação Popular, n. 20072000066145, Terceira Vara Federal de Florianópolis.

<sup>452</sup> Para se ter uma idéia das dificuldades para suspender a realização dos leilões no STF, o Tribunal cassou, em agosto de 2000, duas liminares concedidas pela Justiça Federal de São Paulo e de Brasília, que proibia o leilão de privatização do Banespa. A decisão do ministro foi tomada com base na MP de 1984, que permitia ao governo recorrer aos tribunais superiores em caso de sentenças que contrariem os interesses da União.

sindicalismo bancário estrategicamente conseguiu adiar a data dos leilões. O objetivo das lideranças sindicais era remeter a decisão do futuro do Banco para depois do pleito eleitoral de 2002. Os bancários acreditavam que a derrota de Amin ao governo e a vitória de Lula (PT) à presidência do País poderiam mudar todo o processo de privatização.<sup>453</sup>

A estratégia do movimento sindical de adiar os leilões e esperar o resultado das eleições foi vitoriosa. O resultado das eleições foi a derrota de Esperidião Amin para o seu maior opositor, Luiz Henrique da Silveira do PMDB, e a vitória de Lula (PT) à presidência da República. O novo governador eleito defendia o Besc como banco público.

O novo governo, no entanto, tinha muitos desafios, um deles era enfrentar segmentos organizados do empresariado catarinense contrários à manutenção do Besc público. O presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomercio), Antônio Edmundo Pacheco, por exemplo, manifestava sua vontade de que o Banco fosse privatizado. Pacheco entendia que o Banco servia como instrumento de uso político pelos representantes do governo. “Eu não gostaria de ver o Besc público com uma gestão política. A experiência passada mostra que o Banco deve ser privatizado”.<sup>454</sup> Outros segmentos, porém, mostravam-se favoráveis à recuperação do Banco. O presidente da Câmara de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Corte, por exemplo, afirmava que: “A indústria já trabalhou muito com o Besc, e na medida em que o Banco volte a oferecer serviços para o setor, não há dúvida de que os empresários vão retomar suas operações”.<sup>455</sup>

---

<sup>453</sup> O candidato Lula visitou o Estado e defendeu o Besc como banco público e/ou a idéia de transformá-lo em um “banco de fomento” para garantir crédito aos pequenos e médios empresários, uma espécie de “Banco do Povo”. Lula aproveitou e também fez crítica à política privatista do governo FHC. “Considero um absurdo o raciocínio de que só entregando o patrimônio público será possível resolver o problema dos Estados brasileiros. Acho que os bancos estaduais, ao invés de serem privatizados da forma que foram, deveriam ter sido transformados em bancos de fomento para ajudar o pequeno, médio empresário e produtor. Ninguém consegue ir ao banco e pagar dinheiro a 10% de juros ao mês. Pegou empréstimos, automaticamente assinou atestado de óbito da sua empresa. O Besc poderia sofrer alguns ajustes, aproveitando para inverter a prioridade do banco, transformando-o numa instituição de fomento, numa espécie de banco do povo. Fazer com que grande parte do dinheiro deste banco fosse reservada às pequenas iniciativas, de pessoas que, no fundo, são menos inadimplentes do que aqueles acostumados a dar calote nos bancos oficiais” (A Notícia, 4/8/1999).

<sup>454</sup> A Notícia, 15/1/2003.

<sup>455</sup> DC, 5/5/2003.

O governo de Luiz Henrique da Silveira (LHS) assume o comando, em janeiro de 2003, com a promessa de tirar o Besc do Plano Nacional de Desestatização (PND). Esta promessa seria um grande desafio para o seu governo, já que o Besc já estava sob o controle do Banco Central e na lista das próximas instituições financeiras a serem privatizadas. A esperança do novo governo era mostrar que o Besc era viável economicamente e poderia continuar exercendo seu papel de alavancar recursos para o desenvolvimento da economia do Estado.

### **A resistência para salvar o Besc: Os bancários no governo LHS**

O governo de Luiz Henrique da Silveira (LHS) ganhou as eleições de 2002 com a promessa de lutar pela manutenção do Besc como banco público. O novo governo do PMDB tinha o apoio e a promessa do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de que iria “estudar” o caso do Besc. No entanto, o governo federal, através de seu Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, já anunciava, na segunda semana do governo, que manteria o processo de privatização dos bancos estaduais que estavam sob o controle da União.<sup>456</sup> O pronunciamento de Palocci não foi bem aceito em Santa Catarina e provocou agitação no governo. O vice-governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), se dizia “estarecido” com a informação. “Se for desta forma, teremos de retomar as discussões e iniciamos hoje mesmo diálogo para que isso não ocorra. É compromisso do governo Luiz Henrique manter o Besc

---

<sup>456</sup> A privatização do Besc e de outros três bancos também federalizados, o Banco do Estado do Ceará (BEC), o Banco do Estado do Maranhão (BEM) e o Banco do Estado do Piauí (BEP) foram ratificados pelo Ministério da Fazenda em uma carta enviada ao FMI, em setembro de 2003. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, esses bancos teriam seu “preço mínimo definido até o final do mês”. A União, de acordo com o secretário, investiu bilhões nesses quatro bancos e que agora “tem pressa em recuperar o dinheiro”. (A Notícia, 9/9/2003). A carta informava ainda que: “Apesar de sua importância, a venda dos bancos federalizados avançou mais lentamente do que o previsto, em função, principalmente, de questões legais”.(Ibidem) No caso do Besc, após ter seu preço mínimo definido em R\$ 572,7 milhões, o Banco não pode ser vendido por força de decisão judicial, expedida no dia 7 de novembro de 2002, e ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 4 de dezembro de 2002, acatando solicitação do Governo do Estado, sob a alegação de que a privatização, com base em avaliações econômico-financeiras, não levava em conta os valores relativos à movimentação financeira do Estado no Banco, o que causaria prejuízos.

público e é uma das bandeiras do PT, no Estado, por isso vamos voltar à luta”.<sup>457</sup> O presidente do Besc, Eurides Mescolotto (PT), tratou, então, de viajar para Brasília para conversar com as autoridades do Banco Central e do Ministro da Fazenda sobre a privatização do Banco. “Tenho certeza que o Besc está fora da lista de privatizações, esta é uma garantia do presidente. Estamos trabalhando muito para que o Besc não seja vendido e continue como banco público”.<sup>458</sup>

O início do governo LHS foi marcado por articulações políticas e encontros com autoridades do presidente Lula para conseguir reverter a decisão de privatizar o Banco. Nos corredores do Ministério da Fazenda, o governador se encontrou com Palocci e marcou uma audiência para discutir o futuro do Banco. O governador estava otimista com relação à possibilidade de reverter à idéia privatista. Diz: “Esse é um assunto tão agudo, tão importante para nosso Estado e para o nosso país. Como toda regra tem exceção, esperamos que a exceção da regra seja o Besc”.<sup>459</sup>

Diante da existência da possibilidade concreta da privatização do Banco, como anunciava o governo federal, o governo do Estado reuniu as lideranças políticas da coligação que o elegeu e outras forças contrárias à venda do Banco.<sup>460</sup> “Os parlamentares do PT como um todo estão juntos conosco pela manutenção do Besc. Aliás, já existe uma decisão judicial que bloqueia a privatização. Queremos, primeiro, uma solução pacífica”.<sup>461</sup>

Esse otimismo em anular a venda do Banco não ocorria com o diretor do Besc, João Máximo Iurk. “Acredito que essa é uma decisão final”. Para ele, o Banco Central dará continuidade ao processo privatista a partir do ponto em que foi interrompido, ou seja,

---

<sup>457</sup> A Notícia, 14/1/2003. Não existia um apoio formal do PT ao governo. O apoio se dava na luta em defesa do Banco.

<sup>458</sup> Ibidem.

<sup>459</sup> A Notícia, 15/01/2003.

<sup>460</sup> Entre essas forças estavam o PT, o PDT e o PPS.

<sup>461</sup> A Notícia 15/01/2003. No Encontro Nacional dos Empregados do Besc, realizado no dia 19 de julho de 2003, o presidente do Besc esteve presente e continuava otimista em relação à permanência do Banco como instituição pública. Segundo ele, o Besc estava “formalmente” no Plano Nacional de Desestatização, mas não existia, diz, “ambiente político” para a privatização. “Todo o esforço, inclusive do governo federal, de dar essa oportunidade para que o Banco possa se viabilizar, nos convence de que o resultado disso será a manutenção do Besc público e de que conseguiremos retomar o controle pelo Estado” (Folha Sindical, 29/7/2003).

manterá as negociações com o governo do Estado e lançará um novo edital de privatização. João Iurk acreditava que isso ocorreria ainda no primeiro semestre do governo LHS. “Um processo de privatização aprovado pelo BC e pelo governo do PT é de uma legitimidade industrial”.<sup>462</sup>

A resistência dos bancários em defesa do Besc veio novamente mediante uma ação impetrada pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região. Em 1º de junho de 2004, um procurador-regional da República deu parecer contrário à federalização do Banco. Os bancários tinham a esperança que a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) poderia reverter o processo de federalização e barrar a ameaça de privatização do Banco.

Apesar disso, o Besc ainda permanecia sob o controle da União e corria o risco de ser realmente a próxima instituição financeira a ser vendida ao capital privado. Sendo assim, os dirigentes do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região e representantes da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETEC/CUT-SC)<sup>463</sup> trataram de elaborar uma carta solicitando ao Presidente Nacional do PT, José Genuíno, a retirada do Besc do Programa Nacional de Desestatização (PND). Na carta, os bancários lembraram que já houve esforço do governo federal e parlamentares do PT para aprovar a Lei 10.848, de 15 de março de 2004, que excluiu a Eletrosul do programa de privatização. Os trabalhadores bancários queriam que o mesmo ocorresse com o Besc. “Retirar o Besc das amarras do PND é fundamental para consolidar a estratégia de recuperação do Banco e para enterrar de vez as vozes da privatização”, afirma a Carta.<sup>464</sup>

Contudo, o governo de LHS encontrou uma situação nada fácil com relação à saúde financeira do Banco. Dados revelados pela própria instituição mostravam que o Banco ficou entre as instituições com maior prejuízo em 2002. O saldo negativo, até maio de 2003, estava em R\$ 1,2 bilhões. O prejuízo apresentado no respectivo ano foi de R\$ 981 milhões. Esse resultado negativo é atribuído ao PDI e à capitalização da Fundação Codesc

---

<sup>462</sup> A Notícia, 15/01/2003.

<sup>463</sup> A Fetec/Cut foi fundada em 24 de agosto de 2003, no V Congresso do Departamento Estadual dos Bancários (DEB/SC). A nova federação veio para substituir o DEB que era o último departamento estadual bancário ainda existente no país. A entidade surge com o propósito de unificar a luta da categoria no Estado e no país. A entidade já nasce forte, já que representa a maioria dos bancários em Santa Catarina. (Folha Sindical, 15/3/2005).

<sup>464</sup> Folha Sindical, 26/5/2004.



de Seguridade Social (Fusesc), conforme Tabela 20. Para 2003, a perspectiva também não era nada boa, no primeiro semestre o Banco teve prejuízo e com uma projeção negativa para o ano.

**Tabela 20**

**O Besc e as dez empresas com maior prejuízo em 2002**

Empresas	Prejuízos	Os prejuízos do Besc	Valores
<b>CESP</b>	R\$ 3,4 bilhões	Prejuízo contábil atual	R\$ 1,2 bilhão
AES Elpa	R\$ 1,3 bilhão	Prejuízo apresentado em 2002	R\$ 981 milhões
Light	R\$ 1,2 bilhão	Patrimônio líquido em 2002	R\$ 663 milhões
Telesp Celular	R\$ 1,14 bilhão	Patrimônio líquido em 2003	R\$ 107 milhões
Net	R\$ 1,12 bilhão	Carteira de clientes (contas correntes e poupança)	R\$ 500 mil
AES Sul	R\$ 1,02 bilhão	<b>O resultado negativo do Besc é atribuído a:</b>	
Cemig	R\$ 1 bilhão	Programa de Demissão Incentivada ( PDI)	R\$ 714 milhões
Brasken	R\$ 957 milhões	Capitalização da Fundação Codesc de Seguridade Social	R\$ 381 milhões
<b>Besc</b>	R\$ 942 milhões		
Electro	R\$ 939 milhões		

Fonte: Consultoria Econômica e Besc

Todavia, o clima entre as novas autoridades do Besc era de otimismo pela possibilidade de recuperar o Banco e mantê-lo fora do programa de privatização. Os prognósticos de fechar o ano de 2003 no negativo não se confirmaram. O fato ocorrido foi que o Banco saiu do prejuízo e começou a dar sinais de recuperação. O Banco acabou fechando o ano com balanço positivo. É verdade que os bons resultados foram principalmente em decorrência da venda de imóveis da instituição para o governo do Estado.<sup>465</sup>

<sup>465</sup> O Besc fechou o ano de 2003 com saldo positivo em R\$ 10,6 milhões. A venda de imóveis ao governo do Estado representou um lucro de 22 milhões ao Banco. Outro fator desse crescimento foi o capital recebido pelo Tesouro do Estado relativo a serviços prestados, O Besc chegou a registrar prejuízo de R\$ 12,3 milhões no primeiro semestre do ano de 2002 e a projeção do Banco era de fechar 2003 com perda de R\$ 34 milhões. (BESC, Balanço anual de 2003).

No ano seguinte, em 2004, o lucro foi ainda maior. O Besc teve aumento no lucro líquido de 33,1%. A instituição registrou crescimento de 30,7% em relação ao ano anterior, quando o lucro foi de R\$ 25,3%. Esse resultado foi obtido graças à expansão de 25,74% nas operações de linha de crédito em consignação, que chegaram a R\$ 402,2 milhões (Tabela 21). Assim, os recursos captados pelo Banco cresceram 9,92%. Os depósitos a prazo também tiveram expansão de 76,39%, saindo de R\$ 196,7 milhões para R\$ 346,0 milhões. Os depósitos em poupança cresceram 6,37%, de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,3 bilhão. A carteira de fundos também cresceu e o patrimônio líquido do Banco passou de R\$ 171,1 milhões para R\$ 204,3 milhões, com aumento de 19,37% no ano de 2004.<sup>466</sup>

---

<sup>466</sup> Besc, Balanço Anual, 2004.

**Tabela 21**  
**Operações de Crédito no Besc**

Valores em R\$ Mil

Aplicações	Besc		Besc consolidado	
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2004	31.12.2003
<b>Operações de Empréstimos</b>	203.890	168.828	402.216	321.528
<b>Operações de Crédito líquidas</b>	203.890	168.790	404.203	321.471
<b>Operações de Crédito Brutas</b>	220.002	194.622	433.489	360.587
Adiantamentos a depositantes	1.565	1.598	1.565	1.598
Empréstimos	100.306	79.987	217.782	138.270
Títulos descontados	16.725	7.878	16.725	7.878
Financiamentos	6.782	8.219	7.124	8.237
Financiamentos Rurais	94.624	96.940	94.624	96.940
Financiamentos Imobiliários	0	0	95.660	107.664
<b>Provisão das Operações de crédito</b>	(16.112)	(25.832)	(29.277)	(39.116)
<b>Adiantamentos sobre contratos de Câmbio</b>	0	38	0	38
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	0	0	13	19

Fonte: Besc, In:Diário Oficial-SC nº 17.585, 24.02.2005.

Apesar da política restritiva ao crédito, o Banco conseguiu atingir resultados positivos.<sup>467</sup> O lucro no ano de 2004 foi de R\$ 23,5 milhões, ou seja, uma rentabilidade de 18,17% sobre o Patrimônio Líquido Médio no período.<sup>468</sup> (Tabela 22)

<sup>467</sup> O Banco Central é quem dita a política de gestão no Besc. A política de crédito, por exemplo, é subordinada à determinação de diretores indicados pelo BC, que passaram a participar após a transferência do controle acionário do Banco para a União. O diretor do Besc, Jorge Lorenzette, revelou essa subordinação e as dificuldades para a ampliação dos negócios da empresa: “Para a

**Tabela 22**  
**Recursos Captados e administrados pelo Besc**

	Besc		Besc- Consolidado	
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2004	31.12.2003
<b>Recursos</b>				
<b>Recursos captados</b>	1.782.586	1.751.033	2.921.954	2.798.624
<b>Depósitos</b>	775.166	506.096	2.066.771	1.725.260
Depósitos à vista	445.278	334.258	445.278	334.258
Depósito de Poupança	0	0	1.268.771	1.192.770
Depósito à Prazo	324.114	170.298	346.948	196.692
Depósito Interfinanceiro	5.000	1.540	5.000	1.540
Doutros depósitos	774	0	774	0
<b>Captações do Mercado</b>	958.889	1.184.730	806.652	1.013.157
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	48.531	60.207	48.531	60.207
<b>Recursos Administrados</b>	1.586.079	1.303.208	1.590.608	1.306.634
Fundos de Invest. Financeiro FIF BESC PRIME	650.157	499.584	650.157	499.584
Demais Fundos e cart. Administrados	935.922	803.624	940.451	807.050
<b>Recursos Captados e Administrados</b>	<b>3.368.665</b>	<b>3.054.241</b>	<b>4.512.562</b>	<b>4.105.258</b>

Fonte: Besc, In: Diário Oficial-SC nº 17.585, 24.02.2005.

Em 2005, os recursos captados pelo Banco seguiram a tendência de crescimento. O aumento foi de 27,08% em relação ao ano anterior, o equivalente a mais de R\$ 1,2 bilhões. As operações de crédito acompanharam esse crescimento e apresentaram um percentual de 14,56%, ou seja, um aumento de recursos na ordem de R\$ 59,3 milhões em relação ao

---

ampliação de crédito, é preciso uma autorização do Banco Central, e nós estamos ainda num regime de gestão compartilhada do Banco Central no Ministério da Fazenda. Hoje, dos sete diretores do Besc, quatro são do Banco Central. A flexibilização para atuação depende de acordo em Brasília. Muita coisa foi conseguida, outras coisas a gente também não tem teto para abrir, não adianta abrir coisa que você não tem estrutura, você está esperando melhorar as condições externas dessa estrutura”. Entrevista realizada pelo autor em 12/12/2005.

<sup>468</sup> Segundo os demonstrativos financeiros do Banco, o resultado líquido positivo teve como fatores relevantes o recebimento, junto ao Tesouro do governo do Estado, de serviços prestados no valor de R\$ 5,6 milhões e a compra de venda de bens e imóveis firmada pelo governo do Estado e o Besc, em outubro de 2003, no valor de R\$ 10,3 milhões.

mesmo período de 2004. O Banco atribuiu essa expansão à continuidade da política de empréstimos.<sup>469</sup>

O clima de otimismo e de defesa do Besc no governo LHS foi chegando aos outros segmentos organizados dos trabalhadores. O Besc tinha agora apoio, por exemplo, da associação dos próprios trabalhadores do Banco, a Associação dos Profissionais e ex-Profissionais do Besc (Probesc), que chegou a apoiar, como vimos no capítulo três, a federalização. O presidente da entidade, Joares Távora de Mattos, declara a importância da presença do Banco em Santa Catarina:

Além de uma contemplação geral de oportunidade de negócios e apoio aos eventos do Estado, contribuindo sobremaneira para o crescimento das mais diversas regiões, o Besc encontra-se presente em 145 municípios, nos quais é a única instituição financeira prestando os serviços de natureza bancária que residem nestas cidades.<sup>470</sup>

Outra entidade de trabalhadores que manifestou a permanência da instituição como pública foi a Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusec). O seu presidente, Vânio Boing, afirma a importância do Banco sob o controle do governo do Estado. “Estamos sempre na defesa do Besc como banco público, e acreditamos que isso ainda é possível. O Besc tem demonstrado, ao longo dos últimos 18 meses, que é viável, porque tem apresentado resultados positivos e vem repetindo esse desempenho”.<sup>471</sup>

Apesar deste clima de otimismo, ainda pairava no ar um ambiente de incertezas quanto ao futuro do Banco. Não agradava ao movimento sindical a sua permanência na lista do PND. “Para nós é importante que o Banco saia do PND, que haja mudança da diretoria e

---

<sup>469</sup> As operações de crédito rural, no entanto, mostraram redução de 6,40%, ou seja, R\$ 6,1 milhões. Os financiamentos habitacionais também sofreram perdas de R\$ 12 milhões. Besc, Relatório Anual, 2005, In: DC, 21/2/2006.

<sup>470</sup> A Notícia, 21/7/2004.

<sup>471</sup> A Notícia, 21/7/2004. Essa posição do presidente da Fusec em defesa do Banco não é o que acredita um diretor sindical, já que no período em que levou à federalização do Banco a entidade não tinha uma posição definida. “Nossa própria fundação, a Fusec, ela não fazia a defesa clara. No discurso para fora dizia que era contra a privatização, mas por dentro, nós participamos dos debates, eles defendiam claramente que o Banco já havia ido para o saco, não tinha mais o que fazer”. Entrevista realizada pelo autor, em 10 de setembro de 2005.

que passe a investir em novos produtos”.<sup>472</sup> A reivindicação dos bancários de que a instituição fosse retirada do PND foi uma das pautas no Encontro Estadual dos Empregados do Besc, realizado no dia 16 de maio de 2004.<sup>473</sup>

As lideranças sindicais estavam descontentes com a continuidade da política de reestruturação do Banco, que reduziu significativamente o número de bancários na base.<sup>474</sup> Esta redução significativa no quadro funcional da empresa foi decorrente dos Planos de Demissão Incentivada (PDI) que o Banco vem adotando desde 1995 e da atual política engendrada pela atual diretoria. Ao mesmo tempo em que o Banco demitia trabalhadores, por outro lado, abria concurso público para o ingresso de novos trabalhadores.<sup>475</sup>

A continuidade da política de demissão ganhava um novo sentido, ou seja, enquanto no governo anterior o PDI era visto como uma forma de tornar o Banco mais atraente para a venda, no novo governo o programa foi a forma de equilibrar receitas e despesas para

---

<sup>472</sup> Diretor do Seeb-Fpolis e Região, In: DC, 5/5/2003.

<sup>473</sup> Além da retirada do Besc do PND como pauta do Encontro, também estavam em discussão os novos rumos e o fortalecimento do Banco. Os demais encaminhamentos foram: a) desenvolver ações sindicais e políticas para que sejam implementadas mudanças administrativas no Banco; b) lutar pela implementação de uma nova estrutura administrativa, conforme acordo assinado em 2003 com a direção; c) lutar pela instalação imediata da Comissão Paritária do Plano de Cargos e Salários (PCS); d) fortalecer a iniciativa de organizar um fórum dos bancos federalizados; e) organizar um encontro nacional dos empregados do Besc com os segmentos comprometidos com a manutenção do Besc público (Folha Sindical, 26/05/2004).

<sup>474</sup> Existiam, em dezembro de 2001, 4.882 bancários, sendo reduzidos para 2.979 em 2003. (Besc, Balanço Anual, 2003). De fato, como admitiu o próprio presidente do Banco, nesse período, a instituição reduziu as despesas com pessoal em 58% (O Estado, 20/2/2004).

<sup>475</sup> O presidente do Besc, ao ser questionado se não havia contradição entre a implantação do PDI e abertura de concurso público para o ingresso de novos funcionários, declarou: “Não há contradição. Nós vamos fazer um concurso para repor funcionários porque se fechou um acordo, em relação ao PDI, que até o dia 8 de abril de 2004 o Banco é que define quem vai sair. A partir de 8 de abril de 2004 o funcionário pode reivindicar esse direito. Já foram dispensados, pelo PDI, 1.785 funcionários e estão na expectativa do PDI por volta de 2,6 mil pessoas que estão no Banco, que podem chegar e dizer: ‘Estou indo embora’. Com isso, o Banco ficaria com 400 funcionários trabalhando, uma coisa impensável. Então, concurso público é uma questão vital hoje para o Besc. Obviamente fizemos uma pesquisa entre os que vão sair, 69% responderam que querem ficar depois de 8 de abril. Mas uma coisa é você responder a pesquisa, outra coisa é você, no dia 8 de abril, tendo um PDI de R\$ 200 mil na mão, dizer que vai continuar. Não podemos ficar nessa contingência, temos que contratar” (A Notícia, 21/7/2003).

torná-lo mais sustentável e garantir dessa forma a sua permanência como banco público. Um diretor do Banco declarava essa nova razão do PDI.

Na verdade, o PDI foi feito para a privatização. Na visão do Banco, continuar público não tinha sentido ter PDI, como é errado também ter estabilidade no emprego, isso está fora do propósito das regras de mercado da sociedade, e você também fica fora da concorrência. Mas era uma situação que estava dada. Eu acho que, se não tivesse o processo de privatização, não teria sentido ter PDI. Hoje, do ponto de vista da privatização, o PDI não interfere mais, ao contrário, do ponto de vista das alternativas, tanto você pode considerar positiva para quem é a favor de vender o Banco, quanto é positivo para quem é a favor do Banco continuar público.<sup>476</sup>

A volta do PMDB ao governo e a chegada do PT à presidência da República amenizaram a pressão do Banco Central e dos organismos financeiros internacionais, como o FMI e Banco Mundial de eliminar definitivamente os bancos estaduais no cenário econômico do país. Todavia, os defensores da manutenção do banco público sabiam que o Besc permanecia com a previsão de privatização, e que a vitória de centro-esquerda não garantia a volta do controle do Banco para o Estado, prova disso foi a venda do Banco do Maranhão e do Banco do Ceará no governo Lula.

A interrupção do processo de transferência do Banco ao capital privado apenas deu fôlego aos bancários e aos diferentes segmentos organizados da sociedade em buscarem novas formas de resistência aos ataques da ofensiva neoliberal que assolou o país nos anos 90. Enquanto a transferência não ocorria os trabalhadores puderam fortalecer a campanha contra a privatização. Segundo reivindicação do movimento, a recuperação do Banco passaria pela sua transformação, ou seja, que não estivesse a serviço de interesses de grupos econômicos ou de elites dirigentes que desejavam sua transferência ao capital privado. O movimento sindical queria recuperar seu antigo papel de capitalizador de recursos para fomentar o crédito e garantir assim a continuidade de políticas de desenvolvimento social e econômico no Estado. Dessa forma, o Banco poderia deixar de ser uma instituição de uso político e tornar-se de interesse social.

---

<sup>476</sup> Entrevista realizada pelo autor com um diretor do Banco no dia 12/12/2005.

Analisar-se-á a seguir o refluxo do sindicalismo nos anos 90, principalmente nos países de capitalismo central e, especificamente, o Brasil. Destacar-se-á os principais fatores que caracterizam a chamada crise sindical que se abateu no mundo do trabalho. Logo em seguida tratar-se-á dos movimentos nacionais de greves dos trabalhadores bancários no país, que ocorreram em 2004 e 2005. Esses dois movimentos foram marcados por uma forte onda de protesto por melhores condições de trabalho e salário. Em Santa Catarina, particularmente, assistimos à participação dos bancários do Besc nos movimentos de paralisação. As greves marcaram o ressurgimento das lutas trabalhistas no cenário político depois de estarem um pouco adormecidas no contexto da reestruturação/privatização do setor bancário no país.

### **O refluxo do sindicalismo na década de 90**

Para alguns sociólogos, a chamada “crise do sindicalismo”,<sup>477</sup> que se abateu no mundo do trabalho, nos remete a uma série de fatores econômicos, políticos, sociais e ideológicos. No plano econômico, estariam: as inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho; a competição internacional; as mudanças nas relações de trabalho, que evitariam que os problemas trabalhistas chegassem até o sindicato; precarização do trabalho, subcontratação, terceirização, remuneração flexível, tempo de trabalho parcial, desemprego estrutural, inflação em baixa.<sup>478</sup> No plano político-sindical, têm-se: a persistência da estrutura sindical corporativa que criou uma geração de sindicalistas descomprometidos com sua base; burocracia sindical; contribuições sindicais obrigatórias;

---

<sup>477</sup> Rodrigues, em seu artigo “Declínio das taxas de sindicalização: a década dos anos 80”, toma o cuidado de diferenciar o conceito de “crise” e “declínio”. “A ‘crise’ não necessariamente implicaria prognosticar o seu fim, a instituição sindical poderia estar passando por uma fase de mudança, difícil certamente, mas passível de superação após algumas mudanças da própria instituição ou do seu meio. O sindicalismo em crise poderia se recompor, se fosse capaz de superar a fase crítica. Já o termo ‘declínio’ remete a um processo mais longo que não forçosamente deve levar a uma crise da instituição sindical, quer dizer, a mudança negativa nas suas formas de organização, nas suas estratégias, nos seus valores, etc. Teoricamente, um sindicalismo pode ir declinando, extinguindo-se lentamente, perdendo poder e espaço, como um organismo envelhecido que caminha para a morte” (RODRIGUES, 1997:4).

<sup>478</sup> HAVEY, 1992, ANTUNES, 1995, 1999.



apego ao poder normativo da Justiça do Trabalho.<sup>479</sup> No plano ideológico, estariam: o crescimento das idéias neoliberais; o individualismo; a valorização da competição; o desinteresse da juventude em participar de organizações sindicais ou partidárias e optar por movimentos ecológicos, pacifistas, étnicos, etc.<sup>480</sup> No plano social: a dificuldade de organizar e mobilizar a chamada “nova classe” de trabalhadores, formada por técnicos e peritos com maior qualificação profissional e alta escolarização em relação à classe operária.<sup>481</sup>

A redução nos índices de sindicalizados nos países industrializados <sup>482</sup> é um indicador, para muitos autores, da crise sindical que se abateu sobre o sindicalismo, principalmente a partir dos anos 80 e 90, quando são introduzidas novas tecnologias poupadoras de força de trabalho e deslocamento de trabalhadores para atuarem em empresas terceiras (“terceirização”), ou mesmo pela privatização de empresas estatais que concentravam grandes números de trabalhadores e que sofreram redução do seu quadro de pessoal. Os sindicatos têm dificuldades de incorporar nas suas bases este novo contingente de trabalhadores subcontratados, temporários ou que atuam em escritórios, pequenas empresas, especialmente as mulheres, já que são as principais vítimas do trabalho temporário e de baixa remuneração.

---

<sup>479</sup> BOITO JR, 1992.

<sup>480</sup> Nesta mesma direção, Offe salienta que os operários têm necessidades e interesses não somente como classe, mas também como indivíduos. Segundo este autor, estudos na Alemanha sobre as transformações na percepção dos jovens no trabalho revelaram que: “os valores ‘tradicionais’ e as atitudes orientadas para o trabalho – como renda, segurança, diligência, subordinação, disciplina, geralmente têm menos importância para os trabalhadores mais jovens (aqueles com menos de 35 anos). Eles têm sido parcialmente substituídos pelos ‘novos’ valores, tais como auto-realização, criatividade e liberdade para tomar decisões” (OFFE, 1995:203).

<sup>481</sup> RODRIGUES, 1992.

<sup>482</sup> Nos Estados Unidos, 19% dos trabalhadores homens são sindicalizados, as mulheres são apenas 13%. Na Alemanha, esta disparidade é ainda maior, quase metade dos homens é sindicalizada, enquanto apenas 20% das mulheres trabalhadoras estão filiadas aos sindicatos (ALVES, 1996:126). Sobre o declínio dos índices de sindicalização e seus impactos na vida sindical nos países centrais, ver RODRIGUES, 1992, ALVES, 1996 e ANTUNES, 1995 e 2000.

A crise do sindicalismo nos países de capitalismo avançado não pode ser entendida apenas tendo como elemento central a dessindicalização, antes de tudo, é importante considerar as particularidades de cada país. No caso do Brasil, por exemplo, as taxas de sindicalização são ainda relativamente baixas na maioria das categorias profissionais. Algumas categorias chegaram a aumentar suas bases de representação ao longo dos anos 80. Já nos anos 90, as taxas de sindicalização no geral ainda não ultrapassaram os 25% de trabalhadores sindicalizados, apesar de ter ocorrido um crescimento de 27%.(IBGE, 2002).

O declínio no número de greves é outro indicador utilizado para medir o problema da crise sindical. De fato, o número de greves diminuiu bastante ao longo da década de 80 em muitos países de capitalismo avançado.<sup>483</sup> Contudo, é preciso considerar, também, as especificidades de cada país, já que os condicionantes dos conflitos podem ter sido provenientes de diferentes fatores, como instabilidade econômica, inflação alta, perda do poder de compra da classe trabalhadora, ou mesmo pela dificuldade de aglutinar trabalhadores terceirizados e subcontratados.

Foi certamente com a crise de acumulação, a partir dos anos 80, que o capital passou a viver seu momento mais crítico. Com as baixas taxas de acumulação, acarretando baixos índices de produção, com salários reduzidos e desemprego em dimensões estruturais, é que podemos afirmar os seus impactos nos organismos de representação da classe trabalhadora. Diante desse quadro adverso, o capital se reorganiza em conjunto com seu sistema ideológico e político de dominação em escala mundial, em que o neoliberalismo foi sua expressão mais forte. As políticas neoliberais assumem, portanto, as suas mais diversas formas, ou seja, nas aberturas comerciais, políticas de privatização, ajustes monetários, reestruturação produtiva, novos modelos de reorganização do trabalho,

---

<sup>483</sup> Antunes, em sua abordagem sobre a crise do sindicalismo na Inglaterra, destacou a redução no número de greves nas últimas décadas. “Enquanto na segunda metade dos anos de 1970 a média anual foi de 2.412 greves, na primeira metade dos anos 80 houve uma redução para 1.276 paralisações, tendência que se acentuou ainda mais entre 1986 e 1989, quando ocorreram em média, 893 greves por ano. Durante a década de 90, essa tendência acentuou-se ainda mais no Reino Unido: em 1990 ocorreram 630 greves; em 1991, esse número caiu para 369; em 1992 chegou a 253; em 1993, a 211, e em 1994 reduziu-se a 205 greves” (ANTUNES, 2000:74).

novas formas flexíveis de remuneração, e desregulamentação de direitos sociais e sindicais da classe assalariada.

É frente à crise estrutural do capital e da ascensão ao seu sistema ideológico e político que podemos compreender o refluxo que se abateu sobre o sindicalismo em esfera mundial. À medida que o capital encontra dificuldades para valorizar-se, ele (o capital) é obrigado a buscar novas formas de controle sobre a força de trabalho. As inovações tecnológicas, a precarização do trabalho e a reorganização do processo produtivo são as maiores expressões da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora.

A partir dos anos 90, porém, começa um novo cenário na história econômica e política no Brasil, com conseqüências diretas sobre a classe trabalhadora. A vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 inauguraria a vigência do neoliberalismo no país. As políticas neoliberais chegaram, entretanto, atrasadas em comparação com os países da América Latina como México, Argentina e Chile. Estes países viveram longos períodos de altas taxas de inflação e passaram a adotar o “Consenso de Washington”,<sup>484</sup> com abertura comercial, privatizações e reestruturação no parque industrial.

O sindicalismo brasileiro sentia os reflexos dos planos de estabilização da economia. Segundo dados do Dieese, os números da média de grevistas por greve foram diminuindo gradativamente, entre 1992 e 1997. Em 1993, os grevistas chegaram a ser de 3,5 milhões, com a participação de 5.507 trabalhadores nos movimentos. Com a implantação do Plano Real, em 1994, é possível observar que o número de grevistas também foi declinando, sendo que, em 1996, houve um ligeiro aumento, contudo, nesse mesmo ano, eram 2.015 greves, com participação média de 2,5 milhões, e reduziu-se fortemente para 630, em 1997, com uma média de 1.284 trabalhadores (Tabela 23).

---

<sup>484</sup> O “Consenso de Washington” foi o nome atribuído ao encontro dos representantes do governo norte-americano e dos organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e BID, especializados em assuntos latino-americanos. Um conjunto de regras é definido por esses organismos internacionais para os países de capitalismo periférico. Ver Paulo Nogueira Batista, 1994; Ver também P.P. Kuczynski e J. Williamson (Orgs), 2003.

Tabela 23

**Número de greves, grevistas e média de trabalhadores por greve 1992/1997**

Anos	Greves	Grevistas	Média de grevistas por greve
1992	557	2.562.385	4.600
1993	653	3.595.770	5.507
1994	1.034	2.755.619	2.665
1995	1.056	2.277.894	2.157
1996	1.258	2.534.960	2.015
1997	630	808.925	1.284

Fonte: DIEESE, 1998.

Além dessa queda no número de greves, houve também, de acordo com o IBGE, uma pequena queda de 5,2% no número de sindicalizados em relação à população economicamente ativa. Porém, em 10 anos, o número de sindicatos cresceu 43% no país, passando de 11.193 para 15.963 sindicatos.<sup>485</sup> A queda no número de grevistas e sindicalizados pode ser compreendida como uma tendência do movimento sindical brasileiro ao modelo de sindicato por empresa. De acordo com o DIEESE, as reivindicações revelaram que as greves dos trabalhadores se davam por empresas e não pelo conjunto da categoria. Já as pautas de reivindicações eram por atraso de salários, participação nos lucros e resultados (PLR), ou questões de garantia e defesa do emprego. Conforme ainda o DIEESE, a preocupação maior do movimento sindical diz respeito à questão do emprego. As reivindicações como: protesto contra demissão, contratação temporária, estabilidade temporária, garantia de emprego, readmissão e contra programas de demissão voluntária estiveram inseridas em 91 greves, ou seja, 14% do total. Os protestos para evitar demissões ocorreram em 52 greves, representando 8,3% das paralisações. Em 1996, esta preocupação esteve presente em 5,7% dos movimentos. A

<sup>485</sup> As taxas de crescimento dos sindicatos de trabalhadores autônomos foram de 307%, enquanto as taxas de sindicatos rurais decresceram de 40%, em 1991, para 36% em 2001. (IBGE, Pesquisa Sindical (1990/2001), 2002).

preocupação com a estabilidade e garantia de emprego, em 1996, esteve em 13 paralisações, isto é, apenas 1%; em 1997, o percentual passou para 2,5% do total.<sup>486</sup> Essa nova tendência nas relações de trabalho foi impulsionada pela política de abertura comercial, em que, diante do acirramento da competitividade, impõe um novo regime de contrato de trabalho mais flexível.

Ao longo dos anos 90, o movimento sindical não conseguiu dar respostas ao crescimento da massa de trabalhadores desempregados ou precarizados pela reestruturação das empresas. Esta força de trabalho não encontrava apoio sindical, pois é somente representada quando está formalmente ligada à sua base sindical. Aquele trabalhador que não apresenta um contrato formal de trabalho é excluído da base. É diante desse afastamento da base que os laços de solidariedade e sentimento de classe vão se rompendo. Este quadro de crise de agregação gerou uma segunda crise, ou seja, uma crise de reconhecimento do trabalhador diante de sua entidade de classe. Em outras palavras, os sindicatos não deram respostas ao grande contingente de trabalhadores excluídos pelo processo de reestruturação capitalista.

A reestruturação, na era do neoliberalismo, da mundialização do capital, e da flexibilização de direitos sociais, provocou profundos abalos na organização da classe trabalhadora. A crise atingiu a subjetividade do trabalhador, sua maneira de pensar e agir com conseqüências diretas para seus sindicatos. Os sindicatos foram adotando posturas mais defensivas diante da ofensiva do capital. As bandeiras anticapitalistas foram sendo colocadas de lado e substituídas pelo socorro aos empregos, que não paravam de desaparecer com a automação, a robótica e a microeletrônica. A redução do assalariado formal é visível, por outro lado, surge o trabalhador informal, o trabalhador terceirizado e o trabalhador subcontratado, além de uma força de trabalho mais jovem, mais escolarizada, mais qualificada e, ao mesmo tempo, sintonizada ideologicamente com a nova lógica do mundo da produção capitalista.

Com a desregulamentação e a liberalização do mercado financeiro e a política privatista de FHC, é quando realmente o sindicalismo bancário viveria seu momento mais

---

<sup>486</sup> DIEESE, Movimento grevista cai pela metade, 1998.

negativo. É neste cenário de transformações que podemos entender o refluxo na vida associativa da classe trabalhadora bancária no país.

No setor bancário, a reestruturação capitalista, dos anos 90, flexibilizou o trabalho e inibiu a resistência do sindicalismo bancário. Nos ambientes laborais, a dominação patronal adotou estratégias para aumentar a produção e segmentar o trabalhador. O trabalhador é induzido a desempenhar individualmente ou em equipe metas de produtividade. Esta segmentação provocou rompimento dos laços de solidariedade de classe. As formas flexíveis de remuneração inibiram a capacidade de coletividade e ação coordenada das entidades sindicais, já que o patronato fragmentou os interesses coletivos da classe ao valorizar o desempenho individual, por meio de salários flexíveis, premiações, promoções, etc. Os sindicatos menores ou afastados dos grandes centros econômicos encontram dificuldades para mobilizar suas bases mesmo em momentos de campanha salarial, uma vez que o salário é, agora, determinado pelo empenho e capacidade que cada indivíduo tem de produzir. Desta forma, os bancos conseguiram envolver ideologicamente os bancários nos interesses da empresa, que muitas vezes acabam estando (os trabalhadores) mais próximo do banco do que de seu próprio sindicato.

Os programas de “qualidade total”, bastante difundidos pelos bancos, também são outra estratégia de inibir o poder sindical. Os programas procuram envolver o trabalhador tanto para a maior racionalização do processo produtivo como para a eliminação da resistência sindical. Os bancos transformaram os bancários em agentes de venda de produtos. Jinkings, ao analisar os programas de qualidade total em alguns importantes bancos do país, percebeu que uma das finalidades dos cursos oferecidos buscava “aperfeiçoamento gerencial” com informações sobre o “produto” da empresa e funções que o trabalhador deveria desempenhar. A autora observou também nos informativos dos bancos a ênfase em programas de venda. O bancário é induzido a vender produtos aos clientes. Nasce assim o “bancário vendedor” (JINKINGS, 2002:179).

Druck et alii destacam também duas características presentes nestes programas. A primeira é que eles criam manuais que padronizam e normatizam todas as etapas dos serviços bancários. Estes manuais, dizem, “são a expressão do taylorismo do trabalho nos bancos”. A segunda é caracterizada pela busca do atendimento de qualidade e satisfação do

cliente, para isso, é fundamental atendê-lo com rapidez, simpatia e eficiência ( DRUCK, et alii,2002:221).

Estas estratégias de racionalização do trabalho, que procuram envolver este trabalhador a pensar e agir para o capital, são o que configuram o mais novo duro golpe contra o coletivismo e a ação sindical da classe trabalhadora. Dessa maneira, a transformação no ambiente laboral ampliou o poder dos bancos e moderou a capacidade de resistência dos trabalhadores na sua ação coletiva nos anos 90.

Outro fator que colabora com o refluxo do sindicalismo bancário foi o movimento de concentração da rede bancária. Observa-se uma forte concentração de bancos principalmente na região Sudeste do país. Segundo estudos do DIEESE, o número de municípios brasileiros sem agências bancárias cresceu 49% entre 1994 e 1999. Os dados surpreendem quando revelam que, de cada 10 (dez) municípios, 3 (três) não dispõem de atendimento bancário. Para se ter uma melhor idéia deste problema, nos Estados do Acre, Amapá, Paraíba e Rio Grande do Norte, mais de 70% dos municípios não possuíam agências bancárias. Este número aumenta para 80% nos Estados de Roraima e Piauí, e chega a 82% em Tocantins. Isso significa que são mais de 30 milhões de brasileiros em 1.701 municípios sem serviços de banco.<sup>487</sup> É diante deste quadro de esvaziamento de bancos pelo território nacional que os sindicatos, sobretudo os pequenos, sofrem com a redução nas suas bases. Os sindicatos localizados em regiões mais isoladas enfrentam, certamente, mais problemas para organizar e mobilizar a classe.<sup>488</sup>

Apesar disso, o sindicalismo bancário conseguiu se recompor frente ao processo de mundialização do capital, a crise do emprego formal e dos mecanismos de cooptação ideológica engendrados pelas instituições financeiras ao longo dos anos 90. Para Junckes, os trabalhadores pagaram um preço muito alto, já que as lideranças sindicais viram

---

<sup>487</sup> DIEESE, 1999:4.

<sup>488</sup> Essa situação de esvaziamento geográfico de bancos no país é fruto do processo de “saneamento” promovido pelo Proes, que, como vimos nos capítulos anteriores, resultou na fusão e privatização dos bancos nos Estados. O desinteresse das instituições financeiras privadas em atuarem em regiões de pouca movimentação econômica é, sem dúvida, outro fator que enfraquece os pequenos sindicatos. Para uma análise do problema da concentração de bancos em grandes centros financeiros, ver JUNCKES, 2004.

desaparecer sob seus olhos, ao longo dos anos 90, cerca de mais de 400 mil postos de trabalho.<sup>489</sup> Junckes reconhece que esta redução do número de trabalhadores bancários afetou de forma diferenciada os sindicatos no país e comprometeu sua própria sobrevivência. (JUNCKES, 2004:179).

Os trabalhadores bancários tiveram sua ação coletiva e capacidade de resistência bastante reduzidas devido principalmente ao fantasma do desemprego proporcionado pelo processo de reestruturação produtiva, programas de demissão, investimentos em tecnologia e a subcontratação e precarização do trabalho. No entanto, após o longo período de intimidação e dificuldades de mobilização, os bancários voltam a reivindicar melhores condições de trabalho e salário. O bom desempenho dos bancos, principalmente entre 1999 e 2005, e o declínio dos salários nos últimos anos foram os principais motivadores que levaram a categoria a ocupar as ruas das cidades do país, como será na seqüência abordado.

#### **A greve dos bancários de 2004**

Para os que acreditavam que dificilmente o sindicalismo bancário no país conseguiria sobreviver aos ataques da reestruturação capitalista, não tiveram mais nenhuma dúvida depois da noite de 14 de setembro de 2004, quando os trabalhadores decidiram em assembléia geral entrar em greve nacional por tempo indeterminado. A decisão do movimento pela greve resultou em uma das mais longas paralisações da história da categoria.<sup>490</sup> A greve dos bancários, que começou no dia 15 de setembro de 2004 em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Brasília, atingiu rapidamente 18 Estados do país em poucos dias. Além dos dois principais centros financeiros do país, São Paulo e Rio de Janeiro, outras cidades foram aderindo ao movimento. Várias agências fecharam as portas no Rio de Janeiro como: Angra dos Reis, Baixada Fluminense, Campos de Goytacazes,

---

<sup>489</sup> Segundo Junckes, com base em dados do Dieese, a categoria foi reduzida em 51%, passando de 802.451 para 390.986, entre 1989 e 2001 (JUNCKES, 2004:173).

<sup>490</sup> Analisando as lutas bancárias até meados dos anos 80, Canêdo assinala que a maior greve nacional dos bancários ocorreu no dia 23 de janeiro de 1946 e durou 19 dias. Foi a segunda greve da categoria de extensão nacional. O movimento foi tomando dimensões nacionais e atingiu cidades como: Florianópolis, Vitória, grande parte das cidades de Minas Gerais, Belém, Niterói, Recife, Porto Alegre, João Pessoa e Maceió. (CANÊDO, 1986:57).

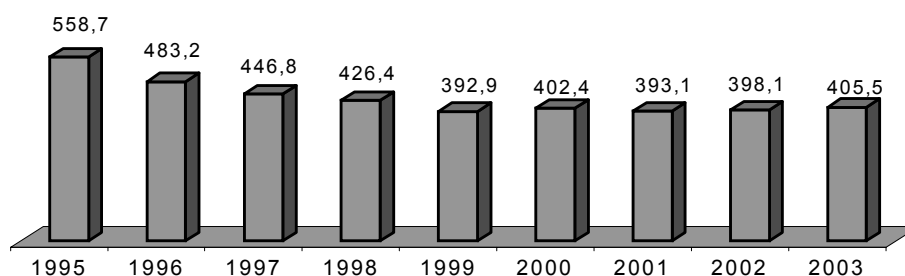


Teresópolis, Três Rios, Itaperuna e Niterói. Em Santa Catarina, as atividades ocorreram em Florianópolis, Chapecó, São Miguel do Oeste e Videira. Na Bahia, os trabalhadores cruzaram os braços em Salvador, Irecê, Itabuna e Ilhéus. Em Mato Grosso, a greve atingiu Cuiabá. Foi também suspenso o trabalho no Acre, Pará, Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e Caxias, bem como no Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.<sup>491</sup>

A melhoria da atividade econômica trouxe o acirramento das negociações com os banqueiros. Enquanto a ação sindical ao longo da última década se concentrou no socorro aos empregos que estavam desaparecendo no setor bancário (ver Gráfico 9) e nos salários que não acompanhavam os índices de inflação, sobretudo a partir do ano 2000 (ver Gráfico 10), o mês de setembro, data base da categoria, colocou os bancários novamente na cena política do país, após atravessar um período de baixo crescimento em sua economia em 2003, quando o PIB chegou ao seu nível mais baixo. Os bancários, então, aproveitaram os primeiros sinais de recuperação da economia, em 2004, e decidiram retomar as lutas que andavam adormecidas.

### Gráfico 9

Número de trabalhadores no setor bancário (1995-2003) \*



\* 27,4% é a queda do número de funcionários de 1995 a 2003

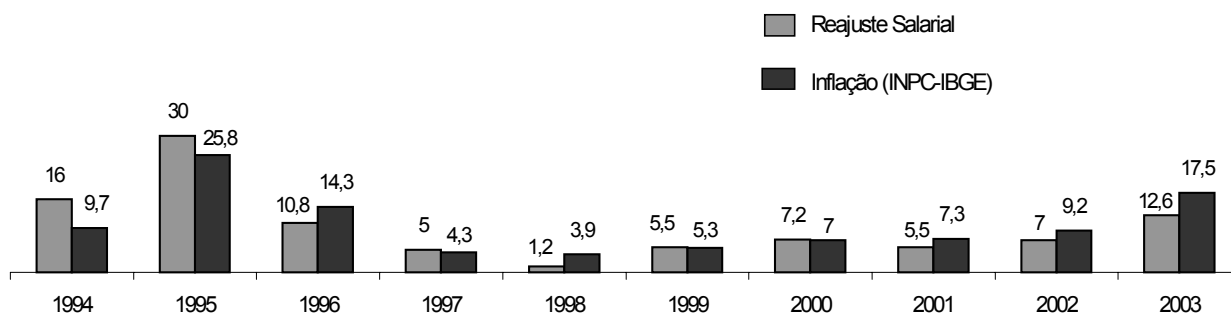
Fonte: ABM Consultoria, Dieese e Ministério do Trabalho In: Folha de São Paulo 23/09/2004.

O momento era bom para negociar melhorias salariais para a categoria, visto que o lucro dos bancos privados na última década foi sempre positivo. Da mesma forma, os

<sup>491</sup> O Globo, 18/9/2004.

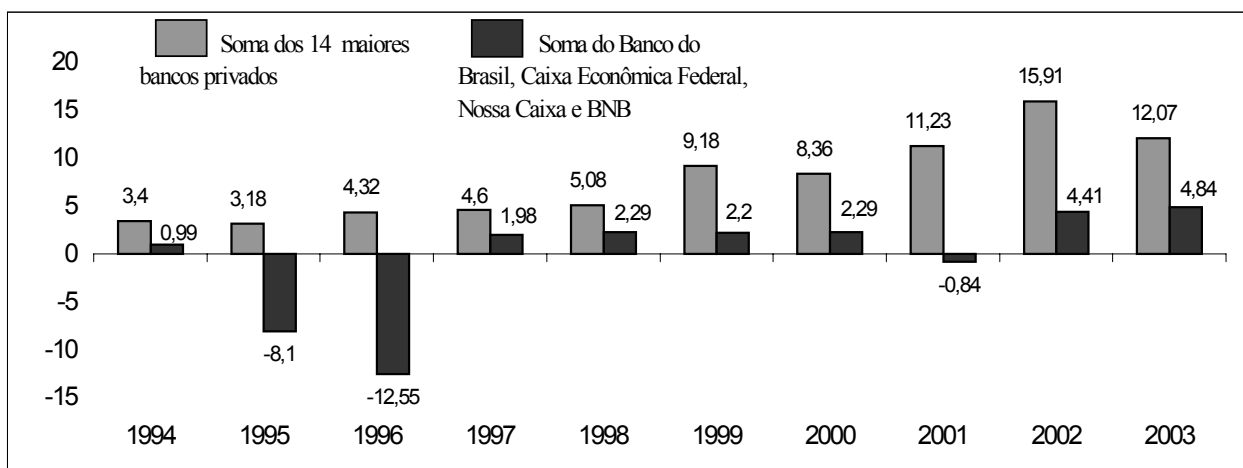
bancos públicos também apresentaram um bom desempenho a partir do ano 2000, conforme Gráfico 11.

**Gráfico 10**  
Os reajustes salariais dos bancários e os índices de inflação (1994-2003)



Fonte: ABM Consultoria, Dieese e Ministério do Trabalho In: Folha de São Paulo 23/09/2004

**Gráfico 11**  
O lucro dos bancos (em R\$ bilhões)



Fonte: ABM Consultoria, Dieese e Ministério do Trabalho In: Revista Isto é 29/09/2004.

A greve nacional dos trabalhadores bancários revelou novas forças políticas no movimento sindical bancário. O movimento deixou transparecer uma disputa interna entre as lideranças que conduziram a greve no principal centro financeiro do país (São Paulo). A

hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) no movimento sindical, que tem a CUT (Central Única dos Trabalhadores) como o seu braço direito, começava a disputar espaço com outras forças políticas que emergiam no sindicalismo no país, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o ainda embrionário Partido Socialista da Liberdade (P-Sol), ambos partidos formados por ex-militantes que atuavam no PT.<sup>492</sup> O rápido crescimento do PT e a sua chegada ao poder no comando do país aceleraram as divergências e os descontentamentos das lideranças mais radicais do sindicalismo.

O crescimento da ala mais radical do movimento sindical foi se consolidando, especialmente a partir da greve de 91 dias no Poder Judiciário de São Paulo, em que os militantes do PSTU e do P-Sol tiveram um papel decisivo. A evidência deste crescimento foi a criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) que já disputava com a CUT, a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras centrais sindicais a hegemonia do sindicalismo no país.<sup>493</sup>

As lideranças sindicais que formam a Oposição Sindical, braço direito do PSTU, estavam interessadas nas eleições para a direção do maior sindicato do país, o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Não foi por acaso que a greve dos bancários foi bastante marcada pela participação de militantes do partido, que estavam não apenas na disputa do comando da entidade, mas também na eleição municipal que ocorria naquele ano. A prova disso foi o nome de Dirceu Travesso, da Oposição Sindical, na disputa eleitoral como candidato do partido à prefeitura da cidade de São Paulo, em que deixava claro os seus objetivos com o movimento grevista. “O que está por trás dessa greve é a instalação dos trabalhadores com

---

<sup>492</sup> O P-Sol é fruto do descontentamento de militantes do PT com o governo Lula, que combinou com a expulsão de alguns parlamentares em 2003 e de membros da ala mais radical do partido, como a Democracia Socialista e a Força Socialista.

<sup>493</sup> Outra evidência desse crescimento é a perda de sindicatos de base cutista. Entre os sindicatos que passaram a serem controlados pelo PSTU, estão: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas, o Sindicato da Construção Civil do Ceará e o Sindicato dos Servidores Públicos Federais. O Conlutas tem como objetivo reunir trabalhadores desempregados, trabalhadores do setor informal da economia e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). José Maria de Almeida, presidente do PSTU, acreditava que o movimento ganharia força ao reunir vários segmentos excluídos da sociedade com diferentes pensamentos. “Nossa proposta é mais abrangente. E abriremos espaços para a existência de várias correntes de pensamento”, diz. (O Estado de São Paulo, 3/10/2004).

um sindicato comprometido com a política do governo. O sindicato levou para a assembléia uma proposta distante daquela que os bancários querem”.<sup>494</sup>

Com o movimento dos bancários ocorrendo durante as eleições municipais e o PSTU, que tinha seu candidato próprio, aproveitaram o horário gratuito na televisão para pedir aos trabalhadores que recusassem a proposta salarial exibidos pela Febraban. A proposta da entidade previa um reajuste de 8,5% a 12,77%, dependendo da faixa salarial, além de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Uma vez reunidos em assembléia, os diretores do Sindicato informaram à categoria os índices apresentados pela entidade dos banqueiros. As lideranças dos bancários consideravam que haveria ganhos com os números apresentados nas negociações com os representantes dos bancos. Os bancários, entretanto, consideravam o reajuste ainda insuficiente e decidiram, assim, como queria o PSTU, recusar a proposta e manter a paralisação.<sup>495</sup>

Um diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que pertencia à corrente Articulação Sindical, corrente majoritária dentro da entidade, admitiu que a direção do Sindicato defendia inicialmente a proposta da Febraban, mas a categoria estava ainda descontente com as perdas sofridas nos últimos anos pela inflação (ver Tabela 24). “Nos últimos quatro anos, os bancos pagaram abonos em vez de aumento real. A paralisação ocorreu porque a categoria avaliou que a proposta era insuficiente. Inicialmente foi defendida pelo sindicato, mas desde que foi rejeitada buscamos abrir negociação com a Febraban”.<sup>496</sup>

---

<sup>494</sup> FSP, 3/10/2004.

<sup>495</sup> Um bancário que estava presente na assembléia revelou a clara divisão no movimento. “A direção do sindicato ficou batendo na tecla de que a proposta negociada com os bancos trazia aumento real. O PSTU queria a paralisação para fins políticos. Os funcionários dos bancos públicos estavam insatisfeitos com as perdas salariais acumuladas em anos sem reajuste, o resultado foi a greve”. (FSP, 3/10/2004).

<sup>496</sup> FSP, 3/10/2004.

**Tabela 24****Reajuste salarial dos bancos**

<b>Ano</b>	<b>Inflação/INPC</b>	<b>Bancos privados</b>	<b>Banco do Brasil</b>	<b>CEF</b>
2000	6,98%	7,2%	1,7%	
2001	7,31%	5,5%	2%	
2002	9,16%	7%	5%	5%
2003	17,5%	12,6%	12,6%	12,6%
2004 *	6,22%	25%**	25%**	25%

\*A rentabilidade dos bancos subiu de 9,8%, em 1994, para 20% no ano de 2003, enquanto o piso salarial caiu de 4,3 salários mínimos para 2,6 no mesmo período (ABN Consulting , Dieese e Ministério do Trabalho In: Folha de São Paulo, 23/9/2004)

\*\* proposta de reajuste apresentada pelos bancários

Fonte: Isto É, 29/9/2004.

A greve dos bancários teve duração de trinta dias e chegou a atingir 24 capitais do país. O movimento, segundo empresários e lideranças sindicais, não teria chegado a este impasse se a reforma sindical proposta pelo governo Lula tivesse ocorrido.<sup>497</sup>

<sup>497</sup> A reforma sindical foi discutida pelo governo, empresários e trabalhadores no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). O propósito da reforma é fortalecer as negociações coletivas e evitar os conflitos, como ocorreu na greve dos bancários no país e acabou nos tribunais. O projeto de lei para a reforma sindical está no Ministério do Trabalho, mas patrões e trabalhadores ainda não chegaram a um consenso a respeito das medidas apresentadas pelo governo. As propostas apresentadas não têm agradado as partes. O governo diz que a sustentação financeira das entidades (sindicatos, federações, confederações e centrais) e as regras para a negociação coletiva já foram acertadas, porém o que se vê na prática é ainda muito conflito sobre esses e outros temas da reforma. A CGT, ala conservadora do sindicalismo, por exemplo, abandonou o Fórum de debates e decidiu levar individualmente ao Congresso a sua proposta de reforma. Esta central quer a manutenção do velho imposto sindical, que obriga todos os trabalhadores a pagarem parte de seus salários às entidades sindicais. Outro ponto que provoca polêmica é a Organização por Local de Trabalho (OLT). Os empresários querem que apenas as empresas com mais de 200 empregados tenham representação no local de trabalho. “A organização no local de trabalho deve ser discutida caso a caso na negociação coletiva. Não deve ser determinada em lei”, diz Rodolfo Tavares, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (FSP, 21/10/2004). Já os trabalhadores querem que as empresas a partir de 20 empregados já tenham representação. João Carlos Gonçalves, presidente interino da Força Sindical, acredita que: “A organização dentro da fábrica torna as negociações mais próximas da realidade de cada empresa. É um atraso cultural do empresariado resistir a essa forma de organização, comum no setor do mundo”(Ibidem). Do lado do governo, ele propõe que, durante

A greve dos bancários revelou o apego das lideranças sindicais e do empresariado financeiro ao poder normativo da Justiça do Trabalho. A Febraban recorreu várias vezes ao longo da greve aos tribunais para que os serviços bancários voltassem à normalidade. O Tribunal Regional do Trabalho, por exemplo, a pedido do Ministério Público de São Paulo, concedeu liminar determinando a abertura de todas as agências bancárias em greve no Estado, sob pena de multa diária. A liminar obrigava que pelo menos 60% dos funcionários trabalhassem para garantir o atendimento à população.<sup>498</sup>

Ainda na batalha jurídica, a entidade dos banqueiros buscou também junto ao Tribunal Superior do Trabalho que julgasse a greve da categoria ilegal. Para o representante da Febraban, Magnus Apostólico, o movimento de paralisação estava prejudicando o atendimento em várias agências, razão que justificava a intervenção da justiça. Um diretor sindical rebateu dizendo que o movimento era forte, mas “parcial e concentrado” em São Paulo.<sup>499</sup>

A decisão do TRT-SP pela abertura de todas as agências e o funcionamento com pelo menos 60% dos trabalhadores foi discutida em assembléia da categoria, que decidiu não acatar a determinação da justiça e continuar mantendo a greve por tempo indeterminado. Para um dirigente sindical, “a decisão é ruim, afronta a lei de greve e prejudica os bancários. Não será a decisão do TRT que vai diminuir o ânimo dos trabalhadores”.<sup>500</sup>

A greve nacional dos bancários já atingia a grande maioria dos Estados do país, mas as negociações com os banqueiros continuavam cada vez mais difíceis. Os representantes

---

três anos, empresas a partir de 100 trabalhadores tenham representação. Após três anos, as empresas a partir de 50 empregados teriam representação (Fórum Nacional do Trabalho e Ministério do Trabalho. In: FSP, 21/10/2004).

<sup>498</sup> A liminar que estabelece o atendimento à população foi concedida após audiência de conciliação entre representantes dos bancos e dos bancários. A decisão da liminar foi tomada pelo juiz após saber que cerca de 400 mil novos aposentados em todo o país precisavam se cadastrar para poder receber seus benefícios da Previdência Social. “O serviço bancário, neste caso, se torna essencial. O artigo 11 da lei de greve diz que serviço essencial é aquele que coloca em risco um serviço prestado à população” (FSP, 30/9/2004). Outras batalhas jurídicas ocorreram pelo país. Na Paraíba, o TRT também concedeu liminar que determinou a ilegalidade da greve. No Ceará, o TRT considerou a paralisação abusiva e que 40% da categoria deveria voltar ao trabalho (FSP, 29/9/2004).

<sup>499</sup> O Globo 30/09/2004.

<sup>500</sup> *Ibidem*

dos bancos não abriam mão de sua proposta inicial de reajuste de 8,5%. Para a Febraban era impossível apresentar outra proposta, pois argumentam que já havia sido encaminhada e discutida com os líderes do movimento. Os 25% que a categoria reivindicava eram, segundo Magnus Apostólico, “loucura”. Diz: “Voltar a discutir 25% de reajuste é brincadeira. Nós não temos mais nenhuma proposta para fazer, porque a que fizemos foi construída em conjunto com eles. Pedir 25% de reajuste é uma loucura”.<sup>501</sup> O mesmo pensava o presidente da Febraban e do Bradesco, Mário Cypriano, ao ressaltar que a proposta da entidade de reajuste de 8,5% mais abono poderia chegar para alguns trabalhadores a 12%. “Com uma inflação de 6%, isso significa aumento real de 2,5% a 6%”.<sup>502</sup>

Um diretor sindical rebateu os argumentos dos líderes dos bancos dizendo que os bancários tentam negociar, mas os bancos não renegociam sua proposta. O líder sindical considerava justas as reivindicações da categoria, já que o setor bancário tem apresentado bons lucros nos últimos anos.

São justas porque o bom desempenho do sistema financeiro nos últimos anos demonstra que é possível os banqueiros pagarem esse aumento. Em 1994, os 11 maiores bancos tiveram lucros de R\$ 1,3 bilhões. Em 2003, esses mesmos bancos acumularam lucro da ordem de 13,8 bilhões, o que dá um acréscimo de mais de 1.000%. Nesse mesmo período, os salários não subiram nessa proporção.<sup>503</sup>

Os bancários ganharam um apoio de peso durante a primeira semana da paralisação. O presidente Lula, e alguns de seus ministros declaravam publicamente apoio ao movimento da categoria. O presidente Lula, por exemplo, considerava a greve “normal” e

---

<sup>501</sup> FSP 29/09/2004

<sup>502</sup> Ibidem

<sup>503</sup> FSP, 29/9/2004. Segundo dados do BC, o lucro dos bancos continuou a crescer nos anos seguintes e batendo recorde. Os dois maiores bancos privados do país, Itaú e Bradesco, registraram, em 2005, os maiores lucros da história. O Bradesco cresceu 80% e lucrou R\$ 5,5 bilhões. O Itaú seguiu logo de perto com R\$ 5,25 bilhões. Ainda segundo o BC, o BB, o Bradesco, o Itaú, o Unibanco e o Santander juntos lucraram R\$ 3,21 bilhões em 2000 e passaram para R\$ 18,40 bilhões em 2005 ( FSP, 22/5/2006).

que era um direito da categoria reivindicar melhorias salariais, uma vez que a economia estava melhorando e os bancos tinham apresentado bons lucros.<sup>504</sup>

Os ministros do governo também estavam bem sintonizados com o pensamento do presidente. O ministro das cidades, Olívio Dutra, por exemplo, que já foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, declarou que:

Está na hora de as instituições financeiras compartilharem um pouco de seus lucros fenomenais com a sociedade e com os trabalhadores da categoria, os bancários. Há uma defasagem enorme nos salários. Os bancários têm sofrido perdas grandes, e os bancos nunca perdem nada.<sup>505</sup>

Os líderes do movimento dos bancários comemoravam as declarações de apoio do governo. No entanto, as declarações de solidariedade não tiveram efeito prático para a categoria. Os sindicalistas esperavam que o governo abrisse os canais de negociação com os representantes da Febraban, mas este apoio foi negado pelo Ministro do Trabalho em reunião com o presidente da CNB.

À medida que a greve ia se prolongando, o governo tomava consciência da dimensão real do problema. O movimento dos bancários era o maior já enfrentado pelo governo Lula e começava a prejudicar os serviços à população e dar prejuízos para a economia, principalmente ao comércio, que sentia os efeitos diretos da paralisação. O governo sabia que os prejuízos políticos também poderiam ser grandes caso não tomasse uma atitude para pôr fim ao conflito.

Assim, o governo resolveu endurecer contra o movimento da categoria, especialmente dos dois bancos federais, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF). A decisão de endurecer aconteceu em reunião com os ministros, Ricardo Berzoini (Trabalho), Luiz Gushiken (Comunicação) e Olívio Dutra (Cidades), e diretores dos bancos, Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil e Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal, que resolveram cortar o ponto dos grevistas e não ir além das propostas já apresentadas pela entidade dos banqueiros.

---

<sup>504</sup> O Globo, 24/9/2004.

<sup>505</sup> FSP, 26/9/2004.



As lideranças sindicais reagiram com indignação à decisão tomada pelo governo de cortar os salários dos grevistas. Eles consideravam a atitude como “autoritária” e “repressiva”. Para o diretor-executivo da CNB, a ameaça representa, diz: “um retrocesso ao autoritarismo. Dessa forma, o governo não vai controlar a greve. As ameaças só fazem os funcionários se unirem ainda mais”.<sup>506</sup> O coordenador das negociações da Febraban, Magnus Apostólico, por outro lado, considerou correta a decisão do governo. “É natural que se pague os dias trabalhados e se descontem os parados. Sempre negociamos isso, seja em forma de desconto ou de compensação”.<sup>507</sup>

A greve dos bancários já caminhava para sua quarta semana. O movimento foi enfraquecendo e se restringia apenas aos bancos federais. Na tentativa de encontrar uma solução para o problema, o governo apresentou ao comando do movimento uma proposta para tentar colocar fim à greve.<sup>508</sup> Contudo, o que acabou ocorrendo foi o pedido de dissídio coletivo ao Tribunal Superior do Trabalho pela Contec. O TST acabou determinando que as duas instituições, Banco do Brasil e CEF, não descontassem os dias parados e o reajuste seria de 8,5%. Em outras palavras, a decisão do Tribunal foi a mesma proposta feita pela Febraban desde o início do movimento.<sup>509</sup> Com isso, a decisão da Justiça foi bastante inferior à reivindicação da categoria, que pedia 25% de reajuste salarial no início da paralisação.

Os banqueiros tentaram impedir o crescimento do movimento dos bancários. Entre essas ações estava o pedido junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, para que julgasse a greve como ilegal e que os bancos deixassem de pagar salários e descontassem os dias parados. Outra ação movida nos tribunais foi a utilização de um instrumento jurídico conhecido por “interdito proibitório”, que impedia os piquetes para

---

<sup>506</sup> Ibidem.

<sup>507</sup> Ibidem

<sup>508</sup> A idéia do governo era dividir os dias parados em três partes. Assim, o BB e a CEF anistiarium a primeira parcela, descontariam a segunda do salário e compensariam a terceira com horas extras.

<sup>509</sup> O TST determinou aos dois bancos federais que pagassem 50% dos dias de greve, com os bancários compensando os outros 50% com horas extras. A forma como seria feita a compensação caberia aos bancos e aos sindicatos definirem.

garantir o funcionamento das agências. A lei previa o princípio de propriedade aos que se sentissem ameaçados e previa também multas aos que desrespeitassem o interdito.

Essas medidas dos banqueiros para tentar inibir o movimento grevista eram recebidas com indignação pelos representantes dos trabalhadores, principalmente pelo fato de estarem acompanhadas de forte aparato policial, como assinala um dirigente sindical.

A repressão policial foi forte e ocorreu com os interditos proibitórios. Esse é um instrumento que está sendo conseguido na Justiça comum, não na trabalhista. (...) Os bancos têm usado os interditos com força policial. Pressiona os trabalhadores dizendo que vão ter os dias parados descontados ou ameaçados com o descomissionamento, o que significa perder 55% dos salários.<sup>510</sup>

Na tentativa de não deixar que a ação dos banqueiros enfraquecesse o movimento grevista, as lideranças sindicais trataram imediatamente de adotar novas estratégias de luta para fugir das medidas legais, que obrigavam os trabalhadores a voltarem ao trabalho, ou a pagar pesadas multas prevista em lei.

Na campanha salarial dos bancários, antes mesmo da greve emergir com força pelo país, em Florianópolis pôde-se observar uma resistência a partir do interior das agências, ou seja, o movimento tornava o funcionamento no local de trabalho bastante precário, o que obrigava muitos gerentes a fecharem as portas, como relata um diretor sindical.

Como a medida não proibia a gente de entrar nas unidades, então nós entramos nas agências. As agências ficavam abertas, mas como nós ficávamos lá dentro e na fila, nós praticamente inviabilizávamos o funcionamento, não tinham como eles atender, o próprio gerente fechava. Dessa forma, nós conseguimos inviabilizar o funcionamento no Bradesco, no HSBC, Itaú, etc.(...) Na seqüência, como ficava cansativo ficar o dia todo lá, nós acabávamos fazendo reunião com os empregados que estavam nas agências para articular melhor a Assembléia. Para animar, nós acabamos contratando uma escola de samba da capital, que trouxeram a bateria e acabamos promovendo e antecipando o carnaval aqui em Florianópolis dentro das agências.<sup>511</sup>

---

<sup>510</sup> FSP, 29/9/2004.

<sup>511</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 8/12/2004.

As mobilizações chegaram em algumas das principais agências do Besc, mas com pouca adesão. Os trabalhadores tinham medo de participar do movimento tendo em vista o processo repressivo desencadeado pela nova diretoria nomeada pelo Banco Central, após a federalização do Banco. Esse temor estava relacionado sobretudo, segundo um diretor do Sindicato, aos direitos relacionados ao PDI, pois os “besquianos” achavam que poderiam ser prejudicados caso aderissem ao Plano.

A campanha foi unificada. O resultado dela reflete o processo de mobilização de toda a categoria e não só dos bancos privados. No Besc tivemos apenas quatro trabalhadores que entraram em greve, mas tivemos diversas unidades do Besc que não funcionaram, fruto dessa mobilização forte do Banco do Brasil e da Caixa, que, com esses trabalhadores, praticamente inviabilizava o funcionamento das agências. Isso significa dizer que estávamos contrariando uma vontade dos trabalhadores do Besc que não queriam fazer greve por que o sindicato forçava? Não. O Banco chegou a divulgar que os trabalhadores ‘não queriam fazer greve, são contra a greve, portanto, não estão participando da greve’. Na verdade, havia uma ameaça, como a gente não via em outros anos ao trabalhador bancário do Besc caso ele fizesse a greve. Como ele aderiu ao Programa de Demissão Incentivada, e ainda não foi chamado, estava esperando ser chamado ou ser chamado o mais tarde possível. Ele estava sob ameaça, se ele fizer greve, vai ser chamado imediatamente e ser desligado do Banco. Portanto, ele perderia a condição que tem hoje, ele tá trabalhando e ainda tem uma poupança do PDI que está sendo corrigida pela taxa selic, então ele quer continuar trabalhando com essa situação por mais tempo possível. E como sabemos disso, ameaçou esse trabalhador, se ele fizer greve, então ele vai ser chamado imediatamente para o PDI e fazer a escolha, ou permanecer no Banco ou ir embora.<sup>512</sup>

O funcionamento normal das agências bancárias foi prejudicado ou paralisado na capital e região da Grande Florianópolis. Porém, o Bradesco, especificamente, continuou atendendo por força de uma liminar na justiça, mas o atendimento se tornou bastante lento, com filas gigantescas devido à presença de manifestantes do movimento no local.

O mês de setembro certamente marcou a história da luta sindical no Estado. A campanha salarial foi ganhando força com os movimentos de paralisações nos principais bancos. Enquanto as negociações com os banqueiros não chegavam a um acordo, o movimento ia ganhando fôlego e se fortalecendo pelo país. A greve ganhou destaque na

---

<sup>512</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 8/12/2004.

mídia e a população passou assim a tomar conhecimento que o movimento dos bancários atingia muitas cidades além de Florianópolis e região.<sup>513</sup>

Finalmente, a greve dos bancários de 2004 revelou uma nova configuração de forças políticas no sindicalismo no país. A CNB, ligada à CUT, certamente não está mais sozinha e disputará com outras forças a hegemonia do movimento sindical. A CNB, que representa a grande maioria dos sindicatos, não encontrará apenas a velha direita do sindicalismo bancário encabeçado pela Contec, mas também dividirá agora espaços com a ala mais radical da esquerda do movimento sindical. A chegada do PT no comando do país gerou um descontentamento da ala mais radical e acirrou, dessa maneira, as disputas internas no seio da categoria.



Foto nº 13. Manifestação unificada dos bancários, servidores estaduais e estudantes, na Rua Tenente Silveira em Florianópolis.  
Fonte: O Estado, 22/9/2004.

<sup>513</sup> Entre essas cidades que participaram da greve, estavam: Chapecó, Joinville, Blumenau, Criciúma, Joaçaba, Videira, São Miguel do Oeste, Jaraguá do Sul, Brusque e Concórdia. Em Florianópolis os bancários não estavam sozinhos nas greves de setembro de 2004, outras categorias também protestaram naquele mês. As manifestações pelas ruas da cidade começaram com os policiais da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc), que fecharam a principal via de acesso à cidade, as pontes Pedro Ivo Campos e a Colombo Salles. Poucos dias depois outros segmentos de trabalhadores também protestavam, como professores da rede estadual de ensino, trabalhadores da Companhia de Águas e Saneamento (CASAN), trabalhadores dos serviços de Processamento de Dados do Estado, trabalhadores na área de saúde, trabalhadores do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, além de estudantes do “Movimento Passe Livre”, que ajudaram a engrossar o movimento naquela tarde de 21 de setembro de 2004.

O bom desempenho dos bancos nos últimos anos não garantiu aos bancários as melhorias salariais pretendidas, já que o reajuste salarial concedido pelos banqueiros foi bem inferior ao reivindicado pela categoria. O movimento teve um pequeno sabor de derrota no campo econômico, assim como uma derrota no campo jurídico, visto que as ações impetradas pelos representantes dos bancos eram sempre desfavoráveis aos bancários. Porém, no campo político os trabalhadores saíram fortalecidos, uma vez que durante o movimento grevista mostraram novamente a sua força de resistência e seu descontentamento com as transformações engendradas pelo capital ao longo da última década. A significativa redução do quadro funcional no setor e as perdas salariais da categoria não intimidaram este segmento da classe trabalhadora que voltou a ocupar mais uma vez o espaço político na vida sindical do país.

O movimento sindical dos bancários voltaria a ocupar o cenário novamente nas greves de 2005, como será tratado a seguir.

### **A greve de 2005**

Os bancários voltam à cena política novamente na campanha salarial em setembro de 2005. As reivindicações dos trabalhadores surgem diante da mais grave crise política do país, envolvendo políticos e aliados do governo Lula. As primeiras definições da campanha apareceram na 7ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada nos dias 30 e 31 de julho em São Paulo.

A campanha nacional foi se fortalecendo e ganhando as ruas, com protestos e paralisações nos bancos públicos e bancos privados. As mobilizações ocorriam ao mesmo tempo em que o Comando Nacional da categoria sentava à mesa de negociações com os representantes da Febraban. Enquanto os banqueiros não apresentavam uma proposta que agradasse os trabalhadores, o movimento ia ganhando força por todo o país.

O ponto mais alto da campanha, no entanto, foi a realização do Encontro Nacional dos Bancários no dia 1º de outubro. Nesse encontro foi aprovado o indicativo de greve unificada por tempo indeterminado. A greve unificada foi uma estratégia coordenada pelo Comando Nacional, onde o conjunto da categoria seguiu as cláusulas econômicas nas

negociações com a Febraban.<sup>514</sup> O objetivo era pressionar os banqueiros para que apresentassem proposta de Acordo Coletivo que atendessem aos interesses dos trabalhadores.

Os banqueiros apresentaram uma proposta de reajuste de 4% sobre o salário de agosto, abono de mil reais e manutenção da PLR de 2004. A proposta não agradou os bancários, uma vez que trabalhadores reivindicavam um aumento de 11,77%. A insatisfação ocorria também pelo fato da Febraban querer retirar direitos já conquistados na greve de 2004. Os banqueiros não aceitavam discutir a ampliação do horário de atendimento com dois turnos de trabalho, garantia de emprego, isenção de tarifas e redução de taxas de juros.

O clima de descontentamento entre os bancários diante do que os banqueiros ofereciam acabou se espalhando pelo país. Em Santa Catarina, os bancários já respondiam com paralisações de 2 horas e/ou com fechamento de agências por todo o dia. As condições de trabalho dos bancários do Besc foram rapidamente se deteriorando após a transferência do controle acionário do Banco para a União, em agosto de 1999. Os níveis salariais da categoria foram diminuindo. As lideranças sindicais reclamavam que não conseguiam, nas negociações com os representantes dos Bancos, reajuste que garantisse a recuperação dos níveis salariais, o máximo que conseguiam, diz um diretor sindical, eram “pacotes” em forma de abonos.

Em 1999, no primeiro ano do governo Amin, nós tivemos o primeiro conflito no qual toda a categoria recebeu 5,5% de reajuste. A diretoria do Besc também concedeu 5,5%, mas dois meses depois ela retirou. Os acordos anteriores, 2000, 2001, 2002, foram soluções buscadas através de ações judiciais. Identificamos para a diretoria do Besc que a situação dos trabalhadores era de dificuldades financeiras, e ela apresentava um pacote que contemplava abonos, mas sempre sem reajustes. De 1999 a 2005 foram os piores anos da nossa luta no Besc. Isso está intimamente ligado ao processo de privatização que combinou com o processo de federalização.<sup>515</sup>

---

<sup>514</sup> Nesse encontro nacional, os bancários também aprovaram uma moção de repúdio ao HSBC pela decisão de abertura das agências aos sábados e repúdio em relação à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), que estava com data marcada para a venda no dia 13 de outubro de 2005 na Bolsa de Valores de São Paulo.

<sup>515</sup> Entrevista realizada pelo autor no dia 01/11/2005.

A tensão ia aumentando entre os trabalhadores do Besc, principalmente após o anúncio da proposta oferecida pelos dirigentes do Banco de reajuste igual ao apresentado pelos banqueiros. A proposta não foi aceita, pois a mesma já havia sido rejeitada pela assembleia de todo o país.<sup>516</sup> Para as lideranças sindicais, o Besc não atendia as reivindicações de equiparação do piso dos trabalhadores do Banco ao piso da Febraban, ademais, retirava gratificações de função, prêmio de assiduidade, adicional noturno, congelamento do valor do anuênio para os atuais empregados e transformação em quinquênio para os próximos contratos, além de querer implementar o banco de horas, o ponto eletrônico e a limitação do período de pagamento da complementação do auxílio acidente e auxílio doença em seis meses (Quadro 14). Um diretor sindical ressalta essas perdas de direitos dos trabalhadores.

A diretoria do Sindicato avalia que o Besc está apostando na divisão da categoria, quando oferece um reajuste que não acompanha a mesa nacional de negociação, ao mesmo tempo em que retira vários direitos. Os negociadores do Banco apresentaram a primeira proposta na mesa e já vieram com o discurso pronto, dizendo que é a proposta final, mas os empregados do Besc não pensam assim: ninguém vai aceitar perder direitos nem ficar atrás do restante da categoria no país.<sup>517</sup>

---

<sup>516</sup> As lideranças sindicais também estavam indignadas com os diretores do Besc que aumentaram seus próprios salários naquele mesmo ano. “A diretoria se autoconcedeu um aumento de 36%. Pudera, seus módicos vencimentos alcançaram no máximo R\$ 8.360,00. Ladinos, descobriram que seus colegas do Banco do Estado do Ceará (BEC), federalizado como o Besc, recebiam um pouco mais e ficaram indignados e, então, começaram as viagens a Brasília. Pensavam que esses descontentamentos tinham a ver com a reivindicação dos empregados dos que recebiam um pouco mais de R\$ 600, 00, o menor salário do país, e pedem a equiparação com o piso da categoria, estabelecido em convenção com a Fenaban...” (Folha Sindical, 15/3/2005).

<sup>517</sup> Folha Sindical, 22/9/2005.

### Quadro 14

#### Evolução das Propostas de Salários e Benefícios no Besc

Pisos, Verbas e Auxílios	Proposta Besc	Minutas 2005	Observações
Piso salarial	Corrige ao valor da Fenaban de agosto + 4%	Seguir a Fenaban	Em setembro o valor da Fenaban já será maior(*)
Reajuste Salarial	4%	11,77%	
PLR	Não há proposta	Seguir a Fenaban	
Abono	R\$ 515,34	Não reivindica	Fenaban já propôs R\$ 1.000,00
Gratificação de caixa	R\$ 230,84	50%	A empresa deixará de pagar 1/6 do salário base do empregado de quebra de caixa.
Gratificação de função	Limitar a Lei	70% do salário do cargo	Hoje a empresa paga um valor fixo mais 50% das verbas salariais fixas.
Auxílio alimentação	Corrigir em 4%	Seguir a Fenaban	Ficará abaixo da Fenaban *
Auxílio cesta alimentação	Corrigir 4%	Seguir a Fenaban	Ficará abaixo da Fenaban*
Auxílio Creche	Corrigir 4%	Seguir a Fenaban	Ficará abaixo da Fenaban
Adicional noturno	Reduzir de 50% para 35%	60%	Redução para os que trabalham entre 22:00 e 06:00
Anuênio	Manter valor em R\$ 13,87 e conceder apenas quinquênios aos novos empregados.	2% do salário por ano de serviço	Na prática extingue para os novos que entrarão na empresa
Adiantamento décimo Terceiro salário	Pagar no mês de maio a partir de 2007	Manter o pagamento em janeiro	
Complementação auxílio doença	Conceder no período máximo de 6 meses	Manter por prazo indeterminado	A empresa propõe reavaliar cada caso após 6 meses
Indenização por assalto	Manter o valor de R\$ 48,00	R\$ 69,732	
Prêmio assiduidade	Excluir	Manter	Corresponde a 5 dias por ano conversíveis em vale alimentação
Ponto eletrônico	Cria sistema de controle eletrônico	Não reivindica	
Banco de horas	Compensar 50 % das horas	Não reivindica	

Fonte: Proposta Besc e minuta bancária

Elaboração: Dieese

(\*) Estamos considerando que o acordo final dos bancários será maior do que a proposta inicial já feita pela Fenaban



A greve dos bancários surgiu no ano de maior lucratividade da história do setor financeiro no país. O Banco do Brasil, especificamente, encerrava o primeiro semestre de 2005 com lucro líquido de R\$ 1,98 bilhões, ou seja, 39,3% superior ao mesmo período do ano de 2004, quando foi de R\$ 1,4 bilhão.<sup>518</sup> As despesas com os trabalhadores praticamente ficaram estáveis, oscilando de R\$ 3,527 bilhões para R\$ 3,526 bilhões. O número de trabalhadores no BB cresceu de 81.900 mil para 86.000 mil no 1º semestre de 2005 (Tabela 25). Esse crescimento, segundo um coordenador da Comissão de Empregados do Banco, foi decorrente da contratação de trabalhadores com salários inferiores ao conjunto da categoria.

Apesar dos reajustes salariais de setembro e do aumento de quatro mil funcionários no período, as dispensas com a folha de pagamento diminuíram. Este é o resultado da substituição de funcionários antigos por novos contratados com salários mais baixos. Se dividirmos as despesas de pessoal pelo número de funcionários, verificar-se-á que o custo médio por bancário diminuiu 5,7 % neste período.<sup>519</sup>

**Tabela 25**

**Despesas com funcionários no Banco do Brasil**

Período	Despesas de pessoal	Nº de funcionários	Gatos por funcionário
1º sem/2004	R\$3,527 bi	81,900	R\$ 43,05 mil
1º sem/2005	R\$ 3,526 bi	86 200	R\$ 40,90 mil

Fonte: Banco do Brasil In: O Espelho, outubro de 2005.

Mas não foi apenas o número de trabalhadores e o lucro do Banco do Brasil que cresceram nesse período. A intensificação do trabalho também aumentou. Podemos perceber isso através do volume de operações de crédito por empregado, que pulou de R\$ 789,4 milhões para R\$ 976,8, isto é, uma variação de 23,7%. Outro dado que demonstra

<sup>518</sup> Economática. In: Folha de São Paulo, 8/11/2005. O Bradesco também comemorava seu ótimo desempenho entre janeiro e setembro, com lucro de R\$ 4,06 bilhões, ou seja, uma expansão de 102,3%, batendo o Itaú, o seu principal rival, que veio logo atrás, com um lucro de R\$ 3,82 bilhões no período.

<sup>519</sup> O Espelho, outubro de 2005:3.

esse aumento do trabalho foi o número de depósitos, que passou de 1.399,2 no 1º semestre de 2004 para 1.462 (Tabela 26).

**Tabela 26**

**Volume de crédito e depósito por empregado no Banco do Brasil**

<b>Indicadores</b>	<b>1º Sem/2005</b>	<b>1º Sem/2004</b>	<b>Variação</b>
Op.Créd. por Empregados (R\$ mil)	976,8	789,4	23,74%
Depósito por Empregado (R\$ mil)	1.462,0	1.399,2	4,49%
Lucro Líq. Empregado (R\$ mil)	24,2	16,5	46,68%
PLR/Lucro Líquido	12,79%	12,68%	0,89%
Desp. Pessoal na Receita Prest. Servi.	102,68%	117,78%	-12,82%
Desp. Pessoal no Ativo Total	1,46%	1,48%	-1,62%

Fonte: Banco do Brasil IN: O Espelho, outubro de 2005

Foi diante dessa reestruturação no Banco que os bancários entenderam que era o momento de reivindicar melhores condições de trabalho, bem como participar do lucro da empresa. A categoria não suportava mais o arrocho salarial, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.<sup>520</sup>

O descontentamento dos bancários não estava apenas nos bancos públicos, o banco privado inglês, o HSBS, também experimentou a revolta dos trabalhadores. Eles reclamavam da precariedade das condições de trabalho, especialmente depois do anúncio do Banco de querer ampliar o horário de funcionamento das agências e passar também a funcionar aos sábados.<sup>521</sup> A precariedade da condição laboral foi assim manifestada por um

<sup>520</sup> Segundo o Dieese, os bancários do BB não tiveram reajuste entre 1996 e 1999. Os piores anos para a categoria foram 1996 e 1997, quando os trabalhadores acumularam uma perda de 15,75% e 6,71%, respectivamente. No governo FHC, o salário foi reduzido a praticamente a metade, ao registrar perda de 58,08% frente à inflação. As perdas acumuladas apenas começaram a ser revertidas a partir de 2003, quando o governo, já sob o comando do presidente Lula, aceitou o acordo coletivo da categoria. Mas a tendência de recuperação das perdas salariais somente foi percebida em 2004 e 2005 (O Espelho, outubro de 2005).

<sup>521</sup> A abertura das agências aos sábados é ilegal. A Lei 4.178, de 11 de dezembro de 1962, extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 224, também proíbe o trabalho bancário aos sábados.

diretor sindical: “É uma situação de estresse absoluto. Os bancários usaram até remédios controlados para suportar a jornada excessiva, o assédio moral e o cumprimento de metas abusivas”.<sup>522</sup> Os bancários do HSBC lutavam por um novo Plano de Cargos e Salários (PCS) e a Participação nos lucros e Resultados (PLR), eles alegavam que o Banco vem reduzindo essa participação nos últimos 10 anos. Um diretor sindical informava que, “em 1995 e 1996, os bancos pagavam em média 12% de seus lucros com o PLR, hoje gastam de 7% a 8%”.<sup>523</sup> Além da PLR, os bancários reivindicavam aumento real, valorização dos pisos, 14º salário, controle das filas das agências, ampliação do horário de atendimento, isenção de tarifas e cobrança de juros menores, garantia de emprego, fim da terceirização e coibir o assédio moral por superiores.<sup>524</sup>



*Foto nº 14. Bancários em assembléia para decidir se entrariam em greve em 21/9/2005.*

*Arquivo: Centro de Documentação do Seeb-Fpolis e Região.*

<sup>522</sup> Análise, outubro de 2005. Um trabalhador do HSBC também manifestou seu descontentamento. Diz: “Senhor Emilson Afonso, que o HSBC lucrou R\$ 331 milhões no primeiro semestre deste ano e que este ganho é 70% maior que o do mesmo período de 2004, o senhor já sabe. O que talvez o senhor não saiba, ou não quer saber, é que nós, funcionários do Banco, fomos fundamentais para a construção desta lucratividade, principalmente depois desta ‘inovação’ do horário de atendimento” (Análise, outubro de 2005).

<sup>523</sup> Análise, outubro de 2005.

<sup>524</sup> Análise, outubro de 2005.

Os bancários, a exemplo da greve de 2004, procuraram formas de resistência para tentar fugir do forte esquema policial montado para garantir o “direito de ir e vir” reivindicado pelos banqueiros. Para fortalecer o movimento, de acordo com um diretor sindical, os trabalhadores procuraram mostrar à população que a luta não era apenas econômica, mas também por melhores condições de trabalho e contratação de mais bancários para melhorar o atendimento.<sup>525</sup>

No movimento os bancários usaram a criatividade e criaram a figura de um palhaço. O palhaço foi a forma simbólica criada para poder expressar o sentimento de indignação e a forma como eram tratados pelos banqueiros .

Nós aqui em Florianópolis trabalhamos com a idéia de palhaço que era mais ou menos a forma como os banqueiros nos tratam, com todo o respeito ao palhaço, que é uma profissão e é importante para a sociedade, mas é um pouco como o banqueiro trata a população e a própria categoria, ou seja, não leva a sério.<sup>526</sup>

A greve de 2005 chegou ao seu fim após seis dias de paralisação. No dia 11 de outubro os bancários decidiram em assembléia aceitar a proposta dos banqueiros de reajuste de 6%, mais abono e PLR de 80%. A suspensão do movimento foi aprovada pelos trabalhadores do Banco do Brasil, CEF e bancos privados. Os trabalhadores do Besc, porém, realizaram uma assembléia específica e decidiram continuar em greve por tempo indeterminado, pois acreditavam que suas reivindicações não estavam garantidas. Os diretores do Banco resolveram, então, agendar uma nova rodada de negociações com a categoria, em que acabou resultando em acordo que colocou fim ao movimento.

---

<sup>525</sup> Entrevista realizada pelo autor com um diretor sindical em 01/11/2005.

<sup>526</sup> Entrevista realizada pelo autor em 01/11/2005.

*Foto nº 15 Manifestação em frente à agência do Besc localizada na rua Tenente Silveira em Florianópolis em 15/09/2005.*

*Foto: Janice Miranda*

*Arquivo: Centro de documentação do SEEB – Fpolis e Região.*



As lideranças sindicais avaliaram a campanha nacional unificada de forma positiva. Os bancários do Banco do Brasil, por exemplo, assinaram a Convenção Coletiva Nacional e conquistaram uma melhor Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Os trabalhadores da CEF também comemoravam os resultados da luta, pois, ao contrário de toda a década de 90, quando ficaram com os salários estagnados, o movimento conseguiu melhorias nas condições de trabalho. Um diretor da CNB/CUT assim comemorava as conquistas:

Este é um ano histórico porque, além das melhorias econômicas, conquistamos que todos os bancos públicos passassem a seguir a Convenção Coletiva Nacional da categoria, importante para a construção de uma convenção que dê os mesmos direitos para todos que trabalham no setor financeiro no país. E isso se deve muito à participação dos bancários das empresas públicas na greve deste ano e na de 2004 e mostra a correção da estratégia de campanha unificada.<sup>527</sup>

---

<sup>527</sup> Revista dos Bancários, novembro de 2005:13. Outro ponto positivo, na avaliação dos diretores sindicais, foi o fato da categoria realizar as manifestações e negociar com os representantes dos banqueiros sem a participação da Justiça do Trabalho. Em 2004, ao contrário, como vimos anteriormente, houve intervenção dos tribunais nas negociações por iniciativa de alguns setores mais à esquerda do movimento e da ala mais à direita, como a Contec, que optaram pelo caminho dos tribunais.



*Foto n.º16 Greve dos besquianos em 2005 na agência da Praça XV de Novembro – Centro de Florianópolis  
Arquivo: Centro de documentação do SEEB-Fpolis e Região.*



*Foto n.º17. Greve dos bancários da Caixa em Florianópolis, em 7/10/2005.  
Arquivo: Centro de Documentação do Seeeb-Fpolis e Região.*

A avaliação das lideranças sindicais, no caso do Besc, também foi considerada como um dos melhores acordos desde 1998, uma vez que o Banco praticava um piso salarial inferior ao praticado no país e ainda concedia índices abaixo dos negociados na mesa de negociação nacional. O saldo positivo não foi apenas econômico, mas também político, já que o movimento teve uma participação decisiva e expressiva dos novos trabalhadores(as) que entraram há pouco tempo através de concurso público realizado pelo

Banco. A grande maioria nunca tinha participado de movimento grevista, mas mesmo assim não se calou diante das perdas salariais e das difíceis condições laborais, sobretudo depois que a instituição passou para o controle da União. Ainda como saldo positivo do movimento foi a notícia que receberam no dia da reunião de assinatura do Acordo Coletivo dada pelo presidente do Banco aos diretores sindicais da Fetec, que anunciou que o governo federal não iria privatizar o Besc em 2006, pois iria esperar o desempenho financeiro da empresa.

Assim, trabalhadores saíram do encontro com os diretores do Banco com um certo ar de vitória, pois as longas batalhas que travaram em defesa do Banco não foram em vão. Eles sabiam que a luta ainda não tinha terminado e que muitas páginas da história do movimento sindical dos bancários ainda seriam escritas.

## Conclusão

Muitos países dependentes adotaram políticas de liberalização e desregulamentação financeira na década de 90. Dessa forma, a esfera financeira foi se fortalecendo e os sistemas bancários locais se expandindo e tornando-se cada vez mais concentrado e privado. A economia brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, inseriu-se rapidamente no movimento de internacionalização financeira. O governo seguiu à risca os preceitos neoliberais ao acelerar a sua política de privatização. Verificou-se que o setor bancário estadual foi se reestruturando, com bancos sendo vendidos, liquidados ou transformados em agências de fomento, sobrevivendo assim apenas algumas instituições no mapa financeiro do país.

Tais medidas visavam “ajustar” o sistema bancário nacional à nova dinâmica global, ou seja, torná-lo mais liberalizado e mais desregulamentado. As autoridades econômicas do governo acreditavam que não deveriam mais existir bancos públicos nos Estados, já que não teriam como sobreviver ao mercado competitivo e globalizado. A fragilidade financeira de muitas instituições no pós-Plano Real, as irregularidades administrativas e financeiras também contribuíram para fortalecer e justificar o projeto político neoliberal do governo de reduzir e eliminar esses bancos.

Constatou-se que, na era da mundialização do capital sob dominação financeira e da acumulação flexível, muitos analistas foram influenciados pelas transformações recentes da sociedade capitalista moderna, como o “desemprego estrutural”, novas tecnologias



poupadoras de força de trabalho, crise do sindicalismo, aparecimentos de novos atores sociais e declínio do operariado industrial. Essas transformações os levaram a sustentar a negação do trabalho como componente “central” e arcabouço teórico analítico das Ciências Sociais para o entendimento da sociedade. Aos olhos desses analistas, o capital dispõe agora de uma força autônoma capaz de se autovalorizar. Dessa maneira, o mundo do trabalho, dizem, foi perdendo seu “lugar” no projeto emancipatório e humanizador do ser social, já que não estaria mais na esfera do trabalho a mudança social da utopia revolucionária tão sonhada por Marx e seus seguidores, pois novos atores foram surgindo e passaram a preencher os espaços antes ocupados pelo proletariado.

Ao contrário dos que tentam negar o trabalho como força vital para a humanização do ser social e instrumento indispensável para o capital continuar seu círculo reprodutivo e de valorização, nós acreditamos que o que assistimos hoje é, certamente, a existência de uma classe assalariada que é submetida a diferentes condições de exploração. O surgimento também de trabalhadores supostamente mais qualificado ou intelectualizado, como advogam muitos autores, não anula o paradigma do trabalho assalariado como condição central, pois o capital continua ainda dependente dos trabalhadores, seja ele qualificado ou não.

As revoluções no mundo da ciência e no desenvolvimento de novas tecnologias criaram a ilusão de que caminhamos para uma sociedade para além do mundo do trabalho. Ora, a riqueza produzida ainda continua sendo apropriada para a acumulação de mais valor. Não é porque assistimos a uma maior produção de mercadorias com menos tempo necessário para produzi-la e, portanto, de menos trabalho abstrato, que podemos afirmar ainda que o trabalho deixou de ser força estruturante da sociedade capitalista moderna.

O aparecimento da chamada “sociedade de informação” e/ou da “sociedade pós-industrial”, tão anunciada pelos defensores do não-trabalho, não libertou o ser social que trabalha, pois o processo laboral apenas se precarizou, se complexificou e se flexibilizou. O setor bancário é um exemplo desse metabolismo. Esse setor modernizou-se e conseguiu reduzir pela metade sua força de trabalho em pouco mais de uma década, mas foi obrigado a subcontratar e terceirizar seus serviços. Os bancos, por mais que modernizem seus serviços, ainda continuam dependentes de trabalhadores formais e/ou precarizados para realizar tarefas relacionadas à atividade bancária, uma vez que as máquinas eletrônicas, tão

presentes no ambiente de trabalho, não existiriam ou poderiam funcionar por vontade própria. Elas necessitam de toda uma cadeia produtiva para serem produzidas e colocadas em funcionamento. Logo, os bancos não têm como se libertar facilmente do trabalhador, a automação não é capaz de tornar a atividade bancária autônoma. Portanto, o que assistimos é uma profunda reestruturação do trabalho bancário criando a ilusão de que a força de trabalho assalariada não seria mais necessária. O exemplo do banco analisado (Besc) revelou que, ao mesmo tempo em que demitia um grande contingente de trabalhadores e intensificava os serviços de automação bancária, contratava estagiários ou abria novas vagas em concurso com condições de trabalho bem inferiores aos praticados antes da federalização.

A crise do sindicalismo, no contexto da mundialização do capital e da acumulação flexível, é resultado de transformações organizacionais em que vive o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento de uma massa de assalariados precarizados e de “serviços”, ocorre também a redução e a metamorfose da classe operária tradicional. Esse quadro crítico, particularmente vivido no Brasil nos anos 90, colocou os trabalhadores em situação de defensiva diante dos ataques da reestruturação capitalista. Os sindicatos encontravam dificuldades para mobilizar suas bases devido ao temor da perda do emprego aliada à substituição de postos de trabalho por terceirizados, subcontratados e a introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho. De fato, o silêncio no mundo sindical foi visível, pois se resumia a difícil tarefa de socorro aos empregos e aos salários.

No contexto da reestruturação bancária, que acelerou o processo de automatização, demitiu trabalhadores, precarizou salários e praticamente eliminou a presença dos bancos estaduais no país, as práticas de resistência sindical acabaram sendo também profundamente afetadas nos anos 90. O movimento sindical bancário somente ressurgiria com força novamente em 2004 com as grandes greves nacionais. As paralisações foram a resposta frente às condições laborais engendradas pela ofensiva do capital na última década, que fragmentou o trabalho, individualizou salários, retirou direitos sociais, intensificou o trabalho e desempregou.

Em nosso estudo de caso (o processo de privatização do Besc), os trabalhadores, apesar de sofrerem com as incertezas do futuro do Banco e ameaças das autoridades nos ambientes de trabalho no período da federalização, resolveram quebrar o silêncio e

engrossar a luta nos movimentos nacionais de paralisação. Os trabalhadores não suportavam a forma como os diretores da instituição, parte dela formada por membros indicados pelo Banco Central, conduziam a entidade. Os arrochos salariais, que se acumulavam desde a aprovação do processo de transferência do controle acionário para a União, em 1999, e o piso salarial inferior aos índices nacionais determinados pela Febraban levaram os bancários à greve. As paralisações foram a resposta do sindicalismo bancário às condições laborais impetradas pela reestruturação capitalista, assim como o desejo de salvar os empregos e garantir a permanência do banco como instituição pública e sob o controle do Estado. Os bancários foram, assim, os grandes protagonistas dessa história de resistência à privatização, pois, ao conseguirem aglutinar forças políticas e de setores organizados da sociedade, impediram sua venda.

A política privatista, as fusões e as incorporações dos bancos fortaleceram tanto o grande capital privado estrangeiro como o grande capital nacional. Constatou-se que os grandes bancos estrangeiros entraram na disputa com os maiores bancos privados nacionais para ver quem ficava com a maior fatia do mercado. Nessa corrida, os maiores bancos brasileiros ganharam a concorrência e levaram a grande maioria das instituições nos Estados. A disputa garantiu uma maior presença pelo território nacional e maiores espaços em importantes centros econômicos e financeiros. Mas os bancos estrangeiros também conseguiram fazer importantes aquisições, tanto de bancos públicos como de bancos privados. As aquisições acabaram garantindo um maior espaço na disputa pela liderança entre os grandes do país.

Enquanto os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros comemoravam a política privatista e a abertura do mercado financeiro, os trabalhadores bancários, por outro lado, contabilizavam suas perdas sofridas pela reestruturação bancária. Para os bancos garantirem seus lucros e se manterem no topo do mercado, era necessário investir em automação, ampliar seus produtos e serviços e reduzir, seus “custos operacionais”, ou seja, demitir trabalhadores. Os investimentos em tecnologia de informação, aliados à política de reestruturação do trabalho, isto é, subcontratando e terceirizando, garantiram aos bancos os maiores lucros de sua história. Enquanto isso, os bancários viram desaparecer sob seus olhos mais de 400 mil postos de trabalho.

Durante o processo de federalização do Besc, as condições de trabalho foram profundamente precarizadas. Os pedidos de afastamento por motivos de doença aumentaram, principalmente entre 2001 e 2002, ou seja, durante o período das datas dos leilões para a venda do Banco. A ansiedade e o medo de perder o emprego ou ser transferido para outras localidades mais distantes eram os principais temores dos trabalhadores. A pressão psicológica no ambiente de trabalho obrigava-os a aderirem ao PDI. A adesão ao Plano era a esperança de garantir direitos indenizatórios pelos anos dedicados ao Banco. Nesse clima de temor, incertezas e indefinições quanto ao futuro da instituição e dos empregos, os bancários, pressionados por diretores e autoridades financeiras do governo, passaram a pressionar suas entidades sindicais para que fosse homologado o Acordo Coletivo de Trabalho.

O desejo dos trabalhadores de homologar o Acordo em Assembléia era um momento crucial para concretizar a transferência do Banco ao capital privado, já que provocaria um esvaziamento no quadro de funcionários e deixaria a instituição em melhores condições para a venda. A aprovação poderia também abrir brechas nas decisões e acordos nos tribunais pelo país, ou seja, os trabalhadores provavelmente acabariam aceitando abrir mão de seus direitos trabalhistas em troca de valores indenizatórios. Dessa maneira, o caminho para a privatização estaria aberto e facilitaria os interesses do grande capital financeiro para poder continuar participando dos leilões dos poucos bancos que ainda restavam pelo país.

O governo do Estado se rendeu facilmente às pressões privatistas das autoridades financeiras do Banco Central. A opção pela privatização ficou evidente nos primeiros meses do governo Amin, quando cancelou a política de crédito, não publicou o balanço de 1998 e divulgou informações negativas sobre a saúde financeira da instituição. Esses elementos prejudicaram sensivelmente a imagem do Banco e afastaram investidores, agravaram os problemas econômicos e fortaleceram o discurso privatista.

Nesse quadro desfavorável não foi difícil para o governo convencer a maioria dos deputados da Assembléia Legislativa do Estado a votar pela “federalização” do Banco como forma de “salvá-lo”, mesmo porque, eles já manifestavam publicamente esse desejo de transferência ao capital privado. A pressão sobre os parlamentares, diretores do Banco e entidades como a Associação dos Profissionais do Besc (Probesc), também ajudaram a

garantir os votos necessários. Além do mais, acreditava-se que o Banco Central poderia realmente liquidá-lo. O governo e a bancada governista não queriam correr esse risco, visto que os prejuízos políticos seriam incalculáveis.

O governo Amin e as autoridades financeiras do governo FHC não esperavam encontrar tanta resistência e tantos prejuízos políticos com o processo de privatização do banco de Santa Catarina. As lutas no parlamento e as mobilizações contra a privatização trouxeram efeitos negativos para os que defendiam sua venda, pois os movimentos de resistência conseguiam sensibilizar pequenos agricultores, pequenos empresários, políticos locais e a população em geral para a necessidade de mantê-lo como patrimônio público. Essas lutas renderam bons resultados, já que conseguiram adiar a venda e jogar a decisão somente para após as eleições de 2002. Assim, a resistência acabou em ganhos políticos para os que defenderam o Banco, principalmente para os “peemedebistas”, que ganharam o pleito eleitoral para o governo do Estado, assim como para os “petistas”, que conseguiram eleger uma senadora e seu candidato à presidência do país. Tais fatos demonstram que a resistência do maior partido no parlamento (o PMDB), para que o Banco não fosse “federalizado”, não passou de uma estratégia política para voltar ao poder, afinal, defendê-lo sempre rendeu ganhos políticos.

Constatou-se que a vontade de privatizar o Besc não foi uma decisão recente na história política de Santa Catarina nem uma decisão isolada de um governo. A história mostrou que já havia ocorrido as primeiras ameaças para privatizá-lo em 1987, quando o Banco sofreu sua primeira intervenção. No entanto, dez anos depois, os problemas voltam a se repetir com a chegada do PMDB ao poder, quando o governo queria transferir parte de seu controle acionário ao capital privado.

Muitos bancos estaduais foram se tornando, a partir da metade dos anos 90, alvos de acusações por parte do Banco Central de inúmeras irregularidades, ingerência, improbidade administrativa e empreguismo. As denúncias não eram por acaso, pois tinham como objetivo justificar a política de redução e/ou eliminação desses bancos. Contudo, esses não foram os motivos que o levaram ao seu quase desaparecimento, mas sim a obediência das autoridades financeiras as exigências dos organismos financeiros internacionais, que por muito tempo já defendiam o Estado mínimo, a liberalização e a desregulamentação para os países dependentes. Desse modo, somando a situação de “fragilidade financeira”, que se

agravou com o fim da ciranda inflacionária no pós-Real, é que essas instituições acabaram se tornando alvos fáceis dos defensores da política neoliberal.

Muitos bancos estaduais se tornaram instrumentos de perpetuação e reprodução de interesses políticos e econômicos de setores dominantes da sociedade. Os limitados recursos financeiros disponíveis eram, muitas vezes, apropriados de forma fraudulenta, o que comprometia gravemente a saúde dessas instituições e de seu papel social. Repensar a forma como esses bancos são gerenciados, ou seja, repensar um novo modelo de gestão, como propõe o movimento sindical, por exemplo, isto é, um banco distanciado dos interesses políticos e do grande capital privado e com participação de segmentos organizados da sociedade na sua organização, talvez poderiam voltar a ocupar novamente seu papel de fomentador de políticas sociais e de desenvolvimento.

Os trabalhadores viveram situações problemáticas no seu cotidiano laboral durante o período do processo de privatização do Banco, muitos foram aderindo aos planos de demissão por pressão da política de redução do quadro funcional do Banco, outros, porém, aderindo por não acreditar que a instituição sobreviveria aos ataques da política de redução e eliminação dos bancos estaduais no país. Para muitos dos que saíram constatou-se que a vida fora do ambiente laboral tornou-se mais difícil, uns por questões de ordem econômica, outros por sentirem falta do trabalho e da sociabilidade que o ato laborativo proporciona. Percebeu-se que mesmo para aqueles que conseguiram novas formas de sobrevivência, o trabalho continua ainda sendo a principal fonte motivadora de suas vidas, pois é a partir dele (o trabalho) que esse ser social se humaniza e se emancipa.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979-1980. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. (org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Material e imaterial. Folha de São Paulo, 13 de agosto de 2000, p 9.

GUIAR, I. A ação da mídia na “privatização” do Besc. In: FERREIRA A, ALVIN, V. (orgs). A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis (SC): Insular, 2001, pp.105-123.

ALVIN, V. As estratégias da política neoliberal. . In: FERREIRA A, ALVIN, V. (orgs). A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis (SC): Insular, 2001, pp.125-158.

ALBURQUERQUE. E da M. O reposicionamento do trabalho. Notas sobre a crescente centralidade do trabalho intelectual na sociedade contemporânea. São Paulo, 1995, mimeo.

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho. O Brasil nos anos noventa. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Fortaleza: Universidade do Ceará, 1996.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização. São Paulo: Praxis, 1999.

\_\_\_\_\_. O Novo e (precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo Boitempo, 2000.

AMARAL FILHO, PEREIRA, M. Aspectos da nova configuração do capitalismo: implicações controversas da globalização. Ceará, 2003, mimeo.

ANDRADE, A. O estilo de vida e a incidência e controle do stress. Um estudo da percepção de bancários. UFSC, dissertação de mestrado, 2001.

BATISTA, P.N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Cadernos Dívida Externa, n.6, 1994.

BARROS, J.R.M. e ALMEIDA JR. M.F. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília: Ministério da Fazenda/Sekretaria de Política Econômica, 1997, p.23, mimeo.

BARRETO, M.M.S. Uma jornada de humilhação. Dissertação de mestrado em psicologia social. PUC, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Assédio moral; O risco invisível no mundo do trabalho. Jornal da rede feminista de saúde, 2001.

BOITO JR. A. Sindicalismo de Estado. Uma análise crítica da estrutura sindical de Estado. Campinas Ed. Unicamp; Hucitec, 1991.

BOITO JR. A (org) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: Revista Critica Marxista. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

BRAGA, J.C. Financeirização global; o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J.L. (orgs). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis (RJ); Vozes, 1997, pp.195-242.



BORGES, A e DRUCK, M.C. Crise global, terceirização e exclusão do mundo do trabalho. Salvador: Caderno CRH, 1993.

BLASS, L. M. da Silva. Estamos em greve. Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. O trabalho bancário: o (re) fazer de todo instante. São Paulo: Seeb-São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. Automação bancária. Práticas e representações. Caxambú, ANPOCS, 1992, mimeo.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. ANTUNES, R (org). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997. pp.9-38

CARVALHO, C. E, STUDART, ALVES, JR, A. J. Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente. Brasília; IPEA, 2002, mimeo.

\_\_\_\_\_. Bancários apresentam alternativas a privatização do Besc. São Paulo: Dieese, nº 198, 1997.

CANUTO, O e LAPLANE, M. Especulação e instabilidade na globalização. Economia e Sociedade, Campinas(5) dez., 1995.

CORIAT, B. Pensar pelo Avesso – O modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

CARDEIAL, L e VALLE, R (org). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. São Paulo: Hucitec-Abert, 1997.

CAMARA E SALAMA, A inserção diferenciada com efeitos paradoxais dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: A finança mundializada. 2005.

CUT. Reestruturação produtiva, relações de trabalho e formação sindical. São Paulo, 1996.

CANÊDO, L. B. Bancários movimento sindical e participação política. Campinas: Editora Unicamp, 1986.

CHESNAIS, F. Mundialização, regulação e depressão longa. In: A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996, pp.295-321.

CHESNAIS, F. A mundialização financeira: gênese, custos, riscos. São Paulo; Xamã, 1999, pp.211-247.

\_\_\_\_\_. A “nova Economia”: Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: A finança mundializada, 2005.

CATTANI, A. D. Trabalho e Automação. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. "A nova economia". Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: Uma nova fase do capitalismo. (et alii) São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Processo de Trabalho e Novas Tecnologias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

CASTRO, N. A. Reestruturação produtiva e relações industriais. Desafios e interpretações ao debate norte-americano atual. RBS, n 31, 1996.

COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economia aberta. Campinas: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, n.11 dez. 1998 pp.137-148.

COELHO, J.C. Bancos Comerciais Estaduais e Organizações de interesses. A ASBACE: Um estudo de caso. Florianópolis: Cadernos Asbace, 1997.

DIAS, L.C. Por que os bancos são o melhor negócio no país. Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. UFSC: Departamento de Geociência, 2004.

DOMÉNIL, G. LEVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS (Orgs.) Uma nova fase do capitalismo. São Paulo: Xamã, 2003 pp.15-39

DRUCK, G e FILGUEIRAS, L A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego bancário na Bahia/Brasil. Bahia, fev., 2000, mimeo.

DRUCK, G. Et alii, Bancários: um emprego de múltiplos riscos. Salvador: Caderno CRH, n.37, jul/dez, 2002. pp.217-233

DE MASI, D. A sociedade pós industrial. São Paulo: Senac, 1999.

\_\_\_\_\_. O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília: UNB 1999a.

\_\_\_\_\_. As Transformações no sistema financeiro brasileiro e a automação nos bancos comerciais, 1992. (mimeo)

DIEESE. Trabalho e renda da mulher na família. Estudo e Pesquisa. Ano I, nº 6, março de 2005.

\_\_\_\_\_. Terceirização e reestruturação produtiva no setor bancário no Brasil. São Paulo, n.2, 1994.

\_\_\_\_\_. Bancos públicos estaduais: notas sobre a crise e propostas de reestruturação. São Paulo: Dieese, 1997.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores frente à terceirização. São Paulo: Dieese, 1993.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção. São Paulo: Parma, 1994.

\_\_\_\_\_. Seminário de Planejamento da Executiva Nacional dos Bancários: Subsidio para as discussões. São Paulo: Linha Bancários, 1996.

\_\_\_\_\_. Proer: alguns comentários. Florianópolis: Linha Bancários, 1995.

\_\_\_\_\_. Besc. Reestruturação patrimonial e desemprego: 1990 a 1995. Subseção, Seeb-Fpolis e Região, Florianópolis, abril de 1997.

\_\_\_\_\_. A globalização da economia e a informatização do sistema financeiro. São Paulo: Dieese, n 198, 1997.

\_\_\_\_\_. Movimento grevista cai pela metade em 1997, 1998.

\_\_\_\_\_. Bancários apresentam alternativas à privatização do Besc. São Paulo, n.198,1997.

\_\_\_\_\_. Bancos e finanças no Brasil: reestruturação e tendência, 1999.

\_\_\_\_\_. Emprego bancário no primeiro semestre de 1999, 1999.

\_\_\_\_\_. A jornada de trabalho nos Bancos, 1999.

\_\_\_\_\_. Os setores bancários em números, 2001.

\_\_\_\_\_. Subseção CNB-CUT, 2000.

\_\_\_\_\_. Subseção CNB-CUT, Curitiba, 2003.

EDWARDS,R.C. The social relations of production at the point of production. The insurgent sociologist. 1978. In: JAQUES, M.G. e CODO, W.(Orgs). A saúde mental e trabalho. Petrópolis;Vozes,2002.

ELY, H.B. As transformações do sistema financeiro e a automação dos bancos comerciais. CEBRAP, abril de 1992, mimeo.

- FIORI, J.L. 60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro; Record, 2001.
- FRANCO, T. Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte. Salvador: Caderno CRH, n.37, jul/dez. 2002 pp.141-161.
- FERREIRA, A.C. Os donos da dívida. Um enfoque sóciopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005, (mimeo).
- FERREIRA, A C. E ALVIM, Valdir (Org.) A trama da privatização. A reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.
- FILHO, M. PEREIRA, M. Aspectos da nova configuração do capitalismo: implicações controvertidas da globalização. Ceará, 2003, mimeo.
- GRUPO KRISIS, Manifesto contra o trabalho. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de geografia, caderno de Labor, n.2, 1999.
- GRUN, Roberto. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários. São Paulo: RBCS, 1986.
- GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GORZ, André. Adeus ao Proletariado. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. O socialismo difícil. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. O Futuro da Classe Operária. São Paulo: Revista Internacional, nº 101, 1990.
- \_\_\_\_\_. Miséria del presente, riqueza se lo posible. Buenos Aires: Paídos, 1998.
- HIRATA, H. (Org.) Sobre o “Modelo” Japonês. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, D. Condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.
- HABERMAS, J. Técnica e Ciência como ideologia. Portugal: Edições 70, 1994.
- \_\_\_\_\_. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo; Brasiliense, 1990.
- HIRIGOYEN. M.F. Assédio Moral: a violência perversa do cotidiano. Ed. Bertrand do Brasil, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. Ed. Bertrand do Brasil, São Paulo, 2002.

- LESBAUPIN, I. O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis; Vozes, 1999.
- LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo: Temas de Ciências Humanas, nº 4, 1978.
- LOPREATO, F.L.C. O Colapso das finanças estaduais e a crise da federação. SP: Editora Unesp, IE, Unicamp, 2002.
- LOJKINE, J. A revolução Informacional. São Paulo: Cortez, 1995.
- JUNCKES, I. J. O microcorporativismo no movimento sindical bancário. A trajetória dos trabalhadores do Besc. Dissertação de mestrado. Florianópolis (SC): UFSC, 1997.
- \_\_\_\_\_. Sindicalismo novo dos bancários. A reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC Florianópolis: UFSC, 2004.
- JINKINGS, Nise. O Mito de fazer dinheiro: automação e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os Bancários e a privatização. In: In: FERREIRA A, ALVIN, V.(org). A trama da privatização. A reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”. Os bancários no mundo eletrônico e do dinheiro. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- KUMAR,K Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KREIN, J.D. Reestruturação produtiva e sindicalismo. In: CARLEIAL,L &VALLER. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec-Abel, 1997.
- KUCZYNSKI,P-P, WILLIAMSON,J(orgs). Depois do Consenso de Washington. Retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LEITE M. P. O Futuro do Trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta,1994.
- LEITE, M. P. (Org). O trabalho em movimentos: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papyrus, 1997.
- LARANGEIRA, S. M. G. As novas tecnologias e ação sindical no setor bancário: a experiência dos britânicos e brasileiros. Caxambú, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços. São Paulo: RBCS, n 33, 1997.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. Porto Alegre: UFRGS, 2000, mimeo.

LIPIETZ, A. As relações-Capital-trabalho no limiar do século XXI. Porto Alegre: Ensaio FEE, Ano 12, nº 1, 1991.

LUNDERBERG, E. Saneamento do sistema financeiro – a experiência brasileira nos últimos 25 anos. Banco Central do Brasil, 1999. pp.11-17.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANGABEIRA, L. O novo sindicalismo em Volta Redonda. Democracia e política, Relume-Dumar: ANPOCS, 1992.

MATTOSO, J. A desordem do trabalho. Campinas: Editora Scritta, 1995.

MICK, J. Sessenta: uma história (1935-1995). Florianópolis Seeb-Florianópolis e Região, 1995.

\_\_\_\_\_. Crimes impunes. O lado oculto da intervenção no Besc. Florianópolis: Quorun, 1997.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política, Livro I, vol,1. 11a ed. São Paulo; Difel,1987.

\_\_\_\_\_. O Capital. Resultado do processo de produção imediata. Cap.VI, São Paulo; Moraes,1998

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MINELLA, A.C. Banqueiros, organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: OURIQUES, N.D. e RAMPINELLI, W.J. (orgs). No fio da navalha: Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo; Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA A, ALVIN, V. (org). A trama da privatização. A reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

\_\_\_\_\_. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia política, UFSC, Caderno de Pesquisa, nº 30, junho de 2002 (mimeo).

\_\_\_\_\_. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. Porto alegre. In: Ensaio FEE, 1996.p.80-94

MCILROY, J. O inverno do sindicalismo. ANTUNES,R (org).Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. Reforma e hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estatais. In: FERREIRA A, ALVIN, V. (org). A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis (SC): Insular, 2001, pp.49-72.

MACHADO, E.G. Reestruturação bancária e identidade coletiva: uma análise dos trabalhadores bancários no Banco do Brasil na década de 1990. Fortaleza, 2000, mimeo.

NUNES, J.B. Enfrentando Barreiras Culturais na luta contra a privatização. In: FERREIRA A, ALVIN, V. (org). A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis (SC):Insular, 2001, pp.159-185

NETO, J.P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. IN: LESBAUPIN, I (Org) O desmonte da nação. Balanço do Governo FHC . Petrópolis:Vozes, 1999.

OFFE, C. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_.Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectiva para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_.Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, M. A. nova problemática do trabalho e a ética. In: TEIXEIRA, F.J.S (Org.) Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza; Universidade Estadual do Ceará, 1996.

PASTORE, C. Recursos humanos e relações de trabalho com ênfase no caso dos bancos. São Paulo: IBCD, 1995.

PEREIRA, D.C e CRIVELLARI, H.M.T. A concepção fabril numa empresa bancária. In: Modernização Tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência. São Paulo : IGLU, 1991.

PORTUGAL, JR. J.G. Grupos Econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. São Paulo:Fudap/IESp,1994. p.62.

RANIERI, J. A Câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo:Boitempo,2001.

ROCHA, R. O Mundo do trabalho e o trabalho do luto. In: ARRUDA JR. Edmundo Lima (Org.) Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho. Curitiba, Edibej, 1998.

RIEGEL,E. Globalização, neoliberalismo e flexibilização; direitos e garantias. IN: ARRUDA JR.E.L., RAMOS A. (Org) Globalização, neoliberalismo e Mundo do Trabalho. Curitiba: IBEJ, 1998.

RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Polis, 1987.

RODRIGUES, L.M. As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo. In: VELOSO, I.P.7 RODRIGUES.L.M.(orgs) O futuro do sindicalismo. Fórum Nacional, São Paulo, 1992.

RODRIGUES, L. M. Declínio das taxas de sindicalização: a década dos 80. Caxambú, MG, 1997, Mimeo.

RODRIGUES, L.C. Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado brasileiro. Campinas: Unicamp. Programa de Pós-graduação em Antropologia, tese de doutorado, set. 2001.

RODRIGUES, I. R. Comissão de fábrica e trabalhadores na industria. São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: Fase, 1990.

SATO, L. Saúde e controle do trabalho: funções de um antigo problema. In: JAQUES, MG. E CODO, W. (Orgs). Saúde mental e trabalho. Petrópolis:Vozes,2002. p.31-45.

SAVIANO JR. C. Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao Proes .Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, pp.152 (mimeo).



SALAMA, P. Financeirização excludente; as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, F (org). A mundialização financeira; gênese, risco. São Paulo: Xamã, 1998, pp.211-247.

SCHAFF A sociedade de informação. As conseqüências sociais da segunda revolução industrial, 1993.

SAMPAIO, M.M.B. Sindicalismo presente: estratégias sindicais do Sinergia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia política, Florianópolis, UFSC, 1999.

SENNETT, R. A corrosão do caráter. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, P. A raiz do desastre social: a política econômica do FHC. In: IVO LESBAUPIN (org) O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, J. C. A reestruturação produtiva no setor bancário em Santa Catarina. In: Revista de Ciências da Administração. V.4,n.8jul./dez RCA: Florianópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo de Estado: Reforma e persistência da estrutura sindical no setor bancário em Santa Catarina. Florianópolis: Áter Ágora, 1999.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo Bancário em Santa Catarina: reforma e persistência da estrutura sindical de Estado. Dissertação de mestrado. Florianópolis (SC): UFSC, 1995.

SILVA, J. C. e Zenaide, S. Movimento Sindical Urbano. Análise e perspectiva do novo sindicalismo. Estudo de caso do Sindicato dos Bancários de Florianópolis. Florianópolis (SC): UFSC, 1990, mimeo.

SILVA FILHO, J.F. Subjetividade, sofrimento psíquico e trabalho bancário. In: CUT. A saúde do trabalho bancário. São Paulo, 1993.

SIGNINI, Informatização do trabalho bancário. In: Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica e relações de gênero. São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

SOARES, J. L. Sindicalismo no ABC Paulista. Reestruturação produtiva e parceria. Brasília : Outubro, Centro de Educação e Documentação Popular, 1988.

SHIROMA, E. O modelo japonês e o debate sobre qualificação e controle da força de trabalho. In: Trabalho e Educação: um olhar multirreferencial. Florianópolis: Revista do CED/ Editora da UFSC, 1996.

TAVARES, M.C e FIORI, J.L. Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C. e MELIN, L. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte americana. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (org) Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

TORRIGLIA, P. L. Reflexões sobre o Trabalho e a reprodução social. Primeiras aproximações em relação ao complexo educativo. Dissertação de mestrado. Florianópolis(SC): UFSC,1999.

TICKELL, A. . “Restructuring the British financial sector into the twenty-first century, capital & Class,n.62, Londres, 1997.

TOFFLER, A. O Choque do Futuro. São Paulo: Artenova, 1972.

\_\_\_\_\_. A Terceira Onda. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TRANTENBERG, M. Administração, poder e ideologia. São Paulo:Cortez, 1989.

VIDOTTO, C. A. O sistema financeiro brasileiro nos anos 90. Um balanço das mudanças estruturais. Campinas: Unicamp, tese de doutorado em economia, 2002.p.312.(mimeo)

VAZ, A.C. Globalização e relações internacionais: o sistema de Estado-nação frente aos processos econômicos globais. Revista Múltipla, Brasília, 1999.

### **Periódicos**

A Notícia, 3/1/89; 31/01/89; 25/3/99; 25/2/99; 24/3/99; 12/8/99; 6/8/99; 19/12/99; 27/9/99; 23/9/99; 29/7/99; 30/03/99; 4/8/99, 8/8/99; 27/8/99; 23/8/99; 21/8/99; 22/8/99; 20/8/99; 19/8/99; 17/8/99; 16/8/99; 14/8/99; 29/9/99; 28/9/99; 28/6/01; 6/11/02; 15/01/03; 15/1/03; 28/6/01; 6/11/2002; 21/7/04; 21/12/99; 21/7/05; 21/7/03; 27/2/00; 27/7/03; 9/12/98; 19/8/00; 8/8/00; 28/6/00; 25/1/00; 1/6/01; 21/6/01; 1/11/02; 21/7/2003.

Análise. Órgão informativo dos funcionários do HSBC. Nº 56, out. 2005.

Carta Capital. 9/7/1997.

Diário Catarinense (DC). 25/2/87; 16/2/87; 26/12/87; 27/2/87; 26/2/87; 20/2/97; 18/2/87; 16/12/87; 01/03/98; 5/7/98; 28/2/99; 26/3/99; 30/7/99; 12/8/99; 10/3/99; 14/8/99; 15/8/99; 8/6/00; 22/8/99; 23/8/99; 21/8/99; 7/8/99; 22/8/99; 28/10/99; 23/9/99; 25/12/00; 13/6/99; 16/8/99; 9/2/00; 29/4/00; 16/8/00; 22/8/00; 19/12/00; 30/8/00; 31/8/00; 28/6/00; 3/9/00; 9/3/00; 12/4/01; 12/3/01; 21/2/06; 219/04; 19/04/99; 18/06/99; 11/6/99; 8/3/00; 20/04/01; 19/9/02; 25/9/025/5/03.

Diário Oficial. 13/3/03; 24/2/05.

Folha de São Paulo, 3/1/89; 8/1/89; 27/7/99; 10/9/95; 6/2/00; 10/2/00; 18/02/04; 23/06/01; 6/2/00; 23/9/04; 3/10/04; 21/20/04; 26/9/04; 24/9/04; 29/9/04; 30/9/04; 11/11/2005; 22/2/06; 23/2/06.

Folha Sindical, (Seeb-Fpolis/Região). 5/6/97; 15/1/98; 29/1/98; 21/5/98; 3/6/98; 22/6/98; 5/8/98; 21/10/98; 16/12/98; 25/2/99; 6/4/99; 27/4/99; 31/4/99; 8/5/99; 8/6/99; 15/6/99; 3/8/99; 6/9/99; 28/9/99; 18/1/00; 1/5/00; 21/5/00; 29/6/00; 2/8/00; 8/8/00; 11/8/00; 22/8/00; 25/1/01; 12/2/01; 15/3/01; 17/7/01; 3/10/01; 18/12/01; 16/04/2001; 12/6/2001; 29/05/2002; 30/1/02; 4/11/2002; 9/12/2002; 29/7/03; 26/5/2004; 4/11/04; 20/10/04; 4/10/05; 15/3/05; 25/8/05; 2/9/05; 23/9/05; 26/9/05; 25/10/05.

Folha Bancária, (Seebe-São Paulo). 21/11/2000.

O Estado de São Paulo, 11/02/04; 17/12/99; 3/10/04.

O Estado. 26/2/87; 31/12/87; 19/4/99; 4/6/99; 10/8/99; 27/8/99; 26/8/99; 21/8/99; 20/8/99; 19/8/99; 17/8/99; 30/7/99; 28/7/99; 31/12/88; 15/8/00; 20/02/04.

O Globo. 30/9/04; 18/9/04; 24/9/04.

O Bancário. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. 17/10/2005.

Gazeta Mercantil. 23/1/95; 7/8/97.

Gazeta Mercantil (SC). 11/8/99; 22/3/99; 5/8/99; 9/2/00; 25/6/99; 29/3/99; 25/3/99; 29/3/99; 11/6/99; 10/8/99; 11/8/99; 12/08/99; 13/8/99.

Jornal Debate. DEB, março de 1997.

Jornal de Santa Catarina. 13/01/1989; 14/01/89; 20/11/89; 6/9/99; 9/9/99; 15/12/1999; 6/7/99; 2/6/2001.

Nossa Luta. Publicação da CNB para os empregados da CEF. Nº 9, out. 2005.

Valor Econômico, 29/7/2000.

## **Revistas**

Carta Capital, 9/7/1997.

Democratização e Controle Social do Sistema financeiro. Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. São Paulo: CNB/CUT, 2005.

EXAME. 29/03/1995; 14/01/98; 29/11/00; 1/5/02; 16/10/02.

Isto É, 29/07/1998.

O Espelho. É hora de Bater. Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil. CNB, nº236, out. de 2005.

Revista dos Bancários. São Paulo, nº 9, 2003.

Revista dos Bancários. CNB, São Paulo, nov, de 2005.

Revista dos Bancários. Dias vermelhos. Os bancários retomam as grandes manifestações nacionais. Seeb-São Paulo, nº 101, dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_.Trauma. Seeb-São Paulo, nº 97, 2005.

Veja, 22/11/1995; 8/6/2005.

Valor Econômico, 29/7/2000.

### **Documentos e outras publicações**

Assédio Moral nas relações de trabalho. Câmara dos Deputados, 2004.

Ata da Reunião do Conselho de Administração do Besc, 21/12/98.

Ata da 55ªReunião da CAE do Senado Federal, 9/12/1999.

Anais do Senado Federal, dezembro de 1999.

Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, agosto e setembro de 1999.

Ação Popular. Terceira Vara Federal. Florianópolis. 1999.

ANDIMA/IBGE. Sistema Financeiro. Uma análise a partir das contas nacionais (1990-1995), 1996.

BANCO MUNDIAL e International Finance Corporation. (IFC). Reforma do sistema financeiro nacional. Washington (EUA), 1988.

BESC. Proposta de Banco Público, 1997.

BESC. Este banco é Nosso. Florianópolis: CUT, Fetesp/SC, Seeb-Fpolis, 1989.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual, 1996, 1997, 1998, 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o processo de federalização, Dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração, 31 dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Relatório da Administração, 2000.

\_\_\_\_\_.Informativo Relevante, 30/3/1999.

\_\_\_\_\_.Formação Gerencial, dz, 2005.

Banco Central. Instrumentos para estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico do Sistema Financeiro Estadual, 31/10/1994.

\_\_\_\_\_. As aquisições dos bancos desde 1995.

\_\_\_\_\_. Programa de estímulos a reestruturação de bancos, 1995.

\_\_\_\_\_. Programa estimula a reestruturação de bancos, 1996.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Política Monetária, 1997.

\_\_\_\_\_. Proer, 1998.

\_\_\_\_\_. SPE. Coordenação de Política Monetária, 1998.

\_\_\_\_\_. Diret-99/2708, Brasília, julho de 1999.

\_\_\_\_\_. Seis anos de trabalho um balanço. Gustavo Franco, 20 de agosto de 1999.

\_\_\_\_\_. Panorama atual do Sistema Financeiro Nacional e Necessidade de sua reordenação no ambiente de estabilização monetária, 2002.

\_\_\_\_\_. Relatório de atividades da diretoria de fiscalização-1995-2002.

\_\_\_\_\_. Departamento de Cadastro e Informações, 2003.

Banco Central. Evolução dos mercados financeiros. Relatório de Estabilidade Financeira. Maio de 2003.

\_\_\_\_\_. Bancos privatizados, 2003.

\_\_\_\_\_. Departamento de Cadastro e Informações, 2004.

BNDES, 1993.

Banco Mundial e International Finance Corporation (IFC) Reforma do Sistema Financeiro Nacional. Washington (EUA), 2/11/1988.

CPI/Besc, 4 de maio de 2000.

CPI/BESC, Restrições ao voto do relator, 5/5/2000.

CPE/Besc. Relatório Final, 2000.

Confederação Nacional dos bancários. 2º Seminário Nacional de Segurança Bancária, 2004.

Câmara dos Deputados. Assédio Moral nas relações de Trabalho. Brasília, 2004.

Discurso do Sr. José Alaor Bernardes, por Ocasão da transmissão do cargo de presidente do Sistema Financeiro Besc, 4 de janeiro de 1999.

Debate. Departamento Estadual dos Bancários -CUT, março de 1997.

Dossiê sobre automação e terceirização é entregue ao Ministério público. Seeb-Rio de Janeiro, 28/11/2003.

DEMEF. Subsídio para formação de diretrizes necessárias à elaboração de um plano de recuperação do Besc, 8/4/1987.

FEBRABAN. Balanço Social, São Paulo, 2001.

FEBRABAN. Pesquisa da CNAB/ILAY, 2001.

FEBRABAN. Balanço Social, São Paulo, 2002.

FEBRABAN. Balanço Social, São Paulo, 2003.

FEBRABAN. Balanço Social, São Paulo, 2004.

Fórum Besc Público. Informativo das entidades que defendem o Besc, 12/04/1999.

Gazeta Mercantil. Balanço Anual, 2001; 2002; 2003.

IBGE. Pesquisa Sindical, 1990/2001, 2002.

Jornal Debate. DEB, março de 1997.

Ministério Público da União. Ministério Público do Trabalho. Coordenação de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos Trabalho. 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, 17/12/97.

Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, 1998.

Movimento Besc Público Catarinense, 5 de abril de 2001.

PROBESC, nº 48, nov., 1999.

\_\_\_\_\_, nº 48, st. 2000.

\_\_\_\_\_. Ano I nº1, julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Ano 1, nº 3, novembro de 2004.

\_\_\_\_\_. A construção ética dos negócios profissionais, empresariais e o mercado de trabalho futuro. 1º Congresso dos Associados da Probesc. Blumenau, 25 e 26 de outubro de 1997.

\_\_\_\_\_. Banco Público, o empregado, a empresa, suas responsabilidades perante a comunidade. 2º Congresso dos Associados da Probesc. Blumenau, 19 e 20 de setembro de 1998.

\_\_\_\_\_. Nosso futuro profissional e os desafios para o novo milênio. 3º Congresso dos Associados da Probesc. Blumenau, 27 e 28 de novembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Brasil depois dos 500 anos, uma visão para o futuro. 4º Congresso da Probesc. Blumenau, 28 e 29 de outubro de 2000.

\_\_\_\_\_ Unidade e previdência em tempo de mudança. Congresso Fusesc e Probesc Blumenau, 1º de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Transformando oportunidades e desafios. 6º Congresso Probesc. Blumenau, 23 de novembro de 2002.

\_\_\_\_\_. A importância do Besc para os catarinenses. Carta de Intenção. 7º Congresso da Probesc. Camboriú, 4 de outubro de 2003.

Perfil do Bancário. São Paulo: CNB/CUT, Executiva Nacional dos Bancários, 1996.

Programa Brasil em Ação. A nova fase da privatização, 1997, mimeo.

Plano Nacional de Desestatização, Lei Nº 9.491, 9/9/1997.

Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, 2003, mimeo.

Sindicato dos Bancários de Brasília. Saúde mental e trabalho dos bancários. Pesquisa do Laboratório de Psicologia do Trabalho - LPT/Unb, 2003.

Rememória do Governo Celso Ramos. Santa Catarina (1961-1966). Centenário do nascimento do Celso Ramos, 1997.

**Anexo 1**  
**O SISTEMA FINANCEIRO EM SANTA CATARINA**

	<b>Agências Capital</b>	<b>Agências Interior</b>	<b>Total de Agências</b>	<b>%</b>
Besc	13	238	251	31,6
Banco do Brasil	12	158	170	21,4
Bradesco	6	94	100	12,6
CEF	9	72	81	10,2
HSBC	5	51	56	7,0
Itaú	7	33	40	5,0
Santander	3	25	28	3,5
Unibanco	4	16	20	2,5
ABN Amro	3	15	18	2,3
BBVA	1	10	11	1,4
Banco do Rio Grande do Sul	1	5	6	0,7
Outros bancos privados	3	11	14	1,8
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>728</b>	<b>795</b>	<b>100</b>

Fonte: Sisbacen,2002.



## Anexo 2

<b>Proposta do governo para o Besc</b>	<b>Posição do DEB/CUT</b>
<b>Projeto Institucional</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Besc se transformaria em banco múltiplo com a incorporação da Bescri ao Banco Comercial Besc</li> <li>▪ Incorporação da Bescam com a Bescval</li> <li>▪ Incorporação da Bescor com a Codesc</li> <li>▪ Transformação do Badesc em Agência de Fomento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manutenção do Besc banco público e como um banco de varejo e de desenvolvimento.</li> <li>▪ Manutenção das funções sociais com garantia do papel social do crédito no apoio aos serviços e projetos de desenvolvimento dos governos municipais e linhas de crédito para a população de baixa renda.</li> </ul>
<b>Projeto Econômico Financeiro</b>	
Negociar com o governo federal (Bacen) os créditos do fundo de Compensação de Variação Salarial que o Besc possui em sua carteira no valor de aproximadamente R\$ 360 milhões. Destes R\$ 120 milhões já estão vencidos.	O governo do Estado deve exigir do governo federal o pagamento de toda a dívida vencida.
O Besc pretende aumentar seu capital social em mais R\$ 100 milhões.	O DEB/CUT sempre defendeu a capitalização, porém quer discutir como será feito.
<b>Projeto de Gestão</b>	
A proposta insere a possibilidade de um “acionista minoritário estratégico”, que seja preferencialmente um banco estrangeiro e que não atue no mesmo mercado	Além do governo do Estado e representantes dos trabalhadores é fundamental a representação da sociedade, através de entidades como micro e pequenos empresários, pequenos produtores rurais e outros.
Modificação da composição do conselho de administração: membros 6, Estado 1/3, empregados 1/3, novo sócio 1/3.	Propõe esta composição, defendendo que o novo sócio seja catarinense e nunca capital estrangeiro.
Modificação da diretoria executiva: membros 8, Estado 3 (indica o presidente), empregados 3 (indica o vice-presidente), novo sócio 2 (indica o Diretor Financeiro e o Diretor da área de Crédito	Democratização da gestão com um novo modelo de gestão em que o conselho de administração e a diretoria sejam formados pelo governo do estado com 1/3 dos membros, empregados 1/3 e outros membros 1/3
<b>Projeto de Recursos Humanos</b>	
Remanejamento do pessoal da Direção Geral em 30% para as agências.	Esta proposta na verdade encobre a intenção de “enxugamento”, transferência de pessoal e Programas de demissão Voluntária.
Redução de 10% do pessoal em 2 anos	Defesa da manutenção de emprego e ampliação do quadro funcional através de concurso público.

Fonte: DEB/CUT, Besc, Proposta de Banco Público, 1997

Elaboração: autor

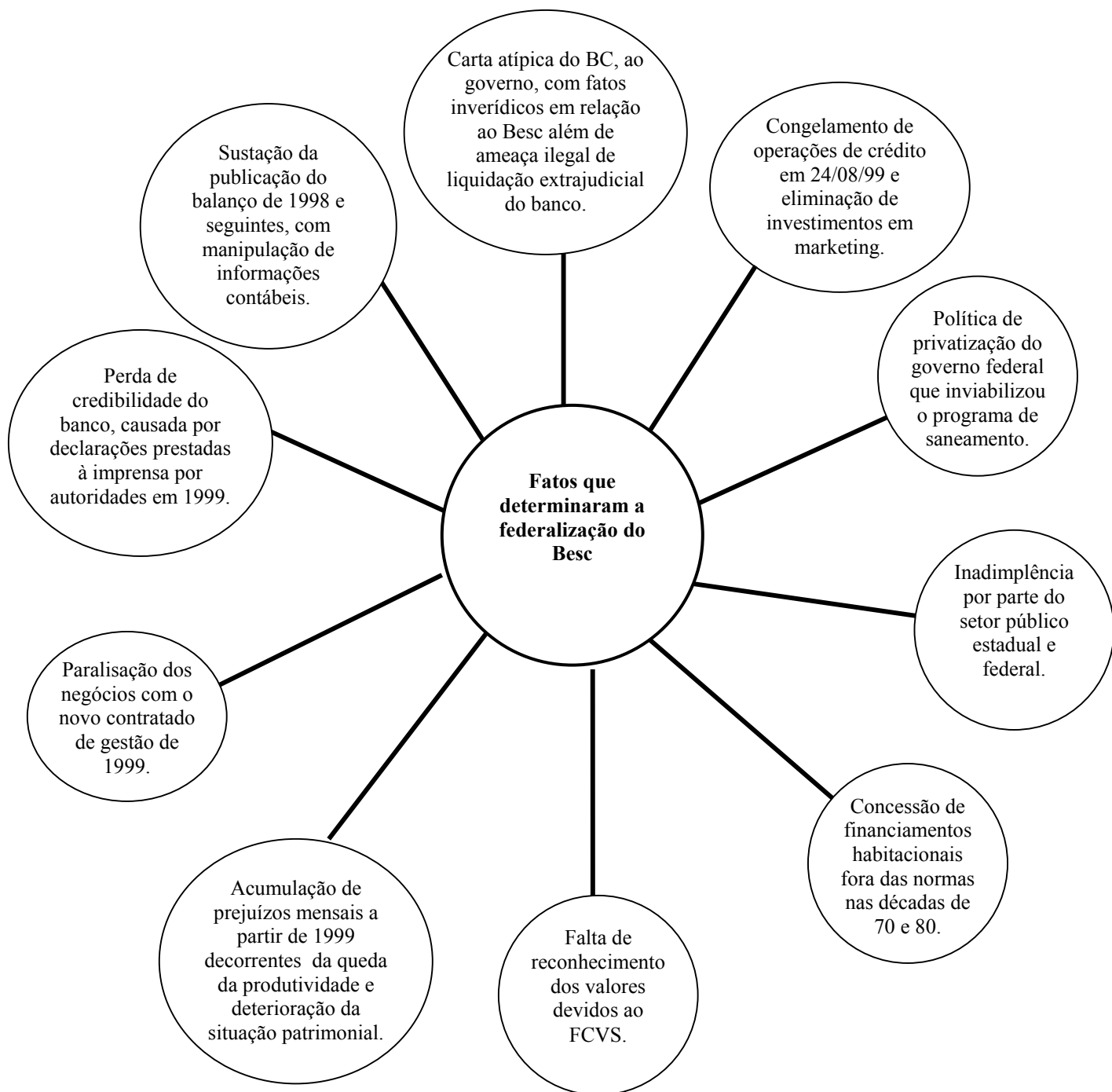
### Anexo 3

#### Pontos do Relatório Final da CPI que envolvem o governo Amin

1-Sustação da publicação do balanço de 1998 e seguintes, com manipulação de informações contábeis;
2- Perda de credibilidade do banco, causando por declarações prestadas à imprensa e ao mercado por autoridades em 1999;
3- Paralisação dos negócios com o novo contrato de gestão de 1999;
4- Acumulação de prejuízos mensais a partir de janeiro de 1999 decorrentes da queda da produtividade e deterioração da situação patrimonial;
5-Falta de reconhecimento do balanço de 1998 da regularização do Fundo de Compensação e Variação Salarial (FCVS) por venda ao Estado;
6- Falta de reconhecimento dos valores devidos ao FGVS;
7- Concessão de financiamento habitacional fora das normas nas décadas de 70 e 80;
8- Inadimplência com Besc por parte do setor público estadual e federal;
9- Reduções patrimoniais indevidas e outras despesas onerosas ao Estado, inclusive no contrato firmado entre Estado e União em 30 de setembro de 1999, com a finalidade de privatização/extinguir o Sistema Financeiro Besc (SFBesc);
10- Termo de Compromisso de gestão assinado em 24 de agosto de 1999, que congelou as operações de crédito e eliminou investimentos em marketing, reduzindo negócios e receitas, com transferências das perdas para o tesouro estadual;
11- A carta atípica do presidente do BC, Armínio Fraga, ao governador do Estado, com considerações inverídicas em relação ao SFBesc, além da ameaça ilegal e indevida de liquidação extrajudicial do Besc.

Fonte: CPI/Besc. In: DC, 9/5/2000.

## Apêndice 2



Fonte: CPI/Besc, 2000. Elaboração: autor

**Apêndice 3**  
**Cronologia do processo de privatização do Besc (1987-2002)**

Ano	O processo de privatização do Besc	A resistência
1987	Uma comissão de inquérito do BC aponta irregularidades no governo Amin e o Banco sofre intervenção.	Amin ataca o governo de Pedro Ivo por aceitar passivamente à intervenção e culpa o governo Sarney pela crise; o movimento sindical publica documento em defesa dos bancos públicos.
1989	O secretário da Fazenda, Paulo Afonso Vieira, do governo Pedro Ivo, anuncia o modelo “tripartite”, em que abriria mão do controle acionário do Banco.	O movimento sindical consegue apoio em defesa do Banco na Assembléia; Em 27 de fevereiro termina a intervenção do BC.
1997	O governo Paulo Afonso (1995-1998) anuncia o desejo de privatizar as empresas do Estado. O governo queria para o Besc um “acionista minoritário estratégico”, que fosse preferencialmente um banco estrangeiro.	Nasce o Mucap; surge a Probesc; O movimento sindical bancário elabora um projeto “Besc Banco Público” para que o Estado permaneça com o controle acionário.
1999	O presidente o BC, Gustavo Franco, se despede do cargo afirmando: “Os governadores recém-eleitos dos Estados de Santa Catarina e Espírito Santa vieram ao BC manifestar sua intenção de privatizar seus bancos”; Amin convoca os deputados e anuncia um “rombo” de R\$ 819 milhões no Banco; Os Balanços do Besc são adiados e o banco perde investimentos de grandes clientes; Sucessivas declarações das autoridades do governo colocam o Banco em evidência na mídia e abalam sua credibilidade; Em 19 de fevereiro o governo admite privatizar o Besc e afirma que o grupo Bozzano Simonsen está interessado;; em 24 de março o secretário da Fazenda declara que o Estado precisa se desfazer de alguns ativos, entre eles o Besc;É aprovada em 23 de agosto na ALESC a federalização do Besc; Em 9 de dezembro é aprovada a federalização no Senado.	Os bancários realizam passeata pelas ruas de Florianópolis em direção à ALESC; Os bancários entregam ao presidente da Assembléia um abaixo assinado com 65 mil nomes pedindo a manutenção do Besc sob controle do Estado; em 17 de agosto é criado a CPI do Besc; A Probesc passa a apoiar a federalização do Banco.
2000	Em 26 de junho o governo realiza assembléia de acionistas do Banco, que decidiria o aumento de recursos, a transferência do controle acionário para a União e a composição do novo quadro de diretores.	É movida uma ação popular alegando que o dinheiro não estava previsto no orçamento; Trabalhadores queimam balanços do Banco em protesto pelos adiamentos e realizam paralisações.
2001	Em 19 de abril o secretário da Fazenda do governo recebe do BC o PDI e começa a ser implementado.	Surge o movimento “Besc Banco Público”; Os bancários ganham apoio de prefeitos e do Movimento de Ataque Judicial à Imoralidade Administrativa (Majia); Ocorre o 1º Encontro Regional dos Besquianos.
2002	É publicada a data do leilão do Banco; Em plena campanha eleitoral Amin, alegando que o edital de privatização era lesivo aos interesses do Estado, ingressa com uma ação no STF pedindo o cancelamento da privatização; Amin perde as eleições para LHS, que prometia defender o Besc.	Surge o Movimento Pró-PDI, os bancários e o PT entraram com uma Ação Popular e impedem a venda do Banco; O novo governo promete defender o Besc como banco público; A Probesc passa a defender o Banco.

Elaboração: Autor

